


UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO E MESQUITA FILHO”
Faculdade de Filosofia e Ciências- Campus de Marília - SP

GUSTAVO ERLER PEDROZO

**IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA
ASCENSÃO CHINESA PARA AMÉRICA DO SUL E AS
POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O
DESENVOLVIMENTO**

**Marília - SP
2016**

GUSTAVO ERLER PEDROZO

**IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA
ASCENSÃO CHINESA PARA AMÉRICA DO SUL E AS
POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O
DESENVOLVIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento

Orientador: Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

**Marília – SP
2016**

P372i Pedrozo, Gustavo Erler
Implicações políticas e econômicas da ascensão
chinesa para a América do Sul e as possibilidades de
cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento / Gustavo Erler
Pedrozo — Marília, 2016
217 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 183-206

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar

1. República Popular da China. 2. América do Sul. 3.
Cooperação sul-sul. 4. Desenvolvimento econômico. I.
Título.

CDD 337.1

GUSTAVO ERLER PEDROZO

**IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA ASCENSÃO CHINESA PARA
AMÉRICA DO SUL E AS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O
DESENVOLVIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências
– UNESP como parte das exigências para obtenção
do título de Doutor em Ciências Sociais.

Banca examinadora

Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar – UNESP/Marília (orientador)

Dr. Mauri da Silva – FATEC/Ourinhos

Dr. Gustavo Enrique Santillán – CIECS-CONICET UNC/Córdoba

Dr. Agnaldo dos Santos – UNESP/Marília

Dr. Marcos Cordeiro Pires UNESP/Marília

Marília, 11 de Agosto de 2016

AGRADECIMENTOS

A escrita acadêmica se mostra, muitas vezes, solitária. O tempo dedicado aos textos e dados, que em tempos de informação digital são encontrados à distância de um clique, reduz cada vez mais as relações do pesquisador às interações com a máquina. Nesse sentido, embora a escrita de um texto de agradecimentos possa parecer um clichê necessário apenas para preencher uma página dos elementos pré-textuais, acredito que seu objetivo deva ir além. Este deve ser um espaço para que o pesquisador reflita sobre como essa tarefa é possibilitada pela convivência com outras pessoas. Certamente, não me refiro aqui apenas ao auxílio recebido em questões práticas e burocráticas, obviamente importantes, mas também àquelas relações que contribuem para a formação pessoal em seu sentido mais amplo.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais e irmão, que sempre me apoiaram em minhas escolhas e representaram para mim aquele reduto onde me refugiar, receber conselhos e palavras reconfortantes, trazendo-me à lucidez e me mostrando que as coisas são mais simples do que parecem.

Agradeço à Milena pela união e companheirismo; por compreender a minha ausência, que se intensificou nos últimos meses; por me incentivar a continuar nos momentos em que o ânimo se esvaía; por aceitar participar de cada etapa desta vida que decidimos construir juntos.

Aos amigos piracicabanos, José Carlos e Camila, agradeço pela amizade de longa data. Embora nossas tarefas cotidianas aumentem os intervalos entre nossos encontros, toda vez é uma grande satisfação tê-los por perto.

Neste último ciclo de estudos que encerro na FFC-UNESP, seguramente os contatos foram escasseando, e talvez por isso, tornaram-se mais fortes. Agradeço à companhia dos amigos Mário Thiago, Bruna Basile, Ana Lirani e Guilherme Gorjon por compartilharem comigo angústias acadêmicas e por estarem sempre dispostos aos longos debates. Sendo eu um legítimo herdeiro da cultura cristã, a presença de vocês tornou o trabalho menos penoso.

Aos amigos André, Antônio e Rodrigo agradeço pela recepção na nova casa, quando parecia que não havia mais nenhum teto conhecido na cidade. Agradeço também ao Matheus Rodrigues, que sempre me recebeu muito bem em sua casa quando precisei.

Transmito meus mais sinceros agradecimentos ao pessoal da seção de pós-graduação, em especial à Larissa e à Ana Paula pela prontidão em me auxiliar na resolução de uma série de problemas. Agradeço, também, à Edna, secretária do Departamento de Ciências Políticas e

Econômicas. Os caminhos burocráticos se mostram muitas vezes sinuosos e ilógicos, e a atenção a nós dispendida por vocês é fundamental.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo conhecimento compartilhado. A convivência com vocês tornou o olhar muito mais rico e crítico. Transmito meus agradecimentos aos professores José Marangoni, Francisco Corsi, Marina Gusmão, Luís Paulino e Agnaldo dos Santos. Em especial, agradeço ao mestre e amigo Marcos Cordeiro, que me acompanhou de perto em toda minha trajetória acadêmica. Agradeço ao orientador Sergio Aguilar, que acompanhou o longo processo de definição desta pesquisa de perto e auxiliou na simplificação de problemas de uma maneira sempre pragmática.

Agradeço ao Gustavo Santillán e ao Mauri Silva por aceitarem compor a banca de avaliação deste trabalho, em mais uma ocasião em que poderei ser contemplado com suas argutas percepções.

Agradeço à CAPES pelos financiamentos concedidos, sem os quais esse ciclo de estudos e pesquisa não teria sido possível.

Implicações políticas e econômicas da ascensão chinesa para América do Sul e as possibilidades de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento

RESUMO

Ao formular seu Novo Conceito de Segurança, a China vinculou diretamente a ideia de segurança à garantia das condições para seu desenvolvimento econômico. Diante da grande acumulação de capital via superávit em transações correntes e necessidades cada vez maiores de matérias-primas, abertura de novos mercados e influência política para estabelecimento de um mundo multipolar, a China lançou-se em um movimento de internacionalização de sua economia. Como estratégia de aproximação com o "mundo em desenvolvimento" os chineses resgataram o discurso do "Espírito de Bandung", em contraposição à tese de uma renovação da dependência ao estilo Norte-Sul. Partindo de uma relação estritamente comercial, os chineses passaram a fornecer capital na forma de investimento estrangeiro direto, financiamentos diversos e programas de ajuda internacional. O momento pareceu propício, uma vez que a ascensão de outras forças "emergentes" alimentou o retorno do debate sobre a Cooperação Sul-Sul. As relações da China com a América Latina não fugiram a esse padrão. Esta pesquisa, pois, questionou em que medida é possível afirmar que as relações entre a China e América Latina podem ser consideradas típicas de um modelo Sul-Sul, ou nos termos colocados pela diplomacia chinesa, que prezam pelo benefício mútuo em oposição a ideia do jogo de soma zero. Para responder à pergunta central da investigação, a abordagem proposta, portanto, buscou elucidar os seguintes aspectos: 1) verificar em que medida a conjuntura deste início de século favoreceu a construção de um regime de cooperação sul-sul e como este possível regime absorveu as alterações econômicas pós-crise de 2008; 2) verificar em que medida as relações chinesas com os demais países *em desenvolvimento* sob o lema do "benefício mútuo" significam um resgate do espírito de Bandung e podem ser consideradas típicas de uma cooperação sul-sul; 3) por fim, analisar, sob o prisma da cooperação sul-sul para o desenvolvimento, a evolução das relações da China com a região latino-americana, e, particularmente, com a região sul-americana. Sobre o último ponto, utilizou-se um levantamento documental dos principais acordos bilaterais e um levantamento de dados relativos às variáveis comércio, investimentos estrangeiros direto, investimentos patrocinados pelo governo chinês e financiamentos concedidos pelas agências governamentais chinesas. Esta pesquisa, portanto, procurou sustentar que, pelo viés da cooperação sul-sul, a situação chinesa é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o crescimento econômico chinês impele às economias sul-americanas a um padrão de comércio típico das relações Norte-Sul, a manutenção do ambiente internacional favorável aos objetivos chineses faz com que algumas concessões precisem ser feitas. Nesse sentido, sugeriu-se que, embora com limites estruturais, as relações da China com a região sul-americana, mas não na América Latina como um todo, poderiam se estabelecer nos termos da cooperação sul-sul para o desenvolvimento.

Palavras-chave: República Popular da China; América do Sul; Cooperação Sul-Sul; Desenvolvimento econômico.

Political and economic implications of China's rise to South America and the possibilities of South-South cooperation for development

ABSTRACT

When the "New Security Concept" was formulated, the Chinese diplomacy sought to relate the security idea directly with the guarantees for China's economic development. Given the high capital accumulation via current account surplus, the higher needs for raw materials and energy sources, the political requirements for the establishment of a multipolar world, and the seeks for new markets for its exportations, China laid itself in an economic internationalization movement. As part of the strategy of its relations with the developing world, China used the discourse of the "Spirit of Bandung" to opposing the thesis that its ascension could contribute for new dependency relations. If firstly the approximation was based on commercial relations, in the 21th century, the Chinese began to provide capital to the developing world in several forms: foreign direct investment, different credit lines and foreign aid. The moment was propitious, once the emerging powers' rise seemed to feed the debate about south-south cooperation. This research sought to understand the relationship between China and Latin America inside this context. Therefore, we investigated to what extent the relations between China and Latina America can be seen as "south-south" or "mutually beneficial", as the Chinese diplomacy often affirms in its public documents. To answer the central question, we proceeded as follows: 1) we verified in what extent the new century's conjuncture has favored the south-south cooperation regime, and how this supposed regime has assimilated the political and economic context after the 2008 crisis; 2) we verified if the Chinese relationship with other development countries can be related with the south-south cooperation definition; 3) we analyzed, under the south-south cooperation concept, the evolution of the relations between China and Latin America, but particularly with the South America. About the last point, this research has used a data collection for bilateral agreements, trade, foreign direct investment, government-sponsored investments and loans provided by Chinese development institutions. This investigation sustains that the Chinese rise has a paradoxical pattern: if the Chinese economic growth impels the South American economies to the north-south pattern of relationship, the maintenance of international environment favorable to the Chinese interests makes with some concessions need to be done. In this way, the results have showed that the relations between China and South America, but not the Latin America as a whole, could occur in the terms of south-south cooperation.

Keywords: People's Republic of China; South America; South-South Cooperation; Economic development.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 AOD* por setor**, 1967-2014 (2012 US\$ milhões).....	46
Figura 2 AOD recebida por grupo de renda, 1960-2014 (US\$ milhões).....	50
Figura 3 Economias desenvolvidas e em desenvolvimento: fluxo de entrada e saída de IED, 1990-2014 (US\$ milhões).....	57
Figura 4 Economias em desenvolvimento: comércio internacional de mercadorias (importações + exportações), 1995-2014 (US\$ bilhões)	58
Figura 5 Economias em desenvolvimento, excluindo China: comércio internacional de mercadorias (importações + exportações), 1995-2014 (US\$ bilhões).....	58
Figura 6 Grupos selecionados: taxa de crescimento anual do PIB, 1990-2014	59
Figura 7 Trecho selecionado do texto resultante do IV Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda da OCDE, Busan, 2011	60
Figura 8 Trechos selecionados do texto final da Conferência de Alto Nível nas Nações Unidas sobre CSS, Nairóbi, 2009.....	61
Figura 9 Principais períodos históricos da China	85
Figura 10 China: estoque e fluxo de entrada de IED (US\$ milhões, preços correntes)	94
Figura 11 Saldo comercial, 1995-2013 (China: export – import em milhões US\$ 2005).....	97
Figura 12 China e Países em Desenvolvimento: taxa de crescimento do PIB (%).....	98
Figura 13 Contas Nacionais, variáveis selecionadas, participação na determinação do PIB, % do total.....	103
Figura 14 China: importação de <i>commodities</i> e insumos industriais, 1995-2014 (1000 US\$)	108
Figura 15 - Balanço de transações correntes como porcentagem do PIB mundial (1980-2014)	125
Figura 16 Marcos Políticos e Institucionais da CID da China (1990-2015).....	129
Figura 17 Características da CID na China.....	131
Figura 18 China: realização de IED como porcentagem do PIB, 1980-2013.....	132
Figura 19 Lógicas de internacionalização das empresas chinesas	134
Figura 20 Carteira de Investimentos da <i>China Investment Corporation</i> , 2014, por setor	137
Figura 21 Tipologia das relações bilaterais entre China e América Latina	145
Figura 22 Balança comercial Brasil-China, 2000-2014, milhões de dólares.....	164
Figura 23 Balança Comercial Chile-China, 2000-2014, milhões de dólares.....	165

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Empréstimos do Banco Mundial por setor, 1961-1982 (% do total).....	45
Tabela 2 Decomposição da AOD destinada à infraestrutura econômica e produção, 1967-2014 (% do total).....	46
Tabela 3 Participação no PIB mundial, 1700-2003 (%)	87
Tabela 4 Crescimento do PIB, por setor, preços constantes, China 1890–2003	89
Tabela 5 China: entrada de investimentos estrangeiros diretos e participação no setor "manufaturas" US\$ (10.000)	95
Tabela 6 Participação na exportação de manufaturados*, % do total, 1995-2014.....	96
Tabela 7 Participação na importação de <i>commodities</i> primárias*, % do total, 1995-2004	96
Tabela 8 China: importações desde África e América Latina, (US\$ 1.000), 1995-2014	97
Tabela 9 Importação e Exportação de produtos high-tech, bens manufaturados e bens primários, 1995-2013.....	101
Tabela 10 Gastos com pesquisa e desenvolvimento 1996-2011 (% do PIB).....	102
Tabela 11 Saída de Investimentos Estrangeiros Diretos chineses por região, 2005-2013 .	133
Tabela 12 IED chineses na América Latina por país, 2005-2016* (US\$ milhões).....	151
Tabela 13 Empréstimos concedidos pela China à América Latina, por país e instituição de origem 2005-2015 (US\$ milhões)	152
Tabela 14 Exportações e importações de países sul-americanos: participação da China em relação ao total exportado, 2013 (1.000 USD).....	153
Tabela 15 Brasil-China: índice GL, 1995-2015	166
Tabela 16 Composição da pauta de comércio Brasil-China, por segmentos de comércio intra-industrial, % do total.....	167
Tabela 17 Composição da pauta de comércio Chile-China, por segmentos de comércio intra-industrial, % do total.....	168
Tabela 18 Chile-China: índice GL, 1995-2015	168
Tabela 19 Brasil: entrada de IED chineses por setor, 2005-2016 (US\$ milhões).....	170
Tabela 20 Chile: entrada de IED chineses por setor, 2005-2016 (US\$ milhões).....	171
Tabela 21 empréstimos concedidos pela China ao Brasil 2005-2015, (US\$ milhões).....	172
Tabela 22 China: projetos contratados em Brasil e Chile, 2003-2013, (US\$ 10.000).....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEEC	Asia-Europe Economic Cooperation
AOD	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CASS	Academia Chinesa de Ciências Sociais
CBERS	Satélite China-Brasil de Recursos da Terra
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CELAC	Comunidade de Estados Latino-americanos
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIC	China Investment Corporation
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CII	Comércio Intra-indústria
CNS	Cooperação Norte-Sul
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DAG	Grupo de Ajuda ao Desenvolvimento
DES	Direitos Especiais de Saque
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPSM	Economia Política dos Sistemas-Mundo
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
FSR	Fundo Soberano de Reserva
GATT	Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IES	Instituição de Ensino Superior
LDC	Países Menos Desenvolvidos
MOFCOM	Ministério de Finanças e Comércio da China
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento
NBS	Escritório Nacional de Estatísticas da China
NDRC	Comitê Nacional de Reforma e Desenvolvimento da China
NIC	Novos países industrializados
NOEI	Nova Ordem Econômica Internacional
NSSF	Fundo Nacional de Seguridade Social
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PABA	Plano de Ação de Buenos Aires
PBOC	Banco Popular da China

PCCh	Partido Comunista da China
PE	Parceria Estratégica
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RPC	República Popular da China
SAFE	State Administration on Foreign Administration
SASAC	Comissão para Supervisão e Administração dos Ativos Estatais da China
SITC	Padrão Internacional de Classificação do Comércio
SOE	Empresas Estatais
TLC	Tratados de livre-comércio
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência Norte-Americana de Ajuda Externa
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	24
1.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ORIGENS E LIMITAÇÕES	26
1.2. A AJUDA PARA O DESENVOLVIMENTO: PADRÃO NORTE-SUL	33
1.3. A COOPERAÇÃO SUL-SUL	51
1.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	63
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E INSTRUMENTAL ANALÍTICO	66
2.1. ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO.....	68
2.2. NEOESTRUTURALISMO E CORRENTES HETERODOXAS	74
2.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	82
3. DO RESSURGIMENTO CHINÊS.....	85
3.1. A CONSTRUÇÃO DO “MODELO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO” NA CHINA	92
3.2. A NOVA NORMALIDADE	103
3.3. DESENVOLVIMENTO PACÍFICO: O PARADOXAL DESAFIO CHINÊS.....	109
3.4. ASPECTOS ECONÔMICOS, FINANCEIROS E INSTITUCIONAIS DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA CHINA.....	128
3.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	137
4. A HETEROGENEIDADE DAS RELAÇÕES CHINA-AMÉRICA LATINA E AS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO COM AMÉRICA DO SUL.....	141
4.1. INICIATIVAS ENDEREÇADAS À AMÉRICA LATINA EM SEU CONJUNTO .	142
4.2. AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS BILATERAIS E AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS	145
4.3. ASPECTOS ECONÔMICOS E PADRÕES DE INSERÇÃO INTERNACIONAL..	150
4.4. POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE CHINA, BRASIL E CHILE	155
4.4.1. Acordos bilaterais	156
4.4.2. Comércio internacional	163
4.4.3. Os fluxos de capitais: IED, financiamentos e cooperação sul-sul	169
4.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS.....	183
ANEXO 1	207

INTRODUÇÃO

O que nós podemos estar presenciando não é apenas do fim da Guerra Fria, ou a passagem de um período particular da história do pós-guerra, mas o fim da história como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final do governo humano¹ (FUKUYAMA, 1989).

Findada a Guerra Fria, a sociedade capitalista de inspiração liberal ganhou tons triunfalistas nas palavras de Francis Fukuyama e Kenichi Ohmae. Nesse contexto, a versão neoliberal do capitalismo contemporâneo surgia como a via de desenvolvimento supostamente mais próspera que a razão humana pudera formular. Havia um entendimento geral de que o neoliberalismo não apenas havia mostrado sua superioridade enquanto projeto de sociedade frente aos países socialistas, mas também frente aos diversos modelos que experimentavam algum grau de dirigismo estatal. Nesse sentido, também foram atingidas as experiências desenvolvimentistas que o keynesianismo das décadas de ouro do capitalismo do século XX havia permitido existir. Consolidava-se, nesse período, o monetarismo neoclássico como programa de governo. O argumento era que o modelo keynesiano, baseado na intervenção estatal para adequação da demanda efetiva e no Estado de bem-estar social, atribuía funções ao Estado que não lhe cabiam. As consequências, argumentavam, eram o alto nível de endividamento dos governos e aumento das taxas inflacionárias. As medidas de desregulamentação e redução do papel do Estado foram amplamente implementadas pelas instituições internacionais, que vinculavam a concessão de empréstimos para saneamento das contas externas dos países endividados à adoção de seus pacotes de reforma.

A adesão ao programa neoliberal foi ampla. Se na década de 1970 as experiências foram bastante pontuais, a ascensão ao poder de Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra trouxe o fôlego necessário para a aplicação das ideias da Sociedade de Mont Pèlerin² na maioria dos países da OCDE. Fora do centro capitalista, o neoliberalismo também ganhou terreno. Na

¹ Tradução do autor para: What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of post-war history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government.

² Inicialmente inspirados pela obra de Hayek, *The road to serfdom*, um grupo de eminentes intelectuais liberais, entre eles Karl Popper, Ludwig von Mises, George Stigler, Milton Friedman e o próprio Hayek, realizaram em Mont Pèlerin, na Suíça, o primeiro encontro da sociedade que receberia o mesmo nome. Os propósitos declarados versavam sobre a necessidade de propagação das ideias liberais em suas mais variadas esferas. Apesar de ser pouco citada, a Sociedade de Mont Pèlerin abrigou uma série de economistas e liberais ganhadores de prêmios Nobel em suas fileiras, o que demonstra algum nível de influência nos rumos tomados pelas distintas regiões do mundo. Para mais informações ver: <<https://www.montpelerin.org/wp-content/uploads/2015/12/Short-History-of-MPS-2014.pdf>>.

América Latina, o programa neoliberal foi amplamente absorvido pelos governos de Collor e Cardoso no Brasil, Menem na Argentina, Salinas no México, Perez na Venezuela, Fujimori no Peru, por exemplo. Diante do colapso da União Soviética, o leste da Europa também se inclinou ao amplo programa de liberalização e privatizações do aparato produtivo estatal em que, talvez, seu símbolo máximo tenha sido a terapia de choque proposta pelo ministro polonês Leszek Balcerowicz, declarado adepto das ideias de Hayek. Sem espaço para ampliar essa discussão, podemos dizer que, enquanto programa, o neoliberalismo foi vitorioso. E assim o podemos considerar porque foi adotado por diversos países e atingiu um *status* de hegemonia no pensamento econômico. Isto é, parafraseando Anderson (1995), criou-se a ideia de que “negando ou confessando”, não havia alternativa para os seus princípios e todos tinham de se adaptar às suas normas.

Atendo-nos ao caso latino-americano, podemos dizer que as implicações negativas da adesão, em maior ou menor medida, ao Consenso de Washington³ não tardaram a chegar. Como havia ocorrido em outras regiões, embora o problema da inflação estivesse resolvido, o preço a ser pago foi amargo. Por um lado, as taxas de desemprego mantiveram-se altas ou aguçaram-se, diante de um fraco e oscilante crescimento econômico. Por outro lado, a vulnerabilidade externa a que foram submetidas se mostrava mais forte a cada perturbação internacional deflagrada, das quais foram protagonistas em alguns casos, como a crise mexicana de 1994, a crise brasileira de 1999 ou os recorrentes problemas com as contas externas que culminaram com o *default* da Argentina no início deste século. Dentro da ortodoxia econômica, a maneira que esses países encontravam para manejar as suas crises era por meio da manipulação monetária, que impactava na capacidade interna de capitalização e investimento dos setores produtivos, ou recorrendo às instituições de financiamento internacional, que ao longo das últimas décadas haviam perdido qualquer viés desenvolvimentista e serviam como instrumento de promoção das políticas liberais.

Do ponto de vista produtivo, por outro lado, a região asiática surgia como um novo ator de grande importância. As interpretações para o extraordinário crescimento econômico daquela região são distintas, ainda que converjam em diversos aspectos. Para Amsden (2009),

3 No final da década de 1980, os problemas enfrentados pelas economias latino-americanas passaram a preocupar os interesses dos Estados Unidos, que viam reduzida a capacidade desses países para importar e para honrar os serviços da dívida. Em reunião que agregou economistas de diversos países latino-americanos, John Williamson divulgou um relatório em que fornecia dez propostas para a solução dos problemas. Foram elas: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade. Para mais informações ver Bandeira (2002).

a escolha dos países asiáticos por investir e produzir “ativos baseados no conhecimento” foi fundamental. Medeiros (1998) afirmou que as condições internacionais favoreceram o surgimento de uma divisão regional do trabalho, impulsionadas pela atuação japonesa na região e algum grau de permissividade dos EUA frente ao contexto de Guerra Fria, o que não ocorreu na região latino-americana, por exemplo. Oliveira (1993) destacou os aspectos institucionais com os quais alguns Estados asiáticos conduziram o processo de industrialização tardia. Pires (2011) ressaltou as características de um conjunto de políticas econômicas que expressaria um “modelo asiático de desenvolvimento”, em que, entre outros aspectos, permitia combinar políticas de atração de investimentos para absorção de tecnologias e técnicas de produção com uma orientação à exportação. O fato é que, no processo de reestruturação produtiva mundial, a região foi exitosa em captar parte significativa do capital que fugia das taxas de lucros comprimidas verificadas na Europa e Estados Unidos e buscavam novos espaços de acumulação.

Embora muitos aspectos organizacionais internos dos países asiáticos possam ser similares e seu desempenho explicado pelos mesmos fatores internacionais, a China protagonizou uma experiência bastante singular. Ainda que, em uma suposição grosseira, todos os outros fatores passíveis de análise pudessem ser idênticos, o tamanho do território e população chinesa já seriam suficientes para potencializar os impactos no mundo de qualquer alteração ocorrida naquele país. O grande crescimento econômico da China é um fato extensamente divulgado e analisado nos anos mais recentes. Desde o final da década de 1970, após anúncio do programa de reforma e abertura, a economia do país asiático vinha registrando taxas médias de crescimento do produto interno bruto (PIB) próximas de 10% ao ano. Embora registre relativo arrefecimento desde a crise capitalista de 2008, a economia chinesa continua apresentando taxas de crescimento bastante superiores àquelas dos demais países em desenvolvimento. Além de uma série de transformações estruturais internas, que ocorreram sob o mote do desenvolvimento das forças produtivas como estratégia de transição ao socialismo, o processo de abertura ao comércio e investimentos externos foram fundamentais para os números apresentados no período em questão. Se num primeiro momento a política de comércio internacional chinês centrou-se na internalização da produção para exportação via absorção de investimentos estrangeiros diretos⁴ (IED), sobretudo de produtos intensivos em mão-de-obra,

⁴ Após revisão da metodologia de mensuração do balanço de pagamentos, o Fundo Monetário Internacional passou a utilizar o termo “investimento direto no país” para referir-se ao investimento estrangeiro direto. Contudo, optou-se por utilizar a antiga terminologia neste trabalho. A escolha justifica-se pelo fato de que são poucos os países

em pouco tempo o valor total, o volume e a intensidade tecnológica das mercadorias intercambiadas aumentou. Como parte desse mesmo processo, a necessidade por matérias-primas ampliou ainda mais a gama de parceiros comerciais⁵.

A massiva presença chinesa pela via econômica, da maneira como se deu, ou seja, em curto espaço de tempo, instigou o debate não apenas sobre as causas, mas também sobre as consequências de sua emergência, ou reemergência, como dizem os mais atentos ao passado não tão distante do gigante asiático. As indagações são inúmeras: estaria a China atuando como um ator que desafia o *status quo*, ou a continuidade de seu crescimento econômico depende da sua manutenção? A sua (re)emergência confirma as teses de declínio do poder americano? Em que medida se confirma a transferência do eixo dinâmico da economia mundial para a região do Pacífico e o protagonismo da China nesse processo? O crescimento econômico chinês se manterá por tempo suficiente para ser um vetor de transformação perene no sistema internacional? Caso as teses de declínio da hegemonia americana se confirmem, é a China quem ocupará essa posição, ou se confirmará uma tendência multipolar? Ainda, uma possível transferência de hegemonia ocorreria de maneira pacífica ou reuniria elementos suficientes para uma escalada de conflitos? As questões não se esgotam aqui, e as propostas de explicação também são bastante variadas dentro dos marcos teóricos das Ciências Sociais de maneira geral. Alguns fatores, contudo, merecem destaque pelas implicações que trazem a esta pesquisa.

Em primeiro lugar, a China ascendia como um país que não havia adotado as medidas similares àquelas propostas pelo Consenso de Washington, fato que desafiava a capacidade de previsão daqueles que advogavam em favor das terapias de choque como a chave para o desenvolvimento das economias em transição. Na década de 1990, enquanto o debate central entre gradualistas e convergentes tratava da velocidade com que as reformas liberalizantes deveriam ocorrer, Zhiyuan Cui, eminente representante da Nova Esquerda na China, já alertava para o fato de que as reformas talvez nunca assumissem o molde preconizado pela ortodoxia econômica⁶ (CUI e UNGER, 1994). Frente aos resultados econômicos ruins apresentados pela

que já adotaram a nova nomenclatura e, em sua maioria, os dados aqui trabalhados referem-se a períodos em que vigorava o BPM5. Para mais informações ver: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>.

⁵ No início da década de 1970, ainda sob influência do isolamento ocasionado pela radicalização da Revolução Cultural, as importações chinesas resumiam-se a contratos bastante pontuais para compra de plantas industriais do Japão e Estados Unidos (SPENCE, 1996). Entre os anos de 1995 e 2013 o número de parceiros comerciais, de onde originaram-se as importações chinesas, saltaram de 167 para 212 (UNCTAD).

⁶ Jefferson (2008) reconhecido pesquisador norte-americano da reforma econômica chinesa foi mais adiante. Para além do óbvio desafio que o desempenho econômico chinês impõe aos preceitos do Consenso de Washington, afirmou que a experiência chinesa tende a provocar uma revisão de pressupostos econômicos consagrados no *mainstream* da disciplina e contribui para um aprofundamento das teorias do desenvolvimento e da nova economia institucional.

periferia do sistema internacional e em um contexto em que as propostas neoliberais pareciam a única saída possível, a atenção de muitos pesquisadores e formuladores de políticas econômicas se voltou para a China. Foi nesse sentido que Ramo (2004) se referiu ao Consenso de Pequim. Em oposição ao Consenso de Washington, o Consenso de Pequim não forneceria um modelo universal como solução para o desenvolvimento, mas demonstraria a possibilidade de soluções inovadoras numa espécie de autodeterminação.

Outro ponto importante a se destacar é que, embora os dados econômicos chineses tenham impressionado pela rapidez com que registraram aumento, o Partido Comunista Chinês (PCCh) mantém certa reserva em se assumir como uma grande potência. Nos anos recentes, os termos “ascensão pacífica” e, posteriormente, “desenvolvimento pacífico” foram adotados para se referir à maneira como a China se insere no sistema internacional. Contudo, é possível perceber que as sucessivas gerações no comando do Partido Comunista parecem cada vez mais à vontade para expressar algum nível de superioridade no sistema internacional. A adoção pela gestão de Xi Jinping (2014, p. 41) do *slogan* do “sonho chinês”⁷ poderia indicar o abandono daquele discurso no qual Deng Xiaoping, ainda preocupado com a recém fundada Guerra Fria e com a necessidade de normalização das relações com as grandes potências, insistia na necessidade de ocultar o próprio brilho. Embora as condições chinesas sejam bastante distintas daquelas que se apresentavam na década de 1990, Xi ainda é cauteloso:

Para realizar o sonho chinês, devemos persistir no desenvolvimento pacífico. Seguiremos inalteravelmente o caminho do desenvolvimento pacífico e aplicaremos invariavelmente a estratégia de abertura baseada no benefício mútuo. Não só nos dedicaremos ao desenvolvimento de nosso país como também continuaremos destacando nossa responsabilidade com o mundo e contribuições para ele. Beneficiaremos não apenas o povo chinês como também outros povos do mundo. A realização do sonho chinês trará ao mundo a paz, não a agitação; oportunidades, e não ameaças (XI, 2014, p. 68).

Se para se relacionar com as grandes potências, a China se vale do conceito do desenvolvimento pacífico e do poder responsável (SHIRK, 2007), para se relacionar com o “mundo em desenvolvimento” fica cada vez mais evidente o resgate do espírito de Bandung⁸.

⁷ É interessante notar que Xi Jinping tenha adotado o *slogan* que intitulava o livro de Li Mingfu, publicado em 2010 e que havia causado intenso debate por seu alto teor nacionalista, sobretudo nas mídias norte-americanas. Para mais informações ver: LI, Mingfu. *The World is too important to be left to America*. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/06/china-dream-liu-mingfu-power/394748/>. Acesso em: 16 mai 2016.

⁸ No ano de 2015, na ocasião da comemoração dos 60 anos da Conferência de Bandung, realizou-se uma Cúpula de chefes de Estado entre Ásia e África que foi extensamente divulgada pelos canais de comunicação oficiais da China. Para mais informações ver: XINHUA. *Voz de China: A 60 años de distancia, China mantiene el espíritu*

Com efeito, respaldados pelos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, importante referência da articulação política do Movimento dos Não-Alinhados e do Terceiro Mundo, os chineses ainda se auto-intitulam um país em desenvolvimento. De fato, ainda que o crescimento econômico em números absolutos seja grande, vê-lo sob a perspectiva *per capita* fornece argumentos interessantes para a manutenção deste discurso chinês. Somente nos anos mais recentes é que o PIB *per capita* chinês ultrapassou a média dos demais países em desenvolvimento, mas ainda está muito distante dos números registrados pela média dos países desenvolvidos, que chegam a ser dez vezes maior que a renda *per capita* chinesa.

Tal auto-percepção é latente nos documentos endereçados à periferia do sistema internacional, e que tiveram publicação intensificada ao longo dos anos 2000: o documento de fundação do FOCAC (*Forum on China Africa Cooperation*) (FOCAC, 2000), *China’s African Policy* (CHINA, 2006), *China-Africa Economic and Trade Cooperation* de 2010 e 2013 (CHINA, 2010 e CHINA, 2013), *China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean* (CHINA, 2008), bem como os documentos que se referem à ajuda e a cooperação de maneira geral como *China’s Foreign Aid* de 2011 e de 2014 (CHINA, 2011 e CHINA, 2014). Em todos esses documentos os chineses iniciam suas propostas e explanação das análises que as sustentam reiterando sua condição de país em desenvolvimento e inserindo-se numa lógica de busca pelo desenvolvimento comum, de relações de benefício mútuo, ou “win-win”, em oposição à ideia do jogo de soma zero⁹. Tal discurso é bastante coerente com a proposta de que, para a manutenção do crescimento econômico chinês, é necessário que as relações internacionais se mantenham amistosas. Nesse sentido, Song Xiaoping, pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais, disse:

No ambiente internacional, a China se depara com importantes desafios. Como um grande país em ascensão, sofre fortes impactos do contexto internacional, ao mesmo tempo em que é alvo de suspeitas e preocupações da sociedade internacional. O rápido desenvolvimento chinês provocou debates sobre modelos de desenvolvimento [...] A China declarou como objetivo fundamental o caminho do desenvolvimento pacífico, o qual é determinado pela própria situação do país, pela tradição cultural e fundamentalmente pela

de Bandung. Disponível em: http://spanish.xinhuanet.com/china/2015-04/23/c_134175405.htm. Acesso em 23 abr 2015.

⁹ A ideia do jogo de soma zero não é nova. Desde os mercantilistas suas particularidades são debatidas em seus aspectos econômicos. Como conceito, integra a “teoria dos jogos” que consistiu num esforço de construção de modelos matemáticos para análise de situações conflitivas. No início do século XX, a contribuição dos matemáticos ganhou adeptos na economia e política internacional. O jogo de soma zero, particularmente, refere-se a uma situação em que as partes envolvidas em uma relação não podem ter resultados positivos ao mesmo tempo: para que alguém ganhe, o outro necessariamente deverá sair perdendo (SARTINI, GARBUGIO, *et al.*, 2004). Nas Relações Internacionais o conceito é apreciado pelos autores vinculados à tradição realista.

adaptação da China à corrente mundial de desenvolvimento. O caminho do desenvolvimento consiste, em essência, em procurar um ambiente pacífico internacional, enquanto contribui para a paz mundial com seu próprio desenvolvimento. O caminho para obter um desenvolvimento pacífico é, ao mesmo tempo, política interna e externa, portanto deve-se coordená-las¹⁰ (SONG, 2014, p. 23).

Os anos 2000 marcaram uma nova etapa para a China. O viés exportador da economia chinesa permitiu que o país acumulasse vultosos superávits em transações correntes, que se intensificaram na primeira década deste século. Para a manutenção de seu modelo exportador, a necessidade por matérias-primas e energia passou a ser um fator cada vez mais estratégico. Frente a essas condições, o governo chinês lançou o “Novo Conceito de Segurança” e a política “*Go Global*”. Foi com base nessas diretrizes que o governo organizou uma série de instrumentos e mecanismos para internacionalização de sua economia, para além das relações comerciais. Os investimentos estrangeiros diretos realizados aumentaram de maneira significativa, frequentemente impulsionados pelas empresas estatais chinesas. Foi dado novo vigor aos mecanismos já existentes de financiamento externo, como o Exim Bank of China e o Banco de Desenvolvimento da China, e foram criados fundos soberanos de riqueza que hoje figuram entre os maiores do mundo. Além disso, os chineses não apenas passaram a participar mais ativamente de instituições internacionais de financiamento já existentes, como também, mais recentemente, lançaram-se na criação de novas instituições, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, instrumento importante da iniciativa da nova rota da seda, e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Foi também nos anos 2000 que a Cooperação Sul-Sul ganhou novo fôlego. Se entre as décadas de 1950 e 1970 a coalização do Sul configurou-se como um movimento de caráter eminentemente político, as alterações da economia mundial permitiram que a aproximação econômica entre esses países se intensificasse. Santos (2015) sugere que as crises cambiais dos países periféricos ocorridas entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 produziu um ajuste cambial competitivo nessas economias, fazendo com que a expansão financeira das economias desenvolvidas fosse aproveitada para que se registrasse crescimento econômico com

¹⁰ Tradução do autor para: En el ambiente internacional, China se enfrenta con importantes desafíos. Como un país grande en ascenso, sufre fuertes impactos del contexto internacional, a la vez que recibe sospechas y preocupaciones de la sociedad internacional. El rápido desarrollo de China ha provocado debates sobre los modelos de desarrollo. [...] China ha declarado como objetivo fundamental el camino del desarrollo pacífico, lo cual es determinado por la propia situación del país, por la tradición cultural y fundamentalmente por la adaptación de China a la corriente mundial de desarrollo. El camino del desarrollo consiste, en esencia, en procurar un ambiente pacífico internacional, mientras contribuye a la paz mundial con su propio desarrollo. El camino para lograr un desarrollo pacífico es la política interna y a la vez externa, por lo tanto hay que coordinar lo interno con lo externo (SONG, 2014, p. 23).

saldos positivos nas transações correntes. Pode-se somar a isso o questionamento mais aberto do modelo neoliberal, aparentemente inquestionável poucos anos antes. Cabe aqui salientar o papel chinês, seja como alternativa de modelo de desenvolvimento, seja como um fator que contribuiu para o aumento dos preços das *commodities* e permitiu que muitos países aumentassem sua capacidade de importar, em grande medida, produtos oriundos dos novos países industrializados. Portanto, com o crescimento das chamadas economias emergentes, e uma vontade política muitas vezes associada a seus líderes, ampliou-se o espaço para discussão de uma reformulação do sistema internacional, como indicam a atuação do G20 comercial, a formalização dos BRICS, a criação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), entre outras iniciativas. Além disso, foram aumentados os fluxos classificados como ajuda para o desenvolvimento proveniente dos chamados emergentes. Embora a efetividade dessas iniciativas possa ser questionada, é bastante aceito que os chamados “novos doadores” alteraram o regime de cooperação para o desenvolvimento, ou ajuda para o desenvolvimento como é chamada pelos organismos tradicionais.

Ainda, foi nesse mesmo contexto que as relações da China com a região latino-americana se intensificaram. Do ponto de vista econômico, elas se concentraram, em um primeiro momento, no aumento do intercâmbio comercial, e, mais recentemente, se iniciou o aumento do volume de investimentos e empréstimos, concessionais ou não. Do ponto de vista político, houve estabelecimento ou aprofundamento de canais de diálogo, frequentemente resultantes da política de parcerias estratégicas da China. Em 2008, a China tornou público o primeiro documento endereçado à região como um todo, onde, apesar das propostas bastante amplas, fez referência à sua disposição em ampliar as iniciativas de cooperação com os países da região. No contexto de ampliação do regime de Cooperação Sul-Sul, essa aproximação chinesa foi percebida como uma possibilidade de diversificação dos laços históricos de dependência da região em relação aos parceiros tradicionais, isto é, Europa e principalmente os Estados Unidos. Cabe lembrar que, sobretudo na América do Sul, houve um movimento, em maior ou menor grau, de recusa aos princípios neoliberais e às relações internacionais históricas da região, como evidenciado pela ascensão de uma série de governos de centro-esquerda¹¹. Não

¹¹ Sobre a conjuntura latino-americana Ayerbe (2008, p. 9) assinalou: “Os primeiros anos do século XXI desenharam para o entorno latino-americano um cenário ao mesmo tempo difícil e rico em possibilidades. Entre os elementos característicos relevantes destacamos: o esgotamento de um ciclo econômico marcado pela liberalização dos mercados, no contexto do chamado Consenso de Washington; a emergência de forças políticas e movimentos sociais cuja ação consegue combinar a crítica ao modelo dominante com a construção de alternativas de poder estatal; e a ascensão de governos preocupados com a revalorização do protagonismo do Estado em relação ao mercado, com o objetivo de recuperar capacidades de gestão nos âmbitos interno – especialmente na promoção da

obstante, a evidente assimetria entre a China e os países da região também fomentaram debates sobre uma possível renovação dos laços de dependência, dessa vez com o país asiático.

A presente investigação buscou inserir-se neste debate e analisar em que medida é possível afirmar que as relações de países da América Latina com a China ocorrem em termos benéficos para ambos os lados. Procurou-se, em outras palavras, analisar se as relações econômicas e políticas, que se intensificaram recentemente, vão além da reprodução histórica da dependência característica da inserção internacional sul-americana e prezam, portanto, pelo desenvolvimento mútuo, tal como afirma a diplomacia chinesa. Tendo em consideração que a motivação empírica inicial para esta pesquisa foi a publicação do *China's Policy Paper on Latin America and Caribbean* (CHINA, 2008), questionamos, ainda, se, a partir da existência de tal documento, ou seja desde 2008, as relações de cooperação entre o país asiático e a região latino-americana se alteraram de maneira significativa. Convém ressaltar que o ano de 2008 marca também uma virada cíclica da economia mundial. A crise que atingiu os países desenvolvidos produziu alguns efeitos importantes: forçou uma retração da demanda pelos produtos industrializados oriundos dos países periféricos, resultou num decréscimo dos preços das *commodities* e alterou a tendência de distanciamento entre os superávits em transações correntes do Sul e os déficits do Norte. Ao partir do pressuposto de que as condições econômicas pré-crise favoreceram a promoção da cooperação sul-sul, deve-se considerar que a reversão dessas tendências pode impactar no referido processo.

Para responder à pergunta central da investigação, a abordagem proposta, portanto, buscou elucidar os seguintes aspectos: 1) verificar em que medida a conjuntura deste início de século favoreceu a construção de um regime de cooperação sul-sul e como este possível regime absorveu as alterações econômicas pós-crise de 2008; 2) verificar em que medida as relações chinesas com os demais países *em desenvolvimento* sob o lema do “benefício mútuo” significam um resgate do espírito de Bandung e podem ser consideradas típicas de uma cooperação sul-sul; 3) por fim, analisar, sob o prisma da cooperação sul-sul para o desenvolvimento, a evolução das relações da China com a região latino-americana, e, particularmente, com a região sul-americana.

A hipótese que conduziu essa pesquisa sugeria que, embora com limites estruturais, as relações da China com a região sul-americana, mas não na América Latina como um todo, poderiam se estabelecer nos termos da cooperação sul-sul para o desenvolvimento. Sugeriu-se

equidade social – e externo, em busca de afirmação regional no âmbito sul-americano e maior autonomia nas relações com os Estados Unidos”.

que o debate deveria ser mais complexo que a mera contenda entre oportunidades e ameaças. Esta pesquisa, portanto, procurou sustentar que, pelo viés da cooperação sul-sul, a situação chinesa é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o crescimento econômico chinês impele às economias sul-americanas a um padrão de comércio típico das relações Norte-Sul, a manutenção do ambiente internacional favorável aos objetivos chineses faz com que algumas concessões precisem ser feitas. Nesse sentido, buscou-se demonstrar que a metodologia tradicional de classificação da ajuda para o desenvolvimento se equivoca na análise do caso chinês, pois ao afirmar que as práticas chinesas contêm interesses econômicos, não são transparentes e não permitem a avaliação de sua efetividade, submete a análise a uma visão bastante particular do desenvolvimento.

Além desta introdução, o presente texto se divide em quatro capítulos. No capítulo 1 buscamos trabalhar o conceito de desenvolvimento econômico e de cooperação internacional para o desenvolvimento. Partimos do pressuposto de que ambos os conceitos são marcados historicamente e, com tal, devem ser entendidos por uma perspectiva histórica. Entende-se que o século XXI apresentou condições para que o discurso da Cooperação Sul-Sul fosse retomado. Se o contexto internacional já não é mais o mesmo que aquele em que foi realizado o encontro de Buenos Aires, no ano de 1978, é necessário atualizar o debate. Entendemos que, a despeito do avanço do debate, a definição da Cooperação Sul-Sul ainda é bastante problemática. Na busca por instrumentos de medição eficientes da prática cooperativa, faz falta uma orientação teórica que dê sentido às variáveis e questione a possibilidade da Cooperação para o desenvolvimento e do próprio desenvolvimento, em última instância.

No capítulo 2, buscou-se apresentar algumas saídas teóricas para entender o problema. Em primeiro lugar, assumiu-se que a abordagem do problema não deveria se restringir à identificação da efetividade da ajuda. Embora sejam ferramentas importantes, faltaria um entendimento sistêmico da hierarquia do sistema internacional e da possibilidade de desenvolvimento da periferia. Assim, justificou-se a utilização de três pressupostos das análises da Economia Política dos Sistemas-Mundo, em particular Arrighi (2008) e Silver e Arrighi (2012): 1) o movimento de ascensão chinesa na hierarquia internacional mantém-se, mas a assunção do papel hegemônico como centro político e econômico do ciclo-sistêmico de acumulação não é algo definido; 2) o papel do Estado chinês nesse processo é central, motivo pelo qual a relação deste com os demais agentes do sistema-mundo é determinante para os rumos deste ciclo sistêmico de acumulação; 3) em um momento de caos sistêmico são colocadas as possibilidades para uma organização alternativa do sistema-mundo. Além disso, buscou-se justificar a escolha de algumas variáveis derivadas da análise neoestruturalista da CEPAL,

como ferramenta de análise dos impactos das relações entre a China e países da América do Sul.

No capítulo 3 buscou-se identificar os fundamentos econômicos da ascensão chinesa, bem como suas implicações políticas e econômicas. Partiu-se do pressuposto de que o passado recente da República Popular da China na construção do Terceiro Mundo é um elemento importante do discurso de Cooperação Sul-Sul que o país asiático busca resgatar. Constatou-se, contudo, que as condições para promoção daquele discurso já não são as mesmas. O peso da China no sistema internacional é bastante distinto e já não existe o contexto de Guerra Fria sobre o qual a promoção da política equidistante se assentava. As necessidades estratégicas chinesas, consubstanciadas no Novo Conceito de Segurança, à impele a adotar uma postura mais agressiva em relação à obtenção de matérias-primas e fontes energéticas. Frente a esse contexto, analisou-se, pois, quais as características econômicas, políticas e institucionais das relações da China com o “mundo em desenvolvimento”, tal como os documentos chineses costumam se referir.

No capítulo 4 foram apresentadas as características das relações entre a China e a América Latina. Esse caminho foi necessário haja vista que, inicialmente, esta pesquisa pretendia analisar os impactos do *China's Policy Paper on Latin America and Caribbean*. Procurou-se, então, demonstrar que as relações da China com a região são bastante heterogêneas e envolvem a proximidade dos países da América Central e México com a economia estadunidense, a questão de Taiwan, e a própria estrutura econômica distinta dos países da região. Por este motivo, em seguida, aprofundou-se a análise das relações da China com dois países sul-americanos: Brasil e Chile. O objetivo foi comparar se existiam diferentes condutas relativas à cooperação sul-sul em países com estruturas econômicas e propostas de inserção internacional distintas.

1. A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Encontrar um referencial teórico-metodológico para investigar se as relações entre China e América Latina se caracterizam como cooperativas e se redundam em desenvolvimento exigiu algumas escolhas. Buscamos, aqui, justificá-las. Por um lado, existem análises sobre o comportamento chinês no âmbito internacional com enfoques dos mais diversos. Questiona-se se os chineses concorrem para suplantar os Estados Unidos como potência hegemônica, se isso ocorrerá mesmo que com alguma relutância momentânea da liderança do PCCh, se se estabelecerá uma nova guerra fria ou mesmo se os chineses possuem condições para permanecer como um ator político-econômico relevante em médio prazo e se manterão como uma potência média fiadora da hegemonia norte-americana (SHIRK, 2007; ARRIGHI, 2008; MOYO, 2013; KISSINGER, FERGUSON, *et al.*, 2012). Os próprios chineses insistem na autopromoção da imagem de um país em desenvolvimento e resgatam seu passado recente para embasar tais afirmações (CHINA, 2011). Assumir uma ou outra definição implicaria em diferenças metodológicas relativas à Cooperação de tipo Norte-Sul ou de tipo Sul-Sul. Afinal, uma das condições principais da Cooperação Sul-Sul é justamente seu caráter horizontal, em contraposição a assimetria percebida nas relações de tipo Norte-Sul. A situação se agrava quando se questiona se essas análises não seriam demasiadamente *ocidentais* para compreender as especificidades do dragão asiático (FENG, 2011). Sobre isso nos ocuparemos nos capítulos seguintes.

Por outro lado, o estudo da cooperação internacional para o desenvolvimento também se mostra muito diverso. Aparentemente, quanto mais agências governamentais, intergovernamentais e não-governamentais existirem, mais definições distintas haverá sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento (LEITE, 2012). Alguns autores reclamam para as Relações Internacionais a tarefa de compreendê-la (MORGENTHAU, 1962; PAUSELLI, 2013; AYLLÓN, 2006). Outros afirmam que a teoria proveniente das Relações Internacionais está demasiadamente influenciada pela visão eurocêntrica de mundo e os problemas enfrentados pelos países periféricos não seriam percebidos por metodologias pensadas nesses grandes centros (BERNAL-MEZA, 2005). Nesse sentido, uma interpretação mais plausível dos efeitos da cooperação internacional para o desenvolvimento deveria ser pensada, geograficamente, desde o Sul global e deveria adequar a concepção de desenvolvimento contida nas interpretações oriundas do Norte à própria realidade.

Considerando esses problemas, o levantamento bibliográfico que nos indicasse um referencial teórico-metodológico nos retornou uma variedade grande de possibilidades a serem seguidas. Fosse buscando trabalhos que analisassem as relações China-América Latina, fosse buscando trabalhos que discutissem a cooperação internacional em perspectiva teórico-metodológica, foi preciso encontrar uma maneira de sistematizar a bibliografia. De fato, à primeira vista, o campo natural onde buscar apoio para se pensar a cooperação *internacional* para o desenvolvimento é o das Relações Internacionais. Afinal, a dicotomia cooperação-conflito permeou grande parte das discussões dos internacionalistas. O problema é que, frequentemente, o tema foi pensado ou como um instrumento de política externa das grandes potências (tradição realista) ou como um dever moral dos países desenvolvidos na promoção de um mundo mais justo (tradição liberal/idealista). Pauselli (2013), mediante amplo levantamento bibliográfico, ressalta este ponto. Os trabalhos preocupados em discutir teoricamente a cooperação internacional para o desenvolvimento focaram-se em discutir as motivações que levaram os países a conceder ajuda externa girando em torno das variáveis *egoísmo* e *altruísmo*. Faltava a esse conjunto de trabalhos uma abordagem que unisse o embasamento teórico com propostas metodológicas mais claras.

Algumas questões levantadas por Pankaj (2005, p. 104) são pertinentes e ajudam a direcionar o levantamento teórico e seus respectivos instrumentais analíticos. Em primeiro lugar questiona: “qual é o papel da ajuda externa na política internacional?” Ela serve para estabelecimento de relações mais “cordiais” entre as partes ou apenas para promoção dos interesses do país fornecedor? A segunda ordem de perguntas levantadas pelo autor indaga: a ajuda/cooperação¹² é capaz de proporcionar desenvolvimento? Poderíamos realizar a mesma pergunta com nuances diferentes. Que *tipo de desenvolvimento* é possível em relações de ajuda ou de cooperação para o desenvolvimento? A existência de relações Sul-Sul ou Norte-Sul é determinante para resultados positivos (ou efetividade) das políticas de ajuda/cooperação ao desenvolvimento? Face a essas interrogações julgamos pertinente dividir a busca pelo referencial teórico sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento em dois caminhos. O primeiro conjunto de perguntas foi alvo de investigações do chamado *mainstream* das Relações Internacionais, como nos referimos acima. O segundo conjunto de perguntas encontra respostas na economia política clássica e no resgate de alguns desses pressupostos nas teorias do desenvolvimento do século XX, após recuo da hegemonia marginalista. Embora essa seja

¹² Num primeiro momento utilizamos os termos ajuda e cooperação praticamente como sinônimos. Mais adiante demonstraremos como a utilização de um ou outro termo é importante para diferenciação das matrizes teóricas privilegiadas.

uma maneira didática de abordar nosso problema, ela não representa fielmente a diversidade teórica e metodológica em suas várias intersecções. Se, para os países do Norte, as Relações Internacionais eram eminentemente políticas, para os países do Sul elas eram ou, como sugeriu Bernal-Meza (2005, p. 17), *deveriam ser* estreitamente vinculadas às questões econômicas.

Optamos por seguir a linha de raciocínio que não enxerga a possibilidade científica de divisão clara entre as duas áreas. Como, desde o nosso ponto de vista, existe uma dificuldade, se não impossibilidade, em separar claramente o que é essencialmente político e o que é essencialmente econômico optamos por discutir a literatura sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) de maneira conjunta, apresentando contribuições das Relações Internacionais, das Teorias do Desenvolvimento e suas possíveis intersecções. Para facilitar a análise e a revisão da literatura utilizamos dois recortes, um de caráter geográfico e outro de caráter temporal. Em relação ao primeiro, é possível distinguir duas dimensões: a Cooperação de padrão Norte-Sul e a Cooperação Sul-Sul. A diferença fundamental entre as duas está justamente na origem geográfica da transferência de recursos, mas não se esgota aí. Por isso, procuramos identificar as bases teóricas sobre as quais se sustentam e as diferenças políticas e ideológicas que motivam a existência da classificação distinta.

Em relação ao recorte temporal, podemos identificar três períodos distintos. Essa periodização serve para classificação tanto da Cooperação Norte-Sul (CNS) quanto da Cooperação Sul-Sul (CSS). O primeiro momento se registra entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970, quando se gestaram a moderna teoria do desenvolvimento e as instituições promotoras da CID. Entre a década de 1970 e o final dos anos 1990 houve profunda revisão da teoria do desenvolvimento e a abordagem liberal suplantou o intervencionismo keynesiano como orientador das políticas econômicas. A CID acompanhou esse movimento e, enquanto transferência de recursos associada às políticas de Estado, perdeu espaço para as teses mercadológicas de fluxo financeiro. A partir do século XXI, seja do ponto de vista da CNS, seja do ponto de vista da CSS, a CID recuperou prestígio e passou-se a debater a prática contextualizando-a com o movimento de globalização, o relativo fracasso das políticas neoliberais e a ascensão de potências emergentes.

1.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ORIGENS E LIMITAÇÕES

Embora o desenvolvimento econômico apenas tenha passado a ser sistematicamente estudado, precisamente com essa nomenclatura, na segunda metade do século XX, o sentido filosófico que o mantém tomou forma junto ao surgimento de sociedade ocidental moderna. O

“desenvolvimento” construiu-se sobre as bases do conceito de “progresso”. Como apontou Mattedi (2002), este último termo, sim, foi largamente utilizado em outros contextos:

Se observarmos, nas últimas décadas, a questão do desenvolvimento, temos que partir da ideia de que o pensamento sobre o desenvolvimento se organizou a partir do conceito de progresso. Se forem procuradas as raízes da noção de progresso, temos que voltar bastante longe: à Bíblia, à filosofia grega, a algumas noções de utopia na Idade Média, e essencialmente ao Iluminismo – i.e. ao pensamento das estruturas sociais, de formas de pensamento mais tradicionais –, à confiança na razão, no poder do homem de transformar a sociedade e a si mesmo. Neste quadro, a Filosofia da História tenta mostrar que a História não é apenas uma sucessão de acontecimentos ocasionais, mas que tem uma lógica por trás. A maioria dos pensadores vai encontrar, dentro dessa lógica, uma lógica de progresso, de liberação, de melhoria das condições de vida: Kant, Hegel, ... ou no quadro da Economia, Adam Smith. Do lado da Sociologia também, no século XIX, com a influência das teorias biológicas da evolução, percebemos de novo essa noção de progresso, na passagem das sociedades tradicionais para as modernas (MATTEDI, 2002, p. 95).

Ao analisar o conceito de progresso mediante uma ótica particular, qual seja a de encontrar as contradições no emprego do termo, geralmente associada a uma justificativa do “discurso hegemônico da acumulação”, Dupas (2006, p. 19) corroborou com o excerto acima. O autor se permitiu afirmar que, relacionado ao progresso, além da conhecida noção de um conjunto de melhoramentos por que possa passar uma determinada sociedade, há um aspecto da referência temporal que pode ser considerado uma particularidade própria de nosso tempo. A concepção de progresso na modernidade esteve invariavelmente associada a uma espécie de “profecia para o futuro”, sentido este que não fora conhecido “na Antiguidade Clássica nem na Idade Média, quando a concepção geral da história era a de decadência, partindo da perfeição primitiva (idade do ouro) ou de um ciclo de eventos que se repete indefinidamente”.

Mesmo que a noção de progresso não seja, portanto, vista como um avanço invariável, ou sem eventuais retrocessos, a sociedade moderna ocidental habituou-se a pensar que, ao fim, poderíamos, nós, os seres-humanos, partilharmos de uma sociedade melhor¹³. É compreensível que, imbuído da noção temporal dos rumos da sociedade ocidental, o pensamento elaborado *pari passu* à construção desta estivesse relacionado ao progresso, ainda quando não se o cita diretamente. É salutar, portanto, que haja uma clarificação do teor progressista contido na noção de desenvolvimento. Até porque existem e existiram questionamentos sobre o sentido

¹³ É sintomático, por exemplo, que no início do século XVI Thomas Morus (2012) tenha publicado “Utopia”, obra na qual parte da crítica da realidade para exercitar a capacidade de imaginar, de maneira inteligível, “o *não* lugar”, a “felicidade ainda não experimentada”, um “modo de vida ainda não concretizado pelo homem e pela mulher” (CORREIA, 2009).

necessário de melhoria que carrega o termo progresso; ou mesmo sobre o sentido de progresso que carrega o termo desenvolvimento. O questionamento da possibilidade de desenvolvimento seguiu alguns caminhos distintos que, certamente, se ramificaram mais adiante. Porém, é possível separar duas grandes tendências. Por um lado, a perspectiva relativista, ou, mais amplamente, antropológica; por outro lado, a crítica à inerência de um sentido emancipatório e progressista contido na razão moderna.

Desde a perspectiva relativista se pode questionar a validade de esforços – ou mesmo imposições – para que o conjunto da população humana adquira características de organização social, política e econômica homogêneas, similares às populações europeias. Pode-se dizer que o relativismo trabalhado no âmbito da antropologia questionou a validade da razão ocidental, aí incluída a lógica progressista do desenvolvimento, em sociedades “não-ocidentais”. Com objeto de estudo distinto, no interior da própria sociedade capitalista moderna se gestou uma crítica ao projeto racional de origem iluminista e de seus resultados reais. Os problemas da modernidade na Europa, tornados evidentes, por exemplo, pelas duas grandes guerras que assolaram o continente na primeira metade do século XX já começavam a despertar desconfiança. Certamente a Teoria Crítica das Ciências Sociais foi um expoente de tal contestação.

Não foi pretensão deste trabalho analisar em profundidade esta faceta do tema¹⁴. A referência a esse debate tem o objetivo de aclarar que não se pode perder de vista os problemas que o conceito de desenvolvimento traz junto de si. Os temas socioambientais, os problemas inerentes à sociabilidade moderna ou mesmo a relação entre desenvolvimento e democracia¹⁵, por exemplo, são questões que, certamente, devem fazer parte dessa discussão em uma perspectiva mais ampla. Ciente dessas limitações, contudo, entendemos que nossa análise não se prejudica, uma vez que não buscamos discutir a construção de uma sociedade ideal no sentido utópico do termo. Procuramos apenas identificar variáveis relacionadas a uma definição de desenvolvimento econômico que pudessem ser mensuradas e ordenadas de forma a se estabelecer um nexos causal entre elas. Formulando a frase de outra maneira, poderíamos nos questionar: que tipo de “desenvolvimento” é possível para a periferia do sistema internacional neste contexto de globalização e de ressurgimento da China? O primeiro passo para responder

¹⁴ Como forma de ampliar essa discussão sugerimos, por exemplo, as leituras de Habermas (1987) e Schröder (2014). Autores como Bettelheim (1973), Baran (1986) e Sweezy (1981; 1974) contribuem para uma análise marxista dos limites e viabilidade do desenvolvimento capitalista e da utilização das forças produtivas burguesas nas sociedades pós-revolucionárias.

¹⁵ Para mais informações ver: SEN (2000), CEPÊDA (2008), FURTADO (1974).

a essa questão é realizar uma breve análise da construção do conceito de *desenvolvimento econômico* e suas implicações para a cooperação para o desenvolvimento.

Apesar do campo de estudos ser relativamente recente, as preocupações características das teorias do desenvolvimento do século XX guardam relação com discussões anteriores. Outro fator relevante é a possibilidade de se traçar um *denominador comum* para a definição de desenvolvimento econômico, mesmo quando se trata de pesquisadores provenientes de escolas bastante distintas. Amartya Sen (1988, p. 10) afirmou que inquietações similares aos desenvolvimentistas do século XX podem ser encontradas ao longo de quase toda a construção da economia enquanto campo específico de estudo. Para ele, os escritos de Sir William Petty, datados de 1676, foram parte das primeiras reflexões sobre o desenvolvimento que se tem registro. Na obra intitulada *Political Arithmetik*, Petty preocupou-se não somente com o “crescimento de números e rendas”, fato que lhe confere o pioneirismo da economia quantitativa, mas também com o *padrão de vida das pessoas*. Essa preocupação não se esgota aí.

De fato, nas primeiras contribuições à economia, o desenvolvimento econômico dificilmente pode ser separado do restante das economias, uma vez que muito da economia era, na realidade, relacionado com problemas do desenvolvimento econômico. Isso aplica-se não somente aos escritos de Petty, mas também a outros pioneiros da economia moderna, incluindo George King, François Quesnay, Antoine Lavoisier, Joseph Louis Lagrange, e mesmo Adam Smith. *Uma investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações* era também uma investigação sobre as questões básicas do desenvolvimento econômico ¹⁶ (SEN, 1988, p. 10).

Ao se deparar com a crescente preocupação em torno do desenvolvimento como se viu na segunda metade do século XX e seguindo essa mesma linha de raciocínio, Thweatt (1971, p. 15) ponderou que não se podia circunscrever tal interesse somente ao que chamou de “teorias modernas do desenvolvimento”. A preocupação com os “problemas do desenvolvimento” foi recorrente na gênese da Economia Política Clássica. Os autores que contribuíram para sua formação estavam interessados em questões do aumento da produção e produtividade, bastante vinculada a todo o processo de divisão do trabalho e industrialização por qual passaram as

¹⁶ Tradução do autor para: “Indeed, in the early contributions to economics, development economics can hardly be separated out from the rest of economics, since so much of economic was, in fact, concerned with problems of economic development. This applies not only to Petty’s writings, but also to those of the other pioneers of modern economics, including George King, François Quesnay, Antoine Lavoisier, Joseph Louis Lagrange, and even Adam Smith. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations was, in fact, also an inquiry into de basic issues of development economics”.

economias que foram, então, analisadas pelos autores clássicos. Foi nesse sentido que Thweatt afirmou:

[...] convém lembrar [que], as atuais nações industrializadas eram “subdesenvolvidas” ao nascer da ciência da Economia e, em consequência, grande parte desse período inicial no desenvolvimento da ciência foi também absorvido pelos problemas das “economias atrasadas”, ou “em desenvolvimento”. [...] Realmente, pareceria que, excetuado apenas o período de 1870-1930, a principal preocupação dos economistas concentrou-se sempre sobre os problemas econômicos dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Isso indubitavelmente ocorreu nas obras dos mercantilistas e fisiocratas – os primeiros salientando a importância do comércio externo, e os segundos, dos excedentes agrícolas para o crescimento econômico (não soa isso como coisa algo moderna) – e, afinal de contas, o título da obra-prima de Adam Smith foi *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. O intenso interesse pelo “progresso do homem” persistiu através de toda a época de Malthus, Ricardo, J. S. Mill e Karl Marx. Em seguida, após um período de 60 anos, que, em outro contexto chamei de “solução marginalista” (1870-1930), os economistas, mais uma vez, voltaram à “magnífica dinâmica” do desenvolvimento econômico.

É possível questionar o excerto acima quando se refere ao *subdesenvolvimento* omitindo as condições sob as quais se relacionavam os países em vias de industrialização no período em que se estruturava a Economia Política Clássica enquanto disciplina acadêmica. Contudo, também é possível concordar com o autor e afirmar que, com maior ou menor ênfase, o tema do desenvolvimento, e uma série de categorias que acompanham esse termo como progresso, produtividade e crescimento econômico, permeou as discussões da economia desde o século XVIII, ocupou espaço nas ciências sociais como um todo ao longo do século XX e, certamente, a partir da segunda metade dele ganhou tons “terceiro-mundistas”. Para que isso fosse possível, os contextos teórico e histórico foram tomando forma e convergiram ao longo do final do século XIX e primeira metade do século XX.

Do ponto de vista teórico, o século XX se via frente à crise do paradigma do marginalismo neoclássico¹⁷. Ao mesmo tempo em que a ordem liberal sustentada pela hegemonia inglesa declinava, a economia marginalista via suas premissas ficarem cada vez mais distantes dos elementos empíricos. Se os neoclássicos eram capazes de explicar a determinação dos preços e comportamento de empresas e consumidores numa economia capitalista descentralizada, seus modelos não serviam para análise dos grandes conglomerados imperialistas que se formavam naquele período, nem para explicar aspectos do comércio

¹⁷ Entendemos a “crise de paradigma” nos termos de Thomas Kuhn, ou seja, percepções de anomalias presentes no paradigma anterior que, frente a episódios extraordinários, dão origem a revoluções científicas (KUHN, 1970).

internacional. Suas premissas serviram menos ainda para entender e propor alternativas para resolução da crise capitalista de 1929. Em linhas bastante gerais pode-se dizer que ao Estado neoclássico se reservava a prerrogativa da intervenção para contornar as falhas de mercado e dissolver possíveis monopólios. As evidências empíricas, todavia, demonstravam o contrário.

É interessante notar que as propostas de políticas econômicas dos dois principais desafiantes à hegemonia inglesa no final do século XIX e início do século XX, Alemanha e Estados Unidos, já continham altas doses de intervenção estatal¹⁸. Hamilton (1791), em seu conhecido *Report on Manufacturing*, alertava para a necessidade, ao contrário da especialização proposta pelas contrapartes inglesas, da diversificação da estrutura produtiva nos Estados Unidos, passando a adotar uso mais intenso de máquinas (manufaturas) aliado a medidas protecionistas no âmbito comercial. Mais além do tema comercial, previa intervenção do Estado para criação de um robusto sistema bancário e de transportes, que daria apoio ao desenvolvimento industrial. Afinal, disse Hamilton (1791, p. 4), “[...] o estabelecimento de manufaturas não apenas proporciona um aumento positivo do produto e das receitas da Sociedade, mas contribui essencialmente para lhes render mais do que seria possível sem tais estabelecimentos”¹⁹. List (1899), que se exilou nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX, pôde ver o projeto do ex-secretário do tesouro norte-americano ser posto em prática²⁰. Inspirado pelo pragmático Hamilton e apoiado no estudo da história, List desenvolveu teoricamente o argumento da necessidade do protecionismo e da garantia de condições específicas para o fomento de uma “indústria infante”. Suas ideias foram fundamentais para a criação do *Zollverein*²¹ e para a integração da infraestrutura na região germânica.

Apesar das propostas intervencionistas terem ganhado corpo nos países desafiantes à hegemonia inglesa ao longo do século XIX, é somente no século XX que as condições para a

¹⁸ Para uma análise do papel do Estado no desenvolvimento dos países centrais ver: Chang (2004; 2007)

¹⁹ Tradução do autor para: “That manufacturing establishments not only occasion a positive augmentation of the Produce and Revenue of the Society, but that they contribute essentially to rendering them greater than they could possibly be, without such establishments”.

²⁰ Sobre o projeto de Hamilton, Chang (2007) afirma o seguinte: “In the Report, Hamilton proposed a series of measures to achieve the industrial development of his country, including protective tariffs and import bans; subsidies; export ban on key raw materials; import liberalization of and tariff rebates on industrial inputs; prizes and patents for inventions; regulation of product standards; and development of financial and transportation infrastructures. [...]Hamilton provided the blueprint for US economic policy until the end of the Second World War. His infant industry programme created the condition for a rapid industrial development. He also set up the government bond market and promoted the development of the banking system (once again, against opposition from Thomas Jefferson and his followers). It is no hyperbole for the New-York Historical Society to have called him ‘The Man Who Made Modern America’ in a recent exhibition.

²¹ União Aduaneira dos Estados Alemães, dispositivo de grande importância para a posterior unificação política do território.

atuação cotidiana do Estado na economia se dá de maneira mais clara. Neste período, a Teoria Geral de Keynes, publicada originalmente no ano de 1936, foi de grande importância. O economista inglês passou a questionar a capacidade do mercado para garantir o funcionamento da economia em situação de pleno emprego, como previa a Lei de Say. Para ele era mais comum que, dada a propensão marginal ao consumo decrescente, o pleno emprego das forças produtivas dependia dos investimentos. Assumindo que os investimentos privados nem sempre seriam capazes de cumprir esse papel por apresentarem uma tendência ao entesouramento em momentos de turbulência, caberia ao Estado aumentar seus gastos sempre que necessário (KEYNES, 1985). Há que se ressaltar, no entanto, que não é a teoria keynesiana a responsável direta pelo surgimento de práticas de planejamento. Ao contrário, é o resultado da necessidade de fundamentação teórica para atuação do Estado na economia, algo que emanava das condições historicamente dadas. As duas grandes guerras do século XX e a Grande Depressão após a crise capitalista de 1929 foram eventos marcantes que contribuíram para o desenvolvimento de instituições e quadros técnicos aptos a trabalharem na gestão estatal (TEIXEIRA, 1983; ALMEIDA FILHO e LOPES, 2011).

Se por um lado pode-se dizer que, neste período, a contribuição teórica de Keynes surgiu para responder à necessidade de fundamentação da intervenção estatal nos países capitalistas, por outro lado, não se pode deixar de mencionar os esforços de planificação da economia soviética. Ainda que não seja possível identificar influências diretas da planificação soviética no planejamento capitalista²², os debates sobre a melhor equação entre mercado e Estado na determinação das variáveis econômicas foram bastante importantes para inspirar as incursões modernizadoras de regiões pobres do planeta²³. De uma maneira ou de outra, a primeira metade do século XX deu condições à construção de alternativas teóricas ao neoclassicismo que fundamentou o *Laissez-faire* sustentado pela hegemonia inglesa. Assistindo ao desenvolvimento de capitalismo tardios como o estadunidense, o alemão e o japonês, por exemplo, ou ao desenvolvimento das forças produtivas na União Soviética, a *modernização*

²² Almeida Filho e Lopes (2011) afirmam que, num primeiro momento, não havia muitas informações e estudos sobre a planificação soviética nas economias ocidentais.

²³ Em estimativa realizada para o ano de 1978, Wilczynski (1987) comparou o PNB *per capita* dos países então considerados socialistas. Além da URSS, outros países europeus como R.D. Alemã, Tchecoslováquia, Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia, Iugoslávia encontravam-se acima da média mundial. Os países asiáticos Afeganistão, Mongólia, China, R. D. p. da Coreia, Vietnã, Laos e Camboja; países africanos Congo, Angola, Benin, Guiné-Bissau, Moçambique, Somália e Etiópia; Cuba nas Américas, Iêmen no Médio Oriente e Albânia na Europa, encontravam-se abaixo da média mundial de PNB *per capita*.

parecia estar ao alcance das áreas deprimidas do planeta (HOBSBAWM, 1995, p. 199; DOS SANTOS, 2000, p. 3).

1.2. A AJUDA PARA O DESENVOLVIMENTO: PADRÃO NORTE-SUL

A disputa bipolar entre União Soviética e Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial apenas intensificou uma disputa que já tinha suas origens na Revolução de 1917. Recorrendo a um trecho de Hobsbawm (1995, p. 14) pode-se dizer que, no Breve Século XX, “nos habituamos a pensar na moderna economia industrial em termos de opostos binários, ‘capitalismo’ e ‘socialismo’ como alternativas mutuamente excludentes, uma identificada com economias organizadas com base no modelo da URSS, a outra com todo o restante”. Conforme o movimento de descolonização avançava, portanto, as possibilidades postas à mesa para as áreas pobres do planeta vinham das recomendações dadas pelos grandes líderes dos blocos antagônicos. No eixo político-econômico ocidental, a *Teoria da Modernização* era, afinal, a afirmação teórica da possibilidade de desenvolvimento à imagem das economias capitalistas industrializadas e, sob uma perspectiva mais otimista, que pudesse ocorrer em menor tempo²⁴. O surgimento da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) deve ser entendido dentro desse contexto²⁵.

Se o surgimento da CID esteve fortemente atrelado ao contexto da Guerra Fria, conseqüentemente, os discursos e ideologias presentes também foram assim determinados. A concessão de ajuda, e os próprios objetivos contidos nela, podiam ser facilmente relacionados à expansão dos valores do bloco ocidental. Os direitos humanos, a descolonização, e o desenvolvimentismo, como já mencionado, estavam na pauta do dia. De acordo com Milani (2014, p. 35), “[...] teoricamente, os anos 1950 e 1960 assistiram à consolidação de um desenvolvimentismo estreitamente associado ao keynesianismo e à ideia de modernização”. Contudo, todo o aparato de ajuda construído necessitava de uma justificativa. Detenhamo-nos nessas questões por um momento. Relativas ao *mainstream* das Relações Internacionais, ou o que podemos chamar de padrão Norte-Sul de cooperação para o desenvolvimento,

²⁴ Wallerstein (2012) cita que o caminho proposto para colônias e ex-colônias pelo revisionismo marxista que tomou forma após o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956 “acabou se tornando surpreendentemente similar ao defendido pela teoria da modernização, com uma diferença crucial: a versão soviética sugeria que o país/modelo “avançado”, a ser imitado, era a URSS e não os EUA”.

²⁵ Para uma análise das práticas voltadas à cooperação para o desenvolvimento fornecidas pela União Soviética ver: Curado (2014)

trabalharemos aqui matrizes teóricas consideradas predominantes para formulação de uma teoria da CID²⁶, uma de inspiração realista e outra de inspiração liberal ou idealista.

Quando escreveu *Vinte anos de Crise*²⁷, Edward Carr (2001) estava preocupado com a maneira com que se desenrolaram as propostas para manutenção da paz. Para ele havia um elemento demasiado utópico que guiava as análises daqueles que ficaram conhecidos por *idealistas*. A proximidade com a Primeira Guerra Mundial e o anseio de evitar novo conflito daquela magnitude havia-os cegado, dizia Carr. A elaboração teórica dos idealistas centrava-se mais na construção ética e moral de um devir e não de uma análise *realista* das questões internacionais. A eclosão e o final da Segunda Guerra Mundial, bem como a lógica bipolar da Guerra Fria alçaram o realismo a uma condição de hegemonia no pensamento que guiava as pesquisas em Relações Internacionais. É necessário salientar que a própria identificação da *bipolaridade* está associada à análise realista.

Hans Morgenthau, em *A Política entre as Nações*, deu significativa contribuição tanto ao apresentar um conjunto de pensamento sistematizado para definição da metodologia de análise realista, quanto no sentido empírico-normativo, ou seja, para a compreensão da ordem mundial bipolar do pós-Segunda Guerra Mundial (BEDIN, 2011, p. 115). Já no início de sua referida obra o autor localizou o debate em que se inseriam suas propostas de análise e reconheceu que “a história do pensamento político não é mais do que uma contenda entre duas escolas doutrinárias que diferem fundamentalmente em suas concepções da natureza do homem, da sociedade e da política”. Por um lado, portanto, considerou que “uma determinada ordem política, racional e moral, por ser derivada de princípios abstratos válidos universalmente, pode ser alcançada nas condições atuais e de pronto”. Os impedimentos para que a sociedade se elevasse aos padrões racionais concebidos *a priori* resumir-se-iam “[...] à falta de conhecimento e de compreensão, à obsolescência das instituições sociais ou à depravação de certos indivíduos ou grupos isolados” (MORGENTHAU, 2003, p. 3). Por outro lado, a visão realista, consideraria o mundo imperfeito como ele é do ponto de vista racional, ou seja, composto por forças que, inerentes à condição humana, são conflitivas em sua essência. Partindo deste pressuposto, afirmou:

²⁶ Diversos autores, com pequenas variações, consideram realismo, liberalismo e marxismo as matrizes das quais outras teorias de “alcance médio” (*middle-range theories*) surgiram. Para uma análise da construção das Relações Internacionais ver: Mariutti (2013), Barbe (1995), Arenal (1990), entre outros. Para uma análise das teorias que sustentaram as práticas da CID, ver Pauselli (2013), Leite (2012), Pankaj (2005), Sangreman (2009), e outros.

²⁷ A primeira edição foi publicada em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Assim, para poder melhorar o mundo seria necessário trabalhar com essas forças, e não contra elas. Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados mediante o recurso, sempre temporário, ao equilíbrio de interesses e à inevitavelmente precária solução de conflitos (MORGENTHAU, 2003, p. 4).

Embora com uma complexidade de análise cada vez maior dos recursos de poder e das formas para obtenção do almejado equilíbrio como recurso para se evitar uma escalada de conflitos que culminassem em guerra²⁸, os princípios desse pensamento perduraram como orientadores da tradição realista. Algumas considerações devem ser aqui ressaltadas para caminharmos no entendimento de nosso objeto de estudos.

Em primeiro lugar, os princípios realistas tal como apresentados por Morgenthau reduzem a possibilidade de cooperação a eventos esporádicos. O Estado, concebido como unidade de análise fundamental do realismo, assumiria as características humanas egoístas e conflitivas. No sistema internacional, tal característica teria sua expressão na constante busca pelo poder, o que levaria, em última instância, a uma permanente incompatibilidade de interesses. Em segundo lugar, parte-se de um determinado nível de análise, em que somente as *potências* são elegíveis. Isso se expressa pela frequência em que os estudos realistas apresentam problemas e soluções desde o ponto de vista dos países anglo-saxões (BERNAL-MEZA, 2005, p. 59). Em terceiro lugar, a análise realista considera a esfera política como metodologicamente independente. Essa opção não surpreende se levamos em conta sua origem geográfica e temporal. A condição econômica “desenvolvida” dos países anglo-saxões tornava desnecessária uma análise das relações internacionais preocupada com a distribuição da riqueza. Fazia mais sentido pensar na distribuição do poder sob a perspectiva política (BARBÉ, 1995).

Esses aspectos ficam evidente na análise de Morgenthau (1962) sobre a *ajuda externa*. A própria escolha do termo *ajuda* já carrega em si uma ideia de assimetria entre quem doa e quem a recebe. O autor considerou a existência de seis tipos de ajuda externa: 1) ajuda humanitária; 2) ajuda de subsistência; 3) ajuda militar; 4) “suborno”; 5) ajuda de prestígio e 6) ajuda para o desenvolvimento econômico. Em comum todas elas tinham a característica de transferência de “dinheiro, bens e serviços” de uma nação a outra. No entanto, divergiam entre si sobre a maneira como se realizavam e pelo caráter político ou não que assumiam. Dado o

²⁸ Essa discussão está associada ao segundo grande debate constitutivo das relações internacionais, conforme apontam Nogueira e Messari (2005).

crescente interesse pela ajuda para o desenvolvimento econômico²⁹, o autor concentrou algum esforço em seu entendimento. Morgenthau dizia que faltava aos países receptores as pré-condições políticas e institucionais necessárias ao desenvolvimento. Para que a ajuda ao desenvolvimento resultasse satisfatória deveria haver empenho do país fornecedor em alterar o *status quo* do país receptor. No entanto, na ausência de grupos internos interessados em realizar tal alteração, a ajuda recairia sobre as mãos dos grupos latifundiários, preocupados, na maioria das vezes, em maximizar seus lucros e sua posição social. Isso faria com que a ajuda ao desenvolvimento redundasse em um esquema de suborno, semelhante ao que se via nos períodos imperiais. A falta de clareza na utilização dos mecanismos poderia trazer descontentamento futuro dos grupos internos, que não veriam o almejado desenvolvimento se realizando, e em percepções negativas do país fornecedor pela visão dos receptores.

Em síntese, a diferença de alguns de seus contemporâneos, e claramente contra o argumento idealista que se desdobrava do ponto IV do discurso de Harry Truman, Morgenthau não via a concessão da ajuda externa como uma obrigação moral dos países desenvolvidos. Desde sua perspectiva realista, assumia a ajuda externa como um instrumento de política externa do Estado, que, como qualquer outro, deveria estar subordinado ao imperativo de promoção dos interesses próprios³⁰. Mesmo a efetividade das políticas de ajuda ao desenvolvimento estava associada diretamente à forma como a potência fornecedora de ajuda seria percebida pelo receptor em caso de sucesso ou não da ajuda. No contexto da Guerra Fria, as políticas de ajuda externa em geral deveriam ser subordinadas a uma variável principal: identificar se as necessidades do enfrentamento bipolar estavam associadas à alteração ou manutenção do *status quo* nos países receptores. Assim, embora grande apoio de especialistas em desenvolvimento fosse necessário para se prever os caminhos possíveis no interior do país receptor, a decisão pela concessão ou não de ajuda deveria ser tarefa dos *hábéis* formuladores de política externa.

No espectro oposto das dicotomias *conflito-cooperação* e *egoísmo-altruísmo*³¹ encontramos a tradição liberal. O liberalismo, certamente, influenciou as Relações

²⁹ Cabe ressaltar que a USAID, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional que unificou diversos instrumentos de ajuda existentes nos EUA, foi criada no ano de 1961. A publicação do referido texto de Morgenthau data de 1962.

³⁰ Outras análises similares podem ser encontradas em Ruttan (1987) e McKinlay e Little (1977).

³¹ Devemos ressaltar que a noção de altruísmo nem sempre está presente nas análises de matriz liberal. Pelo contrário, em alguns casos, o egoísmo inato do ser humano é importante para o progresso da sociedade. O altruísmo estaria mais associado ao idealismo, entendido como uma teoria de médio alcance (*middle-range theory*) dentro da tradição liberal (BARBÉ, 1995).

Internacionais ainda em sua origem como disciplina acadêmica. Como ideologia, no entanto, encontramos seus fundamentos na própria formação da sociedade europeia, ou na gestação da “Era das Revoluções”, para fazer uma referência a Hobsbawm (1998). As noções de propriedade privada desenvolvidas por John Locke (1998), o livre-cambismo e o papel do Estado na economia pensados por Adam Smith (1979), o caráter moderno da democracia e o papel da imprensa analisados por Toqueville (2005) e toda a ode à razão realizada pelos iluministas que, por exemplo, fizeram parte da construção do pensamento liberal, interferiram nas propostas associadas à tradição liberal dentro das Relações Internacionais e podem ser identificadas ainda hoje. Sem pormenorizar a vasta contribuição desses autores, tratemos de algumas questões gerais.

Uma ideia característica da tradição liberal está em considerar o indivíduo como unidade de análise. Qualquer indivíduo é dotado de razão e a utiliza para que, quando lhe forem garantidas condições de liberdade, possa atingir os melhores resultados fruto de suas ações. A sociedade, que é a soma dos indivíduos dotados de razão tende a progredir nessas condições. É a partir desses princípios fundamentais que se pode pensar na promoção do comércio internacional como elemento de manutenção da paz. Essa lógica sustenta-se no conceito de vantagens comparativas, segundo o qual a especialização produtiva tem capacidade de proporcionar um produto global maior do que ocorreria em situações de protecionismo. Conclui-se, assim, que quanto maior a interdependência econômica, maiores seriam as chances de mobilização da opinião pública para se evitar a guerra, pois esta faria as atividades econômicas internacionais diminuírem ou mesmo cessarem. A questão da opinião pública é cara aos liberais e está no cerne do debate sobre as democracias modernas. Quanto maior a transparência e prestação de contas das atividades estatais aos cidadãos, maior a possibilidade de que eles optassem pela via pacífica de resolução de conflitos, condizente com sua racionalidade concebida *a priori*. A síntese de Nogueira e Messari (2005, p. 60) é elucidativa:

A ideia central, aqui, é a de que as sociedades bem-ordenadas tendem a ser *autorreguladas*, ou seja, são capazes de corrigir, por meio de instituições e processos inerentes à sua organização, desequilíbrios, ineficiências e crises que ameacem sua existência e reprodução. Os liberais acreditam que a razão humana pode formular princípios filosóficos, morais e políticos que façam com que as instituições de uma sociedade atuem sempre no sentido do equilíbrio e da autorregularão. Mais ainda, as sociedades bem-ordenadas são capazes de fazer com que os vícios individuais (cobiça, avareza, ambições, etc.) sejam transformados em virtudes públicas – crescimento econômico e consequente aumento do bem-estar coletivo.

É pelo prisma desta suposta harmonia de interesses na busca pelo bem-estar coletivo calcada em valores universais que a tradição liberal enxerga a cooperação para o desenvolvimento. Esse argumento pode ser encontrado com certa frequência em discursos que inspiraram a construção de instituições internacionais ao longo do século XX: os discursos de Woodrow Wilson (1918; 1919) em prol da Liga das Nações e da ordenança internacional no pós-Primeira Guerra Mundial evocavam o livre-comércio e autodeterminação dos povos livres como forma de se evitar um novo conflito. Na construção da ordem mundial do pós-Segunda Guerra Mundial foi a vez de Harry Truman trazer à tona o dever moral dos países desenvolvidos para com as regiões mais pobres do planeta³². Essa visão foi sustentada, mais adiante, pelo *The Pearson Report* (UNESCO, 1970). Frente às crescentes dúvidas que pairavam sobre a manutenção da prática da cooperação para o desenvolvimento o relatório dizia o seguinte:

[...] Por que ajudar? A primeira resposta a esta questão é, naturalmente, a moral. Todo sistema de valores aceitável no mundo proclama o dever dos ricos e privilegiados em ajudar os pobres e necessitados. Toda religião, todo artigo de profissão de fé lembra o fado de responsabilidade que acompanha a bem-aventurança. O crescimento e a propagação da civilização, a construção de comunidades que podemos chamar de nação, a regra comum do comportamento individual e nacional que torna possível a continuidade de nossa existência em uma era nuclear, tudo isso reforça a proposição de que é o dever daqueles que têm recursos e capacidades compartilhá-los com aqueles que não têm.

[...] O estabelecimento de uma boa relação econômica e política através da cooperação para o desenvolvimento é um objetivo digno e pode ser gratificante. Certamente haverá mais desenvolvimento e progresso nos países industrializados mais ricos se os países pobres com dois terços da população mundial puderem se desenvolver.

[...] Não tenhamos dúvida sobre a intenção desses países em desenvolverem-se. Para eles, o desenvolvimento não é mais uma opção, é um imperativo. Eles não pretendem permanecer estagnados nos próximos séculos. O desenvolvimento é parte de suas revoluções inacabadas: outra etapa de suas lutas por liberdade³³.

³² Embora este discurso tenha importante significado para o dar início às práticas de cooperação para o desenvolvimento, alguns autores sustentam, em termos realistas, seu caráter eminentemente político. Ele teria sido pronunciado para fazer frente às percepções negativas que a Doutrina Truman, de 1947, havia gerado (KINDLEBERGER, 1970, p. 136).

³³ Tradução do autor para: “Why aid at all? The first response to this question is, of course, the moral one. Every accepted system of values in the world proclaims the duty of the rich and the privileged to help the poor and deprived. Every religion, every article of humanistic faith, reminds the fortunate of the responsibility which attends good fortune. The growth and spread of civilization, the building of the communities which we have come to call nations, the common rule of individual and national behaviour which makes possible our continued existence in a nuclear age, all these reinforce the proposition that it is the duty of those who have resources and skills to share them with those who have not. [...] The establishment of a good economic and political relationship through cooperation for development is a worthy objective and could be a rewarding one. Certainly there will be more development and progress in the richer industrialized countries if the poorer countries with two-thirds of the

Além do aspecto moral da cooperação destacado no primeiro trecho selecionado, ficam evidentes outros dois pontos: que o desenvolvimento dos países pobres tem o potencial para aumentar o desenvolvimento *também* dos países ricos e a que a realização do desenvolvimento é o caminho para as *revoluções inacabadas* dos países pobres. Rosenstein-Rodan, considerado o autor que inaugurou o debate da teoria da modernização, ainda no ano de 1943, trouxe significativas contribuições nesse sentido. Em seu trabalho pioneiro, já era possível notar a preocupação com o *bem-estar da população em geral*, seja do ponto de vista das economias avançadas, seja das “áreas deprimidas” da Europa. Vejamos o seguinte trecho onde este argumento é destacado:

Tem-se admitido geralmente que a industrialização de áreas deprimidas com a Europa do Leste e do Sudeste (ou o Extremo Oriente) interessa, de modo geral, não só a esses países como também ao mundo como um todo. Esse é o *meio* para que se se alcance uma distribuição de renda mais equitativa entre as diferentes partes do mundo pela elevação da renda nas regiões deprimidas a uma taxa mais alta que nas regiões ricas” (ROSENSTEIN-RODAN, 2010, p. 265).

No modelo que ficou conhecido por *big push*, Rosenstein-Rodan identificou a existência de desperdício de mão de obra empregada em países com excesso de população agrária. Considerando que a livre mobilidade dos fatores não se verificava na realidade, em especial quando se tratava de emigração em massa, a industrialização seria a resolução do problema para o desenvolvimento dessas regiões. A industrialização, por sua vez, esbarraria em dois problemas principais. A necessidade de se obter um “tamanho ótimo” das indústrias, relacionado ao tamanho do mercado em que se inserem, e a parca poupança resultado de um padrão de vida próximo ao de subsistência. Por esses motivos, um modelo de industrialização autossuficiente, em que se internalizassem amplos setores da produção industrial seria inviável. A proposta, então, seria utilizar capital internacional para que, de maneira integrada ao comércio internacional, fosse impulsionada uma industrialização organizada por uma “ampla unidade de investimento”. Sua justificativa para se contrapor ao crescimento gradual característico da economia marginalista residia em sua nova interpretação das “externalidades”. Em seu entendimento, uma empresa apenas não conseguiria criar o mercado consumidor necessário para manutenção do processo de desenvolvimento. Utilizou para tanto um exemplo da fábrica de sapatos e afirmou que uma fábrica de sapatos erigida de maneira isolada não

world's population can develop. [...] Let us be in no doubt about the intention of these developing countries. For them, development is no longer an option; it is an imperative. They do not intend to slumber for more centuries. Development is part of their unfinished revolution: another stage in their struggle for freedom”.

criaria seu próprio mercado, uma vez que seus trabalhadores não gastariam toda a renda obtida na compra dos mesmos sapatos produzidos. Um conjunto de empresas deliberadamente pensadas para serem complementares poderiam ter mais sucesso (ROSENSTEIN-RODAN, 2010).

Além da óbvia contribuição à discussão das externalidades e do “crescimento equilibrado”, fica implícito no trabalho de Rosenstein-Rodan a preocupação com a gestão da poupança, em especial quando o nível técnico progresso de determinada sociedade não é capaz de proporcionar aumento da produtividade suficiente para manter um ciclo virtuoso de investimentos. Outros autores seguiriam a trilha deixada por Rosenstein-Rodan e contribuiriam, dentro da teoria da modernização, para a discussão mais ampla da teoria do desenvolvimento. Nurkse e Hirschman buscaram ampliar esse debate. O primeiro afirmava, assim como Rosenstein-Rodan, a necessidade do crescimento equilibrado como forma de superação do círculo vicioso da pobreza, ou, em outras palavras, da constante debilidade da poupança que implicava na parca capacidade de investimento. Hirschman, por outro lado, partia dos mesmos problemas apontados por Rosenstein-Rodan e Nurkse, mas postulava como solução para a superação do subdesenvolvimento a concentração de esforços em setores específicos. Isso criaria desequilíbrios que ampliariam as externalidades numa espécie de indução do crescimento (BASTOS e BRITTO, 2010).

A despeito dessas divergências, uma das principais características que uniu os autores da Teoria da Modernização foi considerar o problema do subdesenvolvimento como fase constituinte do processo de modernização. Esse entendimento, por sua vez, possui algumas características próprias: 1) possui elevado grau de universalização ao desconsiderar características particulares de cada região no “estágio tradicional” ou “subdesenvolvido” da sociedade; 2) associa o desenvolvimento ao crescimento econômico obtido por meio de incorporação de técnicas de produção de maior produtividade, geralmente obtidas pela industrialização; 3) desconsidera aspectos das relações internacionais e de uma hierarquia política e econômica entre os países, algo que seria incorporado à análise por escolas de pensamento posteriores.

O ápice da universalização dos modelos de desenvolvimento se encontra em *Estágios do Crescimento Econômico: um manifesto não comunista*, de W.W. Rostow, texto em que o autor procurou demonstrar a existência de uma dinâmica própria e universalmente aceita do desenvolvimento (ROSTOW, 1960). Ao analisar as experiências de Grã-Bretanha, França, Bélgica, Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Japão, Rússia e Canadá, por exemplo, Rostow afirmou que, embora em períodos distintos, todos esses países passaram por fases bastante

marcadas no caminho do desenvolvimento. Haveria uma primeira fase de “preparação para a decolagem” que demandaria um período relativamente prolongado de tempo para se processar as alterações de ordem política, social, cultural e econômica necessárias. Como exemplos poderíamos citar a ampliação do mercado, o desenvolvimento de técnicas mais avançadas de produção associadas a pequenos surtos industriais, ampliação do sistema de educação e da capacidade empreendedora de determinado setor da sociedade. Essas características estariam associadas ao aumento da população urbana, ainda que incipiente, e da taxa de investimento ligeiramente superior à taxa de crescimento da população. Para Rostow (2010, p. 185), no entanto, “toda essa atividade, em geral, prossegue numa base limitada, em economias e sociedades que continuam caracterizadas principalmente pelas técnicas tradicionais de baixa produtividade e por instituições e valores retrógrados, desenvolvidos juntamente com essas técnicas”.

A segunda fase, identificada como o período de decolagem apresentaria as seguintes características: 1) aumento da taxa de investimentos produtivos a um valor em torno de 10% do Produto Nacional Líquido; 2) esta taxa de investimento deveria ser puxada por um ou mais setores verdadeiramente *modernos* identificados com uma elite que assumisse o progresso como possível; 3) a efetivação de uma estrutura política, social e institucional que desse sustentação aos impulsos de crescimento proporcionado pelo setor moderno. A terceira fase, seria a continuidade desse processo por setores que, com o fim do impulso inicial dos setores líderes em investimento, assumissem tal posição. Estariam, pois, dadas as condições para o “crescimento autossustentado” (ROSTOW, 2010).

Desde uma perspectiva crítica, podemos identificar que a teoria da modernização anglo-saxônica trabalha, fundamentalmente, com dois tipos de sociedades: a sociedade moderna e a sociedade tradicional. O primeiro tipo está associado aos avanços obtidos pelas sociedades capitalistas ocidentais mediante as transformações verificadas, sobretudo, a partir do século XVIII. Tais transformações conferiram um caráter dinâmico às sociedades modernas em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Este ambiente institucional então criado permitiu um contínuo progresso técnico, responsável pelo estabelecimento de uma complexa divisão social do trabalho e pelo aumento da produtividade. A dinâmica proporcionada aos agentes sociais conferiu significativa flexibilidade às posições ocupadas pelos indivíduos no interior dessa sociedade, garantindo igualdade ampla possibilidade de participação política. As sociedades tradicionais, em oposição, eram, estagnadas do ponto de vista econômico, possuíam precária divisão social do trabalho em atividades de baixa produtividade, por conta disso,

apresentavam mobilidade social engessada e, conseqüentemente, um sistema de participação política restrito (MACHADO, 1970).

O emprego dessa tipologia pressupõe que, por um lado, conceitos como desenvolvidos, modernos e avançados ou, por outro lado, subdesenvolvidos, tradicionais e atrasados sejam sinônimos. Isso ocorre justamente pelo entendimento de que o subdesenvolvimento seja uma etapa pela qual também passaram as sociedades desenvolvidas. Uma consequência direta desse pressuposto é que as sociedades, ou, os Estados-nações sejam tratados como unidades independentes de análise e, por isso, as relações internacionais, sejam elas políticas ou econômicas, não são determinantes do subdesenvolvimento. Esse entendimento leva a teoria da modernização a desconsiderar uma análise mais profunda e sistêmica das determinações do subdesenvolvimento, concentrando-se em medidas isoladas necessárias para que as sociedades tradicionais possam se tornar dinâmicas (MACHADO, 1970). Os limites à criação de poupança são considerados internos e associados ao caráter tradicional da sociedade como um todo, ou seja, além do aspecto econômico também em seus aspectos políticos, sociais e culturais. Na ausência de capital ou na incapacidade de absorvê-lo, a cooperação para o desenvolvimento, em sua primeira fase, deveria servir para sanar esses problemas (PANKAJ, 2005).

Entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos 1960, a institucionalização da CID, em seu padrão Norte-Sul pode ser pensada nos termos aqui apresentados. Considera-se que foi o discurso do presidente estadunidense Harry Truman, em 1949, o princípio da criação de instituições e sistematização das práticas de ajuda ao desenvolvimento (TRUMAN, 1949). Mas, como parte da arquitetura econômica que emergiu do pós-Segunda Guerra temos algumas instituições de destaque que já se organizavam mesmo antes do famoso discurso de Truman. O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi pensado para evitar que os países utilizassem a depreciação cambial como ferramenta intervencionista, tal como ocorrera na década de 1930. A ideia geral era permitir o intervencionismo de inspiração keynesiana no interior das economias nacionais, mas, de certa maneira, fazer prevalecer os princípios livre-cambistas no comércio internacional. Além disso, o FMI poderia fornecer auxílio financeiro aos países com dificuldades no balanço de pagamentos (GILPIN, 2002, p. 154). Para negociar a liberalização tarifária foi criado o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Com uma missão mais assertiva no que tange os objetivos de nossa investigação, o Banco Mundial³⁴, criado em 1944

³⁴ O Banco Mundial é composto pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e pela Associação Internacional para o Desenvolvimento. Grupo Banco Mundial conta também com as seguintes instituições: Corporação Financeira Internacional, Organismo Multilateral de Garantias de Investimentos e Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos.

e posto em funcionamento em 1946 assumiu, desde o princípio, a função de auxiliar financeiramente projetos de desenvolvimento. Inicialmente suas ações se restringiram à Europa, mas já nos anos 1950 ampliou sua atuação para países da América Latina, Ásia e África³⁵.

Seja como forma de recuperar influência face ao movimento de descolonização, como resposta aos chamados estadunidenses para divisão da responsabilidade ou apenas por impulsos morais, o fato é que, logo que a recuperação pós-guerra começou a se concretizar, outros países somaram-se aos EUA e passaram a figurar como fornecedores de ajuda. Além da própria OEEC (Organização Europeia de Cooperação Econômica), criada para dar sustentação institucional ao Plano Marshall, da USAID e das agências de cooperação do Japão e países da Europa Ocidental, foram criados, sob os auspícios da ONU, órgãos como Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), OMS (Organização Mundial da Saúde), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) (MILANI, 2014). A instituição que aglutinou as políticas de ajuda padrão Norte-Sul foi a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), criada a partir da OEEC no início dos anos 1960. Neste mesmo processo, o antigo Grupo de Assistência ao Desenvolvimento (DAG), foi institucionalizado, sob os auspícios da OCDE, na forma do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) (OECD, 2010).

Apesar dos discursos idealistas e da institucionalização lograda, ao longo da década de 1960 já se iniciava um movimento de questionamento das práticas desenvolvimentistas. Se no campo político as críticas ao sistema de cooperação internacional vieram da tradição realista, nas ciências econômicas foi a contrarrevolução neoclássica³⁶ quem desenhou seus contornos. Em geral o argumento era de que as políticas com foco na deficiência de poupança/investimento não foram capazes de retirar os países subdesenvolvidos de sua condição de pobreza. Resgatando a crítica de Solow ao modelo de Harrod-Domar³⁷, passou-se a afirmar que, no longo prazo, o aumento da poupança não seria capaz de gerar crescimento econômico, pois esbarraria num equilíbrio estacionário. Poder-se-ia aumentar a proporção de capital por trabalhador, mas

³⁵ Dentre as instituições financeiras internacionais o Banco Mundial é considerado um banco multilateral de desenvolvimento. Outras instituições com essa classificação foram criadas nos anos subsequentes, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento.

³⁶ Moreira e Crespo (2012, p. 34) assinalam que: “A expressão “contrarrevolução neoclássica” foi popularizada para caracterizar a penetração neoclássica no domínio da Economia do Desenvolvimento e, em particular, para exprimir a mudança radical que a nova atitude representou face ao pensamento econômico então prevalecente neste domínio”.

³⁷ O modelo Harrod-Domar é o nome dado à elaboração pelos dois autores referidos do primeiro modelo keynesiano formal do desenvolvimento econômico. Para mais informações ver: (BRESSER-PEREIRA, 1975)

isso não significaria crescimento econômico. De acordo com as premissas neoclássicas, o aumento das condições médias de vida estaria vinculado à taxa de crescimento da tecnologia. Assumindo, pois, a existência de retornos constantes de escala e rendimentos marginais decrescentes de fatores móveis, a tendência seria de maior remuneração do capital onde este fosse escasso, mesmo que numa economia de parque crescimento³⁸ (SOLOW, 1956). Essa lógica serviria para, mais adiante, dar sustentação à tese da convergência entre países pobres e ricos, desde que prevalecessem as reformas liberais em detrimento do Estado interventor. De acordo com Bastos e Britto (2010, p. 30):

Instrumentos largamente usados nas décadas anteriores passaram a ser identificados como causa do atraso econômico e da crise profunda enfrentada por vários países subdesenvolvidos a partir da década de 1970. Começa a surgir um consenso ortodoxo em torno da necessidade de reformas liberais como condição necessária e suficiente para permitir que a renda *per capita* dos países em desenvolvimento convergisse em direção àquela dos países desenvolvidos.

Embora com alguma cautela, as instituições promotoras da CID, em âmbito bilateral e multilateral, aderiram a esse discurso e passaram a promover projetos bastante delimitados setorialmente e orientados ao combate à pobreza extrema. A chegada de Robert McNamara na gestão do Banco Mundial consolidou o papel de “agência de desenvolvimento” desta instituição, ao mesmo tempo em que assumiu a crítica ao modelo anterior da CID. A reorientação das políticas se justificavam pela constatação de que, ao longo da década, de 1960, não apenas grande parte da população continuava em situação de pobreza extrema, mas também houvera aumento da desigualdade de renda no sistema internacional. O programa previsto para o quinquênio 1968-1973 priorizou investimentos no setor da agricultura, sob o argumento de que era necessário, primeiramente, fornecer segurança alimentar para a população dos países subdesenvolvidos e os setores “sociais”, como educação, fornecimento de água e saneamento básico, planejamento familiar e saúde. No modelo anterior, esses setores eram relegados a segundo plano por serem considerados não-produtivos, ou seja, que não geravam resultados econômicos imediatos (crescimento da renda, melhores condições de comércio internacional), à diferença dos investimentos em infraestrutura e produção em geral (PEREIRA, 2010).

Os dados a seguir demonstram claramente o movimento de recuo na concessão da ajuda voltada para estrutura e infraestrutura produtiva. Embora a participação da rubrica *outros*, onde estão contabilizados, por exemplo, créditos para importação industrial e indústria, tenha

³⁸ Disponível em: <http://cm.de.iscte.pt/Solow-1.pdf>

registrado ligeiro aumento nos períodos considerados, ela foi pequena quando comparada ao crescimento da participação da agricultura (de 12,2% para 29%) e demais setores “sociais”. Somados, os setores de educação, população saúde e nutrição, desenvolvimento urbano e água e saneamento saíram de 4,2% para 12% do total de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial entre 1961 e 1982. Também chama a atenção a redução da participação dos setores de transporte, energia, mineração e telecomunicações como destino dos empréstimos concedidos, que saíram de 64,1% no período 1961-1969 para 35% no período 1974-82 (Tabela 1).

Tabela 1 Empréstimos do Banco Mundial por setor, 1961-1982 (% do total)

Setores	1961-69	1969-73 (a)	1974-82
Transporte, energia e telecomunicações (b)	64,1	47	35
Agricultura	12,2	20	29
Educação	2,5	5	4
População, saúde e nutrição	0	1	1
Desenvolvimento urbano	0	menos de 0,5	2
Água e saneamento	1,7	5	5
Outros (c)	19,5	21,5	24

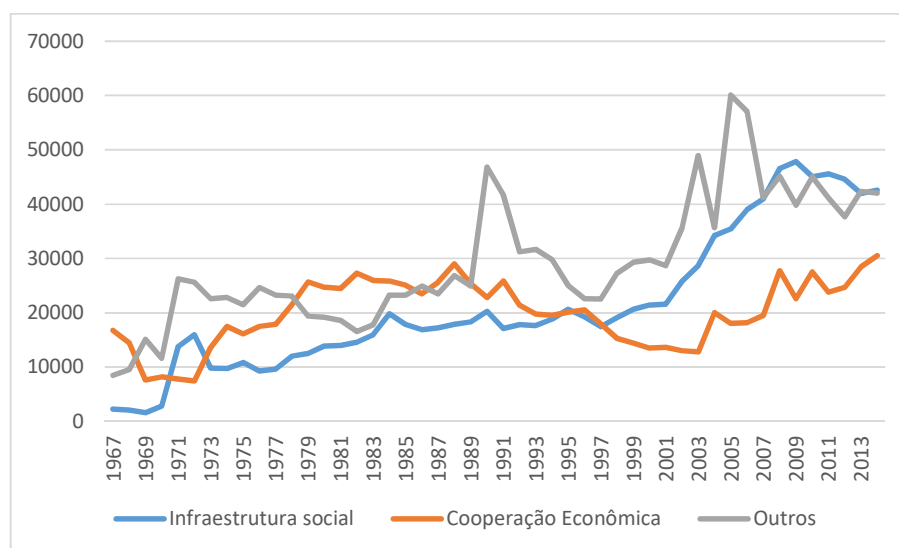
Fonte: (PEREIRA, 2010, p. 264). (a) O período McNamara inclui os compromissos de 1º de julho de 1968 a 30 de junho de 1982, com base no pressuposto de que os compromissos de empréstimo feitos durante o ano fiscal de 1982 refletem decisões e preparação realizadas sob McNamara. (b) Inclui mineração. (c) Inclui as seguintes rubricas: créditos para importação industrial; assistência técnica e créditos para importação comercial; finanças; indústria e ajustamento estrutural.

Os dados referentes à ajuda concedida pelos membros do CAD apresentam a mesma tendência verificada nos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial³⁹. Ainda no final dos anos 1960 havia clara preponderância da ajuda oficial destinada aos setores de produção e infraestrutura em detrimento dos setores sociais. Com alguma oscilação, no início da década de 1970, o crescimento dos valores destinados à cooperação econômica se mantém em um patamar mais elevado que aqueles destinados aos setores sociais; ao final dos anos 1970, perde fôlego; já no final dos anos 80 e ao longo da década de 1990, recua substancialmente, ao passo que a ajuda destinada aos setores sociais cresce exponencialmente (Figura 1). Para ilustrar esse movimento de maneira mais acurada, é importante desmembrarmos os dados sobre a cooperação econômica. O montante destinado aos setores produtivos é reduzido significativamente a partir da década de 1980, sendo que há um movimento crescente do setor

³⁹ É necessário mencionar que a metodologia da OCDE considera como ajuda as contribuições financeiras para determinados organismos multilaterais. O Banco Mundial é um deles.

agropecuário e decrescente do setor industrial. Embora não se verifique, em longo prazo, grandes oscilações do montante destinado à infraestrutura em geral, chama a atenção o quase desaparecimento dos valores referentes à infraestrutura em comunicação (Tabela 2).

Figura 1 AOD* por setor, 1967-2014 (2012 US\$ milhões)**



Fonte: (OECD, 2016). * Considerada a totalidade da ajuda concedida pelos membros do CAD; ** Para melhor visualização gráfica agrupamos as rubricas como segue: Infraestrutura social inclui saúde, educação, planejamento familiar, água e saneamento, governo e sociedade civil, conflitos, paz e segurança, e outros; Cooperação Econômica inclui infraestrutura econômica e Produção; Outros inclui programas de assistência, perdão de dívidas, ajuda humanitária, multi-setor (inclui programas de proteção ao meio-ambiente) e não especificados.

Tabela 2 Decomposição da AOD destinada à infraestrutura econômica e produção, 1967-2014 (% do total)

	1967-69	1970-79	1980-89	1990-99	2000-09	2010-14
II. Infraestrutura econômica e serviços	22,2	13,1	19,5	19,8	13,6	17,3
II.1. Transporte e armazen.	9,6	4,7	7,6	8,7	5,8	7,2
II.2. Comunicações	3,9	2,0	2,9	1,8	0,5	0,3
II.3. Energia	8,7	6,0	7,6	7,2	4,4	6,4
II.4. Bancos e serviços financeiros	0,0	0,0	0,5	0,7	1,6	2,1
II.5. Negócios e outros serviços	0,0	0,4	0,9	1,4	1,3	1,3
III. Setores produtivos	28,6	20,0	20,4	11,3	6,1	7,1
III.1. Agricultura, Pesca e florest.	6,7	8,6	11,4	7,5	4,1	4,9
III.2. Indústria, mineração, constru.	21,9	5,8	5,6	2,7	1,4	1,4
II + III	50,8	33,1	39,8	31,1	19,7	24,4
CAD TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: (OECD, 2016)

Esses dados e a leitura que deles se faz servem para ilustrar o caminho das alterações estruturais do capitalismo no último quarto do século XX. A redução de políticas de ajuda voltadas para a produção e determinados setores de infraestrutura, como a comunicação, caminhou junto ao movimento de mundialização do capital tal como entendido por Chesnais (1996, p. 33). Compartilhamos da tese de que a guinada nas políticas desenvolvimentistas orientadas para a produção não foi fruto de mera contenda teórica. O avanço neoliberal tem suas bases na década de 1970 e está associado à percepção estadunidense do declínio relativo de seu outrora incontestável poderio, sobretudo em sua faceta produtiva. Se nos anos dourados do capitalismo não havia problemas em auxiliar a reconstrução do mundo, a situação já não era a mesma nos anos 1970. Começava a ficar evidente que os países europeus e Japão passavam a competir com os EUA nos mercados industriais mais avançados e os norte-americanos passavam a registrar déficits comerciais.

De acordo com dados de Gilpin (2002, p. 376), no início da década de 1950, os Estados Unidos contribuíam com 40% do produto global. No início da década de 1980 esse número havia-se reduzido para 22%. O setor industrial foi grande responsável por esse resultado. No período imediato após a Segunda Guerra a produção industrial estadunidense correspondia a 30% da produção global; em 1986 essa cifra atingia apenas 13%. Além disso, para Wallerstein (2004, p. 63), os ciclos de endividamento que se sucederam a partir da década de 1970, enquanto tentativas de manter o poder de compra do sistema mundial, demonstravam a perda do dinamismo econômico mundial que entrava em sua fase declinante das análises de Kondratieff⁴⁰.

Com efeito, o monetarismo de curto prazo adquiriu caráter de projeto nos anos 1980. Após o início do ciclo declinante da economia mundial nos anos 1970, bem como por conta de problemas internos do desenvolvimentismo, a contrarrevolução neoclássica alavancou o neoliberalismo. Dado o amplo viés intervencionista anterior, a aposta do neoliberalismo foi justamente no retorno da livre circulação de capitais. Em oposição às ideias que culpavam a estrutura do sistema internacional pelo constrangimento do desenvolvimento das periferias, o

⁴⁰ De acordo com Nicolai Kondratieff, a economia capitalista apresenta ciclos de desenvolvimento que podem ser enquadrados em períodos de aproximadamente 50 anos. Os ciclos se alternam entre fase A e fase B. Na fase B, haveria uma tendência à estagnação, por conta de processos de efetivação de tecnologia. Isto é, a adoção de novas técnicas leva a inutilização de capital anteriormente invertido e rebaixamento de mão de obra qualificada à não-qualificada. Até que a implantação das novas técnicas não seja assimilada em grande medida, há uma redução da produtividade marginal do capital, o que desestimula novos investimentos. Portanto, até que haja desgaste físico do capital físico progressivo e assimilação das novas técnicas em nível suficiente para gerar “novíssimas técnicas”, a economia segue em seu padrão de estagnação. Superado esse período, abre-se a fase A em que é verificado grande crescimento econômico impulsionado pelas novíssimas técnicas de produção até que o processo de se repita. Para uma análise mais aprofundada e aplicação do conceito à pesquisa recente ver: (TOLMASQUIM, 1991).

problema passou a ser encarado como responsabilidade dos governos locais. O Estado passou a ser tomado como grande responsável pelos resultados econômicos ruins, pois gastava demais e não possuía a eficiência do mercado. A necessidade de impostos para manutenção da burocracia estatal e do sistema público de seguridade social reduzia o capital disponível para que os empresários investissem em produção e inovação, consideradas as variáveis responsáveis pelo crescimento econômico na macroeconomia liberal. A recomendação propagada pelas grandes instituições internacionais passou a ser a desarticulação do aparato de Estado que havia sido erigido nos anos anteriores. Esse movimento fica evidente quando se olha os programas de ajuste estrutural promovidos pelo Banco Mundial a partir da década de 1980, tendo seu auge consubstanciado no Consenso de Washington.

As políticas promovidas pelo Consenso de Washington tiveram amplo viés liberalizante, instando os países interessados em fazer parte do fluxo de capital que se intensificava neste último quarto de século a abrirem seus mercados por meio de desregulamentação. Por outro lado, o papel do Estado no interior da economia também deveria se alterar. Na região latino-americana, por exemplo, toda a estrutura criada para promoção de políticas substitutiva de importações foi duramente criticada e foram recomendadas amplas políticas de privatização e desmonte de qualquer sistema de proteção das indústrias locais. Numa solução universalizante, também aos países do hemisfério oriental, que haviam deixado o espectro soviético recentemente, foram recomendadas medidas similares de desmonte da estrutura estatal de planejamento da economia, em favor de mecanismos de mercado. Numa expressão do triunfo do liberalismo moderno, Fukuyama (1989) assinalou que as instituições para que um país pudesse atingir o progresso estavam dadas, faltava que os países em desenvolvimento tomassem as decisões corretas. Em citação do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, publicado pelo Banco Mundial em 1991 é possível sintetizar o argumento dessas recomendações:

Entre os enfoques do desenvolvimento, aquele que parece mais confiável e promissor sugere uma reavaliação dos respectivos papéis do mercado e do Estado. Em poucas palavras, os governos precisam fazer menos naquelas áreas em que os mercados funcionam ou podem funcionar razoavelmente bem. Em muitos países, seria útil privatizar grande número de empresas estatais. Os governos devem permitir o florescimento da concorrência interna e internacional. Ao mesmo tempo, devem fazer mais naquelas áreas nas quais não se pode depender apenas dos mercados. Isso significa, acima de tudo, investir em educação, saúde, nutrição, planejamento familiar e alívio da pobreza; construir uma infraestrutura social, física, administrativa, normativa e jurídica de melhor qualidade; mobilizar os recursos para financiar as despesas públicas; e estabelecer uma base macroeconômica estável, sem a qual pouco se consegue realizar (BANCO MUNDIAL, 1991, p. 10).

Nos anos 1990, então, pôde-se verificar o estabelecimento explícito de condicionalidades para concessão de ajuda, cada vez mais restritas às situações de pobreza extrema. Seria necessário, pois, adotar as políticas reformistas do Consenso de Washington. Uma série de países, com maior ou menor grau de aceitação ou imposição, seguiram esta trilha em busca do capital estrangeiro, independente do carimbo que tivesse: investimento em portfólio, investimento estrangeiro direto, financiamento em condições de mercado ou com grau de concessionalidade suficiente para ser considerado *ajuda*. Nas palavras de Colacrai et.al (2009, p. 14):

Neste sentido, e dando prioridade à efetividade da ajuda, o CAD destacava que esta somente havia funcionado onde os países em desenvolvimento haviam realizado esforços próprios e gozavam de uma institucionalidade forte. Assim, o esquema norte-sul incorporou uma série de requisitos político-institucionais para destinar ajuda, entre eles, um marco político sadio e estável, boa governança e ampliação da participação da população local. Estes requisitos constituem a noção de “seletividade”, dado assim um novo nome ao estabelecimento de condições para receber ajuda (COLACRAI, KERN, *et al.*, 2009, p. 14) ⁴¹.

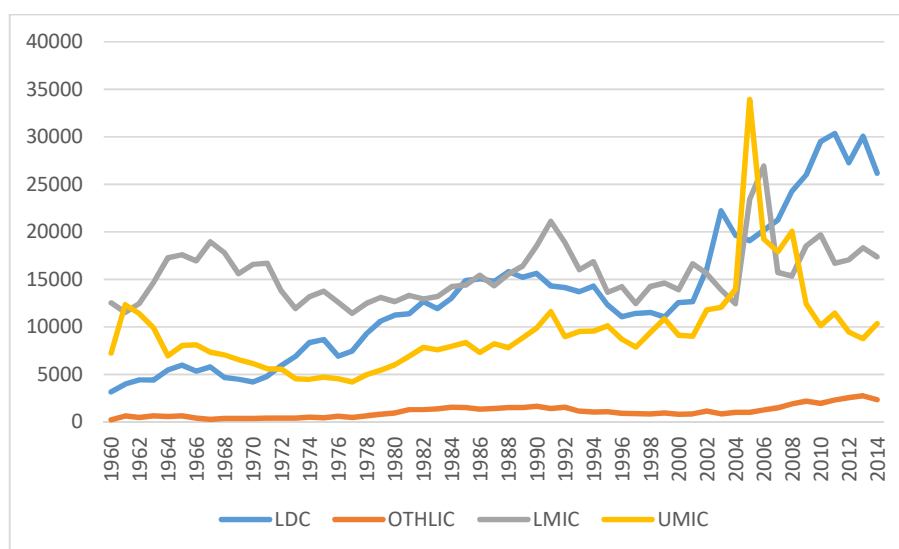
Neste contexto, a definição de ajuda manteve-se praticamente inalterada. A ajuda concedida pelos governos membros do CAD, chamada de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), é composta por três elementos: doações (*grants*), que não precisam ser ressarcidas, empréstimos com algum grau de concessionalidade (taxas de juros mais baixas e prazos mais longos que bancos comerciais), realizados bilateralmente ou por instituições multilaterais com o objetivo de promover desenvolvimento econômico e bem-estar dos países em desenvolvimento (OECD, 2010). Entretanto, como forma de se adaptar à nova configuração da CID, que já se desenhava neste início de século, os membros do CAD passaram a ter um discurso que enfatizava a efetividade da ajuda concedida. A declaração de Paris, datada de 2005, relaxou o discurso da década de 1990, quando as imposições políticas do Norte passavam por cima das estratégias nacionais de desenvolvimento dos receptores, mas ainda condiciona a manutenção da ajuda à sua *própria concepção de desenvolvimento*⁴². Assim, a efetividade da

⁴¹ Tradução do autor para: “En este sentido, y dando prioridad a la efectividad de la ayuda, el CAD destacaba que ésta sólo había funcionado donde los países en desarrollo habían hecho esfuerzos propios y gozaban de una institucionalidad fuerte. Así, el esquema norte-sur incorporó una serie de requisitos político-institucionales para destinar ayuda, entre ellos, un marco político sano y estable, buen gobierno y ampliar participación de la población local. Estos requisitos constituyeron la noción de “selectividad”, dando así un nuevo nombre al establecimiento de condiciones para recibir ayuda”.

⁴² Cabe que ressaltar que ao mesmo tempo em que a Declaração de Paris afirma a necessidade de que os países receptores exerçam liderança efetiva em suas políticas e estratégias de desenvolvimento, a manutenção das políticas de ajuda estão submetidas à avaliação da efetividade de tais estratégias entendidas nas seguintes palavras:

ajuda é medida com base no que está disposto nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. Não é difícil perceber que este discurso está relacionado com a concepção de desenvolvimento construída a partir dos anos 1980 e prioriza o combate à pobreza extrema (OECD, 2005). Uma forma de perceber esse movimento é identificar que, neste contexto em que a concessão de ajuda retorna ao debate e tem seu volume aumentado, os países menos desenvolvidos (*less developed countries – LDC*) se afirmam como os principais receptores em detrimento de países de renda mais alta (Figura 2).

Figura 2 AOD recebida por grupo de renda, 1960-2014 (US\$ milhões)



Fonte: (OECD, 2016). LDC – *Less Developed Countries*. OTHLIC – *Other Low Income Countries*. LMIC – *Lower-Middle Income Countries*. UMIC – *Upper-Middle Income Countries*.

Outra forma de interpretar esses dados é verificar que a partir da reconfiguração do sistema internacional, assim como defendem as teses do declínio do poder americano e ascensão dos países emergentes, os países de renda média passam a receber, relativamente, menor fluxo de ajuda. Nesse sentido, e conforme pretendemos demonstrar, é necessário entender a atenção que a OCDE passa a dar à atuação do que chama de “doadores emergentes”, algo que vai se concretizar no IV Fórum de Alto Nível realizado em Busan no ano de 2011. Para entender melhor esse processo é necessário verificar as condições sob as quais o debate e a prática da Cooperação Sul- Sul retorna neste início de século.

“O termo “estratégias nacionais de desenvolvimento” inclui as estratégias de redução da pobreza e outras estratégias globais similares, bem como estratégias sectoriais e temáticas” (OECD, 2005).

1.3. A COOPERAÇÃO SUL-SUL

O estabelecimento da economia keynesiana e das técnicas de planejamento de inspiração soviética, a alteração da ordem mundial no pós-Segunda Guerra mundial e o movimento de descolonização não produziram efeitos apenas nas teorias e institucionalidade promovida pelo Norte. Paralelamente ao surgimento da AOD, iniciava-se um movimento entre países africanos e asiáticos que não pretendia envolver o mundo eurocêntrico como postulantes da agenda de debate. Aí estaria a origem do conceito de Terceiro Mundo e das possibilidades de cooperação entre os países classificados enquanto tal para superar as condições adversas a que estavam submetidas suas populações. Krasner (1985) assinala que o Terceiro Mundo assimilou, enquanto grupo, a ideia de que compartilhavam uma condição de vulnerabilidade e de fraquezas políticas internas e externas que os caracterizavam naquele sistema internacional em oposição às áreas mais ricas. A possibilidade de formação deste regime⁴³ se deu por três fatores: 1) o declínio relativo do poder americano; 2) as instituições existentes e a capacidade de acesso e articulação dos países do Sul no interior delas; e 3) a formação de propostas interpretativas capazes de enfraquecer o discurso do Norte em favor de uma ordem liberal. Sua constatação é bastante elucidativa:

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial não existia uma distinção clara entre o Norte e o Sul. Os principais países da América Latina concederam ajuda à Agência de Auxílio e Reabilitação das Nações Unidas a aos estados europeus devastados pela guerra. [...] A formulação e uma posição intelectual coerente forneceu uma imagem de história compartilhada de dominação do Norte e de um futuro comum para estados com características domésticas muito diferentes, uma identidade obscurecida por análises alternativas, nas quais o mundo era dividido em comunista e não comunista, alinhado e não-alinhado, ou asiáticos, africanos, latino americanos, socialistas e economias de mercado. Esta imagem compartilhada uniu propósitos tão díspares como aqueles relativos aos acordos sobre *commodities*, perdão de dívidas, mares territoriais, órbitas geoestacionárias e corporações multinacionais. [...] Implicava que a natureza dos regimes de política interna era secundária em relação ao padrão das transações internacionais e por isso estados com instituições domésticas e ideologias tão distintas podiam colocar essas diferenças de lado. Isso mostrava como o destino de países extremamente pobres, preocupados principalmente com os termos dos fluxos do capital oficial, estava relacionado com as perspectivas

⁴³ O conceito de regime é central na análise de Krasner (1985, p. 4) e é assim por ele definido: “Regimes are principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actor expectations converge. Principles are a coherent set of theoretical statements about how the world works. Norms specify general standards of behavior. Rules and decision-making procedures refer to specific prescriptions for behavior in clearly defined areas”.

dos países em desenvolvimento exportadores de recursos mais prósperos, que estavam preocupados com a deterioração dos termos de troca⁴⁴.

Vigevani (1994) distinguiu três fases no processo de construção de uma identidade do Terceiro Mundo e da consequente agenda do Sul. A primeira fase ocorreu entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1950. Assentado sobre as bases do nacionalismo, pois, intensificou-se o movimento de descolonização. Já nesse período é necessário destacar o papel da ONU como espaço para articulação do Sul. Com o processo de descolonização ainda em curso era esperado que a questão central prevalecente nesta coalização residisse nas lutas anti-imperialistas. As ideias norteadoras deste período, segundo Bernal-Meza (2005, p. 188) e Vigevani (1994, p. 34), podem ser encontradas alguns anos antes, nos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial. De um lado, como já ressaltado, a ideologia liberal wilsoniana advogava em favor da autodeterminação dos povos. De outro lado, baseado na análise de Lenin sobre o imperialismo, a III Internacional, em especial em seu segundo congresso, de 1920, trouxe as recomendações para as regiões coloniais.

Para Lenin, a luta contra o imperialismo nas colônias tinha dupla motivação. Em primeiro lugar, as possessões coloniais davam mais forças aos monopólios imperialistas, inclusive garantindo condições para a cooptação do proletariado das economias de capitalismo avançado mediante a exploração da mais-valia nas colônias. Isso impedia o avanço do processo revolucionário no interior dessas sociedades. Em segundo lugar, o imperialismo minava a possibilidade de ocorrência de revoluções democrático-burguesas nas regiões coloniais, condição sem a qual era impossível a existência de um proletariado forte e organizado capaz de levar adiante a revolução socialista. Daí a necessidade de organização das lutas em apoio às burguesias nacionais (LENIN, 1962; COMINTERN, 1973). Ainda que assimilação dessas ideias tenha ocorrido de maneira distinta, conforme eram distintas as condições prévias das sociedades colonizadas, ou em um espectro mais amplo, daquelas não ocidentais, ao longo da

⁴⁴ Tradução do autor para: In the period immediately after the Second World War there was no clear distinction between the North and the South. Major Latin American countries granted aid to the United Nations Relief and Rehabilitation Agency and to war-devastated European states. [...] The formulation of a coherent intellectual position provided an image of shared history of Northern domination and of a common future for states with very different domestic characteristics, an identity obscured by alternative analysis, in which the world was divided into communist and noncommunist, or aligned and nonaligned, or Asian, African, Latin American, socialist, and market-oriented. This shared image linked proposals as disparate as those concerned with commodity agreements, debt relief, territorial seas, geosynchronous orbits, and multinational corporations. [...] It implied that the nature of domestic political regimes was secondary to the pattern of international transactions so that states with very different domestic institutions and ideologies could put these distinctions aside. It showed how the fate of extremely poor countries, primarily concerned with the terms for official capital flows, was related to the prospects for more prosperous, resource-exporting developing countries, which were worried about declining terms of trade.

primeira metade do século XX, foi criada uma consciência nacionalista como forma de “autoafirmação de contraste”. É a partir dessa ideia que se estruturam as demandas do Terceiro Mundo (VIGEVANI, 1994).

O primeiro encontro que daria início à institucionalização do Terceiro Mundo e da Cooperação Sul-Sul (CSS), ocorreu em 1955 na cidade de Bandung, Indonésia. O texto final do encontro procurou versar sobre cooperação econômica, política e cultural, ressaltando, em grande medida, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica formulados pelo ministro do exterior chinês, Zhou Enlai, e adotado também pela Índia, país forte da articulação neste encontro. Dentre os princípios se destacavam a noção de não interferência nos assuntos internos e a promoção de relações de benefício mútuo, que buscassem identificar as prioridades de cada parceiro (REPUBLIC OF INDONESIA, 1955). Apesar do logro da coalização sulista, alguns problemas podem ser apontados: 1) número reduzido de participantes; 2) limitação temática, ou seja, bastante voltado à uma afirmação retórica contra o imperialismo e necessidade de autoafirmação; e 3) baixa complementaridade entre suas economias, o que dificultava um avanço na agenda de discussão e reforçava o caráter de dependência em relação às economias desenvolvidas (LEITE, 2012, p. 14).

Na segunda fase, conforme avançava o movimento de criação das identidades nacionais, a criação de um projeto nacional ganhou ênfase. Os anos compreendidos entre 1956 e 1973 foram marcados por um adensamento das discussões e encontros que tinham por tema a cooperação sul-sul no âmbito econômico e alguma radicalização no plano político. Em 1961 foi realizada a primeira conferência dos Não-Alinhados, sob convocação de Tito, líder iugoslavo que rompera com a URSS, Nasser, que protagonizara a nacionalização do canal de Suez em favor do Egito, e Sukarno líder da independência da Indonésia. O encontro, que contou com 25 países, além de alguns observadores, marcou a difusão do “neutralismo positivo”. Em outras palavras, o Movimento dos Não-Alinhados, prezava por uma postura neutra e equidistante em relação à disputa bipolar, mas clamava por uma soberania nacional capaz de negociar melhores condições para o projeto de modernização que esses países ansiavam, inclusive com as potências dominantes (ANABTAWI, 1965, p. 354).

Do ponto de vista econômico, ganharam destaque a criação da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e o estabelecimento do G77 como grupo de pressão dentro desse organismo. Nesses encontros passou-se a discutir a criação de um novo marco comercial que atendesse as necessidades de rápida industrialização dos países periféricos, para além da mera ajuda ou financiamento de projetos pontuais representado pela CNS. Se a primeira fase do período de ascensão da coalização sulista teve grande influência dos

anseios de independência, as duas fases seguintes contaram com a colaboração teórica do estruturalismo latino-americano e da teoria da dependência (LEITE, 2012).

O estruturalismo da CEPAL se desenvolveu em torno da figura de Raúl Prebisch⁴⁵, economista argentino que liderou essa organização em seus anos iniciais. Sua contribuição teórica se deu pela introdução do método histórico-estruturalista e pela utilização do conceito centro-periferia como artifício para entender as distintas dinâmicas econômicas entre os dois grupos de países. Em uma crítica do modelo neoclássico de comércio internacional, Prebisch postulou que os países exportadores de matérias-primas enfrentavam um problema de deterioração dos termos de troca, mecanismo pelo qual parte da renda que seria obtida pelo progresso técnico das atividades primárias era enviada aos centros industrializados. Por esse motivo, a industrialização era fundamental para que se processasse um desenvolvimento autônomo⁴⁶ nessas economias (PREBISCH, 2013).

A atuação de Prebisch, enquanto representante das ideias da CEPAL, nos organismos internacionais estava coerente com suas análises e era pelo prisma da deterioração dos termos de troca e da necessidade de industrialização da periferia que ele pensava a CID. Em um informe para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no ano de 1964, Prebisch destacou dois pontos fundamentais a se atacar. Em primeiro lugar advogou em favor de um mecanismo regulatório do comércio internacional que fornecesse segurança à redução dos preços de mercado dos produtos primários nas fases minguantes do ciclo econômico mundial. Em segundo lugar, as práticas cooperativas de caráter financeiro, segundo sua concepção, deveriam atuar como forma de compensação da sistemática deterioração da capacidade para importar dos países periféricos. Esse entendimento fica evidente no seguinte trecho retirado do relatório apresentado à UNCTAD:

[...] O desenvolvimento econômico deve ser um processo coerente, no qual seus diversos elementos apoiem e respaldem uns aos outros. A eficácia de qualquer projeto financiado por um programa de cooperação é forçosamente levada a diminuir, quando, em consequência de uma baixa imprevista dos preços dos produtos exportados, deixa-se de dispor de uma parte dos recursos em divisas com os quais se contava para a realização de outros investimentos complementares. Por conseguinte, ao examinar as falhas da política de

⁴⁵ Bielschowsky (2000; 2009) considera que os textos iniciais de Raúl Prebisch foram os responsáveis diretos pelo estabelecimento do estruturalismo enquanto programa de investigação.

⁴⁶ Não se deve confundir o desenvolvimento autônomo incentivado por Prebisch com uma postura isolacionista. Sua concepção de um comércio internacional em que fossem eliminados os problemas de deterioração dos termos de troca é fundamental para o financiamento do desenvolvimento via industrialização.

cooperação financeira, não se pode perder de vista os prejuízos causados pela deterioração da relação de preços (PREBISCH, 2000, p. 409).

Em meados da década de 1960 já começa a ficar claro alguns limites das propostas iniciais de desenvolvimento oriundas da CEPAL e da teoria da modernização. Tais limites foram apontados por autores vinculados à chamada teoria da dependência. Uma constatação compartilhada pelos dependentistas era a de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram parte de um único processo de desenvolvimento capitalista. Apesar de se reconhecer um ponto de partida inicial para essa discussão, qual seja, a crítica à possibilidade do desenvolvimento autônomo em um sistema internacional que condiciona à dependência, as interpretações seguiram caminhos diversos. Blomstrom e Hettne (1984) tentaram esboçar uma classificação baseada nas referências teóricas e metodológicas utilizadas pelos dependentistas e as respectivas recomendações práticas para superação da condição de dependência. Chegaram aos seguintes grupos. O primeiro deles reúne a autocritica do pensamento cepalino, realizada por Osvaldo Sunkel, Prebisch e Furtado em trabalhos posteriores. O segundo grupo está identificado com a corrente neo-marxista composta por Theotônio dos Santos (1970), Vania Bambirra (1974) e Rui Mauro Marini (1974). Blomstrom e Hettne incluem nesse grupo Andre Gunder Frank (1973). A terceira corrente, de caráter marxista mais ortodoxo, é composta por Cardoso e Falleto (1977), assim considerados porque entendem não haver necessidade de socialismo para alcançar o desenvolvimento de tipo capitalista e aceitá-lo como algo positivo em algum sentido⁴⁷. É fundamental destacar que as teses dependentistas não ficaram restritas à América Latina e ganharam adeptos nos continentes asiático e africano, como demonstra Dos Santos (2000). Para a compreensão da CSS, o trabalho de Samir Amin talvez seja o mais significativo.

Retomando nossa periodização emprestada de Vigevani (1994, p. 30), na terceira fase identificada, a coalização atingiu outro nível: “Aquela busca de modernização e de emergência econômica se transforma em consciência internacional, em termos, do peso econômico do Terceiro Mundo. Isso força os interlocutores, sobretudo os países capitalistas desenvolvidos, a participarem como *partners*, apesar de tudo, desse diálogo [...]”. Alguns acontecimentos foram marcantes nesse contexto. Em 1973, ocorreu a quarta conferência dos Não-Alinhados, em

⁴⁷ A classificação de Cardoso e Falleto como *marxistas ortodoxos* gera alguma discussão. Faltaria à classificação dos autores utilizados uma discussão mais profunda sobre o debate entre ortodoxia marxista e neo-marxismo. Além disso, seria necessário matizar o sentido em que se entende a aceitação positiva do desenvolvimento capitalista. Contudo, Theotônio dos Santos considera os esforços de Blomstrom e Hettne “a que mais se aproxima de uma descrição correta das tendências teóricas principais que conformaram a teoria da dependência” (DOS SANTOS, 2000, p. 11).

Argel, que contou com 75 países participantes mais observadores. O ponto de destaque deste encontro foi a declaração econômica, que daria origem aos esforços consubstanciados na NOEI (Nova Ordem Econômica Internacional). O documento partia da constatação de que a Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (anos 1960), e os entendimentos originários das conferências da UNCTAD não haviam produzido os efeitos prometidos. Ao contrário, a condição dos países em desenvolvimento havia piorado: a desigualdade internacional de renda havia aumentado e a participação relativa desses países no comércio internacional declinara. As recomendações eram variadas e passavam pela reforma do GATT para contemplar produtos primários sensíveis aos países em desenvolvimento, maior participação desses países nas decisões financeiras internacionais, aumento da ajuda destinada aos países menos desenvolvidos, políticas de transferência de tecnologia, e a criação de um fundo para ajuda entre os países não-alinhados (NON-ALIGNED MOVEMENT, 1973).

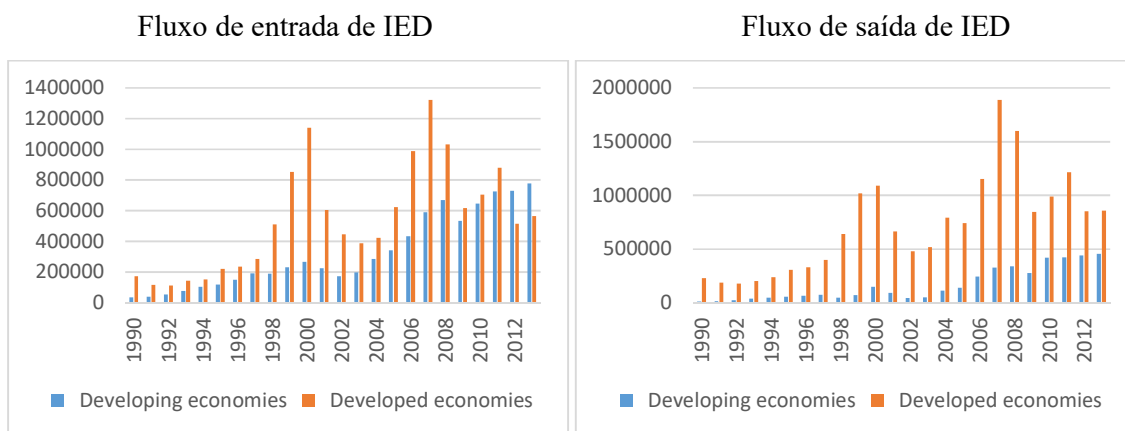
Ainda nos anos 1970, a ONU passou a promover o conceito de “Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento” (CTPD). No âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi criada, em 1974, a Unidade Especial para CTPD. Como resultado desses estudos, foi produzido, no ano de 1978, o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). O PABA representou o auge do movimento de cooperação Sul-Sul. Nele se produziu o documento mais detalhado do ponto de vista da ação prática, reconhecendo, ademais, a necessidade de envolvimento dos países em desenvolvimento no progresso técnico de suas economias, sem, no entanto, diminuir a participação dos países desenvolvidos. Foram apresentados objetivos mais claros, como a identificação conjunta dos principais problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento, e o estímulo da comunicação entre eles. Foram, também, recomendados esforços para a criação de instituições em nível nacional capazes de identificar as potencialidades de cooperação em assistência técnica, bem como suas principais necessidades. Ademais ampliou-se o escopo de atuação ao incluir outras esferas da sociedade, que não somente os atores estatais (SPECIAL UNIT FOR TCDC, 1978, p. 12). Embora o documento produzido no encontro de Buenos Aires tenha significado um importante avanço na concepção e prática da cooperação sul-sul, os anos seguintes não apresentaram um contexto favorável para sua aplicação. Iniciava-se uma segunda etapa na periodização da CSS.

Ao longo de todo esse segundo período que se estende do final da década de 1970 até finais da década de 1990, a aproximação entre os países do Sul foi desarticulada. Isso ocorreu, em grande medida, pela crise da dívida externa dos países do Sul Global, fato que os forçou a se dedicarem à resolução de seus próprios problemas. Além desse aspecto mais evidente, Leite (2012) elenca outros pontos de fundamental importância para explicar a desarticulação da CSS:

1) em oposição à concepção de desenvolvimento associada à alocação de recursos dirigida, o desenvolvimento neoliberal impulsionou uma competição pelos investimentos estrangeiros diretos nos agora chamados “mercados emergentes”; 2) houve menor envolvimento em política externa, principalmente por parte dos países latino-americanos, envolvidos em processos internos de redemocratização; e 3) produziu-se uma crise epistemológica, tendo em conta que a CSS havia se estruturado em torno do conceito de Terceiro Mundo, e, ao ruir a URSS, perdeu-se o sentido imediato da existência do grupo.

A virada do século, todavia, trouxe consigo uma renovação do debate sobre o desenvolvimento dirigido pelo Estado, flexibilizando a hegemonia neoliberal que havia pautado as discussões ao longo dos anos 1990. Alguns fatores certamente contribuíram para isso. Podem ser citadas as sucessivas crises que acometeram o sistema financeiro internacional e que demonstraram a vulnerabilidade externa a que estavam submetidos os chamados mercados emergentes da Ásia e América Latina. Isso, certamente, acabou por influenciar os rumos políticos da região latino-americana em particular, que registrou a ascensão de uma série de governos de centro-esquerda. Além disso, os países em desenvolvimento passaram a ter, ao longo dos anos 2000, maior participação no comércio internacional e na captação e realização de investimentos (Figura 3).

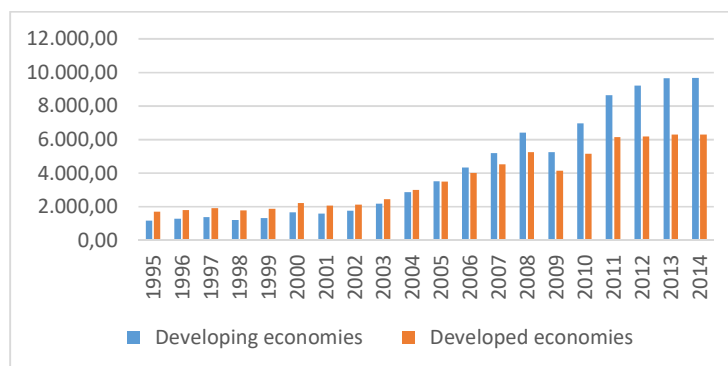
Figura 3 Economias desenvolvidas e em desenvolvimento: fluxo de entrada e saída de IED, 1990-2014 (US\$ milhões)



Fonte: UNCTADStat. Elaboração do autor.

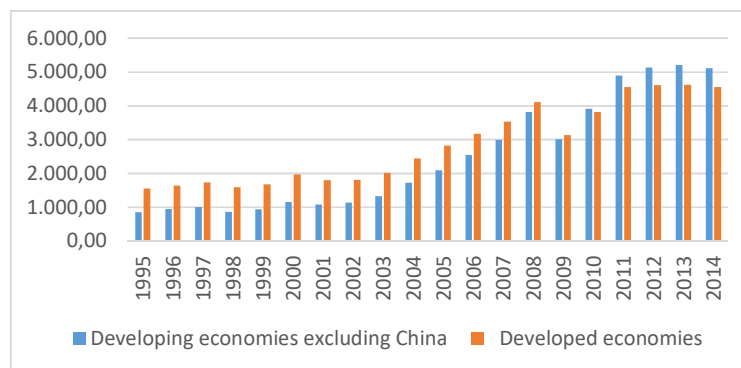
Come se pode notar na Figura 4 e na Figura 5, mesmo quando desconsiderados os valores referentes ao fluxo de comércio da China, há maior crescimento relativo do intercâmbio comercial entre economias em desenvolvimento que aquele realizado com as economias desenvolvidas.

Figura 4 Economias em desenvolvimento: comércio internacional de mercadorias (importações + exportações), 1995-2014 (US\$ bilhões)



Fonte: UNCTADStat. Elaboração do autor.

Figura 5 Economias em desenvolvimento, excluindo China: comércio internacional de mercadorias (importações + exportações), 1995-2014 (US\$ bilhões)

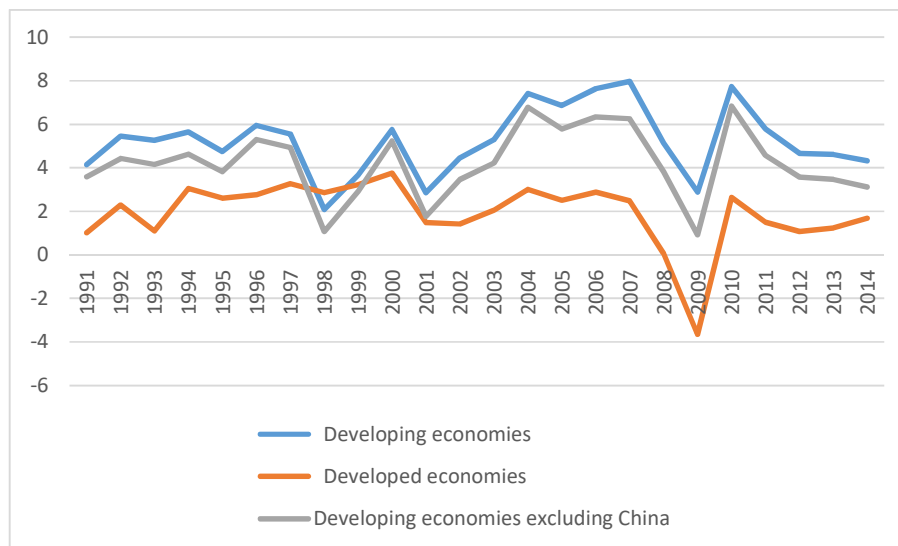


Fonte: UNCTADStat. Elaboração do autor.

Ainda que em termos absolutos a disparidade do PIB entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento seja grande, ao longo dos anos 2000 a taxa de crescimento dos últimos foi mais dinâmica que os primeiros. Pode-se acrescentar que, nos anos que se seguiram à crise de 2008, os países em desenvolvimento desempenharam um papel importante para o crescimento da economia mundial (Figura 6). Portanto, se num primeiro momento a baixa integração e o parco conhecimento entre eles impuseram uma barreira para o adensamento das relações em termos de CSS, atualmente se pode notar uma maior interação entre tais países, o que proporciona terreno fértil para a retomada das discussões. Nos levantamentos realizados por Leite (2012) e Cabana (2014) é possível verificar significativa intensificação dos eventos de CSS a partir da década de 2000: foram 32 eventos ao longo dos anos 1990, 83 durante a década de 2000 e, somente nos anos de 2010, 2011 e 2012, já haviam sido registrados 114

eventos de discussão da CSS⁴⁸. Registrado este fato, é necessário identificar quais são os termos predominantes para definição da cooperação sul-sul neste século XXI.

Figura 6 Grupos selecionados: taxa de crescimento anual do PIB, 1990-2014



Fonte: UNCTADStat. Elaboração do autor.

Pode-se dizer que os esforços de conceitualização e definição metodológica da CSS ocorrem em três frentes principais: 1) nos termos do CAD, que passou a reconhecer a CSS a partir do século XXI; 2) nos marcos da ONU, a partir da declaração de Havana na I Cúpula do Sul (G77 mais China) em 2000, e, sobretudo, após a publicação do texto resultante do encontro da ECOSOC em 2008; e 3) pelos governos, agências de cooperação e *think tanks* dos países do Sul Global, que, neste contexto de renovação da CSS, buscam suas próprias definições e instrumentos para esta prática (AYLLÓN, 2014).

Historicamente, como já ressaltamos, a OCDE foi o organismo que aglutinou os principais doadores do mundo ocidental e, por esse motivo, a grande contribuição para a CID deste organismo se deu na institucionalização da CNS. A partir dos anos 2000, contudo, uma série de acontecimentos levaram o CAD a se voltar, *também*, para a CSS. Dentre os fatores condicionantes para a súbita atenção, Ayllón (2014, p. 77) destaca: 1) a percepção de “ameaça do sul”, por conta do crescimento econômico destes e o aumento da concorrência em setores de

⁴⁸ Foram considerados os encontros multilaterais, regionais e bilaterais com o objetivo de discutir a promoção do desenvolvimento nos países considerados vulneráveis. É necessário destacar que o mecanismo utilizado descartou, por exemplo, outros tipos de relações como bilaterais diretas, reuniões entre chefes de governo, cúpulas ministeriais e eventos de aproximação empresarial.

investimentos nas áreas mais pobres; 2) reconhecimento positivo da CSS por parte dos doadores tradicionais, vista como importante e eficiente para a promoção do desenvolvimento; 3) desconhecimento prévio dos centros de pesquisa dos doadores tradicionais sobre a CSS; 4) preocupação com possível interferência gerada pela CSS na agenda e na pretensa efetividade da CNS, sobretudo no continente africano.

Ao longo dos anos 2000, portanto, a OCDE organizou encontros que, se não tiveram por tema central a CSS, incluíram-no nas pautas de discussão. Além disso, houve uma tentativa de aproximação com os “doadores emergentes”, Brasil, China, Índia e África do Sul, por exemplo, que não fazem parte do corpo permanente da OCDE e, em alguns casos, não seguem as diretrizes práticas e metodológicas para concessão de ajuda e organização estatística dos dados⁴⁹. Há que se destacar, no entanto, que, por conta da filosofia de concessão de ajuda relacionada à OCDE e da própria história da CSS, existe uma recusa por parte dos países do Sul Global em adotar tal rótulo (AYLLÓN, 2014, p. 78). Não obstante, o 4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, que ocorreu em Busan, Coreia do Sul, em 2011, e que contou com a participação mais ativa dos “doadores emergentes”, avançou em alguns desses temas e procurou demarcar que existe uma diferença entre a CSS e CNS (OECD, 2011).

Figura 7 Trecho selecionado do texto resultante do IV Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda da OCDE, Busan, 2011

14. La complejidad actual de la arquitectura de la cooperación ha evolucionado más allá del paradigma Norte-Sur. A diferencia de la tradicional relación entre proveedores de ayuda y receptores, los países en desarrollo y varias economías emergentes se han convertido en proveedores de cooperación Sur-Sur al desarrollo. Sin embargo, continúan siendo países en desarrollo y también enfrentan la pobreza. Por ello, aun merecen beneficiarse de la cooperación provista por otros; aunque cada vez más asuman la responsabilidad de compartir experiencias y cooperar con otros países en desarrollo. Si bien la Declaración de París no consideró la complejidad de estos nuevos actores, el Programa de Acción de Accra sí reconoció su importancia y especificidades. Aun cuando la cooperación Norte-Sur sigue siendo la principal forma de cooperación al desarrollo, la cooperación Sur-Sur continúa evolucionando, generando más diversidad a los recursos del desarrollo. Todos nosotros ahora formamos parte de una nueva y más incluyente agenda del desarrollo en Busan, en la cual los actores participamos con base en metas comunes, principios compartidos y compromisos diferenciados. Sobre esta misma base, saludamos la inclusión de la sociedad civil, el sector privado y otros actores.

Fonte: (OECD, 2011)

Se apesar das recentes alterações em suas diretrizes a cooperação para o desenvolvimento organizada pela OCDE ainda restringe as demandas dos países periféricos, a

⁴⁹ Chile, México e Turquia são as exceções no corpo permanente da OCDE. Demais membros são tradicionais componentes do centro capitalista.

características dos fóruns de debate organizados em torno das Nações Unidas permite dizer que as iniciativas de CSS oriundas daí estão mais atentas às suas prioridades. Isso ocorre, pois, de maneira diversa ao CAD, a participação de países do Sul Global nas Conferências de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul é maior. A ONU também é importante no processo de formulação dos conceitos e metodologia de trabalho, bem como para servir de plataforma para que sejam lançadas iniciativas multilaterais – como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – até iniciativas regionais e bilaterais que surgem da identificação das necessidades nos encontros multilaterais (AYLLÓN, 2014). É necessário salientar que a recente guinada da ajuda concedida pelo CAD buscou maior aproximação com o que está disposto nos ODM.

O último encontro de grande impacto para a CSS que ocorreu sob os auspícios da ONU foi a Conferência de Alto Nível nas Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, em 2009, na cidade de Nairóbi, Quênia. Segue uma definição da CSS presente no texto final resultante do encontro:

Figura 8 Trechos selecionados do texto final da Conferência de Alto Nível nas Nações Unidas sobre CSS, Nairóbi, 2009

11. Nós reconhecemos *a importância, diferença histórica e particularidades da Cooperação Sul-Sul*, e reafirmamos nossa visão de Cooperação Sul-Sul como uma manifestação de solidariedade entre povos e países do Sul que contribui para seu bem-estar social, para sua autoconfiança nacional e coletiva e para a realização dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. *A Cooperação Sul-Sul e sua agenda têm de ser definidas pelos países do Sul* e devem continuar a ser guiadas pelos princípios do respeito à soberania nacional, à propriedade nacional e independência, à igualdade, à não-condicionalidade, à não interferência nos assuntos domésticos e aos benefícios mútuos.

12. Nós reconhecemos que a Cooperação Sul-Sul assume formas diferentes e evolutivas, incluindo, nomeadamente, *a partilha de conhecimento e experiências, treinamento, transferência de tecnologia, cooperação financeira e monetária e contribuições em espécie*.

18. Nós afirmamos que a cooperação Sul-Sul é um esforço comum dos povos e países do Sul, que nasceu de experiências e simpatias compartilhadas, com base em seus objetivos comuns e na solidariedade, e é guiada por princípios de respeito à soberania nacional e propriedade, *livre de quaisquer condicionalidades*. *A Cooperação Sul-Sul não deve ser vista como ajuda oficial para o desenvolvimento*. É uma parceria entre iguais baseada em solidariedade. Nesse sentido, nós reconhecemos a necessidade de melhorar a eficácia do desenvolvimento promovido pela Cooperação Sul-Sul, continuando a aumentar sua transparência e prestação de contas, bem como coordenar suas iniciativas com outros projetos de desenvolvimento e programas em andamento, de acordo com planos e prioridades do desenvolvimento nacional. Reconhecemos também que o impacto da Cooperação Sul-Sul deve ser avaliado com o objetivo de melhorar, conforme apropriado, sua qualidade de uma forma orientada para os resultados.

Fonte: (UNITED NATIONS, 2009). Grifos e tradução do autor.

Apesar desses avanços, a CSS desenvolvida na ONU padece de alguns problemas. Se por um lado a grande participação de países é importante para definição de uma agenda que contemple os anseios dos países periféricos, a pluralidade de interesses pode barrar avanços

mais concretos. Outro problema: o legado das décadas de 1980 e 1990 foi importante para fornecer ferramentas de medição e análise dos principais problemas sociais e de pobreza extrema. No entanto, em oposição a primeira fase da CSS, essa discussão está esvaziada de um conteúdo político.

Embora, tanto pelos esforços dos organismos vinculados à ONU, quanto pela recente inclusão da CSS nos termos do CAD, o tema tenha voltado à pauta dos grandes debates internacionais, ainda existem pontos críticos sobre esta renovada atenção. O desafio atual dos organismos voltados à CSS e dos especialistas no tema está em trazer à tona um conceito de CSS que permita incorporar os aspectos históricos e políticos, que foram mencionados nos parágrafos anteriores, ao mesmo tempo em que se apresentam elementos metodológicos operáveis para se manipular os dados (LEITE, 2012).

Um ponto positivo dos encontros sobre CSS no século XXI é que, gradualmente, se passou a reconhecer a necessidade de se identificar as prioridades dos países receptores. Essa era uma demanda que remetia aos anos iniciais de formação do Terceiro Mundo. Outra demanda da primeira etapa de CSS que, todavia, não foi resolvida está relacionada à própria definição do *desenvolvimento*. Uma possibilidade de avanço na resolução deste problema é não atrelar a ideia de CSS meramente a um redirecionamento do capital para que as áreas deprimidas do sistema solucionem problemas imediatos de pobreza extrema. Nesse sentido, Leite (2012) aponta que há uma retomada de temas que permearam a discussão da teoria da dependência nos anos 1970: a necessidade de contestação das forças dominantes do sistema internacional e a importância de elementos do comércio internacional, dos investimentos estrangeiros e assistência técnica para combater o envio líquido de renda para o exterior. Entende-se que tanto ONU quanto OCDE já reconhecem que, sobretudo, no tocante à CSS não se pode reduzir a questão da cooperação para o desenvolvimento à concessão de empréstimos. No entanto, isso não está resolvido e ainda é difícil associar a eficácia da cooperação a um entendimento mais amplo do desenvolvimento, como fica explícito no seguinte apontamento de Ayllón (2014, p. 79):

[...] Alguns especialistas defendem a necessidade de superar a estreita consideração das doações diretas entre países e de integrar nestes cálculos outros fluxos financeiros que, em perspectiva mais ampla do conceito de CSS, responderiam de maneira mais exata à realidade das relações entre os países em desenvolvimento. Dessa maneira, seriam contabilizadas as contribuições às instituições financeiras multilaterais – por exemplo, a bancos regionais de desenvolvimento ou ao Banco do Sul; os pagamentos de juros realizados por países em desenvolvimento a estas instituições, na medida em que são recursos que financiam as facilidades concessionais para os países mais

pobres; as contribuições às reposições dos fundos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID); os mecanismos regionais para fins de apoio à balança de pagamentos, como o Fundo Latino-Americano de Reservas (Flar); os mecanismos de apoio ao comércio, como os créditos à exportação; a aquisição de bônus soberanos e valores de outros países em desenvolvimento, como fez a Venezuela em favor de Equador e Argentina; os fluxos de investimento estrangeiro Sul-Sul; e a quantificação da cooperação técnica por meio da valorização do envio de especialistas, servidores públicos ou missões conjuntas.

Embora não haja consenso sobre as definições da CSS, é amplamente aceito o fato de que a ascensão de novos atores no sistema internacional neste início de século XXI alterou o campo da CID, dominado pelas potências tradicionais.

1.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O questionamento da economia marginalista, a alteração da ordem mundial e a crise do colonialismo, bem como todo o aparato teórico gestado a partir das experiências e necessidades intervencionistas, proporcionaram campo fértil para a proliferação, na segunda metade do século XX, de vasta literatura que se convencionou chamar de “teoria do desenvolvimento”. Como parte do sistema internacional em formação no pós-Segunda Guerra Mundial, foi gestado, com base nas ideias então dominantes, um sistema de cooperação para o desenvolvimento. Para a teoria da modernização, um dos principais impedimentos ao desenvolvimento era a incapacidade de formação de poupança necessária para iniciar um ciclo duradouro de investimentos que redundasse em aumento real da renda per capita. A ajuda serviria para sanar esse hiato. Para o estruturalismo da CEPAL, os países periféricos se viam frente a uma tendência secular de deterioração dos termos de troca. Isso ocorria por conta do caráter primário-exportador dessas economias. Para reverter o constante envio de renda líquida para o centro, a periferia precisaria modificar sua estrutura de produção no sentido da industrialização. Carecia, portanto, de capital para financiar a aquisição de bens de capital e insumos não produzidos internamente. A CID deveria servir a esse fim.

Ao longo dos anos 1960, o sistema de cooperação passou a sofrer críticas mais severas. A perspectiva realista se incumbiu de problematizar a eficácia da ajuda sob a ótica das potências e afirmou que nem sempre, enquanto instrumento de política externa, poderia satisfazer os interesses nacionais. Com o mesmo viés crítico surgiram teorias ortodoxas e heterodoxas. Resgatando a tese da convergência das economias capitalistas, a contrarrevolução neoclássica iniciou o movimento de contestação de direcionamento do desenvolvimento mediante técnicas de planejamento e exaltou a capacidade do mercado em substituição ao Estado. Gradativamente

as políticas de ajuda de padrão Norte-Sul migraram dos setores produtivos industriais e infraestrutura para a agricultura e setores sociais. Essa tendência se aprofundou ainda mais nas décadas de 1980 e 1990, quando, junto à ascensão do pensamento neoliberal o acesso ao fluxo de capitais, fosse mediante empréstimos, fosse mediante investimentos em carteira e estrangeiros diretos, ficou condicionado aos programas de ajuste estrutural e redução da capacidade estatal de planejamento.

A CNS parece ter se tornado bastante complexa no que se refere aos instrumentos de análise da efetividade da ajuda. As práticas que se articulam a partir do CAD, na OCDE, possuem o logro da mensuração possível, mas para os objetivos dessa pesquisa possuem dois problemas centrais. Em primeiro lugar, desde a guinada do desenvolvimentismo keynesiano da CNS em direção à concepção mercadológica do desenvolvimento orientado pelo neoliberalismo, o conteúdo político foi esvaziado. Ao assumir a perspectiva neoliberal de desenvolvimento e vincular a concessão de ajuda a medidas de reestruturação que se desenharam a partir dos anos 1980, o CAD-OCDE contribuiu para que se retirasse do Estado periférico a capacidade de organização de um desenvolvimento menos vulnerável do ponto de vista externo. As definições de CSS derivadas dessa concepção, parecem padecer dos mesmos problemas. Em segundo lugar ela não serve para a análise do caso chinês. Como procuraremos demonstrar nos capítulos seguintes, as práticas chinesas de auxílio ao desenvolvimento não se assemelham àquelas práticas pregadas pelo CAD-OCDE. São várias as diferenças. Os setores privilegiados não são os mesmos, não existe metodologia clara de classificação dos fluxos de capital e tampouco do grau de concessionalidade, não existe agência específica para organização da ajuda concedida, há vinculação direta entre interesses político-econômicos e a concessão do financiamento, questiona-se a efetividade da ajuda chinesa pelo fato de não haver condicionalidades políticas, de boa governança, entre outros aspectos. Todos esses fatores, aliados ao passado recente chinês, levaram-nos a analisar as definições de Cooperação Sul-Sul.

Quando se tem por objeto de análise a CSS, é possível dizer que o discurso não é uníssono, como tende a ser a AOD promovida pelo CAD, nos marcos da CNS. Embora as instâncias multilaterais sejam importantes para afinar o discurso e as práticas da CSS, entendemos que avanços importantes da CSS ocorrem em níveis locais, bilaterais e regionais. Dado o objetivo de se compreender o caso da CSS praticada pela China, que não é facilmente enquadrada nos termos do CAD, a solução foi realizar uma análise específica para o caso chinês. Ainda que a China seja considerada uma potência neste início de século, é difícil estabelecer uma análise clara para determinação das consequências de seu poderio e até mesmo se existe a possibilidade de se tornar uma hegemonia. Assim como nas diversas implicações

que decorrem da ascensão chinesa, essa incerteza é válida também para o aspecto da cooperação. Da maneira como foi construída a CNS, e, como veremos, pelo papel que a China teve na construção da CSS, é evidente que a análise da atuação chinesa não deve seguir os caminhos até aqui expostos. Permaneceria, contudo, a necessidade de definir um aparato teórico e metodológico que desse significado às variáveis relativas ao desenvolvimento, sem perder de vista o atual papel da China no sistema internacional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E INSTRUMENTAL ANALÍTICO

O debate sobre o desenvolvimento pode ser sintetizado como a investigação dos meios para sejam garantidas melhores condições de vida para a população. O instrumento mais frequentemente utilizado para se medir o *nível* de desenvolvimento é a renda *per capita*, ou, sob uma perspectiva mais próxima da realidade, pelo acesso à renda que diferentes setores de uma sociedade possam ter. É a partir da renda que figuram como elementos constitutivos da verificação do desenvolvimento a educação, o acesso a saneamento básico e serviços de saúde que devem proporcionar maior expectativa de vida e menor índice de mortalidade infantil, por exemplo. Nos anos mais recentes, as discussões sobre limites ambientais e democráticos do processo de desenvolvimento se somaram aos debates estritamente socioeconômicos, mas não os descartaram. Os estudos voltados ao desenvolvimento, portanto, preocuparam-se em entender e sugerir estratégias para que as condições acima mencionadas fossem atingidas de maneira satisfatória.

Quando se entende que o desenvolvimento é predominantemente determinado pelas escolhas internas e pouco influenciado pelas condições externas, o debate sobre o melhor meio para se atingir o desenvolvimento acabou por ser reduzido a uma controvérsia sobre a melhor equação entre Estado e mercado. Dentro desse debate, existe uma parcela que vê o desenvolvimento como um movimento inexorável proveniente da racionalidade humana. Sob essa perspectiva, a utilização das ferramentas de medição do avanço ou retrocesso do desenvolvimento são suficientes e indicam se as decisões tomadas pelo conjunto da sociedade caminham na direção correta. A partir do momento em que se entende que a possibilidade de se atingir o desenvolvimento é *necessariamente* constrangida por elementos externos à região ou Estado em análise, é preciso extrapolar o uso dessas ferramentas. As relações de hierarquia entre Estados e regiões é um dos aspectos constitutivos daquilo a que nos referimos como conteúdo político do processo de desenvolvimento.

Após as experiências desastrosas que resultaram das políticas neoliberais, surgiu, no século XXI, um ambiente propício à retomada de preceitos desenvolvimentistas da década de 1950. Embora a ajuda de padrão norte-sul persista no caminho da redução absoluta da pobreza mediante programas setoriais específicos, a ascensão dos chamados “emergentes” alterou o regime de cooperação. A simples retomada dos estudos sobre cooperação sul-sul pode ser vista como uma evidência disso. Todavia, sua análise esbarra em alguns obstáculos: o que se pode caracterizar como desenvolvimento? Como se o analisa? Quais são as variáveis utilizadas? A preocupação central que motiva estas questões está relacionada aos problemas levantados por

Leite (2012) no trato da questão da cooperação sul-sul propriamente: existem propostas de abordagem metodológica que, apesar do logro da mensuração possível, não são capazes de captar o processo de desenvolvimento sob uma perspectiva sistêmica, bastante importante para se compreender em quais dinâmicas determinada região ou Estado estão inseridos. Esse aspecto fica bastante claro nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em que são traçadas metas claras e as ferramentas para avaliar o desenvolvimento, mas pouco contribui para discutir estratégias efetivas de desenvolvimento. De maneira geral, a *ajuda* internacional que toma forma a partir da década de 1980 carrega em si essa característica. Por outro lado, muitas vezes, discussões teóricas do desenvolvimento, que dialogam diretamente com as questões políticas envolvidas, realizam o debate mais num sentido de devir, nem sempre preocupadas em fornecer elementos e instrumentos de análise empírica.

Sozinha, a ênfase na polarização ideológica entre o desenvolvimento do Norte e do Sul não nos serve ao propósito científico da investigação social. De maneira similar, sozinhas, as ferramentas de análise empírica não explicam as relações existentes entre as variáveis e tampouco percebe as diferenças entre as distintas realidades das regiões. É necessária uma abordagem que leve em consideração ambos aspectos. Ainda que seja difícil estabelecer uma definição precisa para a cooperação sul-sul para o desenvolvimento, alguns elementos devem ser destacados. Ao mapear a discussão precedente, deparamo-nos com três constatações centrais.

Em primeiro lugar, a CSS, por seu caráter histórico de contestação da hierarquia internacional estabelecida, deve ser entendida mediante um ponto de vista que leve em consideração a evidente assimetria existente entre as nações, seja no plano político, seja no plano econômico ou ainda de maneira indissociada. Com efeito, é necessário trabalhar com instrumentais analíticos que deem conta de explicar o lugar dos Estados e regiões no contexto internacional de maneira sistêmica e dinâmica, e não de maneira isolada e estática. Em segundo lugar a compreensão da CSS não deve ser restrita à definição esvaziada politicamente legada da CNS, ou seja, àquela que trabalha com o fluxo financeiro como resultado do regime de cooperação, sem considerar outros aspectos da arquitetura que define a economia-mundo sob hegemonia dos EUA. Ainda que, ao assumir essa concepção de CSS, a definição se torne um tanto mais complexa, alguns aspectos necessitam ser evidenciados. O comércio internacional no contexto de globalização, as condições para o financiamento de projetos produtivos e de infraestrutura, projetos conjuntos em setores de alta tecnologia e cooperação técnica são fatores de grande importância, mas escapam às análises do ponto de vista tradicional da CID. Em terceiro lugar, as definições de desenvolvimento são variadas e isolar os impactos da

cooperação para o desenvolvimento exige a assunção de uma definição de desenvolvimento enquanto *estratégia* a ser adotada. Implica também considerar o debate sobre a existência ou não de conjunturas favoráveis à decolagem, ou *take off*. Considerando esses questionamentos, julgamos necessário resgatar as discussões promovidas pela Economia Política dos Sistemas-Mundo e pelo neoestruturalismo da CEPAL em sua relação com a heterodoxia econômica.

2.1. ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

A Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) tem como ponto de partida o trabalho de Immanuel Wallerstein intitulado *O Moderno Sistema Mundo*, que teve seu primeiro volume publicado em 1974. Como o próprio autor assinalou, a intenção desse “movimento do saber” foi se inspirar no movimento revisionista das Ciências Sociais da segunda metade do século XX⁵⁰ e propor uma compreensão mais ampla do capitalismo, a partir da qual se pudesse prescindir das divisões nas categorias de pensamento que haviam sido construídas. Nesse sentido, partiu de um minucioso estudo de dados empíricos sobre o surgimento da economia-mundo capitalista, identificada ainda no século XVI, e procedeu à construção de seu modelo de interpretação. É importante salientar que a análise dos sistemas-mundo, tal como concebida por Wallerstein, buscou se desvencilhar da utilização de categorias construídas *a priori* para análise. O exercício da teorização, para Wallerstein e demais autores da EPSM, deve construir os conceitos ao mesmo tempo em que se busca e se analisa os dados de maneira histórica (ARIENTI e FILOMENO, 2007, p. 101). Isto posto, a definição de sua unidade analítica básica foi assim sintetizada por ele:

Um sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodela-lo em seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida em que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros. Podem definir-se as suas estruturas, em momentos diferentes, como fortes ou fracas, em termos da lógica interna de seu funcionamento (WALLERSTEIN, 1990, p. 337).

⁵⁰ Wallerstein (2012) considera quatro esforços de revisão dos pressupostos das ciências sociais históricas construídas e estabelecidas entre 1850 e 1945: 1) a teoria da modernização; 2) a teoria da dependência, incluído aí o pensamento cepalino; 3) o revisionismo marxista que se expressa na versão “modernizadora” de Khrushchov e na retomada do conceito do “modo de produção asiático”; e 4) a historiografia braudeliana.

Existe uma distinção terminológica fundamental quando se trata dos sistemas-mundo. Na introdução de *O Moderno Sistema-Mundo*, Wallerstein (1990, p. 18) explica as motivações que o levaram a utilizar tal categoria de análise. Ao fazer isso, ressalta que entender os limites de atuação de certas sociedades implica em entender o sistema mundial em que estão inseridos. Ao utilizar o termo no plural faz-nos perceber que existem, em outros contextos e outros tempos, diferentes sistemas sociais, e, portanto, diferentes sistemas-mundo. Mas, ao tratar do “mundo moderno” ou do “processo de modernização” está se referindo a este sistema-mundo único. Existiram outros sistemas mundiais que Wallerstein (1990, p. 338) definiu como “impérios-mundo” caracterizando-os como sistemas em que existem apenas um sistema político. No entanto, quando existem, no mesmo sistema-mundo, mais de um sistema político “[...] por conveniência, e à falta de um termo melhor, utilizamos o termo ‘economia-mundo’[...]”. Antes da era moderna, as economias-mundo constituíam sistemas bastante efêmeros, que tendiam à desintegração ou tornavam-se impérios-mundo. Portanto:

A peculiaridade do sistema mundial da Idade Moderna é que uma economia-mundo tenha sobrevivido durante 500 anos e no entanto não tenha chegado a transformar-se em império mundo – peculiaridade que é o segredo de sua força. [...] Esta peculiaridade é o aspecto político da forma de organização econômica chamada capitalismo. O capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro de seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos. [...] O capitalismo como modo econômico se baseia no fato de os fatores econômicos operarem no interior duma arena maior do que a que qualquer entidade política pode controlar totalmente. Isto dá aos capitalistas uma liberdade de manobra que tem uma base estrutural. Ela tornou possível a expansão econômica constante do sistema mundial, apesar de uma distribuição muito desigual de seus frutos [...] (WALLERSTEIN, 1990, p. 338).

Para chegar a essa definição do que é um sistema-mundial, e da identificação das particularidades da economia-mundo capitalista, Wallerstein procurou, antes, descrever as dinâmicas que regem tal sistema. Tal análise constitui-se de dois elementos distintos e indissociáveis: o aspecto econômico, que se evidencia pelo comportamento dos produtores (cadeias mercantis), e o aspecto político, que, nesta economia-mundo, encontra sua expressão, sobretudo, na existência dos Estados nacionais (VIEIRA, 2015). Em qualquer sistema mundial, existe uma “divisão extensiva do trabalho”. Esta divisão além de “funcional”, ou seja, que atribui determinadas tarefas a determinados grupos, é também “geográfica”. Assim, a divisão do trabalho concebida no interior do sistema-mundo “aumenta e legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema de explorarem o trabalho de outros, isto é, receberem uma maior parte do excedente” (WALLERSTEIN, 1990, p. 338). Na medida em que parte da inspiração para a

formulação de sua unidade analítica foi a teoria da dependência, Wallerstein adotou a nomenclatura centro-periferia para explicar a hierarquia existente nesta economia-mundo. Com efeito, uma vez que as dinâmicas de um sistema mundial se expressam nos âmbitos políticos e econômicos, as características desta hierarquia na economia-mundo capitalista também se encontram nas referidas esferas. Nas palavras do autor, por um lado:

A divisão dum economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que exigem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização estão reservadas às áreas mais bem posicionadas. Dado que uma economia-mundo capitalista recompensa essencialmente o capital acumulado, incluindo o capital humano, em maior medida que a força de trabalho “em bruto”, a má distribuição geográfica destas qualificações ocupacionais envolve uma forte tendência para sua automanutenção. As forças do mercado reforçam-na em vez de a minar. E a ausência de um mecanismo central na economia-mundo torna muito difícil a introdução de forças capazes de contrariar a má distribuição dessas recompensas (WALLERSTEIN, 1990, p. 339).

De outro modo, mas não de maneira indissociada:

As economias-mundo estão divididas, pois, em estados do centro e áreas periféricas. Não digo estados periféricos porque uma característica das áreas periféricas é que o Estado indígena é débil, oscilando entre a não existência (isto é, uma situação colonial) e a existência com um escasso grau de autonomia (isto é, uma situação neocolonial) (WALLERSTEIN, 1990, p. 339).

Dessa maneira, um Estado é tanto mais forte quanto mais capacidade este tenha de negociar ou impor frente a outras unidades políticas integrantes da economia-mundo condições mais favoráveis para manutenção de sua posição na hierarquia das atividades produtivas. E a ênfase na hierarquia é importante. Para Wallerstein (1979, p. 179), se na segunda metade do século XX se passou a falar em “desenvolvimento” dos Estados, no século XVII se falava da “riqueza” do reino, “mas as pessoas da época viam, muitas vezes com mais clareza do que vemos hoje, que a medição se fazia em números ordinais e não cardinais”. Em síntese é o Estado forte que garante as condições para a acumulação de capital ao permitir que empreendimentos originários em seu próprio território possam se desenvolver *fora do mercado*; isto é, onde não exista competição e, por isso, as taxas de lucro sejam significativamente maiores. De acordo com Wallerstein (apud VIEIRA, 2015, p. 8):

1) Os estados impõem as regras sobre a troca das mercadorias, do capital e do trabalho, e em que condições podem cruzar suas fronteiras; 2) Criam as leis concernentes aos direitos de propriedade dos estados; 3) Criam as regras

concernentes ao emprego e à compensação dos empregados; 4) Decidem os custos que as companhias devem assumir; 5) Decidem que tipo de processos econômicos devem ser monopolizados, e até que ponto; 6) Cobram impostos; 7) Por último, quando as companhias estabelecidas dentro de suas fronteiras vierem a ser afetadas, podem usar seu poder no exterior para influenciar as decisões de outros estados.

Giovanni Arrighi trouxe significativa contribuição para a perspectiva dos sistemas-mundo e, em particular, para a compreensão da dinâmica da economia-mundo capitalista. Em *O Longo Século XX*, publicado originalmente em 1994, Arrighi (2012) formulou o conceito de “ciclos sistêmicos de acumulação”, com o qual realizou acurada análise das trocas hegemônicas que se sucederam nos últimos *longos séculos*. Sua análise baseou-se no conceito de *longue durée*, de Braudel e na fórmula de reprodução do capital de Marx (D-M-D’). Em síntese o autor diz que, no decorrer de longos séculos – que, no entanto, tendem a ser cada vez mais reduzidos – determinado Estado ou região hegemônica acaba por perder capacidade de formular e sustentar as regras que lhe dão a condição hegemônica para outro Estado nos períodos em que apresenta maior liquidez financeira. Isso ocorre porque, conforme a expansão material avança, a competição aumenta, e as taxas de lucro relativas às atividades produtivas são, conseqüentemente, reduzidas. O proprietário do capital, nessas condições, prefere que seu dinheiro não seja investido em empreendimentos produtivos, que além de apresentarem, neste determinado momento, retorno menor, apresentam menor mobilidade.

A financeirização da economia hegemônica, ao inibir a possibilidade de inovação e reorganização da atividade produtiva que antes conseguia se colocar acima do mercado, resulta em perda de dinamismo desse setor. Daí decorre que outras regiões, ao organizarem esse capital sobressalente de maneira inovadora, ou seja, que lhes permita estar acima da competição do mercado, passem a figurar como potencial desafiante da hegemonia estabelecida. Embora seja um aspecto fundamental, é evidente que a capacidade de se estabelecer como hegemonia não se restringe às questões econômicas. As diferentes hegemonias apresentadas pelos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação tiveram suas próprias características de organização econômica, política e militar. O que as aproxima, na visão de Arrighi, é, nos termos de Gramsci, o alto nível de aceitação desta organização sistêmica pelos demais grupos integrantes. Existe, com efeito, a percepção de que na ausência da potência hegemônica os resultados esperados seriam piores e, portanto, ainda que com problemas pontuais, a presença da potência hegemônica é desejada. Sobretudo na fase de financeirização, a potência hegemônica passa a apresentar crises sinalizadoras, o que prejudica sua capacidade de se apresentar como necessária aos bons resultados esperados pelo conjunto do sistema. Ao menos desde os anos 1970, os

Estados Unidos estariam demonstrando sinais de declínio daquele poderio apresentado anteriormente.

Para Wallerstein (2004, p. 21) “os fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a hegemonia dos Estados Unidos são os mesmos fatores que produzirão o iminente declínio dos Estados Unidos” Tal declínio pode ser entendido a partir de quatro eventos símbolos: “a Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim em 1989, e os ataques terroristas de setembro de 2001” (WALLERSTEIN, 2004, p. 25). A Guerra do Vietnã, além de comprometer a simbologia do poderio militar dos Estados Unidos, trouxe consequências econômicas ruins e afetou as reservas de ouro dos Estados Unidos, num momento de grande crescimento econômico de Japão e Alemanha. Em relação à força militar, é importante frisar que, embora haja relativo declínio, é seguramente a maior e mais abrangente força existente. Nesse sentido, Wallerstein (2004, p. 35) afirma: “Este contraste mostra a mais velha história na vida das potências hegemônicas. A potência dominante concentra-se no aspecto militar; o candidato a sucessor concentra-se no aspecto econômico”.

A concepção teórica dos sistemas-mundo, portanto, sustenta que haja um deslocamento do eixo dinâmico da economia em direção ao pacífico, em que pese a crescente participação dos países asiáticos desde a ascensão econômica japonesa no pós-II Guerra Mundial até a ascensão dos NIC (*New Industrialized Countries*). Em *O longo século XX*, Arrighi (2012) já previa uma ascensão da região asiática e indicava o Japão como líder desse movimento de ascensão econômica e provável candidato a suplantará a condição hegemônica dos Estados Unidos. Posteriormente, mediante o grande crescimento econômico chinês reviu este apontamento, e passou a considerar outras possibilidades igualmente em aberto. Para Arrighi seria possível um movimento de renovação da hegemonia estadunidense com o aval chinês, uma renovação do conflito bipolar, desta vez entre China e EUA, ou, ainda, um questionamento e colapso da própria economia-mundo, baseada num novo nível de coalização do Sul global com papel preponderante para as decisões do Partido Comunista da China como ator de destaque na formulação de políticas de direcionamento do capital resultante dos déficits estruturais das economias desenvolvidas (ARRIGHI, 2008). Essas questões serão analisadas no capítulo seguinte.

Para além da questão centro-periferia, a EPSM trabalha com o conceito de semiperiferia. A utilização desse conceito buscou resolver um problema que se colocava no debate entre a teoria da modernização e a teoria da dependência. Para a teoria da modernização a existência de países em situação intermediária, ou seja, que não eram “avançados”, mas que também não estavam no mesmo nível dos “atrasados”, era apenas questão de tempo. Conforme

as alterações políticas, sociais e econômicas, que já haviam iniciado, se processassem, a fase do “desenvolvimento autossustentado” chegaria. Para a teoria da dependência, a situação também era temporária. Porém, ao invés de esperar que os países ascendessem à condição de desenvolvidos, a força do sistema internacional os faria retornar à condição dos demais países periféricos⁵¹. Portanto, ao se constatar que uma quantidade significativa de Estados permanecia nessa situação mediana, foram buscadas explicações alternativas. Para a análise de Wallerstein, a semiperiferia não constitui condição efêmera no sistema-mundo, mas sim elemento permanente. Mais do que mero recurso metodológico, a semiperiferia constitui “um elemento estrutural necessário numa economia-mundo”. Além disso, “[...] Estas áreas intermédias [...] desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas áreas periféricas poderiam noutro caso dirigir contra os estados do centro e os grupos que operam no interior e através dos seus aparelhos de Estado”.

Embora bastante rígida, a hierarquia entre Estados e regiões no interior da economia-mundo não é imutável. Conforme fases sucessivas de expansão e depressão da economia-mundo foram ocorrendo, algum espaço de alteração foi proporcionado para as trocas de hegemonia e movimentos de ascensão ou descenso dos Estados entre as camadas hierárquicas. Wallerstein (1979, p. 179) afirma que, em períodos de depressão (fase B de Kondratieff), a mobilidade é facilitada. Porém, nem todos são candidatos a ascensão. É mais provável que a semiperiferia possa ascender ou cair na hierarquia de Estados. Muito menos provável é que Estados centrais tornem-se hegemônicos ou semiperiféricos; ou ainda, que países periféricos se tornem semiperiféricos. Isso ocorre pelas próprias características da economia-mundo e a busca pelo desenvolvimento mediante políticas deliberadas, como desejavam os teóricos das décadas de 1950 e 1960, por exemplo, demonstra-se ilusória. Vejamos o que diz Wallerstein:

Uma política estatal inteligente tem muito a ver com o que acontece. Mas há que fazer imediatamente duas advertências. Em primeiro lugar, a política estatal não é o primeiro motor, mas um processo intermédio. Em segundo lugar, nem todos os aparelhos de estado podem utilizar um determinado conjunto de políticas com a mesma esperança de obterem um resultado feliz. Na realidade, antes pelo contrário. Muitos podem tenta-lo, mas só uns poucos conseguem transformar realmente o papel do seu Estado na divisão mundial do trabalho. Isto deve-se a que o próprio êxito de uns priva os outros de oportunidades e alternativas (WALLERSTEIN, 1979, p. 179).

⁵¹ Marini (1974) considera que os lapsos de “desenvolvimento autônomo” ocorrem como forma de “cooperação antagonica” entre as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos e o imperialismo. Esse arranjo encontra limites na medida em que é contraditório em si mesmo. Reforça a incapacidade de criação de mercado na mesma proporção em que avança em seu desenvolvimento.

Em “A ilusão do desenvolvimento”, Arrighi concorda com a rigidez da hierarquia de Estados que a economia-mundo apresenta. O autor procurou demonstrar que a questão está além das trocas desiguais, que seguramente desempenham papel importante na reprodução das desigualdades entre Estados. Para ele, embora as semiperiferias, mediante atuação preponderante dos Estados, tenham sido bem-sucedidas em industrializar-se isso somente ocorreu como expressão do caráter dinâmico da própria economia-mundo. Ao buscar internalizar aquelas atividades que foram características do centro em determinado período, aumenta-se a competição nesses setores e relega esses mesmos setores que outrora registravam altas taxas de lucro à condição de atividades periféricas. Para além das trocas desiguais, Arrighi aponta que o problema *também* está na transferência consensual de capital, que seriam “transferências baseadas exclusivamente no auto-interesse dos donos dos recursos que estão sendo transferidos, sendo os exemplos mais proeminentes a emigração de trabalhadores e a fuga de capitais” (ARRIGHI, 1997, p. 213). Particularmente nesse sentido, haveria, no entanto, a possibilidade de se construir, por meio da atuação das semiperiferias, um movimento de subversão da economia-mundo. Acontece que, frequentemente, as elites locais, que gozam de um padrão de vida e de consumo similar a seus pares nas economias do centro, tendem a perpetuar um padrão de transferências consensuais da renda para os centros. Arrighi (2008) retoma a análise dessa possibilidade em *Adam Smith em Pequim*. Nesse quesito, a China e demais países do Sul global neste início de século XXI teriam um papel importante. Essas questões serão retomadas no capítulo seguinte, quando discutirmos os impactos da ascensão chinesa.

2.2.NEOESTRUTURALISMO E CORRENTES HETERODOXAS

Raúl Prebisch, economista argentino e líder da CEPAL, foi um importante pensador da desigualdade que caracterizava as relações entre as economias pioneiramente industrializadas e aquelas que se encontravam à margem desse processo (SOUZA, 2015, p. 11). Aliás, foi Prebisch quem tornou bastante conhecida a dicotomia “Centro-Periferia”, e quem primeiramente estabeleceu um método histórico-estrutural para referir-se às relações entre os dois extremos do mesmo sistema (BERNAL-MEZA, 2005, p. 79). O questionamento central de Prebisch (2013), presente em seu “*El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*” publicado em 1949, consistia na falta de verificação empírica dos pressupostos liberais consubstanciados nas vantagens comparativas em sua versão neoclássica.

Valendo-se de um método inspirado na teoria geral de Keynes (1985), Prebisch constatou que entre 1876 e 1947 houvera uma redução relativa “da quantidade de artigos finais da indústria que se pod[ia] obter com uma quantidade determinada de produtos primários”. O progresso técnico alcançado pelos países industrializados, ao contrário do que dizia a teoria da divisão internacional do trabalho, não fora compartilhado com os países periféricos. Ao contrário, enquanto “[...] os centros se apropriaram integralmente do fruto do progresso técnico, a periferia enviou a eles uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, 2013, p. 16). A linha de argumento pode ser entendida da seguinte maneira. Pela lógica neoclássica, se houvesse aumento de produtividade, os custos de produção deveriam necessariamente baixar. Num contexto de ampla concorrência determinado empresário, que contasse com produtos de menor custo de produção, procuraria reduzir os preços de mercado até o ponto em que conseguisse obter maior montante de lucro, mesmo que a taxa de lucros fosse reduzida. Outros empresários, para não perderem posição no mercado, procurariam, então, novas técnicas de produção para também reduzir seus custos de produção, ou seja, buscariam maior produtividade. Por esse ponto de vista, o aumento da produtividade (progresso técnico) deveria significar uma redução dos preços, a menos que a renda interna registrasse aumento.

Com efeito, argumentou Prebisch, os produtos industrializados, em seu processo de produção registraram ganho de produtividade maior do que o registrado pelos produtos primários. Assim, os preços daqueles produtos deveriam ter diminuído, ou, ao menos, aumentado em proporção menor que os preços dos produtos primários. Se havia aumento dos preços dos produtos industrializados ao mesmo tempo em que havia progresso técnico, significava que os pagamentos realizados ao fator de produção capital tinham registrado aumento proporcionalmente maior que o aumento da produtividade. Todavia, na periferia, a renda havia crescido menos que o aumento da produtividade. Logo, parte da renda que deveria ser incorporada às contas nacionais da periferia haviam sido transferidas para o centro. Esse é o núcleo do argumento de Prebisch contra a teoria das vantagens comparativas e a base para seu conceito de deterioração dos termos de troca.

Para Prebisch, no entanto, essa lógica não ocorre de maneira linear. A distância entre os preços praticados se agravaria conforme se processassem os ciclos econômicos. No momento de ascensão do ciclo econômico haveria maior procura por matérias-primas. Os ganhos seriam direcionados para os produtores da periferia do sistema que poderiam, inclusive, ter seus preços aumentados em proporção maior que os preços dos produtos industrializados. O problema, dizia Prebisch, estaria na fase de descenso do ciclo econômico. O recuo dos preços

nos centros seria mais rígido devido às características políticas e sindicais de suas sociedades. Verifica-se, assim, uma condição de vulnerabilidade intrínseca da periferia em relação ao centro. Ainda que alguns países periféricos conseguissem reunir algumas condições de rigidez no que se refere à redução da renda em tempos de ciclo recessivo da economia mundial, tal situação não perduraria. No momento minguante do ciclo a oferta é maior que a demanda. Se os países periféricos não reduzissem seus preços, e, conseqüentemente sua renda, os países centrais, compradores por excelência dos produtos primários, e que possuem uma estrutura política e sindical mais rígida tampouco o fariam. Assim, a produção no centro diminui, a demanda por matérias-primas se reduz ainda mais e a tal ponto que chega a forçar a redução dos preços dos produtos primários. Nas palavras de Prebisch:

A maior capacidade das massas, nos centros cíclicos, para conseguir aumentos de salários na fase crescente e defender seu nível na minguante, e a aptidão desses centros, pelo papel que desempenham no processo produtivo, para deslocar a pressão cíclica em direção à periferia, obrigando-a a comprimir sua renda mais intensamente que nos centros, explicam porque a renda nestes tendem persistentemente a subir com mais força que nos países da periferia, conforme torna expresso na experiência da América Latina. [...] Nisso está a chave do fenômeno, segundo o qual os grandes centros industriais não apenas retêm para si o fruto da aplicação das inovações técnicas em suas próprias economias, mas estão igualmente em posição favorável para captar uma parte do que surge no progresso técnico da periferia⁵² (PREBISCH, 2013, p. 20).

O diagnóstico inicial de Prebisch serviu para a criação do programa de investigação da CEPAL. Pode-se considerar que, mesmo que as condições históricas tenham se alterado ao longo do tempo, foi o método histórico-estruturalista o responsável por dar unicidade ao pensamento cepalino. A CEPAL buscou entender a forma como as economias latino-americanas se relacionavam com o resto do mundo. Para isso a classificação centro-periferia foi fundamental e possibilitou que a discussão se aprofundasse. Partindo, pois, de uma constatação relativa ao comércio internacional e à inserção das economias latino-americanas, as abordagens cepalinas se inseriram no debate sobre as determinações do subdesenvolvimento. Em oposição às teses da teoria da modernização, o método histórico-estruturalista permitia

⁵² Tradução do autor para: La mayor capacidad de las masas, en los centros cíclicos, para conseguir aumentos de salarios en la creciente y defender su nivel en la minguante, y la aptitud de esos centros, por el papel que desempeñan en el proceso productivo, para desplazar la presión cíclica hacia la periferia, obligando a comprimir sus ingresos más intensamente que en los centros, explican por qué los ingresos en estos tienden persistentemente a subir con más fuerza que en los países de la periferia, según se patentiza en la experiencia de América Latina. [...] En ello está la clave del fenómeno, según el cual, los grandes centros industriales no sólo retienen para sí el fruto de la aplicación de las innovaciones técnicas a su propia economía, sino que está asimismo en posición favorable para captar una parte del que surge en el progreso técnico de la periferia.

dizer que o desenvolvimento não se dava em etapas e não era possível transpor os métodos de análise e as experiências vivenciadas pelos países de industrialização pioneira para o caso dos latino-americanos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17). Sobre esse ponto é fundamental elencar algumas das contribuições de Celso Furtado.

Furtado identificou duas dinâmicas diferentes que caracterizariam o desenvolvimento do capitalismo clássico do centro e o subdesenvolvimento da periferia. Segundo sua interpretação, a mola mestra do desenvolvimento capitalista clássico foi a inovação tecnológica, que em um primeiro momento possibilitou aumento de produtividade e deslocou a produção dos antigos artesãos, despejando grande quantidade de mão de obra no mercado. Essa situação levou a uma diminuição do poder de barganha dos trabalhadores e deu condições para a acumulação de capital. Em um segundo momento, houve aumento da acumulação de capital em velocidade maior que a criação de força de trabalho, fazendo com que a renda dos trabalhadores aumentasse. Nesse ponto, a situação teria se invertido e não seria mais o espírito empreendedor dos capitalistas o responsável pela inovação tecnológica e consequente aumento de produtividade. Ao contrário, seria o renovado poder de barganha dos trabalhadores, ao buscar se apropriar dos ganhos de produtividade e ameaçar a renda dos capitalistas, que faria com que estes estivessem sempre pressionados a introduzir inovações tecnológicas (FURTADO, 1983, p. 141).

A dinâmica econômica da periferia não se deu sob as mesmas condições, justamente pela pré-existência de um sistema capitalista avançado. Assim, as atividades primário-exportadoras estavam submetidas às condições determinadas pelos centros, que forneciam às periferias o capital, o mercado e indicavam as mercadorias a serem produzidas. Pressupondo uma situação de livre determinação das forças do mercado, algum tipo de industrialização dificilmente poderia engendrar um processo de desenvolvimento semelhante ao que ocorrera nas economias centrais. Historicamente, a industrialização da periferia se deu em surtos e, particularmente para o caso da América Latina, a crise de 1929 forneceu as condições necessárias para que se iniciasse um processo de diversificação das indústrias via substituição de importações. Porém, como essas novas indústrias deveriam suprir uma necessidade pré-existente de produtos antes importados, exigia-se que as técnicas empregadas fossem as mesmas já existentes nos países do centro, fosse por conta das características da demanda interna, fosse pela necessidade de importação dos bens de capital, que não eram produzidos internamente.

Daí surgiam dois problemas. Por um lado, a necessidade de importação de bens de capital apenas alteraria a pauta de importação mas manteria a situação de dependência. Por

outro lado, as tecnologias importadas serviam às economias centrais pela própria dinâmica poupadora de mão de obra que caracterizava sua dinâmica de desenvolvimento: abundância de capital em relação à oferta limitada de mão de obra. Nas economias periféricas, ocorria justamente o contrário. Havia oferta ilimitada de mão de obra e escassez de capital. Nessas condições, as implicações para a criação de um mercado consumidor eram duplamente negativas: se empregava relativamente pouco e pagava baixos salários. A situação se agrava quando se leva em conta que, pela escassez de capital, determinados setores industriais se desenvolviam em condições de monopólio e em grandes escalas de produção, frequentemente com capacidade ociosa de produção, o que condicionava a elevação dos preços. Num mercado interno já débil, essa situação só reforçava a má distribuição de renda. Se, para Celso Furtado, o desenvolvimento consistia em crescimento econômico autônomo com divisão dos frutos do progresso na sociedade, essa situação estava longe de representar o desenvolvimento (FURTADO, 1983, p. 145).

A solução para os problemas apresentados pelas economias latino-americanas, contudo, variou conforme avançaram os diagnósticos do subdesenvolvimento e se alteraram as condições do sistema internacional. Em texto escrito para análise dos cinquenta anos de existência da CEPAL, Bielschowsky afirmou que existiram diferentes “ideias-força”, condizentes com o contexto internacional correspondente a cada período, mas o método histórico-estruturalista como forma de análise da inserção internacional, dos constrangimentos causados pela estrutura interna da periferia e do papel do estado como elemento importante de superação da condição de subdesenvolvimento permaneceu. Assim, em um primeiro momento, que corresponde a década de 1950, a saída proposta repousava na industrialização dos países periféricos mediante um planejamento bem delineado para que, progressivamente, as importações fossem substituídas pela produção interna, minimizando os efeitos da deterioração dos termos de troca.

Já nos anos 1960, a ênfase foi colocada no papel do Estado como promotor de reformas necessárias para corrigir problemas da industrialização periférica. A necessidade do planejamento decorria justamente da incapacidade de retenção dos frutos do progresso técnico, que, junto aos problemas estruturais internos, impunha limites à capacidade de formação de poupança interna nos países periféricos⁵³ e trazia constantes estrangulamentos ao processo de

⁵³ Conforme destacado por Bielschowsky (2000, p.33), se a questão das limitações externas ao desenvolvimento goza de certo consenso dentro do programa de pesquisa estruturalista, o mesmo não pode ser dito sobre a insuficiência de poupança. Aníbal Pinto e seus seguidores, Maria da Conceição Tavares, Antonio Barros de Castro

industrialização. O programa de reformas incluía a questão da reforma agrária, importante mecanismo para fomentar o crescimento de um mercado interno que garantiria dinâmica ao processo de desenvolvimento, contrariamente à estagnação que a substituição de importações conduziria (FURTADO, 1966).

Coerente com o contexto de crise dos anos 1970 e a reorientação da ideia de desenvolvimento que começava a tomar lugar nas grandes instituições internacionais, a CEPAL reorientou seus estudos e passou a dar mais ênfase às análises macroeconômicas como forma de entender o processo de endividamento. Para responder a esse problema central buscou aprimorar as análises dos requisitos para diversificação das exportações. Outra característica importante das contribuições cepalinas deste período é a ideia de “estilos” de crescimento, que surge com artigo de Tavares e Serra (2000). Partindo de uma análise do caso brasileiro, esses autores consideram que seria possível uma economia dinâmica mesmo que não ocorressem as reformas distributivas preconizadas por Celso Furtado para combater a estagnação inerente ao processo de substituição de importações. O argumento utilizado sustentava que a produção brasileira poderia se adequar a uma demanda puxada pelo consumo das classes médias e altas.

O fato é que o contexto internacional havia se alterado e as políticas pensadas nas décadas de 1950 e 1960 não tinham mais condições de implantação. A centralidade das políticas de longo prazo perdia espaço para os problemas de curto prazo, que passariam a ocupar as análises cepalinas. Cabe ressaltar que, nesse período, somente o Brasil, por conta do II PND e o México, em razão do aumento das divisas decorrentes do aumento dos preços do petróleo, promoveram políticas deliberadas de industrialização. Contudo, já nos anos 1980, como protagonistas da crise da dívida, esses países entraram também na lógica de curto prazo e tiveram que se adequar ao discurso do ajuste estrutural promovido pelo centro. Nessas condições as recomendações da CEPAL voltavam-se para resolução da asfixia financeira do período. A proposta era evitar os choques de ajuste e renegociar a dívida para retomada do crescimento minimizando os custos sociais de medidas recessivas.

É frente a esse contexto que se deve entender o neoestruturalismo. Embora se critique que novo programa de investigação cepalino havia se rendido ao neoliberalismo quando propôs o “regionalismo aberto” e ecoou em alguma medida a necessidade do ajuste fiscal (OSORIO, 2003), seus adeptos se defendem dizendo que o programa consistia em uma adaptação ao novo contexto internacional e era uma forma de resguardar a capacidade de planejamento do Estado.

e Carlos Lessa, divergiam de Prebisch e Furtado nesse sentido e preferiam trabalhar com a tese da existência de problemas de financiamento.

Oswaldo Sunkel, grande incentivador da revisão estruturalista, organizou uma coletânea de trabalhos da CEPAL, no início dos anos 1990, em que pedia por um desenvolvimento “*desde dentro*”, em oposição ao modelo anterior “*hacia adentro*”. Para Bielschowsky (2009) a intenção do neoestruturalismo, incorporando as características propositivas que sempre identificaram o modo de atuação da CEPAL, foi auxiliar os países da América Latina a promoverem uma abertura atenta às necessidades da região enquanto periferia, uma vez que, embora houvesse tais “adaptações” conjunturais, o método histórico-estruturalista e a ênfase na dicotomia centro-periferia prevalecia. Na ocasião, a proposta consistia em promover a abertura se valendo de um câmbio real elevado e estável, como parte de um projeto orientado a lograr uma “competitividade autêntica”.

O conceito da competitividade autêntica remetia aos trabalhos de Fajnzylber (1990), que, por sua vez, havia resgatado a visão schumpeteriana do desenvolvimento capitalista, segundo a qual o progresso técnico é o motor do desenvolvimento⁵⁴. De acordo com essa interpretação, portanto, era necessário deixar para trás a competitividade que havia caracterizado a teoria do desenvolvimento até então, que enfocava o acúmulo de fatores, e passar a buscar uma competitividade baseada na alteração estrutural. Embora houvesse o reconhecimento de que a industrialização, nos moldes que ocorrera, fora importante, o neoestruturalismo passou a advogar em favor da priorização de setores que carregavam em si maior capacidade de produzir ganhos de produtividade.

A questão do comércio interacional sempre foi importante para o pensamento cepalino. Sobre esse aspecto, pode-se dizer que mesmo quando advogava em favor das políticas de substituição de importações, o estruturalismo nunca foi enfático em propor uma economia fechada. Como o próprio Prebisch salientou, era necessário, antes, mitigar os problemas decorrente das trocas desiguais que caracterizavam o comércio da periferia com o centro. Quando o debate neoestruturalista propõe uma adequação das propostas de políticas comerciais para a região, ele o faz sobre bases de discussões que haviam ganhado corpo nos anos 1970 e 1980. Nesse contexto, sabe-se que a questão das cadeias globais de valor do comércio internacional ganhava terreno. Na medida em que o neoestruturalismo se apresenta como uma

⁵⁴ Schumpeter (1997, p. cap II), ao publicar sua teoria do desenvolvimento econômico no início do século XX, distinguiu sua análise daquelas induzidas pela teoria do equilíbrio e que têm por base uma noção estática do fluxo circular da renda. Para ele, ao tratar o processo de desenvolvimento como algo dinâmico, há uma tendência de “perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. O principal fator para deslocamento do estado de equilíbrio anterior são as “novas combinações” que podem ser elencadas em: 1) introdução de um novo bem; 2) introdução de um novo método de produção; 3) abertura de um novo mercado; 4) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas; 5) estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

corrente de pensamento aberta, que permite que outras formas de análise sejam incorporadas aos seus princípios gerais, é possível utilizar ferramentas formuladas em outras frentes do pensamento econômico. Nesse sentido, uma maneira de se olhar essa questão é pela diferenciação entre o comércio interindustrial e o comércio intra-industrial (CII).

Pelo menos até os anos 1950, predominava nas teorias do comércio internacional a interpretação neoclássica das vantagens comparativas. Heckscher e Ohlin desenvolveram um modelo das vantagens comparativas baseado na diferença relativa da dotação dos fatores de produção para explicar a determinação do padrão de comércio internacional. Daí se depreende que a especialização produtiva, baseada na identificação das vantagens comparativas relativas à dotação dos fatores de produção abundantes dá lugar a um padrão de comércio *interindustrial*. Em outras palavras, de acordo com essa interpretação, o comércio internacional ocorre entre setores distintos. Ainda de acordo com a interpretação neoclássica, como os preços seriam determinados no mercado internacional, haveria uma tendência de equilíbrio e adequação dos pagamentos aos fatores de produção, promovendo algum nível de distribuição de renda no âmbito internacional. Essa interpretação serviria para caracterizar, grosso modo, o tipo de comércio Norte-Sul, onde os ricos países do Norte apresentariam tendência a especialização em setores intensivos em capital e os países do Sul, abundantes em mão de obra, especializar-se-iam nos setores intensivos em trabalho (SILBER, 2006). Para além da interpretação da deterioração dos termos de troca e incapacidade de distribuição de renda pelo comércio internacional de padrão interindustrial postulada por Prebisch, outros aspectos precisam ser evidenciados

Para a literatura crítica ao comércio interindustrial, o padrão de comércio tal como propagado pela teoria das vantagens comparativas não se verificava empiricamente, pois a maior parte do comércio mundial no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial concentrou-se nas economias desenvolvidas, que apresentavam nível de renda e estrutura de produção bastante similares. Parte da explicação para a existência do comércio intra-indústria passou a repousar na admissão dos retornos crescentes de escala, da concorrência imperfeita e da diferenciação de produtos. Esses determinantes serviam para explicar o CII Norte-Norte identificado por Leontieff (1953) ainda na década de 1950. Conforme o processo de industrialização do Sul avançou, no entanto, a característica do CII se alterou. Embora as consequências desse processo possam ser analisadas de maneiras distintas, é fato amplamente aceito que os tradicionais exportadores de matérias-primas passaram a constituir parte importante do comércio de industrializados. Em oposição ao CII horizontal, que caracterizava o comércio Norte-Norte, o CII Norte-Sul passou ser entendido como vertical, ou seja, quando o intercâmbio ocorre entre

os mesmos setores, porém a diferenciação dos produtos repousa na qualidade. Isso se explicaria pela diferença na dotação dos fatores entre o Sul e o Norte⁵⁵ (CLARK e STANLEY, 1999).

Foi nesse sentido que Ocampo analisou a questão chinesa para a região:

Una integración más acorde a las oportunidades que ofrece la economía global implica además redefinir las relaciones comerciales con China, que tienen que ir más allá del patrón de intercambio del siglo XIX y principios del XX consistente en intercambiar un puñado de bienes por una miríada de manufacturas. Si esta relación ha de contribuir al pleno desarrollo de América Latina, debería ser una relación de comercio Sur-Sur y de inversión, que permita a América Latina exportar a China un menú más diversificado de bienes y servicios, y a sus empresas de mayor tamaño aprovechar las oportunidades de inversión que ofrece el gigante asiático. Para esto es necesario generar un diálogo más profundo a través de foros comunes de alto nivel, tales como los que proveen el marco para el diálogo entre América Latina y el Caribe y Europa (o, de hecho, para el diálogo chino-africano) (OCAMPO, 2015).

Levando em consideração o que foi dito até aqui, podemos pensar que uma forma de perceber o caráter das relações da China com a América Latina em uma perspectiva mais ampla deve estar atenta ao padrão de comércio existente entre as partes. Além disso, tendo por pressuposto que as economias asiáticas de maneira geral, e a China de maneira particular, foram exitosas em obter um padrão de desenvolvimento voltado para os ativos baseados no conhecimento, pode-se questionar em que medida as relações bilaterais contribuem para o desenvolvimento de setores que carregam em si o potencial de alteração estrutural, geralmente identificados como aqueles que possuem maior conteúdo de engenharias. Ainda, levando em consideração o amplo desenvolvimento chinês na construção de projetos de infraestrutura e sua predisposição política e disponibilidade econômica para internacionalizar este tipo de empreendimento, deve-se atentar para a capacidade chinesa de cooperação neste setor historicamente débil na América Latina.

2.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A EPSM serve aos propósitos desta pesquisa de duas maneiras. Em primeiro lugar o estudo realizado pelos autores sobre a questão das alterações no “andar de cima” da economia-mundo é importante para lançar luz ao tema do ressurgimento chinês. Em segundo lugar

⁵⁵ A variável distância geográfica é, frequentemente, utilizada como *proxy* para explicar maior intensidade de CII.

proporciona elementos para se discutir as margens de manobra possíveis para as áreas periféricas dentro desta economia-mundo. A pergunta que fazemos nesta pesquisa, portanto, deve ser respondida nesses termos. Devemos verificar se a atuação chinesa neste contexto de possível alternância do ciclo sistêmico de acumulação contribui para construção de um sistema de governança global mais distribuído, com a presença de Estados periféricos mais fortes, que viabilizem sua expansão material. Em termos ainda bastante gerais, podemos considerar qual é o destino do capital resultante dos grandes superávits em conta corrente do balanço de pagamentos da China e Ásia. Isto é, esses capitais são direcionados a organismos sob influência direta ou indireta dos Estados Unidos ou servem ao propósito da emancipação do Sul Global? Dessa maneira, buscamos explicar que a compreensão da efetividade da cooperação chinesa para o desenvolvimento não se restringe à sua participação no regime da CID construído ao longo do século passado. A possibilidade de desenvolvimento da periferia, tal como entendemos, depende da atuação da China em sentido mais amplo, ou seja, na sua competência para alteração ou não do sistema internacional.

O neoestruturalismo não parece se preocupar com as questões de uma possível troca da hegemonia. Fruto da necessidade de resposta aos problemas que estavam colocados para os países latino-americanos na década de 1990, o neoestruturalismo buscou trazer novas análises que se adequassem ao contexto de globalização. Nesse sentido, o neoestruturalismo e sua abertura às ferramentas de análise da heterodoxia econômica traz ao contexto presente variáveis mensuráveis que podem identificar o crescimento econômico vulnerável da região. Partimos do pressuposto que uma relação de Cooperação Sul-Sul deve atuar para mitigar os problemas característicos do Sul Global. De acordo com que se pretendeu demonstrar nos dois primeiros capítulos, entendemos que uma relação pode ser considerada cooperativa se houver alguns elementos.

Partimos do pressuposto que uma relação de CSS deve atuar para mitigar os problemas característicos do Sul Global. Deve, em primeiro lugar, haver uma horizontalidade e uma coordenação deliberada das iniciativas. Não deve, por princípio, estabelecer condicionalidades políticas aos países receptores de ajuda, diferenciando-se assim das relações de padrão Norte-Sul marcadas por uma relação subordinada. Deve promover cooperação técnica de tal forma que todos os países possam ter acesso aos modernos padrões de produção e também de governança. Por fim, podemos definir que as iniciativas de cooperação devam contribuir para o desenvolvimento, de tal forma que possa influenciar na conjuntura internacional e a alterar a estrutura econômica interna e promover melhores condições de inserção internacional.

Conforme discutiremos mais adiante, esses parâmetros serão importantes para avaliar o nível de cooperação entre a China e os países da América do Sul.

3. DO RESSURGIMENTO CHINÊS

Quando se tem por perspectiva temporal a longa história civilizacional chinesa, o período em que esteve subjugada aos desígnios das potências europeias constituiu um interregno bastante curto. As invasões pelas potências modernas se iniciaram apenas na segunda metade da dinastia Qing (Figura 9). A coesão social e territorial, em maior ou menor medida, foi garantida pelas sucessivas dinastias que governaram o Império do Meio⁵⁶. Isso possibilitou que, durante largo período de tempo, a China fosse bastante promissora economicamente e também origem de diversas inovações tecnológicas que influenciaram o mundo ao seu redor. Importantes historiadores e sinólogos como Spence (1996) e Fairbank (2007) apresentam certo consenso nesse sentido.

Figura 9 Principais períodos históricos da China

Zhou Oriental	771-256 a.C
Reinos Combatentes	403-221 a.C.
Qin	221-206 a.C.
Início do Han	206 a.C-8 d.C
Final do Han	25-220
Período da desunião do Norte e do Sul	220-589
Wei do Norte	386-535
Sui	589-618
Tang	618-907
Song do Norte com império Liao (Qidan) na fronteira norte	960-1125
Song do Sul com império Jin (Ruzhen) no Norte da China	1127-1279
Yuan (mongóis)	1279-1368
Ming	1368-1644
Qing (manchus)	1644-1912

Fonte: (FAIRBANK e GOLDMAN, 2007, p. 40)

Needham (1954, p. 242) buscou identificar os intercâmbios de técnicas e tecnologias inovadoras entre diferente focos civilizacionais no primeiro volume de seu vigoroso estudo intitulado *Science and Civilisation in China*. Enquanto o Ocidente, entre os séculos I e XVIII,

⁵⁶ A utilização do termo “China” para referir-se ao país asiático remonta à ascensão da dinastia Qin (221-206 a.C.), quando o território reunido em torno do governo de então assumiu fronteiras similares às que hoje conhecemos, após o período dos Reinos Combatentes. A maneira latinizada “China” faz referência a “terra de Qin”. Por outro lado, em chinês simplificado, a referência à China é Zhōngguó (中国). O hanzi “zhōng” (中) significa “metade” ou “meio”. O hanzi “guó” (国) corresponde ao entendimento que temos de Estado. De maneira simplificada, pode-se dizer que este hanzi é composto por duas partes: Yu (玉) significa a pedra preciosa jade, e representa a riqueza; a outra parte constitutiva do hanzi (口) representa a proteção da riqueza. Ou seja, o Estado, Governo, ou Império do Meio.

forneceu à China o conhecimento sobre a utilização do parafuso, da bomba para líquidos, do virabrequim e da relojoaria, a China contribuiu com o Ocidente fornecendo técnicas das mais diversas: mecanismos variados de irrigação, moinhos de pedra, besta como arma individual, pólvora, princípios de construção náutica, imã e bússola, papel e imprensa, entre outras técnicas que compõem uma longa lista. A conclusão de Needham é que, à exceção dos últimos três séculos, a China esteve bastante adiantada em relação ao Ocidente no que tange à ciência e tecnologia. Lyrio (2010, p. 17), Fairbank (2007) e Lin (1995) referiram-se ao curioso fato de que, Francis Bacon, ao constatar, no início do século XVII, que a pólvora, o imã e a imprensa estavam modificando o mundo, não chegou a mencionar a origem chinesa dessas inovações.

O relativo avanço tecnológico teve consequências econômicas visíveis. Maddison (2007) realizou um amplo estudo da história econômica chinesa, recorrendo a um grande intervalo temporal para levantamento e análise de dados sob a justificativa de que, como a maior parte dos estudos sobre crescimento econômico tendiam a se concentrar nos séculos XIX e XX, período em que o mundo ocidental registrou resultados sem precedentes, as particularidades chinesas acabavam por se perder. De acordo com seus estudos, e corroborando com a tese de que a China foi uma sociedade fundamentalmente agrária⁵⁷, Maddison (2007, p. 23) encontrou nos avanços relacionados ao cultivo da terra explicações para que o desempenho econômico chinês fosse relativamente superior ao dos países europeus. Para ele, o aumento da produtividade da terra “permitiu povoamento mais denso, reduziu custos de transporte, aumentou a proporção da produção que poderia ser comercializada”, entre outros fatores.

Corrobora o estudo de Maddison o fato de que tal conjunção de fatores permitiu grande crescimento da população, que se verificou de maneira mais acentuada no período Song, considerado o auge da civilização chinesa⁵⁸. Foi a partir do século IX que os avanços no cultivo de arroz permitiram que os chineses explorassem uma área de cultivo maior, intensificando o processo mencionado acima. Entre os anos 1 e 960 a renda per capita chinesa manteve-se em US\$450, ao passo que na Europa essa cifra reduziu-se de US\$550 para US\$422. No período que abrange a dinastia Song a renda per capita chinesa saltou para US\$600, valor que se manteve até o início da dinastia Qing, no século XVII. Nesse mesmo período a renda per capita

⁵⁷ Fei Xiatong, importante sociólogo chinês, possui um estudo sobre a influência da agricultura na formação da sociedade chinesa (XIATONG, 1992).

⁵⁸ Entre os anos 1 e 1000, segundo as estimativas de Maddison (2007, p. 24), a população chinesa se manteve em torno de 60 milhões de habitantes. Entre os anos 1000 e 1300 este número saltou para 100 milhões.

da Europa saltou para US\$924 em 1700⁵⁹. Deve-se registrar, contudo, que, embora a renda per capita chinesa tenha sido superada pela europeia, o produto nacional chinês em termos absolutos continuou sendo o maior até o século XIX (Tabela 3), época em que se intensificou a expansão capitalista dos países europeus e em que ocorreu a primeira Guerra do Ópio.

Tabela 3 Participação no PIB mundial, 1700-2003 (%)

	1700	1820	1952	1978	2003
China	22,3	32,9	5,2	4,9	15,1
Índia	24,4	16,0	4,0	3,3	5,5
Japão	4,1	3,0	3,4	7,6	6,6
Europa	24,9	26,6	29,3	27,8	21,1
Estados Unidos	0,1	1,8	27,5	21,6	20,6
URSS/Rússia	4,4	5,4	9,2	9,0	3,8

Fonte: (MADDISON, 2007, p. 44)

Os motivos que levaram à derrocada chinesa frente à ascensão europeia são ainda debatidos. Alguns autores chegam a questionar o motivo pelo qual não ocorreu na China um movimento de industrialização ainda no século XIV, três séculos antes da revolução industrial na Inglaterra, uma vez que havia densidade populacional e acúmulo tecnológico propensos a isso. Para Lin (1995, p. 271) existem, pois, duas hipóteses. Uma linha interpretativa sustenta que tenha ocorrido uma *ausência de demanda por tecnologia*. A explicação para isso residiria na obsessão das famílias chinesas por herdeiros masculinos para perpetuação da linhagem. A incessante busca pelo filho homem teria ocasionado significativo aumento da população, mesmo em condições econômicas não favoráveis ao crescimento demográfico. O nível de vida próximo à subsistência e o conseqüente encarecimento de recursos e capitais fariam com que não houvesse demanda por novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Por outro lado, a hipótese defendida por Lin (1995, p. 276) afirma que o impedimento de maior desenvolvimento na China ocorreu por uma falha na *oferta de novas tecnologias*. Em um primeiro momento, quando o desenvolvimento tecnológico era calcado nas experiências cotidianas, o tamanho da população era um fator determinante. Ao não realizar a mudança de um processo de invenção baseado na experiência para o método científico de inovação, a China assistiu à Europa ultrapassar suas capacidades tão desenvolvidas na época pré-moderna. Arrighi (2008) compartilha dessa tese. Ao retomar Adam Smith, o autor ítalo-americano diz que, apesar de deixar transparecer no início de “Riqueza das Nações” que a divisão do trabalho levaria os

⁵⁹ Os valores foram expressos em dólares americanos referentes ao ano de 1990. Para maiores detalhes sobre os métodos estatísticos utilizados nesta comparação verificar o trabalho do autor (MADDISON, 2007, p. 29).

trabalhadores envolvidos na produção a pensarem em soluções para facilitar sua atividade cotidiana, a arguta percepção de Adam Smith reside no parágrafo subsequente.

Porém nem todo o desenvolvimento da maquinaria se deve àqueles que tiveram ocasião de trabalhar com máquinas. Muitas modificações foram realizadas pelo engenho dos fabricantes de máquinas, ao transformarem a produção destas numa forma particular de negócio; e algumas outras pelos chamados filósofos, ou homens de especulação filosófica, cuja atividade consiste não em fazer, mas sim em observar tudo o que os rodeia, e que, portanto, são muitas vezes capazes de combinar as potencialidades dos objetos mais díspares. No progresso da sociedade, a Filosofia ou a especulação filosófica torna-se, como qualquer outra tarefa, a principal ou única ocupação de um tipo particular de cidadãos. Como qualquer outro trabalho, está também subdividido num grande número de tarefas particulares, cada uma das quais é atribuída a um grupo ou classe particular de filósofos; e esta subdivisão do trabalho da filosofia, como acontece nas outras atividades, aumenta a destreza destes homens e permite economizar tempo. Cada indivíduo torna-se mais sabedor na sua tarefa particular, produzindo maior quantidade de trabalho, e as ciências e as artes são assim consideravelmente aperfeiçoadas e aumentadas (SMITH, 1979, p. 11).

Para Arrighi (2008, p. 65), portanto, a correta interpretação de Smith deve considerar que existe uma diferença fundamental entre “divisão técnica do trabalho”, que é aquela verificada na divisão das atribuições de uma mesma unidade produtiva, e a “divisão social do trabalho”, “aquela que ocorre entre cidade e campo ou entre atividades e setores econômicos”. Num primeiro estágio do desenvolvimento, e, portanto, da dinâmica de mudança tecnológica, maior importância é atribuída à divisão técnica do trabalho. Conforme, porém, a divisão do trabalho aumenta, mais importância é dada à divisão social do trabalho no processo de mudança tecnológica; justamente aquela em que pesam as atividades dos produtores de máquinas e os “ditos filósofos”, que hoje poderiam ser chamados de cientistas.

Através de outra perspectiva, pode-se dizer que esta hipótese está relacionada à pretensa autossuficiência e autoconfiança da sociedade chinesa, que ao ter expressado, por tanto tempo, o que de mais “avançado” existia no mundo, não foi capaz de se adaptar, como o Japão da Restauração Meiji, aos novos padrões tecno-científicos, de organização estatal e formação de exércitos modernos gestados na Europa Ocidental. (HOBSBAWM, 1995, p. 448; LYRIO, 2010, p. 54; KISSINGER, 2011, p. 75-110). De qualquer forma, o fato é que os anos que se seguiram significaram um declínio do poderio econômico chinês bastante significativo, que se acumulou com as disputas internas no processo de formação republicana⁶⁰ e com a ascensão

⁶⁰ Utiliza-se aqui o termo “republicano” em seu sentido mais amplamente aceito, qual seja, o de que uma República se opõe às organizações políticas monárquicas e dinásticas.

dos governos nacionalista em 1912 e comunista em 1949. Entre 1890 e 1952 o PIB chinês variou a uma taxa anual de 0,6%, valor muito próximo à taxa de natalidade do país naquele período, motivo pelo qual não houve variação na renda per capita. As atividades primárias, principal composição do produto chinês, pouco cresceram, registrando variação de 0,3% nesse mesmo período. Outros setores, embora com melhor desempenho que o setor agrário, ficaram bastante aquém dos resultados que seriam apresentados nos anos vindouros. Embora no período de liderança de Mao Zedong (1949-1976) a China tenha apresentado ligeira redução de sua participação no produto mundial, a reorganização da economia sob um modelo inspirado inicialmente na União Soviética, mas que posteriormente adquiriu características próprias, foi capaz de fomentar um crescimento do PIB em torno de 4,4% ao ano (Tabela 4).

Tabela 4 Crescimento do PIB, por setor, preços constantes, China 1890–2003
(Taxas anuais de crescimento médio composto)

	1890-1952	1952-2003	1952-78	1978-2003
Farming, Fishery & Forestry	0,3	3,3	2,2	4,5
Industry	1,7	10,0	10,1	9,8
Construction	1,6	8,5	7,8	9,8
Transport and Communication	0,9	8,3	6,0	10,8
Commerce and Restaurants	0,8	6,5	3,3	9,9
Other Services	1,1	4,9	4,2	5,6
GDP	0,6	6,1	4,4	7,9
GDP per capita	0,0	4,4	2,3	6,6
GDP per person employed	0,0	3,8	1,8	5,8

Fonte: (MADDISON, 2007, p. 60)

O período maoísta foi bastante importante para desenvolvimento agrícola, mas, sobretudo, da indústria⁶¹. Contudo, tal desenvolvimento veio com discrepâncias em relação aos bens de consumo e à indústria leve de maneira geral. Uma discussão levada adiante pela

⁶¹ Sobre esse aspecto Hobsbawm (1995, p. 455) assinalou: “[...] Como a população chinesa, mesmo descontando-se a grande fome [referente ao Grande Salto Adiante], aumentou de cerca de 540 milhões para cerca de 950 milhões entre 1949 e a morte de Mao, é evidente que a economia conseguiu alimentá-los – um pouco acima do nível de começos da década de 1950 – e melhorou ligeiramente seu nível de roupas. A educação, mesmo no nível elementar, sofreu tanto com a fome, que reduziu a frequência em 25 milhões, quanto com a Revolução Cultural, que a reduziu em 15 milhões. Apesar disso, não há como negar que no ano da morte de Mao seis vezes mais crianças iam à escola primária do que quando ele chegou ao poder – isto é, uma taxa de matrícula de 96%, comparada com menos de 50% mesmo em 1952. Claro, ainda em 1987 mais de um quarto da população acima dos doze anos continuava analfabeta e “semianalfabeta” – entre as mulheres essa cifra chegava a 38% –, mas não devemos esquecer que a alfabetização na China é excessivamente difícil, e só podia esperar que uma proporção bastante pequena dos nascidos antes de 1949 a tivesse adquirido inteiramente. Em suma, embora as realizações do período maoísta possam não impressionar observadores ocidentais céticos – havia muitos sem ceticismo – certamente teriam parecido impressionante para, digamos, observadores indianos e indonésios, e talvez não parecessem particularmente decepcionantes para os 80% de chineses rurais, isolados do mundo, cujas expectativas eram de seus pais”.

perspectiva marxista de Oskar Lange (1981) atribuiu ao planejamento altamente centralizado, mecanismo importante do processo inicial de construção da sociedade revolucionária, o obstáculo à continuidade do desenvolvimento econômico. Partindo de um debate sobre a viabilidade do cálculo econômico com os neoclássicos do início do século XX, Lange propôs que não seria desejável sobrecarregar o Comitê Central de Planejamento com todas as decisões da economia, e que algumas poderiam ser relegadas ao mercado, sobretudo as decisões referentes à produção de bens de consumo e insumos da indústria leve. Embora não seja possível verificar uma influência direta das análises do economista polonês na China, os termos do debate são similares na fase reformista da China pós-Mao.

Pode-se mencionar um fator agravante que se adiciona ao contexto chinês: a Revolução Cultural. A radicalização do movimento, ao propor uma “purificação socialista”, atingiu de maneira direta os quadros intelectuais do partido, que passaram a ser alvos de investigação para identificar atitudes contrarrevolucionárias. Grande dano foi causado na área da educação e desenvolvimento de tecnologias. Os professores e intelectuais enviados para “campos de reeducação” haveriam de deixar suas tarefas de estudo e pesquisa, comprometendo por mais de dez anos o desenvolvimento tecnológico chinês⁶². Embora Castells (2000) afirme que o ministro Zhou Enlai teve habilidade para resguardar alguns quadros técnicos nos setores militares e de energia, notadamente do petróleo, Zheng (2004, p. 81) mostra-nos alguns dos pontos negativos para a economia desse período:

A “Revolução Cultural”, de mais de uma década, mergulhou todo o país em prolongado tumulto social e político e infligiu pesadas perdas ao crescimento econômico. A renda nacional, em 1967 e 1968, caiu 7,4% e 6,5%, respectivamente, em relação aos anos anteriores, e o valor total da produção industrial decresceu 13,6% e 5%.

Ademais, o período de isolamento da China, agravado pelo rompimento com a URSS em meados da década de 1960, tornou mais difícil o intercâmbio para o desenvolvimento tecnológico de suas indústrias em geral⁶³. O planejamento econômico chinês foi bem-sucedido

⁶² Olhando por outro lado, a dispersão de quadros com maior capacidade técnica para o campo chinês também permitiu uma maior modernização em áreas que estavam à margem do desenvolvimento. Vale a pena lembrar que grande parte dos dirigentes da chamada Quarta Geração, como o próprio presidente Hu Jintao, aprimoraram os seus conhecimentos sobre a China ao saírem de Pequim ou Xangai e conhecerem realidades distintas em Ganzu, Guizhou ou no Tibet.

⁶³ Deve-se ressaltar, de acordo com Spence (1996, p. 599), que, ainda no início da década de 1970, sob a liderança, portanto, de Mao Zedong, mas já contando com o retorno de quadros menos radicais importantes como Chen Yun e Deng Xiaoping, a China recorreu ao exterior para uma tentativa de modernização de alguns setores industriais. O montante previsto inicialmente era de 4,6 bilhões de dólares. No entanto, entre os anos de 1973 e 1978, realizaram-se compras de plantas industriais inteiras no valor de 9,6 bilhões de dólares. Os setores privilegiados

em desenvolver tecnologias militares, ou mesmo desenvolver alguns setores importantes de sua economia que ficavam sob responsabilidade direta do comitê de planejamento, mas esbarrou em dificuldades no que concerne ao desenvolvimento do setor de bens de consumo e no desempenho das indústrias em comparação com empresas ocidentais.

As reformas que se seguiram ao período maoísta buscaram sanar esses problemas. Buscou-se descentralizar o planejamento tanto no sentido econômico, ou seja, alterar a concepção de planejamento imperativo, quanto no sentido político, retirando parte do poder de decisão econômica de Pequim e transferindo-os às províncias⁶⁴. Do ponto de vista político-ideológico devem ser ressaltados os esforços de Deng Xiaoping para se contrapor ao ambiente legado pela Revolução Cultural. O mote do socialismo chinês passaria da “luta de classes”, privilegiada nos tempos de Mao, para o “desenvolvimento das forças produtivas”⁶⁵. Nesse mesmo sentido, é ilustrativo que uma das “Quatro Modernizações” de Deng foi, precisamente, a ciência e a tecnologia⁶⁶. Frente a esses objetivos, e sob o lema pragmático “não importa a cor do gato, conquanto ele cace os ratos”, abriu-se a possibilidade para que o contato com o exterior se intensificasse.

As reformas de Deng Xiaoping, aliadas a um contexto internacional bastante favorável à inserção chinesa, relançaram o gigante asiático como importante ator político e econômico no concerto das nações. Ainda que hoje em dia exista uma discussão sobre quais são as características do modelo chinês de desenvolvimento, suas possíveis classificações ou para qual direção caminha, a velocidade e amplitude das políticas de liberalização que caracterizaram o cenário internacional nas décadas de 1980 e 1990 foram, seguramente, muito mais controladas que em outros países organizados em torno da URSS, ou mesmo nos países latino-americanos (CUI e UNGER, 1994; NAUGHTON, 1995; CHI e GAO, 1995; MEDEIROS, 2000; HARVEY, 2005; UNITED STATES CONGRESS, 2006; YASHENG, 2008; ZHENG, 2010).

foram de petroquímica e ferro e aço (4,4 e 3,6 bilhões de dólares, respectivamente). Outros setores também foram contemplados, porém com menor montante de investimento: fertilizantes, carvão e energia elétrica, comunicações e eletrônica, metais não ferrosos, manufaturas e petróleo e gás.

⁶⁴ A questão do “federalismo chinês” pode ser considerada uma das fontes políticas do crescimento econômico chinês. Para mais informações ver (MONTINOLA, YINGYI e WEINGAST, 1995)

⁶⁵ DENG, Xiaoping. To build socialism we must first develop the productive forces. Disponível em: <<http://www.english.peoplesdaily.com.cn>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

⁶⁶ As “Quatro Modernizações” (sì gè xiàndàihuà -四个现代化) haviam sido pensadas, inicialmente, ainda na década de 1960, como continuação da política de ajustamento frente ao desastre do Grande Salto Adiante pela ala mais moderada do partido. Contudo, com a Revolução Cultural, os planos não puderam ser postos em prática. Somente após a morte de Mao Zedong, em 1976, e com a deposição da Gangue dos Quatro é que as medidas foram implantadas. A reforma deveria se concentrar na modernização da: indústria, agricultura, defesa e ciência e tecnologia.

As reformas, como se sabe, foram amplas e abrangeram estruturalmente o campo, as cidades, e a forma de relacionamento com os capitais estrangeiros. Deve-se ressaltar, contudo, que não houve um “plano” previamente traçado. A partir de objetivos a serem atingidos e frente aos condicionantes internos e externos as medidas reformistas foram implantadas. Para recorrer a mais um provérbio chinês, pode-se dizer que seus líderes “foram tateando as pedras conforme atravessavam o rio”. Por esse motivo, existem nuances que para serem pormenorizadas demandariam uma análise mais detida.

Nas seguintes seções deste capítulo procuramos identificar algumas das principais características da China em seus aspectos políticos e econômicos. Julgamos necessário abordar aspectos da estratégia de desenvolvimento chinesa entre os anos de 1978 e 2012 por três motivos fundamentais. Em primeiro lugar, é amplamente aceito que esse período de reformas foi responsável por relançar a China como um importante país do ponto de vista econômico. Em segundo lugar, pelo fato de que o período de intenso crescimento econômico orientado para as exportações trouxe consequências para as economias periféricas. É bastante aceito que a economia chinesa funcionou como principal motor da alta demanda por *commodities* e o consequente aumento de seus preços na década de 2000. Em terceiro lugar, é importante confrontar este período com a chamada “nova normalidade” da economia chinesa, associada à reorientação de sua dinâmica de crescimento para o mercado interno frente à queda da demanda por manufaturados verificada nas economias centrais após a crise de 2008. Devemos ter em conta essa recente alteração de rumos da economia chinesa para o nosso objeto de estudo, pois existe uma tendência de que também se alterem as características das relações econômicas internacionais chinesas. Na terceira e quarta seção do capítulo debruçamo-nos sobre os aspectos políticos da ascensão chinesa, seu impacto no sistema internacional e suas relações com o “mundo em desenvolvimento”.

3.1. A CONSTRUÇÃO DO “MODELO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO” NA CHINA

Existem diversas tentativas de classificação das transformações socioeconômicas experimentadas pela China nas últimas três ou quatro décadas. Dependendo do foco dado a variáveis políticas, análise da propriedade, características do planejamento econômico entre outros fatores, pode-se atribuir diversas nomenclaturas ao “modelo chinês”. Yasheng (2008) defende que se esteja caminhando para um “capitalismo com características chinesas”. Harvey (2005) entende haver um “neoliberalismo com características chinesas”. Para contrapor a

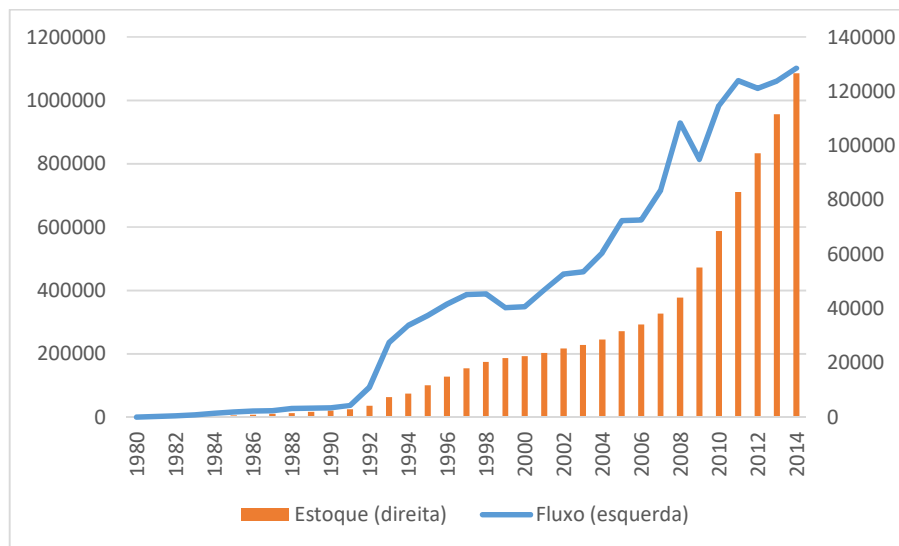
experiência chinesa ao neoliberalismo propagado pelo Consenso de Washington, Ramo (2004) adotou o termo Consenso de Pequim. Zheng (2010) considera idiossincrática a existência de vários “modelos de desenvolvimento” sob a administração central. Bremmer (2010) classifica a experiência chinesa como um modelo de capitalismo de Estado em que se verifica ação governamental por meio do aparato estatal com intuito de se prolongar no poder. Desde 1992 o próprio governo se diz organizado em torno de um “socialismo de mercado com características chinesas”. Poderíamos questionar também se a insistência por parte do governo no termo *mercado*, não se refere apenas à sua preocupação com a entrada na OMC. Embora seja uma discussão interessante, aprofundarmo-nos nos detalhes que envolvem este debate demandaria um espaço maior do que esta pesquisa dispõe.

Na ausência desta discussão, contudo, permaneceria a falta de limites claros para sistematização das transformações ocorridas. Levando em consideração que o objetivo desta pesquisa é analisar as relações do país asiático com a região sul-americana, buscamos abordar os aspectos das reformas chinesas que poderiam ter impacto mais direto e visível sob este ponto de vista. Nesse sentido, o “modelo asiático de desenvolvimento”, resgatado por Pires (2011, p. 169) pareceu uma saída interessante. O autor identifica elementos de semelhança entre as experiências de desenvolvimento de países como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e China. O ponto central, sugere, é a atuação do Estado como indutor do crescimento. A partir do Estado são organizadas políticas concomitantes e, em maior ou menor medida, coordenadas: “adoção de políticas protecionistas, criação de fortes conglomerados econômicos, absorção de tecnologia estrangeira, baixos níveis salariais, câmbio desvalorizado, elevada taxa de acúmulo de capital, utilização do comércio exterior como dinamizador da economia doméstica”. Embora este conceito, como sugerimos, não capte todas as singularidades chinesas, pode ser um ponto de partida interessante para abordarmos a estratégia de desenvolvimento do país asiático, que, além de promover seu próprio crescimento econômico, traz consigo consequências para os demais países com que se relaciona.

Alguns autores sustentam a tese de que a China se beneficiou de uma espécie de “divisão regional do trabalho” que, a partir do Japão, expandiu a lógica de produção via investimentos estrangeiros diretos para os tigres asiáticos ainda na década de 1980, na esteira das negociações para valorização do iene e do marco alemão (MEDEIROS, 1998; SILVER e ARRIGHI, 2012). Com base no fluxo de entrada de IED na China, Chadee e Qiu (2003, p. 103) propuseram uma divisão do crescimento desses investimentos em três fases. Entre 1979 e 1986, relacionados com o surgimento das ZEE, a entrada de capitais cresceu pouco, pois ainda havia muita desconfiança por parte dos investidores estrangeiros. Entre 1987 e 1991, período que

corresponde à adoção de maiores garantias contratuais para os investidores, houve crescimento dos investimentos. Após 1992, a sinalização do aprofundamento das reformas anunciadas por Deng Xiaoping corresponde a um segundo movimento de capitais na região asiática. Os autores identificaram a partir daí o período de *boom* dos investimentos (Figura 10).

Figura 10 China: estoque e fluxo de entrada de IED (US\$ milhões, preços correntes)



Fonte: UNCTAD. Elaborado pelo autor.

Além do volume dos investimentos é importante que se lance luz sobre as características desse movimento de capitais. A aprovação da entrada dos IED esteve, ao menos desde a publicação dos “22 artigos” de 1986 (CHINA, 1986), vinculada a uma política de absorção de tecnologia e técnicas de organização das empresas. A realização do investimento estrangeiro estava condicionada à participação de alguma empresa chinesa, estatal ou privada, dependendo do setor. Ademais, o governo chinês manteve – e mantém ainda hoje – uma lista na qual detalha os setores nos quais deseja receber o capital estrangeiro e aqueles setores em que não o deseja (CHINA, 2012; CHINA, 2015)⁶⁷. Num primeiro momento os setores intensivos em mão de obra e voltados para a exportação foram os maiores receptores de IED. Com o avanço das reformas e a alteração da estrutura econômica e social da China, o governo passou a direcionar esses investimentos para setores de maior intensidade tecnológica (CHINA,

⁶⁷ O site do MOFCOM ainda não disponibiliza a tradução para o inglês da revisão de 2015. Uma comparação entre as revisões de 2011 e 2015 a partir de uma tradução extraoficial para o inglês pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: https://www.cov.com/files/upload/Blog_Insert_Foreign_Investment_Catalogue_Redline_Comparison.pdf. Acesso em: 02 fev 2016.

2002). No ano de 1995, ainda sob a alcunha de indústria, este setor representou quase 75% dos projetos de IED aprovados e correspondeu aproximadamente a 67% do valor em IED aportado em terras chinesas. Ao longo dos anos, o investimento estrangeiro no setor manufatureiro apresentou queda relativa significativa, ao passo que setores ligados ao serviço, tais como comércio, serviços financeiros e sobretudo o setor imobiliário registraram aumento. Em 2012, apenas 36% dos projetos aprovados e 44% do valor investido se destinaram ao setor manufatureiro (Tabela 5).

Tabela 5 China: entrada de investimentos estrangeiros diretos e participação no setor "manufaturas" US\$ (10.000)

Ano	Nº projetos, total	Entrada IED total	nº projetos manufatura*	Participação no total de projetos (%)	Valor realmente utilizado pelas manufaturas**	Valor utilizado por manufaturas (% do total)
1995	37011	9128153	27687	74,81	6164763	67,54
2000	22347	6237952	15988	71,54	4425430	70,94
2005	44001	6032469	28928	65,74	4245291	70,37
2010	27406	10573524	11047	40,31	4959058	46,90
2011	27712	11601100	11114	40,11	5210054	44,91
2012	24925	11171614	8970	35,99	4886649	43,74

Fonte: China Statistical Yearbook (1996, 2001; 2006; 2012; 2013)

* Para o ano de 1995 foram considerados os dados sob a rubrica "industry"

** Para os anos de 1995 e 2000 os dados não apresentam distinção entre os valores de investimentos aprovados e realmente utilizados. Foi considerado o valor total aprovado.

Fruto de sua política de crescimento voltada à exportação de produtos industrializados, os números do comércio internacional, desde a década de 1990, cresceram rapidamente. Se em um primeiro momento a pauta do comércio internacional chinês centrou-se na internalização da produção para exportação via absorção de IED, em pouco tempo a necessidade por matérias-primas ampliou ainda mais a gama de parceiros comerciais e o volume de mercadorias intercambiadas ⁶⁸. Em 1995, a economia chinesa exportava 3,3% do valor total de manufaturados comercializados internacionalmente. Em 2005 já correspondia a 9,5%, e em 2014, chegou a 17,9% do valor total das exportações mundiais de manufaturados (Tabela 6). As importações de *commodities* tiveram que acompanhar o movimento de ascensão das

⁶⁸ No início da década de 1970, as importações chinesas resumiam-se a contratos bastante pontuais para compra de plantas industriais do Japão e Estados Unidos (SPENCE, 1996). Entre os anos de 1995 e 2013 o número de parceiros comerciais de onde originaram-se as importações chinesas saltaram de 167 para 212 (UNCTADStat).

exportações. Em 1995, a China importava 2,3% do total intercambiado no mundo. Em 2014, esse número chegou a 12,4% (Tabela 7). Embora, também estejam inseridos no movimento global de reestruturação produtiva, a participação da China no comércio internacional cresceu mais rapidamente que as demais economias em desenvolvimento.

Tabela 6 Participação na exportação de manufaturados*, % do total, 1995-2014

	1995	2000	2005	2010	2014
China	3,3	4,7	9,5	14,8	17,9
Economias desenvolvidas	73,8	69,7	65,6	58,5	54,8
Economias em desenvolvimento, exc. China	21,9	24,6	23,7	25,4	25,9
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UNCTAD. Elaborado pelo autor. * SITC 5 a 8 menos 667 e 68

Tabela 7 Participação na importação de *commodities* primárias*, % do total, 1995-2004

	1995	2000	2005	2010	2014
China	2,3	3,7	6,1	10,8	12,4
Economias desenvolvidas	70,2	68,9	67,1	57,1	52,7
Economias em desenvolvimento, exc. China	24,5	25,1	24,4	29,5	32,5
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

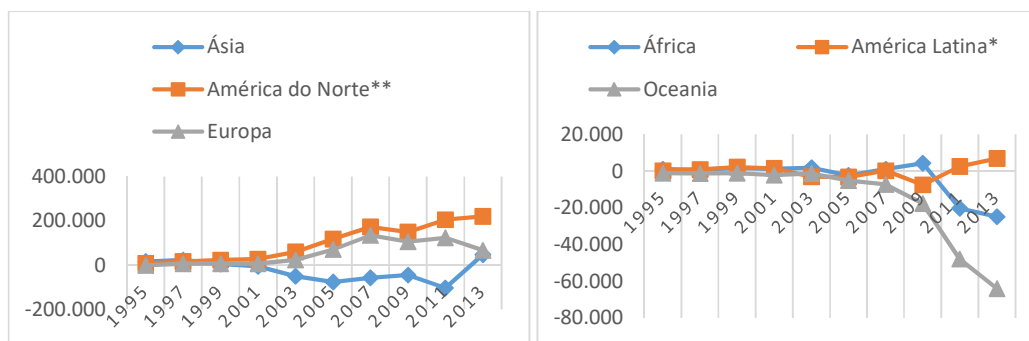
Fonte: UNCTAD. Elaborado pelo autor. * SITC 0 a 4 + 68

A região com a qual os chineses mais comercializaram foi a asiática. Isso se justifica, como já mencionado, por haver grande integração e comércio de componentes industriais. Devido a isso, o saldo comercial chinês manteve-se deficitário com a região ao longo da década de 2000, havendo superávit a partir de 2013. A América do Norte e Europa aparecem logo em seguida como maiores parceiros comerciais da China. À diferença da região asiática, no entanto, o saldo comercial chinês se manteve superavitário em sua relação com os países centrais (Figura 11). É ilustrativo salientar que os estadunidenses questionam reiteradamente a questão cambial chinesa, argumentando que a política de desvalorização do yuan prejudicaria os termos de intercâmbio entre os dois países (CHINA AGREES, 2015). Todavia, como já afirmava Chesnais⁶⁹, não se deva perder de vista que tais resultados derivam, em parte, da transferência do setor da economia estadunidense para o país asiático⁷⁰.

⁶⁹ CHESNAIS, F. O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior. Artigos & Idéias, 27 out. 2008. Disponível em: <<http://luishipolito.wordpress.com/2008/10/27/o-capitalismo-tentou-romper-seus-limites-historicos-e-criou-um-novo-1929-ou-pior/>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

⁷⁰ Essa questão será retomada nas páginas finais da seção 3.3.

Figura 11 Saldo comercial, 1995-2013 (China: export – import em milhões US\$ 2005)

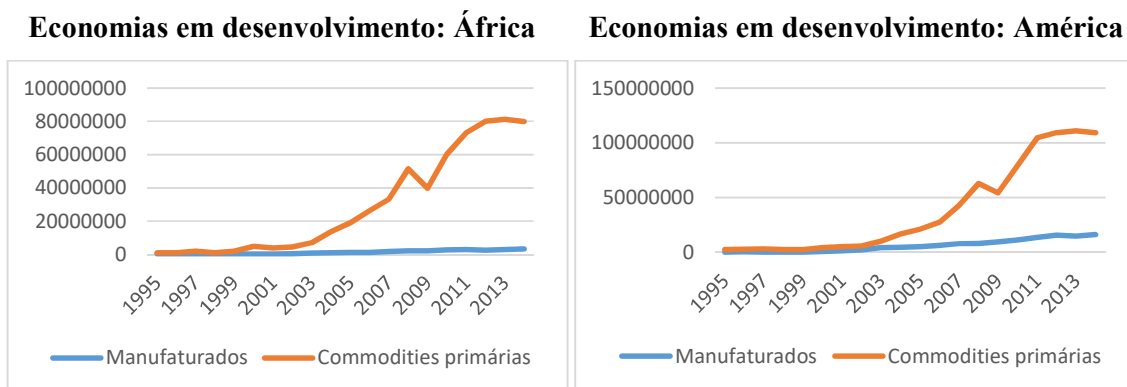


Fonte: UNCTADStat. Elaborado pelo autor.

* América do Sul, América Central e Caribe e México. ** Excluído o México

Além da diferença na balança comercial entre as regiões, existe, evidentemente, uma diferenciação na composição das pautas de comércio. Embora seja um fato bastante divulgado, é importante deixar registradas as características do comércio chinês com a periferia devido ao objeto desta investigação. Dadas as características estruturais dessas economias e os esforços industrializantes da China, é natural que as regiões africana e latino-americana figurem como exportadoras de matérias-primas para a China, ao mesmo tempo em que passem a importar mais produtos industrializados do país asiático. A curva de importações chinesas desde a América Latina e a África é bastante similar. Ambas as regiões registraram significativo aumento a partir da década de 2000 e relativo arrefecimento a partir de 2010. Como o comércio está medido em valores monetários, é importante salientar que tanto o acentuado aumento quanto o arrefecimento guardam alguma relação com a variação dos preços das *commodities* nos últimos anos.

Tabela 8 China: importações desde África e América Latina, (US\$ 1.000), 1995-2014

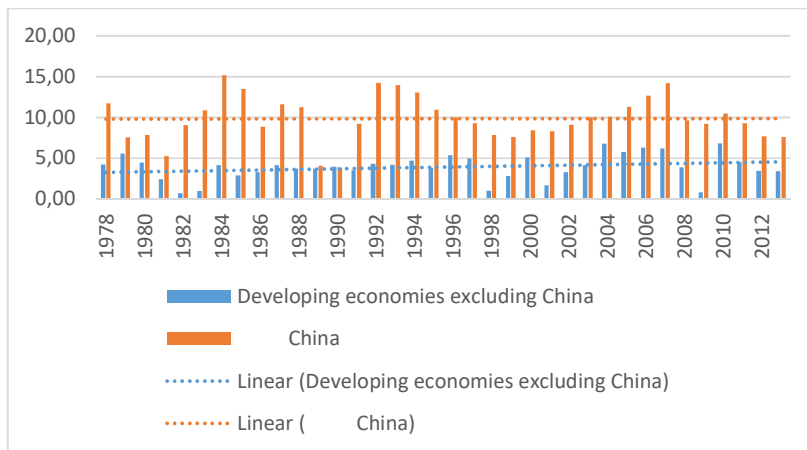


Fonte: UNCTAD. Elaborado pelo autor. Manufaturados: SITC Rec. 3: 5 a 8 menos 667 e 68. *Commodities* primárias: SITC Rev 3: 0 a 4 + 68

Aliadas às reformas estruturais internas, a política de absorção de IED e de promoção de exportações foi capaz de proporcionar à China altas taxas de crescimento econômico e relevante acúmulo de reservas. É importante a referência a este aspecto pois a acumulação de capital teve impacto nas opções do governo chinês em dois sentidos: na decisão de expandir-se para além de suas fronteiras e na reorientação interna de seu crescimento econômico.

Como se pode verificar, a taxa chinesa de crescimento econômico foi bastante superior à média dos países “em desenvolvimento”. Ainda que nos últimos anos seja possível identificar uma queda, o crescimento chinês esteve, na média, próximo de 10% ao ano, enquanto que o conjunto dos demais países em desenvolvimento, também na média, não ultrapassou a linha dos 5% (Figura 12). Em termos absolutos, a China já figura como a segunda maior economia do mundo. Em termos de paridade de poder de compra, estima-se que, desde 2014, já seja a maior economia do mundo (STIGLITZ, 2015), embora o discurso oficial do governo busque afastar-se desta concepção (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2015).

Figura 12 China e Países em Desenvolvimento: taxa de crescimento do PIB (%)



Fonte: UNCTADStat. Elaborado pelo autor

Lyrio (2010), ao buscar os fundamentos materiais para a ascensão da China, considera que o desenvolvimento científico e tecnológico do último quarto do século XX tenha sido um dos pilares fundamentais. Houve, por parte dos governantes chineses, uma política deliberada de restauração física e moral das instituições. Nas palavras do autor, “do abismo intelectual a que desceu a sociedade chinesa surgiu o imperativo de desenvolvimento educacional, científico e acadêmico como base do progresso material e tecnológico e da modernização do país” (LYRIO, 2010, p. 55). Tal importância dada à ciência, tecnologia e educação, consubstanciada

numa das Quatro Modernizações, reflete-se no número de universidades e centros de pesquisa criados, sua colocação nos *rankings* internacionais, publicação e impacto de artigos científicos, bem como no número de formandos e no esforço para repatriar os estudantes e pesquisadores chineses locados em universidades estrangeiras.

Se em 1999 havia, na China, 1071 Instituições de Ensino Superior (IES), em 2013, já existiam 2491. Destas, 113 eram geridas por instâncias centrais do governo, 717 por entidades não-governamentais e a ampla maioria, 1661, estavam sob responsabilidade de instâncias locais do governo. As instituições que contavam com cursos de pós-graduação apresentavam padrão distinto. Das 830 instituições, 477 estavam sob responsabilidade de instâncias descentralizadas do governo e 348 do governo central. Apenas 5 *não* estavam vinculadas a alguma entidade governamental. Outro dado interessante é que dentre essas instituições 282 eram institutos de pesquisa, importantes no processo de desenvolvimento científico mais avançado. Do total desses institutos, 241 estavam sob responsabilidade do governo central, outros 41 dos governos locais e não havia nenhum instituto de pesquisa sob responsabilidade de entidades não-governamentais (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2013).

O número de estudantes acompanhou o aumento do número de instituições. Em 1978 formaram-se 165 mil alunos. Em 1990 foram 614 mil e nos anos 2000 o número anual de formandos já havia atingido a marca de 1 milhão. O aumento do número de alunos matriculados e formados foi superior ao aumento da população, o que significou um aumento no nível de escolarização da população como um todo. Em 1991 havia 304 matriculados em IES para cada 100 mil habitantes. Em 1999 este número saltou para 594 e, na década de 2000, aumentou substancialmente, atingindo o índice de 2418 alunos matriculados em IES para cada 100 mil habitantes. Outro aspecto interessante do sistema de educação superior na China é que as IES e, por consequência, o número de alunos e formandos concentram-se, sobretudo, na área das engenharias, mas também em economia, letras estrangeiras e ciências. Em 1999, dos cerca de 847 mil formandos, 326 mil graduaram-se em engenharias e outros 90 mil em ciências. Em 2013, de um total de 3,199 milhões de formandos, pouco mais de 1 milhão foi em engenharias e cerca de 250 mil em ciências (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2013).

A educação superior na China registrou índices positivos não apenas do ponto de vista quantitativo. É bastante comum, recentemente, ver uma série de IES chinesas listadas entre as mais bem classificadas nos *rankings* internacionais. De acordo com o índice Shanghai, em 2014 a China contava com 32 instituições no *top 500*. A título de comparação, o Brasil contava com seis e a Rússia com duas instituições no *ranking*.

Poder-se-ia questionar que uma maior dinâmica de inovação seria limitada pela ausência de leis de proteção à propriedade intelectual, o que nos leva a analisar o outro aspecto do processo de mudança tecnológica: a contribuição do produtor. Se o grande problema da planificação eram os setores que ficavam mais distantes da administração detida do comitê central de planejamento, a solução do “socialismo de mercado com características chinesas” foi deixar que tais setores atuassem no mercado. A política de diversificação da propriedade, reduziu a participação das grandes empresas estatais (LI e WU, 2002). Estas, ficaram responsáveis por setores considerados monopólios naturais e, seguramente, contribuem com grande parte da inovação tecnológica que ocorre na China atualmente (GIRMA, GONG e GÖRG, 2009; MATTLIN, 2009). Por outro lado, ao se permitir que, gradualmente, mais empresas e setores econômicos fossem vinculados ao mercado, houve a possibilidade de que esses produtores também se atentassem às questões de aumento de sua produtividade no dia-a-dia da produção. Lyrio (2010, p. 57), citando Kroeber, considera que:

[...] muito da difusão tecnológica na China ocorreu pela não observância de normas de propriedade intelectual. [Kroeber] contesta a visão amplamente reproduzida nos países desenvolvidos de que a falta de proteção à propriedade intelectual seria um obstáculo à inovação na China e de que as empresas inovadoras teriam a percepção de que é impossível obter recompensa financeira por suas inovações. Como diz o economista, isso somente parece verdadeiro “se alguém enxergar o mundo através de lentes muito estreitas e assumir que o processo que ocorre no Vale do Silício é a única realidade em inovação. (...) Uma quantidade enorme de processos de inovação ocorre todos os dias na China, geralmente em discretas indústrias de base, que geralmente não ocupam a primeira página do *Wall Street Journal*. A proteção à propriedade intelectual tem pouco a ver com isso e, na verdade, os processos de difusão e inovação estão fortemente interligados”. ... O autor julga que, mesmo sem a adoção de padrões rígidos de propriedade intelectual, os produtores chineses menos eficientes têm sido eliminados, e a indústria na China começa a consolidar-se com uma importante base tecnológica. Como em outras partes do mundo, as empresas que sobreviveram tendem a evoluir para atividades mais complexas.

Com todos esses fatores mencionados atuando em conjunto, é possível notar que a pauta de exportações chinesa migra, cada vez mais, para níveis mais altos de intensidade tecnológica. Entre 1995 e 2013 os chineses saíram de um déficit de US\$ 11,7 bilhões, para um superávit de USD 102,1 bilhões no setor de produtos de alta tecnologia, o que contribuiu para uma balança comercial favorável no conjunto do segmento de manufaturados (Tabela 9).

Tabela 9 Importação e Exportação de produtos high-tech, bens manufaturados e bens primários, 1995-2013

Item	1995	2000	2005	2010	2012	2013
Valor (US\$ 100 milhões)						
Balanço de Importações e Exportações	167	241	1020	1831	2312	2597
Bens manufaturados	196	454	2007	5339	7652	8100
Produtos high-tech	-117	-155	205	797	943	1021
Bens primários	-29	-213	-987	-3508	-5340	-5503
Porcentagem (%)						
Valor total de exportação e importação=100						
Bens manufaturados	83,6	84,8	86,2	82,7	81,0	81,6
Produtos high-tech	11,4	18,9	29,3	30,4	28,7	29,3
Bens primários	16,3	15,2	13,8	17,3	19,0	18,4
Valor total de Exportação=100						
Bens manufaturados	85,6	89,8	93,6	94,8	95,1	95,1
Produtos high-tech	6,8	14,9	28,6	31,2	29,3	29,9
Bens primários	14,4	10,2	6,4	5,2	4,9	4,9
Valor total de importação=100						
Bens manufaturados	81,5	79,2	77,6	69,0	65,1	66,3
Produtos high-tech	16,5	23,3	30,0	29,6	27,9	28,6
Bens primários	18,5	20,8	22,4	31,0	34,9	33,7

Fonte: NBS, 2014.

Outro questionamento factível residiria em assumir que parte dessa exportação é fruto da internalização de empresas transnacionais e que, no final das contas, produtores chineses não teriam domínio sobre a produção de maior intensidade tecnológica. Contudo, as políticas de absorção de tecnologia via IED, aliada às políticas de educação, ou mesmo dos números referentes ao aumento dos gastos com P&D em relação ao PIB podem clarear tal contestação. Em comparação com os demais países dos BRICS a China foi o país que mais aumentou seus gastos em P&D referente ao PIB e, dentre as maiores economias em desenvolvimento, é a que sustenta, atualmente a maior taxa. Se em 1996 a referida taxa estava em 0,57% do PIB, em 2011 ela já havia subido para 1,84%. Cabe ressaltar que ainda está distante das maiores economias desenvolvidas, como Estados Unidos (2,76%), Japão (3,39%) e Alemanha (2,89%) (Tabela 10).

Em síntese, mais do que incorporação e difusão de tecnologia que ocorreu via entrada de IED, pode-se notar, também, uma tendência à inovação tecnológica. Este é um aspecto importante a se considerar sobre a ascensão chinesa. O acúmulo de capital, aliado à assimilação de técnicas e tecnologias, coloca as empresas chinesas em posição de destaque quando se trata de investimentos estrangeiros diretos realizados. O atual estágio da economia chinesa tende a reverter o processo de grande absorção de IED e passar a ser, também, um emissor de IED.

Partindo do pressuposto de que as economias sul-americanas podem ser influenciadas por essa nova onda de investimentos oriundos da China, analisar sua dinâmica é imprescindível. Mais do que apresentar, simplesmente, o fluxo dos IED chineses, algumas considerações sobre a estrutura de realização destes investimentos são necessárias.

Tabela 10 Gastos com pesquisa e desenvolvimento 1996-2011 (% do PIB)

	1996	2001	2006	2011
China	0,57	0,95	1,38	1,79
Brasil	N/D	1,03	0,99	1,14
Rússia	0,97	1,18	1,07	1,09
Índia	0,63	0,72	0,80	0,82
África do Sul	N/D	0,72	0,90	0,73
Estados Unidos	2,44	2,64	2,55	2,77
Japão	2,77	3,07	3,41	3,38
Alemanha	2,14	2,39	2,46	2,80
Reino Unido	1,71	1,72	1,65	1,69

Fonte: (WORLD BANK, 2015)

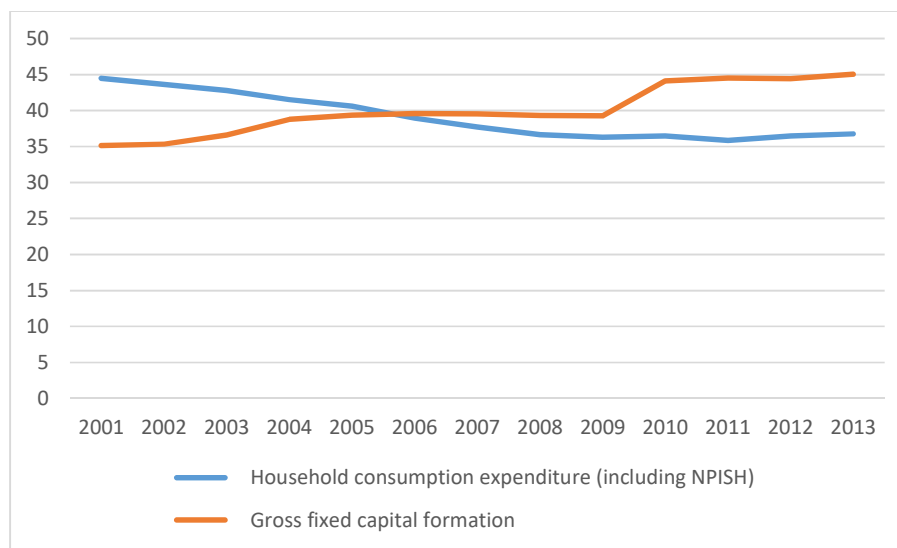
* Dado referente a 1997. ** Dado referente a 2010.

Em seu conjunto, o poderio econômico chinês aliado aos instrumentos de controle da atuação de suas empresas, faz com que os chineses tenham considerável margem de manobra para promoção de seus objetivos econômicos e geopolíticos. Conforme buscamos demonstrar nas seções 3.3 e 3.4 as necessidades econômicas chinesas oriundas de sua estratégia de desenvolvimento guardam relação direta com as políticas propostas. Antes de passar a essa análise, no entanto, é necessário que sejam realizadas algumas considerações sobre a recente reorientação do motor de crescimento da economia chinesa. A crise econômica de 2008 fez com que a demanda por produtos industrializados nos países desenvolvidos fosse relativamente reduzida. Como grande parte da balança comercial chinesa estava sustentada por essas vendas, houve redução da participação das exportações no PIB chinês, que passou a ter taxa de crescimento mais lenta que nas décadas anteriores. Para fazer frente a esse problema e atender à necessidade de crescimento econômico como forma de evitar turbulências sócio-políticas internas, o PCCh (Partido Comunista da China) optou por uma série de medidas que aprofundaram e redirecionaram as reformas em curso desde a década de 1980.

3.2. A NOVA NORMALIDADE

A “nova normalidade” foi um termo que Xi Jinping assumiu para se referir a um ritmo de crescimento mais lento da economia chinesa, após mais de três décadas registrando uma taxa média anual em torno dos 10% ao ano⁷¹. A crise de 2008 afetou a demanda dos países centrais, grandes compradores dos produtos industrializados chineses. Para que não houvesse arrefecimento das atividades econômicas, então fortemente sustentadas pelo comércio exterior, os líderes chineses injetaram grande quantidade de capital na economia, o que forçou o já alto ritmo de investimento naquele país. De acordo com dados da UNCTAD (2014), em 2001, a participação da formação bruta de capital fixo (FBCF) no PIB chinês foi de 35,1%. Entre 2005 e 2009, estabilizou-se em torno de 39%. A partir de 2010, frente ao anúncio do *Quantitative Easing* da ordem de US\$580 bilhões, a FBCF subiu para cerca de 45% do PIB (Figura 13). Se num primeiro momento o impacto na taxa de crescimento do PIB foi amortecido via política de expansão monetária e consequente aumento da taxa de FBCF, a discussão atual aponta para o fato de que não é possível sustentá-la por mais tempo sem que haja grandes distorções⁷².

Figura 13 Contas Nacionais, variáveis selecionadas, participação na determinação do PIB, % do total



Fonte: (UNCTAD, 2014). Elaborado pelo autor

⁷¹ Apesar da existência prévia do termo “nova normalidade” para categorização da economia chinesa em relatórios de instituições de investimento, Xi Jinping o adotou em encontro da APEC (*Asian-Pacific Economic Cooperation*) no final de 2014. Para mais informações ver Xinhua (2014).

⁷² Uma forma de observar essas possíveis distorções seria pela capacidade ociosa das construções e infraestrutura.

O ritmo de crescimento da demanda global por produtos industrializados não se recuperou aos níveis de meados da década de 2000. Embora com algumas oscilações, a média de crescimento anual das exportações de manufaturados chineses para as economias desenvolvidas entre 2002 e 2008 foi de 21,6%. Entre 2009 e 2014 essa média de crescimento caiu para 3,7%. Nos anos de 2009 e 2012 registraram-se retrações da demanda dos manufaturados chineses por parte das economias desenvolvidas (-14,5% e -0,3% respectivamente). E, embora, as economias em desenvolvimento tenham mantido aquecida sua procura por manufaturados chineses, ela não foi suficiente para fazer frente ao arrefecimento das economias desenvolvidas. Há que se ressaltar que, mesmo essas economias em desenvolvimento apresentam crescimento mais contido recentemente (UNCTAD, 2014).

A marcha forçada dos investimentos não poderia se tornar um movimento perene e financiar por muitos anos a oferta chinesa sem que houvesse aumento da demanda externa ou interna. Embora o consumo das famílias chinesas tenha aumentado em números absolutos, ao longo dos anos 2000 sua participação relativa na formação do PIB chinês se viu reduzida. A participação foi de 44,5% em 2001, 40,6% em 2005 e chegou a 35,8% em 2011. Em 2013 registrou ligeiro aumento da participação: 36,8%. O quadro como um todo fez com que o PCCh optasse por uma reavaliação de sua política econômica. Diante, portanto, de tensões ambientais, redução da demanda externa, pressão por melhores condições de vida associada ao consumo para a população e sinais de capacidade superdimensionada de infraestrutura, o governo chinês passou a anunciar que centraria o foco de seu crescimento econômico para seu mercado interno.

A Terceira Sessão Plenária do 18º Congresso do Partido Comunista da China foi bastante citada nas mídias internacionais e análises acadêmicas como um marco recente de alteração de rumos das políticas econômicas chinesas. O documento emitido pelo partido recebeu o nome de “Decisões do Comitê Central do PCCh sobre Importantes Questões Concernentes ao Amplo Aprofundamento da Reforma” e versou sobre questões de ordem política, organizacional, jurídica e, sobretudo, econômica (CHINA, 2013). A respeito deste último ponto, que é o que nos interessa nesta pesquisa, o documento fez referência a três aspectos importantes que analisamos a seguir: flexibilização do sistema de *hukou*, revisão do papel social das empresas estatais e redirecionamento dos investimentos.

Do ponto de vista da demanda, a primeira questão que merece destaque é a *flexibilização do sistema de hukou*, que é um mecanismo de controle de migração interna entre as áreas rural e urbana na China. Criado no início da República Popular da China, esse sistema garante aos habitantes do campo o direito de uso da terra, e aos habitantes das cidades acesso a serviços de bem-estar social mais bem providos que os ofertados aos detentores da autorização

rural. Existe, ao menos desde a década de 1990, um forte argumento em favor da flexibilização deste sistema: garantir maior acesso aos serviços de bem-estar social também para os habitantes do campo que desejem migrar às cidades ou aos que já moram nas cidades e ainda não possuem o registro (CHAN e ZHANG, 1996; ZHAN e ANDREAS, 2015). Tal flexibilização já vem ocorrendo, de maneira gradual, em cidades menores ao longo do século XXI. As iniciativas do governo dão a entender que a flexibilização alcançará, agora, cidades de médio e grande porte, mas o controle permanecerá rígido nas megacidades. De acordo com dados fornecidos pela agência de notícias do Estado chinês apenas 35,3% da população possui o registro urbano, embora mais da metade da população já viva nas cidades. Ainda de acordo com a publicação, o governo chinês estima que em 2020 a população urbana da China chegará em 60%, e a proporção de registros urbanos em 45% (XINHUA, 2014d). A absorção de mais trabalhadores do campo nas cidades, bem como o maior acesso a serviços de bem-estar social são fatores que tendem a ampliar o consumo interno em detrimento das altas taxas de poupança das famílias.

O segundo ponto que mencionamos é que haverá *revisão do papel das empresas estatais* na garantia de seguridade social para seus trabalhadores. As empresas estatais chinesas são um importante mecanismo de planejamento. Mesmo após as reformas iniciadas em 1978, que reduziram o número total de empresas concentrando-as em grandes conglomerados, as empresas restantes ainda permaneceram significativas na geração de emprego, renda e direcionamento dos investimentos. Em 2012, as empresas estatais eram responsáveis por cerca de um quinto do total de pessoas empregadas oficialmente e 25% dos investimentos em ativos fixos (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2013). As novas diretrizes dizem que as empresas estatais deverão direcionar um mínimo de 30% de seus lucros para formação de fundos de pensão para seus trabalhadores⁷³. Em suma, pode-se dizer que isso fomenta o consumo das famílias, por aliviar a necessidade de poupança para previdência, e, ao mesmo tempo, reduz o montante que poderia ser destinado aos investimentos. Uma consideração adicional é que, grande parte dessas empresas atuam nos setores estratégicos de transporte, energia, infraestrutura de maneira geral, que foram o alvo do pacote de estímulos pós-crise de 2008. Uma redução dos investimentos dessas empresas significa, fundamentalmente, redução de investimentos em infraestrutura, ainda que relativo.

⁷³ O artigo sexto das decisões (CHINA, 2013) encerra-se com o seguinte trecho: “nós iremos transferir parte do capital estatal para fundos de seguro social. Melhoraremos o sistema orçamentário para operação de capital estatal, e aumentaremos a proporção dos ganhos do capital estatal que são transferidos às finanças públicas a 30% até 2020, para serem usados para assegurar e melhorar a qualidade de vida da população”.

Relacionado com o ponto anterior, a terceira questão a ser abordada diz respeito ao *redirecionamento dos investimentos*. A tendência é que se dê mais ênfase aos bens de consumo e serviço para o mercado interno e aos setores mais intensivos em capital⁷⁴. De certa maneira esta é a tônica da estratégia chinesa desde a guinada reformista de 1978: concentrar os grandes investimentos concernentes aos setores estratégicos nas mãos do Estado e deixar o mercado atuar em setores, cada vez maiores, que necessitam de maior agilidade e proximidade com o mercado consumidor. Conforme a necessidade de ampliação da infraestrutura perde intensidade, a tendência é que as decisões de investimentos passem para o setor privado, ainda que o governo chinês mantenha mecanismos de controle macroeconômico em suas mãos tais como preços administrados, controle do fluxo de capitais, empresas estatais, entre outros.

Da parte dos setores estratégicos organizados em torno do órgão do Conselho de Estado para gestão das Empresas Estatais centrais (SASAC) chamou a atenção a recente assinatura de contratos com empresas privadas para atuação nos setores de petróleo, energia em geral e transportes (XINHUA, 2014c). Ainda que a proposta de administração das empresas estatais fosse a de atuar conforme as tendências do mercado, os conselhos diretivos e consultivos das empresas estatais são compostos por quadros do PCCh. Isso torna mais fácil a aprovação de investimentos de risco, tanto no mercado interno quanto em regiões subdesenvolvidas consideradas instáveis pelo mercado internacional. Um aumento da aprovação de projetos privados nesses setores diminuiria o fluxo de investimentos nas “áreas instáveis”. Cabe lembrar que as empresas estatais cumprem papel importante na estratégia “*going out*” da China⁷⁵. Não é possível, contudo, sentenciar o fim do setor estatal chinês, seja no âmbito interno, seja em suas estratégias de atuação externa.

Do ponto de vista dos investimentos privados nos setores de bens de consumo, há maior liberalização da tomada de decisão interna. Isso ocorre em três frentes importantes: 1) alteração da lista de investimentos estrangeiros permitidos, 2) desburocratização do processo de abertura de empresas locais e estímulo à inovação e ao empreendedorismo e 3) alteração das regras para concessão de empréstimos, aliada a uma política de redução da taxa de juros. A questão dos investimentos estrangeiros diretos já foi tratada na seção anterior. Cabe salientar, apenas, que a lista de investimentos restritos e proibidos se reduziu, ampliando a possibilidade de atuação de empresas estrangeiras em setores antes impenetráveis.

74 É importante frisar que esse processo não ocorre sem tensões internas entre o governo de Pequim e os governos locais, sobretudo aquelas regiões que concentraram produção siderúrgica e outras indústrias de base (LINGLING e DAVIS, 2014).

75 Maiores considerações sobre a estratégia de internacionalização da economia chinesa serão feitas na seção 3.4.

Outro ponto que merece destaque é a reforma do arcabouço político e institucional para concessão de empréstimos às empresas. Por um lado, o Banco Popular da China anunciou, em outubro de 2015 a eliminação do teto da aplicação da taxa de juros. Antes, os bancos operantes na China somente podiam flutuar a taxa de juros aplicadas dentro de um intervalo determinado pelo banco central. Por outro lado, houve repetidas reduções da taxa básica de juros entre o final de 2014 e final de 2015, saindo de 5,6% para 4,35% (PBC, 2015). Isso permite que os bancos emprestem a um valor mais baixo para áreas consideradas mais rentáveis atualmente e pratique taxas mais altas para aqueles empreendimentos que visam setores mais saturados.

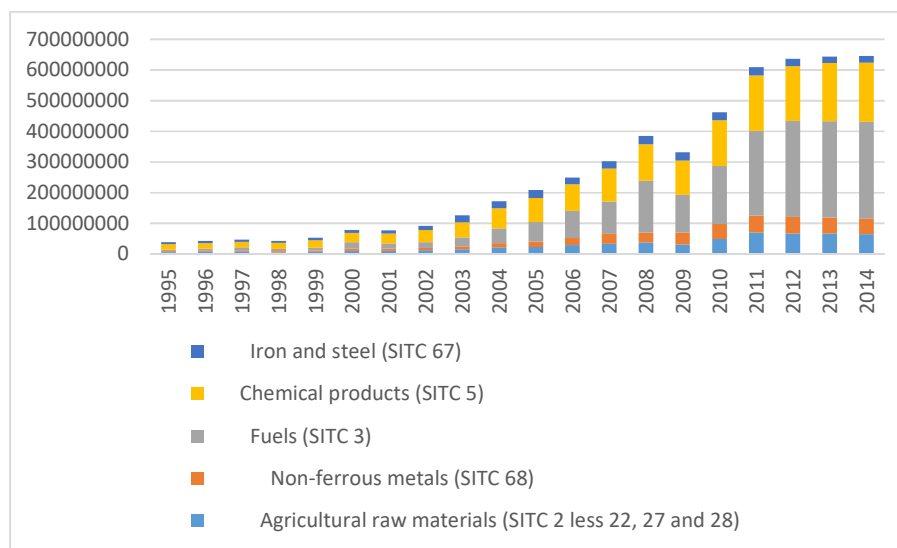
A perspectiva de crescimento para a economia de 6,9% para o ano de 2015 se confirmou e números similares são esperados para os próximos anos. O lucro das principais empresas industriais caiu 0,1% entre setembro de 2014 e setembro de 2015. Vale lembrar que grande parte das empresas com maiores lucros na China são empresas estatais⁷⁶. Durante o mesmo período, as empresas voltadas para setores mais tecnológicos, no entanto, registraram crescimento de 10,4% no valor adicionado. O número de registro de empresas também cresceu: entre janeiro e setembro houve 19,3% mais registros que no mesmo período do ano anterior. O consumo das famílias também passou a contribuir mais para a determinação do PIB chinês: nos três primeiros trimestres de 2015 a rubrica “consumo final” foi responsável por 58,4% do PIB. Além dos gastos voltados para bens de consumo, houve grande crescimento dos gastos voltados para serviços em geral. Já tem algum tempo que o setor de serviços cresce mais rapidamente que a indústria e agricultura. O resultado é que nos três primeiros trimestres de 2015 o setor de serviços já é responsável por 51,4% do valor adicionado, marcando uma mudança significativa para a estrutura da economia chinesa (NBS, 2015).

Alguns dados já apontam para a redução dos gastos associado ao investimento. Ao longo da década de 2000 a taxa de crescimento do consumo de energia na China apresentou uma média anual de 8,45%. Entre 2011 e 2013 a média anual foi de 4,90%. Como porcentagem do incremento do PIB, os gastos com consumo de energia reduziram-se em 5,6% no ano de

⁷⁶ O debate sobre a lucratividade das empresas estatais chinesas é extenso. Por um lado, organizadas em torno da SASAC, existem empresas capazes de realizar inovações tecnológicas, competir no mercado internacional, e gerar lucros. Por outro lado, existem empresas que não apresentam bons resultados. Parece haver um movimento persistente do governo central para eliminar estas últimas. Empresas estatais chinesas, em grande parte concentradas nos setores de energia, transporte, comunicações e financeiro abundam nas listas das mais rentáveis. Alguns exemplos são: Industrial and Commercial Bank of China, China Construction Bank, Agricultural Bank of China, Bank of China, China Mobile, Petrochina, CNOOC, Sinopec, China National Petroleum, State Grid, China Constructions Engineering, SAIC Motor, China Railway Engineering, entre outras. Para mais informações consultar lista da Revista Forbes, disponível em: < <http://fortune.com/2015/07/22/china-global-500-government-owned/>>.

2015⁷⁷. O XIII Plano Quinquenal prevê gastos com investimento em infraestrutura em valores próximos àqueles apresentados no período auge do *quantitative easing*. Isso significa que, embora os valores nominais sejam próximos, o investimento real é menor atualmente. O setor de construção passou a empregar 10,79% e 13,28% mais pessoas nos anos de 2009 e 2010. Em 2011 houve retração de 7,40% da população empregada e, ainda que o setor tenha registrado recuperação em 2012, o crescimento do emprego foi de apenas 5,44% no ano de 2013. Devemos, contudo, considerar que a variação na população empregada não demonstra, necessariamente, eventuais alterações nos ganhos de produtividade. Do ponto de vista do valor adicionado pelo setor, desde 2011 não se verifica o mesmo ritmo de crescimento, que ao longo de toda a década de 2000 esteve acima dos 20% (NBS, 2015; NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2013).

Figura 14 China: importação de *commodities* e insumos industriais, 1995-2014 (1000 US\$)



Fonte: UNCTADStat

Em termos nominais, é possível perceber a redução do crescimento da importação de *commodities* e insumos relacionados ao investimento (Figura 14). Embora haja aumento da urbanização na China, o ritmo de crescimento da construção civil não o acompanhará na mesma proporção, uma vez que houve significativa formação de capacidade ociosa neste setor. O mecanismo de busca *on-line* mais popular na China, o *Baidu*, inclusive, criou um algoritmo

⁷⁷ Informações disponíveis em: http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/201604/t20160422_1347147.html.

para que a população pesquise as chamadas “cidades-fantasma”⁷⁸. Produtos como cimento, minerais em geral e outros utilizados na construção e na ampliação da infraestrutura e estrutura de produção sofrerão impactos com a redução do investimento chinês. Por outro lado, produtos relacionados ao consumo da população tenderão ao crescimento.

3.3. DESENVOLVIMENTO PACÍFICO: O PARADOXAL DESAFIO CHINÊS

Em sua história recente, a China saiu de uma condição de subordinação às potências ocidentais para uma postura claramente soberana desde a proclamação da República Popular em 1949. Embora no começo do regime se possa verificar uma aproximação imediata com a URSS nos campos político⁷⁹ e econômico⁸⁰, em pouco tempo se tornaram evidentes os primeiros desacordos. Em um primeiro momento, as diferenças se restringiram a questões ideológicas e estratégicas na condução da sociedade socialista. Todavia, ao longo da década de 1950 as relações foram se tornando mais complexas e a desconfiança cresceu.

Do ponto de vista ideológico já se podiam identificar, desde o final da década de 1920, alguns problemas entre a perspectiva de Stalin – então já dominante frente a percepção de Trotsky – e a visão de alguns membros do Partido Comunista da China (PCCh). A proposta do Comintern para que o PCCh se reunisse com o Guomindang (Partido Nacionalista) para a realização da revolução democrático-burguesa fracassou quando os nacionalistas entregaram a posição dos comunistas no episódio do conflito entre os sindicatos e as forças estrangeiras em Shanghai. Depois do rechaço sofrido, os comunistas foram perseguidos pelo exército de Jiang Jieshi⁸¹ até serem desmobilizados. Haveria uma segunda sugestão mais incisiva da frente única por parte do Comintern, o que, mais uma vez, demonstrou a incapacidade do Comintern em

⁷⁸ O aplicativo pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: < <http://bd1.baidu.com/ghostcity/>>.

⁷⁹ De acordo com (DEUTSCHER, 1969, p. 150) “O relacionamento entre o maoísmo e o estalinismo foi, desde o início, bastante ambíguo. Os motivos que levaram o maoísmo a adotar a cor protetora da ortodoxia estalinista são por demais óbvios. Em fins dos anos trinta, Mao e seus camaradas estavam conscientes do peso da influência que, sobre os negócios chineses, o Governo de Stálin iria exercer em consequência da Segunda Guerra Mundial; e temiam que o fizesse da maneira estreita, em interesse próprio e tão oportunisticamente como em 1925-27. Sabiam de sua dependência da boa vontade de Moscou; estavam, contudo, determinados a não permitir que Moscou os usasse [...]. Montaram, portanto, um jogo dos mais intrincados, segundo o qual conduziam sua estratégia independente sem despertar a ira e a suspeita de Stálin. Stalin não pode ter desconhecido totalmente esse fato. Contudo o Comintern não sancionou nem condenou a estratégia “não-marxista” e “não-leninista” de Mao”.

⁸⁰ Parte do desenvolvimento inicial da economia chinesa ocorreu com ajuda soviética. A URSS enviou alguns milhares de técnicos e engenheiros no começo da década de 1950, com o objetivo de participar na construção de cerca de 300 000 indústrias, sobretudo no setor pesado. Contribuiu, também, com um aporte financeiro.

⁸¹ Jiang Jieshi é o correspondente em *pinyin* para Chiang Kai-shek. É comum, em trabalhos mais antigos, a utilização da segunda forma, que tem origem em uma romanização derivada do cantonês. Em trabalhos mais recentes a utilização do método *pinyin* é mais utilizada.

perceber as particularidades chinesas. As orientações do Comintern acabaram por trazer mais descontentamento para Mao Zedong e seus seguidores, e, por consequência, maior confiança na estratégia revolucionária baseada no campo (FAIRBANK e GOLDMAN, 2007, p. 260).

Apesar das diferenças, Stálin fechou os olhos para a estratégia revolucionária liderada por Mao e a URSS foi a primeira nação a reconhecer a recém-formada República Popular da China. Da parte de Mao, a aliança com a URSS era uma importante maneira de garantir a sobrevivência da revolução na Guerra Fria que se desenhava (DEUTSCHER, 1969, p. 151). Depois da recuperação dos principais danos ocasionados pela longa guerra civil, o novo governo buscou ajuda técnica e financeira dos soviéticos para a construção do socialismo chinês. Foi adotado, então, o modelo econômico baseado no planejamento centralizado e no esforço para o fortalecimento da indústria pesada. Quando se analisa a questão econômica, contudo, as condições chinesas eram distintas. Não havia capacidade estatística para prover os dados necessários à elaboração do plano. As necessidades da enorme população chinesa, essencialmente camponesa, e suas capacidades eram também distintas e logo Mao buscou utilizar suas próprias estratégias também para a organização econômica⁸².

A situação da China era complexa. Por um lado, as relações com a União Soviética se deterioravam. Do ponto de vista soviético, a não aceitação incondicional das diretrizes do Comintern pela China era vista como um problema. A visão soviética sobre sua liderança na condução da frente socialista e os objetivos centrados na expansão e contenção do bloco capitalista na Europa trouxeram para Mao a percepção de ameaça por parte da URSS. O recrudescimento da política exterior soviética sob liderança de Khrushchov e sua guinada militar em direção à Ásia no âmbito do Pacto de Varsóvia apenas contribuiu para tornar ainda mais tensa a relação (DEUTSCHER, 1969, p. 150). Segundo Kissinger, a experiência histórica chinesa de maneira geral e em particular a experiência do PCCh na Grande Marcha e na Guerra Civil contra os nacionalistas e estrangeiros davam a Mao Zedong a convicção de que poderia fazer uma revolução melhor que a dos soviéticos. Por conta da história chinesa e de sua proeminência na região e no mundo durante longo tempo, os chineses não podiam aceitar o *status* de “parceiro menor” (KISSINGER, 2011, p. 185). Todos esses fatores somados contribuíram para a ruptura entre os dois países em meados da década de 1960. Por outro lado,

⁸² São dois os exemplos da experiência idiossincrática chinesa de “apelo às massas” como forma de organização econômica e aumento da produtividade. O Grande Salto adiante (1958-62), quando o governo concentrou seus esforços na produção de aço nas comunas populares, e a organização das fábricas durante a Revolução Cultural, já após a ruptura sino-soviética, quando houve a tentativa de se fazer uma planificação mais atenta às necessidades das unidades produtivas. Sobre o tema ver: (BETTELHEIM, 1979; SWEEZY, 1981).

complicava-se a relação com os Estados Unidos, que já assumira, desde o discurso de posse de Harry Truman, em 1947, a postura de contenção ao comunismo. Do mesmo modo, o reconhecimento de Taiwan como representante chinês na ONU e o apoio da RPC ao norte na Guerra da Coreia foram fatos que contribuíram para deteriorar ainda mais a percepção de insegurança por parte da China continental no que se refere ao bloco ocidental. Distante das duas grandes potências do período restava à China organizar-se em torno do infante movimento dos não alinhados.

Em síntese, o gigante asiático buscava se equilibrar diante das estratégias expansionistas/contencionistas das duas grandes potências da Guerra Fria. Como resposta a este contexto como um todo, os chineses participaram da construção de uma imbricada rede de cooperação na região asiática, que foi ganhando adeptos ao longo dos anos. O tema da solidariedade com o Sul Global, no entanto, não era necessariamente inédito. Logo após a proclamação da República Popular, ainda no início da década de 1950, os chineses enviaram recursos para Coreia do Norte com o objetivo de reconstrução do território devastado pela guerra. Construíram, na província de Guangxi, um sistema de transporte ferroviário e rodoviário que serviria, entre outras coisas, para enviar suprimentos ao exército de Ho Chi Minh. Firmaram, também, um acordo de cooperação econômica e cultural com a Mongólia, reconhecendo efetivamente sua independência. Esses acordos, formais ou não, constituíam parte da estratégia chinesa para conquistar confiança no seu entorno imediato. (SPENCE, 1996, p. 523).

Nesse contexto, convém ressaltar as conversações que Zhou Enlai, então ministro do exterior, manteve com a Índia, na pessoa de Jawaharlal Nehru e com a Birmânia (hoje Mianmar) (SPENCE, 1996; MITCHELL, 2007). O prévio contato foi fundamental para elaboração do discurso do Sul que ganharia o público no encontro de Bandung. A Conferência de Bandung foi uma resposta ao aumento da tensão na região e uma oportunidade para que a China sinalizasse sua estratégia alternativa de não alinhamento. Convidada a participar do encontro na Indonésia por este país mais Índia, Birmânia, Paquistão e Ceilão (Sri Lanka), o governo chinês enviou seu Ministro do Exterior para Bandung. Além dos países já citados, fizeram parte do encontro outros 23 países da Ásia, Oriente Médio e África. É sintomático que, no mesmo período, ocorria a reunião de formação do Pacto de Varsóvia, e que a China não tenha participado com seu maior representante para assuntos internacionais⁸³.

⁸³ A Conferência de Bandung se deu no final do mês de abril de 1955. A reunião de formação do Pacto de Varsóvia ocorreu no início de maio do mesmo ano.

Zhou Enlai, então, tornou público e passou a difundir os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, princípios estes que norteiam as diretrizes da política externa chinesa ainda hoje. São eles: 1) respeito mútuo à soberania; 2) integridade territorial; 3) não agressão; 4) não intervenção em assuntos internos; e 5) igualdade e benefícios recíprocos (PEOPLE'S DAILY, 2007). Os Cinco Princípios são interessantes pois, além de serem facilmente identificados com o período de forte tensão regional, são identificados, também, como uma característica fundamental da política externa dos chineses desde os tempos imperiais. Nos poucos momentos em que se utilizou de uma estratégia territorialmente expansiva, o império chinês estava sob domínio de manchus ou mongóis e não de dinastias Han (PIRES, 2013, p. 468).

Embora, do ponto de vista político, as condições para a cooperação com o Sul Global estivessem dadas desde o início da RPC, os primeiros princípios norteadores para a prática da cooperação vieram somente em 1964. Podemos sugerir que isso tenha ocorrido precisamente neste período tanto pelo aumento da tensão frente a URSS, motivo pelo qual se demandava uma sinalização mais forte em direção ao Terceiro Mundo, quanto pelo fato de que a própria agenda do mundo em desenvolvimento se tornava, então, mais assertiva⁸⁴ (SURASKY, 2014, p. 80). Mais uma vez, Zhou Enlai, dessa vez na condição de primeiro ministro, lançou os “Oito Princípios para Ajuda Econômica e Assistência Técnica a Terceiros Países”. Além de deixar claros os pontos mais técnicos, como as formas de concessão da ajuda (empréstimos sem juros ou com juros baixos) e regras para assistência técnica, o referido documento reafirmou as diretrizes igualitárias e de benefício mútuo dos Cinco Princípios. Ademais, os pontos 4 e 5, são importantes para contextualizar o período em que os Oito Princípios foram publicados. Em síntese, eles se referem aos objetivos da ajuda concedida, que buscava evitar o estabelecimento de uma nova condição de dependência. Assim, os projetos deveriam prezar por atividades que conferissem aos países receptores a capacidade de “embarcar, passo a passo, no caminho da autossuficiência e desenvolvimento econômico independente” (CHINA, 2011b, Apêndice I).

Os anos seguintes foram particularmente conturbados na política interna chinesa, radicalizada pela Revolução Cultural iniciada em 1966. No plano internacional, na medida em que a situação com a URSS não se resolvia, os chineses aprofundaram as relações com o Terceiro Mundo e sinalizaram uma aproximação, até então improvável, com os Estados Unidos de Nixon, assistido por Henry Kissinger. Segundo Pecequillo (2005, p. 195), os Estados Unidos se deram conta da maior complexidade do sistema internacional, devido aos movimentos de

⁸⁴ Sobre a questão da agenda do Sul no período referido, ver a discussão já apresentada na seção 1.3.

independência e à ascensão econômica do Japão e Europa Ocidental, além da conhecida atuação soviética no hemisfério oriental. Como forma de costurar uma nova ordem mundial e enfraquecer o inimigo soviético, a proposta do secretário de Estado para o governo estadunidense foi “se despir de suas variantes mais utópicas e irreais para buscar comportamentos mais condizentes com os de um grande poder que visava, e tinha, como maior necessidade, instaurar no sistema internacional contemporâneo um sentido de ordem compartilhado” (PECEQUILO, 2005, p. 195). Os chineses e estadunidenses começaram os diálogos já em 1969. Em 1971, Taiwan foi substituída pela RPC nas Nações Unidas. Nesse processo, Spence (1996, p. 588) destaca que, embora o aval estadunidense tenha sido importante, a estratégia de *lobby* nas Nações Unidas sustentada pelas políticas chinesas de ajuda ao Terceiro Mundo também teve sua relevância.

Ao longo dos anos 1970, a aproximação da China continental com outros países ocorreu progressivamente. O comércio internacional foi se constituindo lentamente. A morte de Mao e a opção de Deng Xiaoping por modificar os fundamentos filosóficos do socialismo chinês desde o enfoque na luta de classes para o desenvolvimento das forças produtivas fizeram com que a China entrasse em um processo cada vez mais dinâmico de integração à economia mundial. Nos anos que se seguiram, foram construídos alguns aspectos fundamentais da política externa chinesa contemporânea. O elemento mais evidente foi a ampliação da política de isolamento de Taiwan e recuperação dos territórios de Hong Kong e Macau sob o *slogan* da política da China única. Já no início dos anos 1980, a China continental conseguiu atender as exigências técnicas para entrar no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional, forçando a retirada de Taiwan desses organismos. Nesse mesmo período, afirmou que não renovaria o arrendamento sobre Territórios Novos, em vigência desde 1898 e que venceria em 1997, fato que não foi contestado pelos ingleses (SPENCE, 1996, p. 660). O entendimento sobre Hong Kong foi assinado com os ingleses em 1984 e, em 1987, foi assinada a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau (CHINA; PORTUGAL, 1987). Dada a existência de países que ainda consideram diplomaticamente a República da China em detrimento da China continental, a questão permanece sensível para o PCCh. Ademais, pode-se dizer que uma intervenção dos Estados Unidos na região nunca foi descartada por completo pelas lideranças chinesas. Outros aspectos da política externa chinesa contemporânea são menos evidentes e consensuais.

Quando a administração Nixon buscou aproximar-se da China para isolar a URSS, talvez não fosse possível prever a importância que o país asiático adquiriria em pouco tempo. Ainda na década de 1980 a trajetória da China era inegavelmente próxima daquela

experimentada pelos demais países do Terceiro Mundo, ainda que seu peso geopolítico não a deixasse ser tomada como um país qualquer. As políticas chinesas buscaram, em maior ou menor medida, equilibrar a retórica anti-hegemônica e a autoafirmação como país em desenvolvimento por meio de uma política de “baixo perfil”, ao mesmo tempo em que buscavam condições para sua autodeterminação e satisfação de suas crescentes necessidades econômicas. Apesar do discurso sugerir algum enfrentamento contra a ordem hegemônica estabelecida, já nesse período começa a ficar claro que os chineses buscavam um ambiente estável para colocar em prática seu projeto de desenvolvimento. Nesse sentido, é importante ressaltar que a postura em relação ao Terceiro Mundo não se alterou fundamentalmente, embora as relações com as potências dominantes passassem a adquirir importância cada vez maior. Em 1985, em conversa com João Figueiredo, então presidente brasileiro, Deng sustentou o discurso da promoção da paz e do papel que a cooperação Sul-Sul tinham na busca pelo desenvolvimento:

A política externa da China pode ser resumida em duas frases. Primeiro, para salvaguardar a paz nos opomos à hegemonia. Segundo, a China sempre pertencerá ao Terceiro Mundo. Ela pertence ao Terceiro Mundo hoje, e permanecerá assim mesmo quando se tornar próspera e poderosa, porque ela divide um destino comum com todos os países do Terceiro Mundo. A China nunca buscará a hegemonia ou intimidar os outros, mas sempre estará ao lado do Terceiro Mundo. Entre uma série de problemas no mundo de hoje, dois especialmente se destacam. Um deles é o problema da paz. Agora, existem armas nucleares; se a guerra eclodir, elas poderiam causar prejuízos incalculáveis para a humanidade. Para trabalhar pela paz devemos nos opor a política de hegemonia e poder. O outro é o problema Norte-Sul. Isso é muito premente no presente. Os países desenvolvidos estão se tornando cada vez mais ricos enquanto os países em desenvolvimento estão se tornando relativamente cada vez mais pobres. Se o problema Norte-Sul não for resolvido, ele irá prejudicar o desenvolvimento da economia mundial. A solução, é claro, está no diálogo Norte-Sul, e nós apoiamos o diálogo. Mas o diálogo sozinho não é o bastante; a cooperação entre os países do Terceiro Mundo – em outras palavras, a cooperação Sul-Sul – deve ser reforçada também. Os intercâmbios, a aprendizagem mútua e a cooperação entre esses países podem ajudar a resolver muitos problemas, e as perspectivas são promissoras. Os países desenvolvidos deveriam considerar que um maior desenvolvimento de suas economias é impossível sem o crescimento das economias dos países do Terceiro Mundo (DENG, 2016)⁸⁵.

⁸⁵ Tradução do autor para: China's foreign policy can be summed up in two sentences. First, to safeguard world peace we oppose hegemony. Second, China will always belong to the Third World. It belongs to the Third World today, and it will do so even when it becomes prosperous and powerful, because it shares a common destiny with all Third World countries. China will never seek hegemony or bully others, but will always side with the Third World. Among a host of problems in the present-day world, two especially stand out. One is the problem of peace. Now there are nuclear weapons; if war broke out, they could inflict untold losses on mankind. To work for peace one must oppose hegemony and power politics. The other is the North-South problem. It is very pressing at present.

De fato, a atuação chinesa era condizente com a postura de um país do Terceiro Mundo. Sustentava retoricamente a necessidade de se buscar melhores condições de vida para as áreas pobres do planeta e, para isso, contestava o intervencionismo do poder hegemônico e do aparato institucional por ele sustentado. Mesmo após aceder ao posto de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, pouco uso fez de suas prerrogativas. Contudo, conforme se evidenciava a guinada política e econômica da União Soviética de Gorbachev, os chineses se viram frente a uma situação dúbia. Passaram a ter de lidar com a nova ordem mundial em construção e, ao mesmo tempo, com sua própria trajetória de ascensão. Certamente, tais condições paradoxais se acentuaram nos últimos anos e, assim como nas questões econômicas do processo de reforma e abertura, alguns aspectos da política externa foram adaptados conforme o contexto se alterou.

A debacle da União Soviética fez com que as relações sino-estadunidenses deixassem de ter um elemento óbvio de cooperação. Mais uma vez podemos recorrer a Kissinger (2010, p 488) para compreender alguns aspectos desse período. A consequência mais desastrosa do novo contexto para os chineses seria a confirmação de uma velha desconfiança de Mao, quando se iniciara a aproximação entre a China e os Estados Unidos: após a derrubada do inimigo em comum seria a vez de uma ofensiva contra a China? Se hoje a interdependência econômica é evocada como elemento de contenção de uma escalada conflituosa, no início da década de 1990 esse quadro não estava colocado. Pelo contrário, a erosão do sistema político e econômico da URSS e a expectativa ocidental de que os valores americanos seriam universalizados ameaçavam a noção de autodeterminação chinesa. A liderança chinesa estava interessada em manter a trajetória de reforma e abertura da China, mas sob seus próprios termos. O episódio da Praça Tiananmen fez com que a opinião pública das potências ocidentais estivesse mais apta a forçar uma transição na China, a permitir que seguisse seu próprio caminho. As retaliações dos EUA e seus aliados foram imediatas. Houve suspensão das visitas de alto nível, da ajuda para o desenvolvimento, do crédito para exportação, de empréstimos e financiamentos oriundos do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento, bem como estancamento dos

The developed countries are getting richer and richer while the developing countries are getting relatively poorer and poorer. If the North-South problem is not solved, it will hinder the development of the world economy. The solution, of course, lies in North-South dialogue, and we support dialogue. But dialogue alone is not enough; cooperation among Third World countries -- in other words, South-South cooperation -- should be stepped up as well. Exchanges, learning from each other and cooperation among these countries can help solve many problems, and prospects are promising. The developed countries should appreciate that greater development of their economies is impossible without growth in the economies of Third World countries. Exchanges, learning from each other and cooperation among these countries can help solve many problems, and prospects are promising. The developed countries should appreciate that greater development of their economies is impossible without growth in the economies of Third World countries.

processos de transferência de tecnologia. Como resultado imediato, houve redução de 20% no valor adicionado pelo setor de turismo no ano de 1989, queda de 40% dos empréstimos também no ano de 1989, e queda de 22% dos IED no primeiro semestre de 1989 (HARDING, ALLEN e ROSS, 1990, p. 7).

O incidente de Tiananmen e as rápidas sanções aplicadas demandaram resposta rápida de Pequim. O grupo reformista mais radical, que ditara o ritmo das transformações até então em curso, advogava em favor de alterações mais significativas nas esferas políticas e econômicas como forma de aceder ao capital, tecnologias e mercados estrangeiros. Contudo, o episódio da praça da Paz Celestial dera novo fôlego a Chen Yun e seus aliados no alto escalão da política chinesa, que viam com ressalvas os rumos e a velocidade das reformas (MARTI, 2007). No que diz respeito às relações externas, esse grupo passou a propor uma revisão do processo de abertura para que a ordem interna chinesa não fosse perturbada pelo imperialismo ocidental nem pelo revisionismo do Kremlin. Para suprir o vazio deixado pelo maior afastamento das potências ocidentais e da URSS, a proposta era se aproximar novamente de países socialistas remanescentes e demais países do mundo em desenvolvimento (MITCHELL, 2007). Contudo, uma terceira opinião se delineava. Para alguns membros do alto escalão chinês, inclusive para Deng Xiaoping, apostar totalmente nesta linha de política externa não parecia mais viável, dada a nova configuração internacional, e poderia recolocar a China em uma situação de relativo isolamento, similar àquela a que se submetera na década de 1960. A posição frente ao Terceiro Mundo surgia mais como uma forma dos chineses demonstrarem ao ocidente que não eram um ator que poderia ser facilmente isolado ou neutralizado. Conforme assinalaram Harding, Allen e Ross (1990, p. 12), “uma renovada ênfase no Terceiro Mundo, e em menor medida nos remanescentes do bloco socialista, tornou-se, de fato, um elemento importante na política externa chinesa desde o incidente de Tiananmen [...] Mas seu objetivo parece ser ressuscitar, em vez de substituir, os laços de Pequim com o Ocidente”.

A previsão do *think tank* norte-americano se confirmou. O retorno do grupo associado a Deng Xiaoping ao centro do Politburo após sua viagem ao sul da China confirmou a opção moderada de política externa. Começava a ficar claro para os chineses que a busca pela sociedade moderadamente próspera a que se referia Deng, dependia de um ambiente externo pacífico. O hábil líder chinês, ao se retirar do centro da articulação política já em meados da década de 1990, deixou como instrução para a política externa de seus sucessores a estratégia em “24 caracteres”: “Observe calmamente, fortaleça a sua posição; lide calmamente com os assuntos; oculte suas capacidades e aguarde o momento oportuno; mantenha um perfil baixo; e

nunca reivindique a liderança”⁸⁶. Assim, Pequim passou a advogar em favor de uma ordem multipolar, julgando que, dessa maneira, mitigaria a capacidade dos Estados Unidos para atuar como força incontestável no sistema internacional. Ao mesmo tempo, ampliava suas relações bilaterais e multilaterais, sempre reafirmando a condição de país em desenvolvimento.

Ao final da década de 1990, a China assumiu que estava deixando sua condição de potência regional para converter-se em um poder em ascensão. Houve maior esforço para dar a impressão de que a potência em ascensão não tinha pretensões egoístas, mas preocupava-se com a ordem geral do sistema internacional. Essa estratégia recebeu o nome de “Poder Responsável” (SHIRK, 2007). Como parte desse esforço para promover sua imagem de maneira transparente, o governo chinês passou a publicar livros brancos para a defesa. Como ponderou Yuan (2013, p. 130), há alguma resistência por parte do mundo anglo-saxão em reconhecer a existência de uma estratégia integral clara por parte da China justamente porque os chineses não publicam um documento similar aos *National Security Strategy* dos Estados Unidos e vinculam estreitamente sua estratégia a elementos econômicos. O trecho abaixo, retirado do primeiro livro branco para defesa, de 1998, demonstra esse aspecto da visão chinesa.

A segurança econômica está se tornando cada dia mais importante para a segurança do Estado. Relações internacionais e geopolíticas, segurança militar e fatores ideológicos ainda desempenham um papel importante que não pode ser ignorado, mas o papel dos fatores econômicos está se tornando mais proeminente, conforme cresce o contato econômico entre as nações. A competição para destacar a força nacional, focada na economia e ciência e tecnologia, é cada vez mais intensa; esforços globais centrados no mercado, nos recursos naturais e em outros direitos e interesses econômicos estão, diariamente, tornando-se mais acentuados; e a aceleração da globalização econômica e a intensificação da formação de blocos regionais faz com que o desenvolvimento econômico de um país esteja mais vulnerável às influências e impactos externos. Portanto, mais países consideram a segurança econômica como um importante aspectos da segurança do Estado⁸⁷ (CHINA, 1998).

86 “冷静观察, 站稳脚跟, 沉着应付, 韬光养晦, 善于守拙, 绝不当头。” (“Lěngjìng guānchá, zhàn wěn jiǎogēn, chénzhuó yìngfù, tāoguāngyǎnghuì, shànyú shǒu zhuō, jué bù dāngtóu.”) . Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2008/2008-prc-military-power02.htm>.

87 Tradução do autor para: Economic security is becoming daily more important for state security. International relations, geopolitical, military security and ideological factors still play a role that cannot be ignored, but the role of economic factors is becoming more outstanding, along with growing economic contacts among nations. The competition to excel in overall national strength, focused on economy and science and technology, is being further intensified; worldwide struggles centered on markets, natural resources and other economic rights and interests are daily becoming sharper; and the quickening of economic globalization and intensification of the formation of regional blocs render the economic development of a country more vulnerable to outside influences and impacts. Therefore, more and more countries regard economic security as an important aspect of state security.

As questões econômicas como elemento de segurança ganharam maior relevância no segundo livro branco para a defesa (CHINA, 2000). Antes difundidos por Jiang Zemin e Qian Qichen em encontros regionais, o “Novo Conceito de Segurança” (*xin anquanguan*) foi, pela primeira, vez citado em um documento oficial. Tal conceito partiu de um reconhecimento mais abrangente dos desafios que se impõem à segurança dos Estados e propunha três vertentes operacionais: a segurança comum, a segurança cooperativa e a segurança abrangente. A noção de segurança comum reafirma a contrariedade chinesa em relação à formação de alianças e ao hegemonismo de maneira ampla, como uma forma de contestar a lógica legada da Guerra Fria. A segurança cooperativa pressupõe a aposta no diálogo e na identificação dos interesses das partes envolvidas. É da segurança cooperativa que deriva a persecução da “estratégia win-win”, tão presente na diplomacia chinesa. Desde o início do século, esse princípio foi largamente utilizado para organização e nova ênfase em organismos consultivos bilaterais e multilaterais pela China, como a Organização de Cooperação de Shanghai e o Fórum da ASEAN⁸⁸. Por fim, a segurança abrangente se divide em três dimensões: política, economia e assuntos militares (CARRIÇO, 2012, p. 42).

Como vimos, os anos 2000 foram palco de extraordinário crescimento econômico chinês. Tal crescimento veio acompanhado de maior presença comercial, incluindo uma série de acordos comerciais assinados, aumento dos investimentos, participação em fóruns de consulta regional, bem como profunda transformação estrutural interna permitindo avanços tecnológicos significativos. O desempenho da economia permitiu, pois, que os gastos militares também crescessem. Esse conjunto de fatores fez com se intensificasse a percepção de insegurança por parte dos Estados Unidos. Conforme a possibilidade da China se tornar uma potência mundial se tornava mais concreta, as análises sobre o possível choque com a potência dominante também se intensificaram. Frente a esse contexto e, aliado à insistência nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, o Novo Conceito de Segurança se fundiu com o discurso político e resultou no *slogan* do Desenvolvimento Pacífico. Tanto na edição de 2005, quanto no novo documento lançado em 2011, a tônica do discurso consiste em afirmar que o desenvolvimento chinês depende de um ambiente pacífico para ser levado adiante e quebra com o “padrão tradicional, em que uma potência em ascensão é obrigada a buscar a hegemonia” (CHINA, 2005; CHINA, 2011).

Há, contudo, posições contrárias a essa. Da parte dos analistas conservadores norte-americanos, a desconfiança fica clara. Robert D. Kaplan, especialista em questões chinesas do

⁸⁸ Para mais informações ver: <http://www.fmprc.gov.cn/ce/ceun/eng/xw/t27742.htm>.

Centro para Nova Segurança dos Estados Unidos, sintetizou parte das desconfianças norte-americanas em relação em país asiático. Para ele é inevitável que um poder em ascensão se choque contra os interesses da potência estabelecida. Frente ao calor da luta contra o terrorismo da administração Bush, Kaplan alertava que “a China constitui a principal ameaça convencional ao império liberal americano”. Lidar com essa situação exigiria maior atenção militar dos EUA na região do Pacífico, onde se estaria reeditando uma nova versão da Guerra Fria (KAPLAN, 2005). Os eventos mais recentes envolvendo a disputa pelo Mar do Sul da China, como a arbitragem entre China e Filipinas e a possibilidade de intervenção norte-americana na região, tendem a revigorar essa linha de argumentação. No entanto, a análise se mostra débil ao reduzir o debate sobre ascensão chinesa à presença estratégica da marinha na região do Pacífico. Certamente, outros fatores confluem para determinar as relações sino-norte-americanas e da China com o resto mundo.

De maneira menos determinista, um grupo de pesquisas liderado por Graham Allison pondera que a Armadilha de Tucídides⁸⁹ já foi evitada em algumas ocasiões da história. Em 16 estudos de casos em que uma potência em ascensão desafiou a potência dominante, apenas em quatro ocasiões o conflito foi evitado. Recorrendo a uma analogia histórica referente à Grécia, Allison afirma que quando a Guerra do Peloponeso terminou, Esparta tinha vencido nominalmente, mas a Grécia como um todo ficara vulnerável, o que facilitara a invasão Persa. Frente a essa constatação, sugere que também é do interesse dos EUA que o conflito seja evitado. Reconhece, contudo, que a tarefa não é simples: “quando as partes evitaram a guerra, foram requeridos enormes e dolorosos ajustes nas ações e atitudes, não somente do desafiante, mas também do desafiado”. Ao contrário de Kaplan, Allison questiona a necessidade de atuação dos EUA no Mar do Sul da China, alegando que o interesse chinês pela região é tão natural quanto a presença norte-americana no Mar do Caribe entre o final do século XIX e início do século XX (ALLISON, 2015).

Em obra publicada recentemente, Henry Kissinger, um dos principais articuladores dos diálogos sino-estadunidenses na década de 1970, sustentou que não é interessante para nenhum dos lados que as diferenças deixem de ser resolvidas no plano diplomático e culminem em conflitos, sejam eles quentes ou frios⁹⁰. Para que o conflito seja evitado, ponderou, é necessário manter os canais de diálogo cotidiano já estabelecidos e sugeriu a construção de uma

⁸⁹ A referência a Tucídides se deve à análise do pensador grego sobre a Guerra do Peloponeso, quando a ascensão ateniense desafiou a posição de Esparta.

⁹⁰ Essa avaliação está baseada em sua revisão do realismo político, em que novas formas de abordagem seriam necessárias para se evitar uma “guerra total”. Para mais informações ver (KISSINGER, 2007).

“Comunidade do Pacífico”, similar à comunidade atlântica construída pelo eixo Europa-EUA e consolidada na segunda metade do século XX. Para fundamentar sua proposta, Kissinger recorreu a uma longa explanação sobre a história e tradição diplomática da China, bem como de sua própria experiência como responsável direto pela aproximação entre China e EUA a partir da década de 1970. Nos capítulos finais de sua obra, Kissinger questionou, pois, os pressupostos neoconservadores sobre os quais a inevitabilidade do conflito passou a ser justificada e indagou: “pode a confiança estratégica substituir um sistema de ameaças estratégicas?” (KISSINGER, 2011).

Para criticar este ponto de vista, que embora não ganhasse adeptos declarados na gestão Bush continha significado implícito, Kissinger retomou a análise da analogia histórica resgatada pelos neoconservadores: a ascensão da Alemanha. Quando a Alemanha se unificou, seu poder passou a desequilibrar a balança de poder estabelecida ao longo do século XIX na Europa. Do ponto de vista germânico a percepção de insegurança residia no fato de que os demais países da Europa Central poderiam se organizar para derrubar uma nação que, agora, tinha capacidade para derrotar qualquer uma das demais nações da região de maneira isolada, mas não de maneira conjunta. Era imperativo para a Alemanha, pois, construir uma armada “grande e provocadora”. Para a Inglaterra, a manutenção do *status quo* passava pela contenção da ascensão germânica o quanto antes, sob pena de não mais conseguir contê-la quando os canais de diálogo fossem, de fato, esgotados. Desde essa perspectiva, o conflito era inevitável.

Se essa analogia histórica fosse trazida à contemporaneidade, a conclusão, admitiu Kissinger, poderia ser a mesma: “qualquer forma de cooperação” entre China e EUA “seria tratada como simplesmente dando espaço à China para ficar preparada para uma crise final”. Para os neoconservadores, ademais, dever-se-ia acrescentar o fator ideológico ao caso chinês. A possibilidade de cooperação ou, no mínimo, o estabelecimento de relações seguras somente poderia ocorrer entre países que observassem corretamente os valores democráticos. Obviamente, as tensões relativas às questões de direitos humanos e organização política estavam longe de ser consenso entre chineses e norte-americanos e serviam como elemento adicional para comprovação da tese do conflito. Kissinger, contudo, assinalou que “paralelos históricos são, por natureza, inexatos”. Sustenta, assim, que os desafios chineses são grandes o suficiente para que o discurso em favor do ambiente de paz e estabilidade não seja mero recurso retórico para se preparar para a “crise final”. Os problemas demográficos causados pelo aumento da expectativa de vida e pela política do filho único constitui-se em tarefa hercúlea em uma população do tamanho que tem a China. Além disso, frente ao discurso da “sociedade harmônica”, são necessários mais esforços na promoção de um desenvolvimento mais

igualitário, como vêm reclamando setores da nova esquerda na China. Nesse contexto, é plausível considerar a existência de significativas ressalvas ao envolvimento em conflitos por parte dos líderes chineses, preocupados em demasia com suas próprias questões internas.

A questão reduz-se em última análise ao que os Estados Unidos e a China podem realisticamente pedir um ao outro. Um projeto norte-americano explícito para organizar a Ásia na base da contenção da China ou de criar um bloco de Estados democráticos para uma cruzada ideológica é improvável que aconteça – em parte porque a China é um parceiro comercial indispensável para a maioria dos seus vizinhos. Do mesmo modo, uma tentativa chinesa para excluir os Estados Unidos dos assuntos econômicos e de segurança asiáticos encontrará igualmente séria resistência de quase todos os outros Estados asiáticos, que receiam as consequências de uma região dominada por uma única potência (KISSINGER, 2011, p. 561)..

Podemos concordar com Kissinger no que diz respeito a construção da imagem de uma China preocupada em cooperar para a estabilidade e segurança do sistema internacional. Todavia, a análise deve ir além. Ao se preocupar com a disputa entre grandes potências, as análises realistas podem, por vezes, desconsiderar fatores relevantes para a conformação do sistema internacional. Embora o realismo de Kissinger preze pela fundamentação histórica, acaba por desconsiderar o histórico terceiro-mundista da China como elemento influente em suas relações internacionais contemporâneas. Ele chega, é verdade, a analisar essa questão, mas a deixa como um passado esquecido do período maoísta. Sugerimos que, dessa maneira, o mundo multipolar que Kissinger defende em sua análise não se confirma. A ordem internacional que analisa estaria mais próxima da cooptação da China em um sistema liderado pelos Estados Unidos que muito pouco alteraria as condições do sistema interacional que emergiu do imediato final da Guerra Fria. Além disso, ao desconsiderar aspectos econômicos, ou reduzi-los a problemas com a compra de empresas pontuais (como o caso de compra de empresas petrolíferas) e a perda de empregos por conta da transferência de empregos para a região asiática, se perde aspectos importantes do papel da China no sistema internacional que se desenha desde a virada do século.

Quando extrapolamos a análise detida na disputa militar pela liderança no Pacífico e pela possível disputa hegemônica, temos, portanto, um quadro mais complexo. Joshua Cooper Ramo foge do lugar comum do realismo político anglo-saxônico e propõe uma análise mais ampla da atuação chinesa e seus possíveis impactos. Ramo considera que o Consenso de Washington, que suportara a liderança norte-americana ao fim da Guerra Fria, fracassou. Dessa maneira, houve espaço para questionamento das políticas neoliberais pelo que denominou de Consenso de Pequim. O consenso de Pequim teria o “poder” de aglutinar em volta de si os

anseios de outros países *em desenvolvimento* que, frente às adversidades enfrentadas e associadas às políticas neoliberais, viam na China não um modelo a ser copiado, mas a possibilidade de que um modelo alternativo pudesse existir. Isso estaria ocorrendo não apenas pelo exemplo chinês, mas pelo fato de que sua ascensão estaria criando as condições internacionais para isso.

O nível com que o desenvolvimento chinês está mudando a própria China é importante; mas o que é mais importante é que as novas ideias da China estão tendo enorme efeito fora da China. A China está marcando um caminho para outras nações ao redor do mundo que estão tentando descobrir não apenas como desenvolver seus próprios países, mas também como se encaixam na ordem internacional de um modo que se lhes permita serem verdadeiramente independentes, proteger seus modos de vida e escolhas políticas em um mundo com um único poderoso centro de gravidade. Eu chamo essa nova física de poder e desenvolvimento de Consenso de Pequim⁹¹ (RAMO, 2004, p. 3).

Completa o raciocínio o seguinte trecho:

O Consenso de Pequim oferece esperança ao mundo. Depois do colapso do Consenso de Washington, a interrupção das negociações da OMC, a implosão da economia da Argentina, a maior parte do mundo estava incerta sobre como um novo paradigma de desenvolvimento deveria parecer. As ideias essenciais do que está ocorrendo na China – inovação, assimetria, foco na igualdade, a exploração de novas ideias de cidadania – são atraentes para nações que anseiam por desenvolvimento e segurança, mas viram centenas de anos de fracasso de modelos de desenvolvimento que se fiou em demasia à assistência das nações desenvolvidas⁹² (RAMO, 2004, p. 60).

As observações de Ramo (2004) são importantes para se pensar quais são os impactos do desenvolvimento e ascensão da China nesse período de renovação do debate sobre a Cooperação Sul-Sul. Se levamos em consideração que a CSS difere da CID tradicional e não constitui mero fluxo financeiro delimitado a projetos específicos, mas procura alterar o *status*

⁹¹ Tradução do autor para: “To the degree China’s development is changing China it is important; but what is far more important is that China’s new ideas are having a gigantic effect outside of China. China is marking a path for other nations around the world who are trying to figure out not simply how to develop their countries, but also how to fit into the international order in a way that allows them to be truly independent, to protect their way of life and political choices in a world with a single massively powerful centre of gravity. I call this new physics of power and development the Beijing Consensus”.

⁹² Tradução do autor para: The Beijing Consensus offers hope for the world. After the collapse of the Washington Consensus, the breakdown of WTO talks, the implosion of Argentina’s economy, much of the world was uncertain what a new paradigm for development ought to look like. The essential ideas of what is happening in China – innovation, asymmetry, a focus on equality, the exploration of new ideas of citizenship – are appealing to nations that have ambitions for development and security but have seen hundreds of years of failure of development models that rely too much on developed nations for assistance.

quo desenhado por e para as nações do Norte, é necessário pensar a recente atuação chinesa. Quando Kennedy percebeu que o Consenso de Pequim passou a ganhar mais adeptos após a crise capitalista de 2008, questionou o potencial transformador da ascensão chinesa. Para ele, é um fato que a maior presença chinesa e as demonstrações de êxito de seu modelo econômico mais propenso à utilização de ferramentas macro e microeconômicas de planejamento econômico, forçam, de alguma maneira, as instituições internacionais a permitirem maior intervenção estatal. No entanto, considera que as reformas chinesas orientadas ao mercado demonstraram que a China está mais propensa a aceitar as regras do jogo, mas interpretando-as à sua maneira. Em suas palavras, “é mais provável que a China seja um reformador que defende reformas limitadas do que um adversário franco”. Para Kennedy, ainda, o processo de adaptação da China ao sistema internacional a torna menos propensa a reformar as instituições internacionais vigentes do que outros países menos desenvolvidos que “ainda estão presos em um círculo vicioso de pobreza a partir do qual não há consenso, seja o de Washington ou qualquer outro, que possa oferecer forma fácil de escape” (KENNEDY, 2010, p. 477).

Na esteira de Ramo, Arrighi (2008) questiona algumas das propostas interpretativas apresentadas anteriormente: a ascensão chinesa carrega em si as condições para que o mundo se torne algo mais próximo daquilo que pensou Adam Smith ainda no século XVIII, ou seja, “pode ser considerada arauto daquela maior igualdade e respeito mútuo entre os povos de ascendência europeia ou não”? Em outros termos, haveria condições para a formação de um Novo Bandung, dessa vez mais profundo que aquele iniciado na década de 1950, justamente por estar baseado em maior integração econômica do Sul Global? Para Arrighi a hipótese é bastante plausível, mas não descarta a tentação chinesa, ou demais “emergentes”, de viver numa ordem de renovada hegemonia estadunidense.

A análise que Arrighi desenvolveu em “Adam Smith em Pequim” deriva de seus estudos sobre o declínio da hegemonia americana. Retomemos em breves linhas o que discutimos na seção 2.1. Segundo a interpretação da Economia Política dos Sistemas-Mundo, desde a década de 1970 os Estados Unidos passaram a apresentar sinais de declínio similares ao que já haviam apresentado outras potências hegemônicas nos ciclos sistêmicos anteriores. A partir do conceito de “ciclos sistêmicos de acumulação”, Arrighi buscou identificar padrões estruturais verificados nas trocas hegemônicas. O aspecto mais evidente seria o processo de financeirização da economia do Estado hegemônico, o que fica bastante evidente a partir da década de 1980. Além desse aspecto estrutural, Arrighi considerou outros fatores próprios da hegemonia norte-americana.

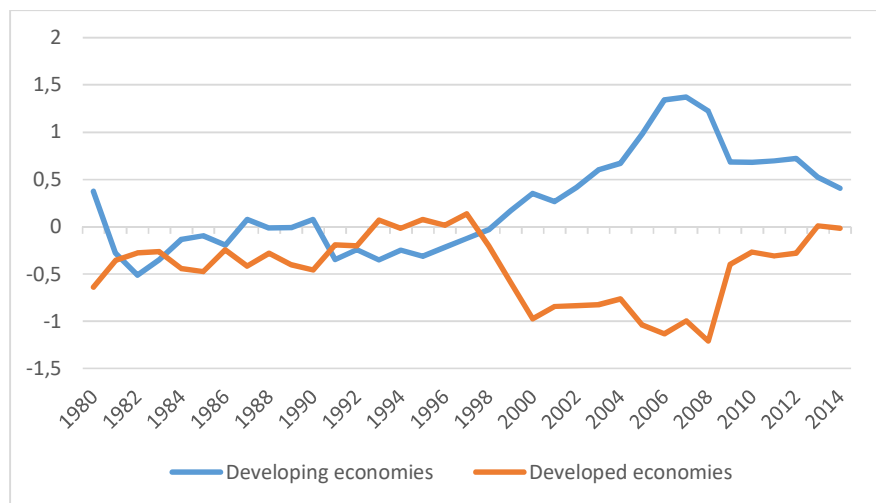
A hegemonia norte-americana esteve baseada na expectativa de que, sob sua liderança, o Estado de bem-estar keynesiano poderia ser compartilhado com o mundo todo. Os anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial foram marcados pela proliferação das políticas intervencionistas de tipo keynesiano, fosse nos programas de reconstrução da Europa e Japão, fosse mediante as políticas de ajuda ao desenvolvimento do sul global. Contudo, as bases dessa hegemonia continham suas próprias contradições e limites. Ao fomentar o desenvolvimento de seus concorrentes no centro capitalista, os EUA contribuíram para que fossem reduzidas as taxas de lucro pela via da competição. Por outro lado, ao estimular o consumo de massa como fonte social de sua hegemonia, abria-se outra frente de compressão dos lucros. Há que se ressaltar que os ganhos sociais se concentraram nos países centrais. Além disso, já na década de 1970 ficava claro que a industrialização não havia alterado fundamentalmente a distribuição da renda entre os Estados do Norte e do Sul. Evidenciava-se, assim, que aquele mundo mais justo e igualitário que Truman prometera ajudar a construir não se realizara. Quando a potência hegemônica deixa de representar uma ordem em que seus fiadores têm a percepção de ganho compartilhado, sua relação deixa de ser hegemônica e passa a ser de dominação.

A contrarrevolução monetária, ponderou Arrighi, contribuiu para reverter a tendência de perda da hegemonia estadunidense e deu fôlego aos mecanismos de dominação, como se verificou na década de 1990. Contribuiu para isso o fato de que o fim da Guerra Fria renovou a confiança no aspecto político da dominação dos EUA sobre o mundo, algo que havia sido fortemente abalado com a derrota na guerra do Vietnã, a revolução iraniana e a invasão soviética no Afeganistão. Para Arrighi e Lu (2011), o neoliberalismo foi contrarrevolucionário em dois aspectos. Em primeiro lugar reverteu a tendência de ganhos sociais dos trabalhadores e reverteu a tendência de redistribuição de renda no interior dos Estados. Em segundo lugar, significou um breve redirecionamento do saldo em transações correntes em direção aos países centrais. Ao observar os dados da Figura 15, é possível perceber que os países desenvolvidos foram capazes de reverter a tendência de aumento dos déficits em transações correntes em seu favor, ao menos até a crise asiática. No entanto, esse movimento guardava em si seus próprios limites.

O processo de financeirização, como verificado em outros ciclos sistêmicos de acumulação, invariavelmente, acaba por financiar o desenvolvimento do setor produtivo em outras regiões. Na interpretação de Arrighi, é aí que se encontra parte dos fundamentos para o significativo crescimento econômico do leste asiático. Disso decorre a incapacidade do centro hegemônico de competir com a região candidata à suplantação da hegemonia nos setores produtivos, e faz com que o centro apresente cada vez mais déficits nas suas transações correntes. A sustentação dos déficits poderia ocorrer por meio do aumento da dívida dos EUA

o que, por sua vez, dependeria da percepção de ganho compartilhado por parte daqueles novos centros de acumulação ou pela utilização da prerrogativa do ganho de senhoriação do qual goza a moeda norte-americana. É aí que está a chave para se compreender os desdobramentos deste ciclo sistêmico de acumulação sustentado pela hegemonia estadunidense.

Figura 15 - Balanço de transações correntes como porcentagem do PIB mundial (1980-2014)



Fonte: UNCTAD

Os dados que Arrighi utilizou para propor a tese do Novo Bandung chegavam apenas até o ano de 2006. Nessa altura, era evidente a bifurcação que se produzia entre os superávits em transações correntes registrados pelo sul global em detrimento dos crescentes déficits do centro capitalista (Figura 15). A China e os Estados Unidos são as principais economias que contribuem para a tendência das curvas de seus respectivos agrupamentos no gráfico e, portanto, a relação entre eles é importante para entender esse fenômeno. O déficit dos Estados Unidos, que registrou seu auge em 2006 ao atingir a marca de 6% do PIB tinha como componentes principais a explosão das importações oriundas da China e os gastos com o petróleo sobrevalorizado. Estima-se que, nesse período, cada um desses fatores contribuía com 1/3 do déficit norte-americano. Se após a crise do petróleo dos anos 1970 os EUA foram capazes de conter a explosão de seu déficit em transações correntes aumentando suas próprias exportações para muitos países produtores de petróleo, nos anos 2000 o cenário era distinto. A transferência do setor produtivo estadunidense para a periferia e, em grande medida para a própria China, que por sua vez mantinha uma política de câmbio desvalorizado e atrelado ao dólar, impediu que ajustes similares aos da década de 1970 fossem feitos. Além de exportar

para os EUA, os chineses passaram a captar grande parte dos superávits registrados pelos países produtores de petróleo. É evidente que a produção industrial chinesa impactava também na definição do preço do petróleo (HUNG, 2013, p. 31).

Ao atualizarmos os dados, no entanto, podemos perceber que o ambiente internacional criado antes da crise de 2008 não se sustentou nos anos seguintes a ela. Mesmo que o mundo em desenvolvimento tenha registrado taxas de crescimento do PIB em proporção maior que aquelas registradas nos países do centro, a tendência de afastamento das duas curvas foi revertida. Uma explicação plausível para isso é o fato de que uma parte dos superávits nos balanços de pagamentos do mundo em desenvolvimento esteve sustentada pelos altos preços das *commodities*, em especial do petróleo⁹³. Findado aquele ciclo de alta, diversos países dependentes desse setor passaram a enfrentar dificuldades. Mesmo os países exportadores de produtos industrializados, sobretudo os asiáticos, tiveram que enfrentar a forte retração da demanda das economias desenvolvidas, fato que também contribuiu para a redução do déficit em transações correntes destas⁹⁴. Outra explicação possível é o fato de que as pressões estadunidenses para valorização do yuan chinês também surtiram efeito, e, desde 2005 o país asiático mantém uma política gradual, porém constante, de apreciação do yuan perante o dólar⁹⁵. É necessário considerar que, na condição de moeda internacional, a prerrogativa do ganho de senhoriação permite que os EUA manipulem sua moeda de maneira mais livre para financiar seus constantes déficits. Dessa maneira, tanto os impactos cambiais e a consequente redução do valor das importações oriundas da China, quanto a baixa do preço do petróleo contribuíram para a reversão daquela bifurcação identificada por Arrighi como possível fonte do Novo Bandung.

Ao considerar a reversão da tendência anteriormente apontada por Arrighi, portanto, seria de se esperar que a tese do Novo Bandung estivesse fadada ao fracasso? É fato que Arrighi não foi enfático ao determinar o fim da hegemonia estadunidense e nem profetizou o surgimento da coalizção sulista como algo inevitável. Antes, alertou para que não se podia subestimar a

⁹³ Entre outros fatores, a explosão da demanda chinesa fez com que o preço do petróleo bruto chegasse a US\$133 por barril em julho de 2008. Apenas alguns meses depois, o preço do barril já estava em torno de US\$40. Embora com algumas oscilações e registro de alta entre 2009 e 2013, a partir de 2014 o preço começou a cair novamente e atingiu a marca dos US\$30 em janeiro de 2016. Os debates sobre a recente baixa dos preços do petróleo indicam que as novas técnicas de extração por *fracking*, aliadas à redução da demanda que se seguiu à crise de 2008 colocam a oferta do petróleo bastante acima de sua demanda. Outras análises sustentam que a manutenção do preço baixo do petróleo tem motivações políticas, como o enfraquecimento de países exportadores de petróleo.

⁹⁴ Amplos programas de ajuste fiscal foram implantados nas economias desenvolvidas, em especial na Europa.

⁹⁵ Entre 2005 e 2015 a relação entre a moeda chinesa e a moeda americana passou de algo próximo de 8/1 para 6/1.

possibilidade de que a China e demais economias emergentes se sentissem tentadas a aderir a uma renovação da hegemonia do EUA, do mesmo modo que não se poderia superestimar a capacidade dos EUA de renovar suas fontes de dominação em aliança com os demais países centrais.

Documentos recentes publicados por importantes *think tanks* como a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), e pelo próprio governo chinês (como os Livros Brancos para Defesa) contribuem para conformar o pensamento de que não convém à China atuar como protagonista na busca de uma alteração no sistema internacional. O *China Modernization Report*, publicado pela CASS em 2008, buscou definir um modelo para a política exterior da China que foi intitulado *Peace Dove Strategy*, e a partir da representação gráfica de um pombo delineou as frentes de atuação chinesa. Como objetivo fundamental da inserção internacional, representado pela cabeça do pombo, pode-se encontrar a ONU, seguida da região asiática que é o corpo da ave. As regiões do Pacífico (APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation) e Europa (AEEC – Asia-Europe Economic Cooperation) estão nas asas. O sul está representado pela cauda do pássaro (incluindo África, Oceania e América do Sul). Ainda que o próprio documento procure afirmar não haver hierarquia entre as posições gráficas, é necessário estar atento à simbologia presente. Na interpretação de Pires e Santillán (2014, p. 346), a representação dessas últimas regiões indicaria um “interesse marginal”.

É evidente que há maior engajamento chinês em instituições já estabelecidas, que contribuem para projetar a imagem de um poder responsável. Os exemplos são diversos e podemos incluir elementos de comércio, finanças e segurança internacional. O aumento da participação chinesa nas operações de paz de ONU, por exemplo, é cada vez maior. Pode-se questionar se o seu objetivo é apenas ser mais bem vista pelos países receptores das tropas ou se serve como justificativa dos gastos militares crescentes, mas não há como esconder que os chineses buscam ampliar sua participação no mundo numa espécie de tutela das instituições já estabelecidas. Do ponto de vista econômico o engajamento é ainda mais evidente. Na década de 1980 já havia acedido ao FMI e Banco Mundial, naquela ocasião ainda como um país tomador de empréstimo. Em poucos anos passou a país credor. Desde então sua parcela de votos determinados pelos DES (Direito Especial de Saque) só aumentou. Atualmente corresponde a 6,44 dos votos no *Board of Governors*. Em meados de 2015 o yuan foi reconhecido como moeda de reserva internacional, o que dá direito à moeda chinesa de se juntar ao dólar americano, ao euro, à libra e ao iene e ser utilizada como uma das moedas da cesta que determina as revisões de quotas de participação no FMI. Nos organismos que compõem o Banco Mundial aparece junto a Estados Unidos, Japão, Alemanha e França como um dos países

que podem apontar seu próprio representante no conselho diretor. Após o lançamento da iniciativa da Nova Rota da Seda os chineses passaram a se engajar mais no continente europeu, ampliando a participação em instituições de financiamento da região⁹⁶. Embora o engajamento chinês nos espaços já estabelecidos seja perceptível, ele não fica restrito a eles.

Um aspecto importante a ser levado em consideração é que a tendência de reversão dos dados da Figura 15 não reflete necessariamente o fim imediato de organizações e instituições que, ao serem criadas, se pretenderam alternativas àquelas construídas no final da Segunda Guerra Mundial. Em contraposição às instituições financeiras internacionais já existentes, é importante notar que os países em desenvolvimento, e em especial a China, participaram da criação de instituições como o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Banco Asiático de Desenvolvimento em Infraestrutura. Na seção seguinte, analisamos a evolução recente das instituições e políticas de direcionamento do capital chinês no mundo e avaliamos em que medida sua atuação nesse âmbito corrobora ou não a tese do Novo Bandung de Arrighi e o Consenso de Pequim de Ramo.

3.4. ASPECTOS ECONÔMICOS, FINANCEIROS E INSTITUCIONAIS DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA CHINA

Para iniciar uma análise dos mecanismos com os quais a China se relaciona como o mundo em desenvolvimento, é preciso destacar dois aspectos. Em primeiro lugar, diante do que foi discutido nas seções anteriores, não podemos perder de vista o contexto em que a China emerge como ator influente no sistema internacional. É importante que compreendamos as políticas de internacionalização da economia chinesa dentro do desafio do desenvolvimento pacífico. Os chineses buscam claramente o seu objetivo de uma sociedade moderadamente próspera nos próximos anos. Para isso, é importante que haja estabilidade no sistema internacional. O tamanho de seu desafio torna especialmente penoso o envolvimento em qualquer conflito e o consequente “desperdício” de recursos. Do ponto de vista de suas ambições econômicas, os chineses buscam com determinação ampliar seus mercados, desenvolver e absorver tecnologias e abastecer-se de energia e matérias-primas diversas. Nesse sentido, cada vez mais o “mundo em desenvolvimento” é visto como um espaço importante para as aspirações chinesas. A política “go global” e estratégia “win-win” como parte do Novo

⁹⁶ Pode ser utilizado como exemplo disso a recente incorporação da China como país não receptor no Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Cf. <<http://spanish.peopledaily.com.cn/n/2015/1215/c31620-8990666.html>>.

conceito de Segurança foram importantes para a China na medida em que significaram uma mudança de uma ajuda baseada em preceitos político-ideológicos para uma ajuda baseada na realidade econômica (BRAUTIGAM, 2011).

Figura 16 Marcos Políticos e Institucionais da CID da China (1990-2015)

Ano	Evento	Natureza
1993	Criação do Fundo de Ajuda Exterior para Joint Ventures e Projetos Cooperativos.	Interna
1994	Criação do Banco de Desenvolvimento da China	Interna
1995	Criação da linha de crédito, via Export-Import Bank of China, para concessão de empréstimos sem juros ou com juros subsidiados.	Interna
2000	Participação no I Encontro de Alto Nível das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	Multilateral
2000	I Cúpula do Sul - G77 + China, Havana	Multilateral
2000	Fundação do FOCAC (<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>)	Bilateral
2001	Ampliação do <i>Shanghai Five</i> na forma da Organização para Cooperação de Shanghai	Regional
2002	Participação no I Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre Financiamento do Desenvolvimento, Monterrey	Multilateral
2003	Primeiro Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	Multilateral
2003	Encontro de líderes China-ASEAN	Regional
2005	Primeiro Fórum de Cooperação Econômica e Comercial China-Caribe	Bilateral
2005	Conferência Ministerial da OMC, assunção do compromisso “Aid for Trade”	Multilateral
2005	Concessão de tarifa zero sobre importações tributáveis de 190 categorias oriundas de 25 LDC (<i>Less Developed Countries</i>) africanos	Interna
2006	Primeiro Fórum sobre Cooperação Econômica e Comercial China-Ilhas do Pacífico	Regional
2006	Publicação do <i>China's African Policy</i>	Bilateral
2008	Publicação do <i>China's Policy on Latin America and Caribbean</i>	Bilateral
2009	Primeira Cúpula dos BRIC	Multilateral
2010	Publicação do <i>China-Africa Economic and Trade Cooperation</i>	Bilateral
2010	Conferência Nacional sobre Ajuda Internacional	Interna
2011	Publicação do <i>White Paper</i> intitulado <i>China's Foreign Aid</i>	Interna
2011	Concessão de tarifa zero para 97% dos itens tributáveis oriundos dos LDC que mantêm relações diplomáticas com a China.	Interna
2013	Nova publicação do <i>China-Africa Economic and Trade Cooperation</i>	Bilateral
2014	Nova publicação do <i>White Paper China's Foreign Aid</i>	Interna
2014	Declaração da Cúpula G77 + China, Santa Cruz	Multilateral
2015	I Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Fórum CELAC-China	Bilateral
2015	Cúpula Ásia-África, 60 anos de Bandung.	Multilateral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados presentes em China (2011b), Cabana (2014) e Ayllón (2014)

Em segundo lugar, como procuramos destacar no capítulo 1, os aportes teóricos e metodológicos para análise da Cooperação para o Desenvolvimento não são suficientes para o caso chinês. Disso decorrem duas observações. Por um lado, a ausência de consenso na definição de um aporte teórico e metodológico adequado para analisar e mensurar a Cooperação Sul-Sul pode nos fazer perder de vista iniciativas importantes, o que torna mais difícil avaliar corretamente quais são as ações de cooperação propostas pela China, ou mesmo outros países considerados “novos doadores”. Por outro lado, pode-se questionar se existe, de fato, intenção do próprio governo chinês em ser transparente quanto a esses dados. Por esse motivo,

buscamos, nesta seção, trazer ao debate dados sobre as formas com as quais os chineses trataram o capital acumulado nos últimos anos. Para isso é necessário lançar luz sobre suas políticas de realização de investimentos estrangeiro direto, políticas de financiamento e “ajuda” tradicional, bem como a gestão de seus fundos soberanos.

Do ponto de vista da Cooperação Internacional, entende-se que, a despeito da ampliação do alcance, consubstanciado na diversificação das instituições internas voltadas à prática, e aumento da participação em instituições internacionais, regionais e multilaterais, as diretrizes mantêm-se as mesmas que aquelas formuladas na década de 1950, e formalizados nos Oito Princípios de 1964 (SURASKY, 2014). Na Figura 16 estão elencadas algumas das principais iniciativas institucionais de cooperação da China, da década de 1990 em diante. Dentre os pontos elencados, é importante destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar pode-se dizer que, em decorrência da mudança de posição da China no sistema internacional, houve maior participação em eventos de caráter multilateral para definição e promoção da CSS. Outro aspecto que merece destaque é que, além de maior engajamento na própria região asiática⁹⁷, houve um esforço para institucionalizar as relações com o continente africano, do qual o FOCAC é a máxima expressão, e com a América Latina.

Desde a criação dos fundos para ajuda e para oferta de crédito para exportação, em meados da década de 1990, a China passou a aumentar a quantidade de oferta de financiamentos. Tais financiamentos passaram a ser concedidos sob uma taxa de juros de 2% a 3% ao ano, com prazo para pagamento entre 15 a 20 anos e período de carência de 5 a 7 anos. Alguns aspectos precisam ser entendidos com melhor precisão. O CAD não considera como ajuda os fluxos financeiros que não contenham, no mínimo, 25% de concessionalidade. Portanto, embora o financiamento chinês tivesse origem pública e taxas consideradas abaixo do mercado, não poderia ser considerado como ajuda pela metodologia da OCDE. Além disso, a OCDE contabiliza como ajuda o valor total dos empréstimos concedidos. A China, por outro lado, apenas contabiliza como ajuda os subsídios concedidos e não o valor de face do financiamento (XIAOYUN, BANIK, *et al.*, 2014).

Na medida em que ajuda chinesa, e dos “novos doadores” em geral, aumentou, também cresceu a desconfiança do CAD sobre os impactos dessa prática, considerada pouco transparente pela OCDE. Como resposta, os chineses lançaram em 2011 e 2014 um relatório de

⁹⁷ Sugere-se aqui que as relações com a região asiática possuem nível maior de complexidade e é difícil de ser analisada pelo prisma da CSS. Autores como Medeiros (1998) já alertavam para a divisão regional do trabalho na Ásia há alguns anos. Silver e Arrighi (2012) também exploram as características particulares da região asiática e o papel da China no “fim do longo século XX”.

suas práticas de ajuda. Na Figura 17, buscamos uma primeira abordagem da ajuda concedida pela China a partir da definição de Cooperação Internacional de Ayllón, dos documentos chineses para ajuda externa e fontes secundárias.

Figura 17 Características da CID na China

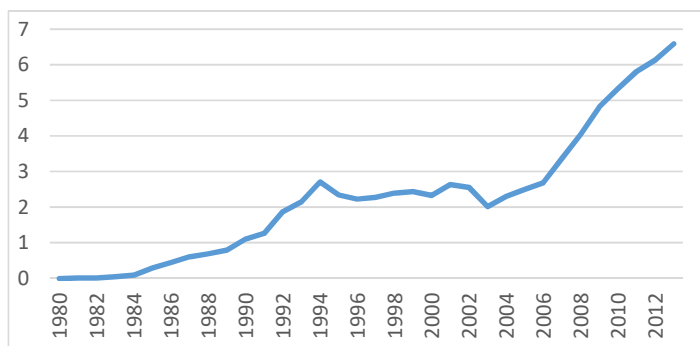
Recursos e Fundos	
Origem	Publica. Apesar de não contar com Agência de Cooperação, os principais esforços centram-se no MOFCOM. Outras instituições públicas participam.
Tipos de Cooperação e Atores Implicados	Da parte da China houve aumento das iniciativas multilaterais e regionais, mas a CID ainda se concentra nas negociações bilaterais e na busca da identificação das necessidades locais.
Característica dos Fundos e Concessionalidade	Reembolsável e não reembolsável. Ocorrem em três tipos: 1) doações, que são voltadas para construção de escolas, casas de baixo custo e hospitais, projetos de bem-estar social em geral, provimento de água, cooperação técnica e ajuda humanitária; 2) empréstimos concessionais, voltados para construção de instalações públicas e projetos de melhoria de vida das pessoas; 3) investimentos patrocinados pelo governo chinês voltados para projetos produtivos e de infraestrutura.
Grau de Condicionalidade	Empréstimos concessionais condicionam o país receptor a adquirir, pelo menos, 50% de produtos chineses. No caso de algumas <i>commodities</i> se prevê que receitas e produtos devam ser destinados à China.
Natureza da Cooperação	Diversificada, ou seja, financeira e não-financeira. Grande parte do valor total concedido, contudo, se concentra em ajuda financeira.
Instrumentos e destinos	
Projetos completos	Projetos produtivos ou civis construídos em países beneficiários com a ajuda de recursos financeiros chineses (subsídios ou empréstimos sem juros). O lado chinês é responsável pela totalidade ou parte do projeto. Fornece a totalidade ou parte dos equipamentos e materiais de construção, e envia engenheiros e pessoal técnico para organizar e orientar a construção, instalação e produção experimental desses projetos. Depois que um projeto é concluído, a China o entrega para o país destinatário.
Bens e materiais	Materiais para produção e subsistência, equipamentos técnicos e serviços técnicos financiados pelos fundos de ajuda externa.
Cooperação Técnica	Envio de especialistas para orientação técnica na produção, operação ou manutenção dos “projetos completos” concluídos, e treinamento de pessoal local para atividades administrativas e técnicas. Nesse quesito estão envolvidas as maiores empresas estatais chinesas, voltados para os setores de recursos naturais, como CNOOC, SINOPEC e CNPC.
Cooperação para Desenvolvimento e Recursos Humanos	Por meio dos canais multilaterais ou bilaterais, executa diferentes programas de investigação e de formação para funcionários do governo, de educação, de formação técnica e outros programas de intercâmbio de pessoal para países em desenvolvimento.
Equipes médicas enviadas ao exterior	Envio de equipes e equipamentos médicos, bem como medicamentos gratuitos.
Ajuda humanitária	Fornecimento de materiais, dinheiro ou expedições de socorro para áreas afetadas por desastres naturais ou humanitários.
Programas voluntários em países estrangeiros	Voluntários enviados para servir a população local na educação, cuidados médicos e de saúde e outros setores sociais.
Perdão de dívidas	Renegociação ou cancelamento de dívidas contraídas com instâncias governamentais chinesas.

Fonte: Ayllón (2006); China (2011b); Wolf, Wang e Warner (2013) Surasky (2014), Martín (2015)

É importante ressaltar que, diferentemente dos membros da OCDE, por exemplo, a China vincula diretamente sua política de ajuda às suas necessidades econômicas. O fato de que é o Ministério do Comércio o responsável pela aprovação dos principais fluxos de ajuda é ilustrativo. Em síntese, pode-se dizer que a política de ajuda e cooperação da China está, portanto, relacionada com seus anseios e necessidades no atual contexto. Além disso, contudo, de maneira diferente dos países desenvolvidos, a CID chinesa, entendida pela própria China como CSS, tende a levar em conta os aspectos históricos da política externa do país asiático.

Embora a Ajuda internacional seja importante, não devemos tomá-la como elemento fundamental da CSS. Se levamos em consideração a tese do Novo Bandung de Arrighi discutida na seção anterior, outros aspectos das relações financeiras entre a China e demais países do sul global devem ser analisados. A Figura 18 mostra que houve um crescimento significativo da realização de IED chineses como porcentagem do PIB. Ao longo da década de 1980 o montante de IED não chegava a representar 1% do PIB chinês. Na década de 1990, esse número manteve-se entre 2% e 3%. Foi a partir dos anos 2000 que se registrou um crescimento mais vigoroso chegando a quase 7% do PIB. Se nas décadas de 1980 e 1990 a tônica das políticas chinesas era a atração dos investimentos para seu setor produtivo manufatureiro, a partir dos anos 2000 o governo chinês lançou a política “going out” (走出去, Zǒuchūqù). O principal lema da nova política consistia em fazer pleno uso de “dois mercados, dois recursos” Os instrumentos para essa estratégia não se resumiam em promoção de IED no sentido estrito do termo, mas se estendiam ao estímulo à contratação de projetos no exterior, e estabelecimento de contratos de trabalho. Embora com nomenclatura ligeiramente distinta, podemos encontrar as mesmas propostas de atuação nos documentos para ajuda externa (YU e JIAO, 2011).

Figura 18 China: realização de IED como porcentagem do PIB, 1980-2013



Fonte: UNCTAD

Parte do discurso do primeiro-ministro Zhu Rongji no lançamento do décimo Plano Quinquenal (2001-2005) enfatizou tal estratégia:

[...] nós precisamos implementar uma estratégia de “ir para fora”, encorajando empresas com vantagens comparativas a fazer investimentos no exterior, estabelecer *processing operations*, explorar recursos estrangeiros com parceiros locais, celebrar contratos internacionais em projetos de engenharia, e aumentar a exportação de mão-de-obra. Nós precisamos providenciar uma política de apoio para que sejam dadas as condições para que as empresas estabeleçam operações no exterior⁹⁸ (ZHU, 2011).

Embora o IED chinês tenha aumentado de maneira significativa, vale ressaltar que grande parte do investimento chinês ainda se restringe ao seu entorno imediato, sobretudo na relação com Hong Kong. Contudo, podemos notar que outras regiões passam a fazer parte dos objetivos chineses de internacionalização⁹⁹. O caso da América Latina será discutido no capítulo seguinte. Caberia, aqui, enfatizar que grande parte dos investimentos realizados na região tinham por destino os paraísos fiscais.

Tabela 11 Saída de Investimentos Estrangeiros Diretos chineses por região, 2005-2013

Região	Estoque de IED ao final de 2005		Estoque de IED ao final de 2010		Estoque de IED ao final de 2012		Estoque de IED ao final de 2013	
		%		%		%		%
Total	5720562	100,00	31721059	100,000	53194058	100,00	66047840	100,00
Ásia	4062904	71,02	22814597	71,923	36440706	68,51	44740828	67,74
África	159525	2,79	1304212	4,112	2172971	4,08	2618577	3,96
Europa	159819	2,79	1571031	4,953	3697512	6,95	5316156	8,05
América Latina	1146962	20,05	4387564	13,832	6821163	12,82	8609593	13,04
América do Norte	126324	2,21	782926	2,468	2550299	4,79	2860974	4,33
Oceania	65028	1,14	860729	2,713	1511407	2,84	1901712	2,88

Fonte: China Statistical Yearbook, 2006, 2011, 2013 e 2014.

⁹⁸ Tradução do autor para: we need to implement a "going outside" strategy, encouraging enterprises with comparative advantages to make investments abroad, to establish processing operations, to exploit foreign resources with local partners, to contract for international engineering projects, and to increase the export of labor. We need to provide a supportive policy framework to create favorable conditions for enterprises to establish overseas operations.

⁹⁹ Lista completa das empresas chinesas que podem estabelecer contratos no exterior: http://wszw.hzs.mofcom.gov.cn/fecp/zsma/corp/corp_ml_list_en.jsp

Oliveira (2012, p. 42) identificou o arcabouço político e institucional do qual falou o primeiro-ministro. De acordo com seu estudo, a responsabilidade sobre a aprovação dos investimentos chineses realizados no exterior está a cargo de cinco instituições vinculadas diretamente ao Conselho de Estado. São elas: SAFE (*State Administration for Foreign Exchange*), PBOC (*People's Bank of China*), MOFCOM (*Ministry of Commerce*), NDRC (*National Development Reform Commission*), SASAC (*State Asset Supervision and Administration Commission*). Tais instituições respeitam um arcabouço legal de 25 instruções e regulamentos para incentivo e aprovação dos investimentos. Com base, pois, nessas características e numa análise do padrão de investimentos chineses, o autor propôs o seguinte modelo de interpretação da lógica de internacionalização das empresas chinesas.

Figura 19 Lógicas de internacionalização das empresas chinesas

	Estrutura de Propriedade	Motivação	Modo de Entrada	Localização
Lógica 1	CENTRAL SOEs	Resource-Seeking	Greenfield/ M&A	África/Oceania/América do Sul
Lógica 2	SOE/Empresas de Capital Híbrido	Strategic Asset-seeking	M&A/JV	Europa/EUA
Lógica 3	SOE/Empresas de Capital Híbrido	Marketing-seeking	Greenfield	Leste Europeu/América Latina

Fonte: (OLIVEIRA, 2012)

Para Oliveira (2012) nos investimentos que seguem a *Lógica 1* predominam as SOE centrais como promotoras da operação. A motivação destes investimentos é definida como *resource-seeking*, ou seja, está baseada na busca por recursos naturais. Faz sentido pensar nestes termos, uma vez que as maiores empresas chinesas que atuam nos setores de energia e fornecimento de infraestrutura estão sob supervisão da SASAC. As regiões onde os recursos são mais buscados são África, Oceania e América do Sul, locais onde as matérias-primas são abundantes e há, historicamente, escassez de capitais para investimento em infraestrutura para extração. Nessas ocasiões, os tipos de investimento são denominados *greenfield*, ou seja, são iniciados empreendimentos a partir do zero e ocorrem, em sua maioria, no continente africano. Alguns países, como Austrália, por exemplo, conta com legislação que impede este tipo de atividade. Nesses casos o método de entrada se dá por fusão e aquisição (sigla M&A na figura).

A *Lógica 2* proposta por Oliveira (2012) compreende processos de internacionalização de empresas chinesas que buscam internalizar ativos estratégicos ao processo produtivo chinês. Por esse motivo, o destino desse tipo de investimento é concentrado nos países da Europa e Estados Unidos, detentores das empresas mais avançadas do ponto de vista tecnológico. Por se concentrar nesses países, os investimentos chineses deste tipo encontram resistência política e institucional mais forte que nos países periféricos. Portanto, a estratégia é que as empresas responsáveis pelas operações sejam SOE não vinculadas à SASAC central e outras empresas de capital híbrido. A tendência é que essas empresas chinesas atendam melhor às regras internacionais de governança corporativa, e por isso sejam mais bem aceitas nos mercados centrais. Seguindo o mesmo raciocínio, percebe-se que a forma de entrada ocorre por fusão e aquisição ou joint-ventures.

A *Lógica 3* também é importante para compreensão do nosso objeto de estudo. Os objetivos de internacionalização dos projetos enquadrados neste tipo são de expansão do mercado chinês. Essa constatação é ainda mais importante quando se tem em conta que houve uma retração significativa da demanda dos países centrais por produtos chineses após a crise de 2008. Este tipo de investimento ocorre em setores voltados ao consumo dos países receptores, bem como de terceiros mercados no entorno imediato. No caso da América Latina essa constatação é particularmente interessante para se entender os impactos que podem ocorrer para a produção industrial dos Estados Unidos, ou mesmo de economias mais diversificadas como o Brasil, o México ou a Argentina.

O último aspecto a ser mencionado relativo ao direcionamento do capital chinês acumulado é a organização de seus fundos soberanos. O caso chinês é emblemático, mas não é o único exemplo de país em desenvolvimento que acumulou reservas ao longo da década de 2000, até o encerramento do ciclo de expansão em 2008. De maneira geral outros países em desenvolvimento, em grande medida por conta dos altos preços de *commodities*, também registraram balanço de pagamento superavitários e acumularam reservas. Como ficou evidente na segunda metade dos anos 1990, a existência de reservas era imprescindível para que os países em desenvolvimento pudessem sobreviver em tempos de crise, em que a liquidez de capitais se esvaía rapidamente ocasionando pressões cambiais com consequências imediatas para exportação e importação desses países (OURIQUES, VIEIRA e ARIENTI, 2013, p. 43).

O acúmulo excessivo de reservas, no entanto, também é problemático. Pode gerar pressões de apreciação da moeda, com consequência para a competitividade dos setores exportadores. Por conta disso, a gestão dessas reservas passou a constituir parte da preocupação dos países em desenvolvimento, que não possuem moeda conversível como o euro ou o dólar,

sobretudo. A compra de títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos costuma ser a aplicação mais segura e destino certo de parte dessas reservas. No entanto, por conta da reduzida rentabilidade proporcionada pela taxa de juros americana, alguns países procuraram organizar “fundos soberanos”, que são “fundos de investimentos estatais que buscam aplicar os excedentes das reservas cambiais em ativos mais rentáveis que os títulos soberanos dos EUA” (OURIQUES, VIEIRA e ARIENTI, 2013, p. 43). Sobre o caso chinês, Ouriques, Vieira e Arienti apontam o seguinte:

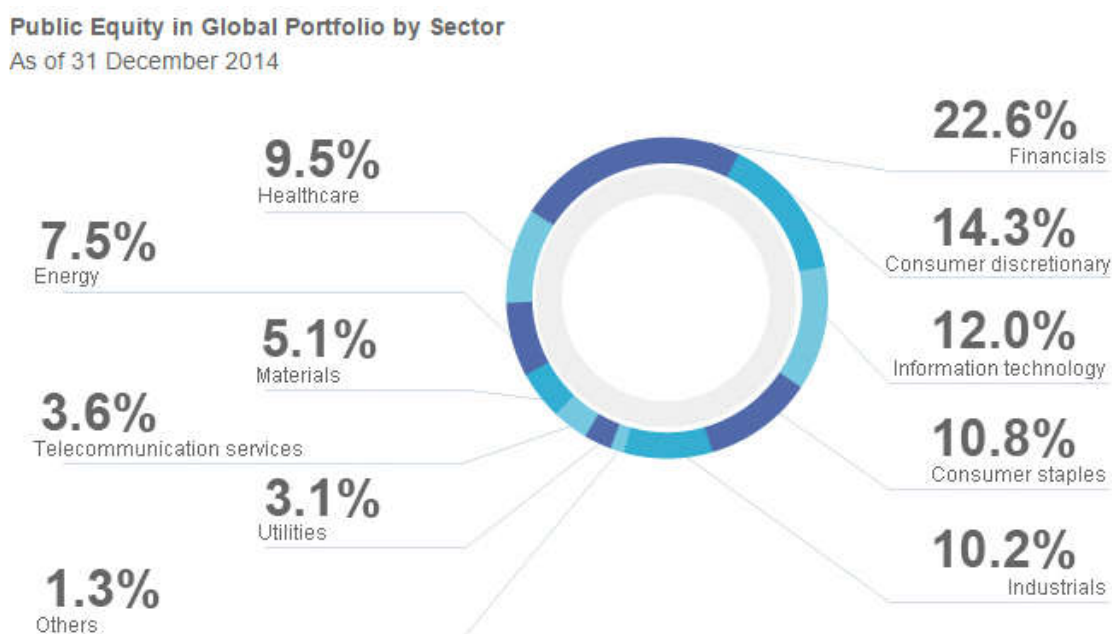
[...]o que diferencia a China, como em quase tudo, é o volume. Tal é o caso dos FSR [Fundos Soberanos de Reserva], pois a China possui diferentes fundos que figuram entre os maiores do planeta. Independente da fonte e da definição que se possa dar ao que são fundos soberanos, três deles, o Safe Investment Company, o China Investment Corporation (CIC) e o National Social Security Fund (NSSF), estão no topo de qualquer ranking referente ao tamanho e importância do fundo. O NSSF, criado em 2000, com a finalidade de reinvestir internamente derivativos governamentais, vem expandindo seus investimentos no exterior, especialmente na área de *private equity*. Dados recentes (julho de 2012) evidenciam que esses três fundos chineses representam 23,40% do montante total dos fundos soberanos de riqueza, perfazendo um total de US\$ 1.184,00 bilhões de dólares. Acrescentando os montantes do Hong Kong Monetary Authority Investment Portfolio, isto é, US\$ 293,3 bilhões, a participação da China no total dos fundos soberanos de riqueza chega a 29,19% do total (US\$ 1.477,7 bilhões) (OURIQUES, VIEIRA e ARIENTI, 2013, p. 47).

Dados de junho de 2015 apontavam que o CIC e o SAFE Investment Company estavam na 6ª e 8ª posições dentre os maiores FSR, com montante de 757,2 bilhões e 567,9 bilhões de dólares respectivamente. Na prática, esses fundos funcionam como outras empresas estatais chinesas, pois estão organizados de acordo com a Lei de Companhias daquele país. O CIC, como uma *wholly state-owned company*¹⁰⁰ é vinculado diretamente ao Conselho de Estado, fato que confere ao governo ampla capacidade de decidir os destinos dos investimentos. Embora, por ser organizado em torno da Lei de Companhias, o fundo possa atuar legalmente como uma empresa independente do ponto de vista microeconômico, a presença de quadros

¹⁰⁰ De acordo com a Lei de Companhias da China, uma *wholly state-owned enterprise* é uma sociedade limitada (*limited liability company*) em que os acionistas são organismos governamentais. A estrutura dessas empresas conta apenas com Conselho Direto (executivo) e Conselho Supervisor, prescindindo, portanto de encontro de acionistas. As prerrogativas de propriedade ficam a cargo do Conselho de Estado que nomeia os integrantes dos Conselhos, que por sua vez, são responsáveis por formular estratégias de médio e longo prazo, decidir sobre alocação dos ativos, as metas de taxa de retorno, entre outras funções. Para mais informações ver PEDROZO, 2012.

vinculados diretamente ao partido nos conselhos diretivos¹⁰¹ faz com que este se torne um instrumento de promoção das políticas do Estado chinês de grande importância. Embora não tenhamos encontrado dados mais detalhados sobre as inversões realizadas pelo CIC, a figura a seguir demonstra que os investimentos realizados pelo CIC não se resumem a operações financeiras.

Figura 20 Carteira de Investimentos da *China Investment Corporation*, 2014, por setor



Fonte: (CIC, 2015)

3.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Para os propósitos desta pesquisa, cabe distinguir dois períodos característicos da estratégia chinesa de desenvolvimento. Entre 1978 e 2008, como expressão de um “modelo asiático de desenvolvimento”, os chineses lançaram mão de políticas de crescimento orientadas para a exportação. Entre as principais medidas nesse sentido podemos mencionar a desvalorização cambial, o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), o controle dos fluxos de capitais estrangeiros, alto nível de poupança e investimento e políticas educacionais voltadas às áreas de engenharia e ciências. Após a crise capitalista de 2008, as

¹⁰¹ Ding Xuedong, Presidente e CEO do CIC, é atualmente Secretário Geral do Conselho de Estado. Já foi vice-ministro das finanças e presidente do Escritório Geral da SASAC, entre outros cargos. Assim como ele, os demais membros do Conselho Executivo são todos quadros do Partido Comunista.

condições externas à China se alteraram substancialmente e somaram-se as alterações internas que se acumulavam desde o início da reforma. Frente a esse novo contexto, começou a se tornar clara uma nova etapa do desenvolvimento econômico chinês, que passou a ser conhecida por “nova normalidade” e tem por característica central direcionar a dinâmica de seu crescimento econômico para o mercado interno, melhorar o ambiente para inovação e expandir-se ao redor do mundo.

Conforme demonstramos no primeiro capítulo, para dar suporte ao modelo de desenvolvimento propagado pelo keynesianismo estadunidense do pós-Segunda Guerra Mundial, instituições como o FMI e Banco Mundial foram criadas. Essas mesmas instituições foram importantes instrumentos para promoção do modelo de desenvolvimento neoliberal no mundo em desenvolvimento, e, na medida em que o próprio neoliberalismo mostrou seus limites ao longo da década de 1990, as instituições que o promoveram passaram a ter suas atuações contestadas. Nesse período, ganhou repercussão o chamado Consenso de Pequim, que, na concepção de Ramo abria a possibilidade para um desenvolvimento que permitisse maior intervenção estatal para a promoção dos interesses nacionais. Obviamente, a China se apresenta como ator de destaque nesse processo. Com efeito, também procuramos demonstrar que a possibilidade de um Consenso de Pequim ou um Novo Bandung não significou que a China abandonou por completo as instituições características da antiga ordem internacional. Pelo contrário, de acordo com os imperativos do Desenvolvimento Pacífico e do Poder Responsável, passou a se engajar com mais afinco nas tradicionais instituições.

Por outro lado, seus imperativos geopolíticos, bem como suas necessidades econômicas de novos mercados e maior segurança no fornecimento de matérias-primas levaram a China a se lançar num processo de revitalização, ao menos em discurso, do espírito de Bandung. É evidente que para perdurar, qualquer retórica necessita de alguma correspondência com a realidade. É nesse contexto que devemos entender a política de internacionalização da economia chinesa que se abre em várias frentes. Além do comércio internacional, que é o aspecto mais evidente da internacionalização da economia chinesa, o grande acúmulo de capitais permitiu que a China diversificasse suas formas de contato com o mundo. A partir da década de 2000 o número de empréstimos, financiamentos e investimentos estrangeiro direto aumentaram de maneira significativa, do mesmo modo que se tornaram mais complexos os mecanismos com os quais são geridos os fluxos de capital que saem do país asiático. De qualquer maneira, as políticas de comércio, financiamento e investimento são amplamente coordenadas pelos organismos que giram em torno do MOFCOM e do SAFE, e, por isso, trazem

a possibilidade de atuar de maneira distinta no cenário internacional, combinando, de maneira bastante estreita diversos aspectos de sua política externa.

Para levar adiante a estratégia de “ascensão pacífica” ou “desenvolvimento pacífico”, os chineses necessitam de um ambiente minimamente estável, seja para garantir o suprimento das matérias-primas necessárias ao funcionamento de sua economia, seja para poder garantir mercado para sua produção orientada à exportação. Para tanto, busca associar o bom desempenho do mundo com o seu próprio desempenho satisfatório, evitando assim associar-se a uma imagem de soma zero. Paradoxalmente, a trajetória de ascensão chinesa tende a se encontrar com a trajetória descendente dos Estados Unidos e outras potências, o que pode ocorrer com fricções. Na tentativa de evitar tais fricções, a China busca se identificar como um país em desenvolvimento, embora lhe seja requerida participação mais ativa no sistema internacional.

A estratégia chinesa parece conter duas contradições fundamentais. Conforme o seu crescimento econômico avança, a demanda por matérias-primas aumenta. Ainda que haja uma reorientação de sua economia, em que menor peso será dado aos investimentos intensivos em matérias-primas “duras”, o atual tamanho de sua economia não mostra sinais que de irá reduzir a sua sede por matérias-primas e energia. Além disso, mesmo que seu crescimento seja orientado para o mercado consumidor interno, a estratégia de crescimento voltada para as exportações não deixará de ser importante. Esse movimento de internacionalização se evidencia nas recentes iniciativas chinesas de promoção de seu comércio e investimento, seja por meio de acordos bilaterais seja por meio de iniciativas multilaterais. Tudo isso pode ser enquadrado no conceito de segurança da China. A contradição está na insistência no mundo harmonioso. Embora os chineses tenham prezado pela atuação em áreas de menor disputa pelo mercado mundial, sustentado pela estrutura estatal que lhe permite atuar em “contratos de risco”, os interesses chineses passam a se chocar, cada vez mais, com interesses de outras potências.

A outra contradição tem a ver com sua política de baixo perfil (24 caracteres). Essa política de baixo perfil está relacionada com seu passado terceiro-mundista. Cada vez mais, no entanto, assume responsabilidades no sistema internacional, seja por necessidade de seu desenvolvimento econômico seja por uma demanda do próprio sistema. Uma das características centrais do terceiro mundismo a que a China faz referência é a luta contra o hegemonismo, a alteração do sistema internacional e a cooperação sul-sul. A ascensão chinesa carrega em si alguns vetores de alteração do sistema internacional. Os chineses assumem que suas próprias necessidades de desenvolvimento são importantes para o desenvolvimento também dos países do sul global, mas, cada vez mais, há questionamento da capacidade de alteração da realidade

do mundo em desenvolvimento causado pela ascensão chinesa. Certamente o ciclo de alta das *commodities* deu alguma margem de manobra para muitos países em desenvolvimento. Mas agora, findado o ciclo, não é tão clara a possibilidade de que se mantenha o renovado fôlego desenvolvimentista que vimos ascender na virada do século, em detrimento do desenvolvimento neoliberal.

4. A HETEROGENEIDADE DAS RELAÇÕES CHINA-AMÉRICA LATINA E AS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO COM AMÉRICA DO SUL

Ao analisar as relações entre China e América Latina devemos partir de duas constatações iniciais. Em primeiro lugar, embora existam conversações no âmbito dos blocos regionais e avanços mais significativos no nível bilateral, alguns documentos e iniciativas chinesas foram dirigidas à *América Latina* como um todo. Em segundo lugar, e talvez por esse motivo, grande parte dos estudos que buscam entender essa relação se referem aos países latino-americanos em seu conjunto. Por conta deste recorte, diferenças significativas poderiam ser perdidas (VADELL, 2011). Uma linha de análise poderia questionar a visão que a China tem da homogeneidade ou heterogeneidade da região latino-americana¹⁰². Nesse sentido, caberia aqui uma problematização: existe uma América Latina? Parafraseando Darcy Ribeiro, pode-se dizer: “não há dúvida de que sim. Mas é sempre bom aprofundar o significado desta existência” (RIBEIRO, 2010, p. 23).

No ensaio a que nos referimos, Darcy Ribeiro busca demonstrar que existiram distintas maneiras de construção da sociedade nas diferentes regiões latino-americanas conforme variaram a origem do colonizador, a presença das populações originárias e a inserção da mão de obra escrava trazida da África. No entanto, ressalta: “o que sobressai no mundo latino-americano é a unidade do produto resultante da expansão ibérica sobre a América e o seu bem-sucedido processo de homogeneização”. É sob esse entendimento que podemos pensar a ocorrência dos movimentos de independência no século XIX, as aspirações integracionistas e até mesmo a construção do Estado desenvolvimentista que permeia as incursões modernizadoras da região latino-americana no século XX, bem como as implicações regionais da globalização em seu aspecto mais recente (BERNAL-MEZA, 2005; CERVO, 2007; MEDEIROS, 1998). Por outro lado, embora existam padrões similares do desenvolvimento capitalista na região, o projeto de industrialização via substituição de importações avançou em alguns países mais do que em outros. Não se pode descartar o fato de que existem, evidentemente, profundas diferenças dentro de um mesmo país. Os dados com os quais trabalhamos, no entanto, nos obrigam a caminhar em sentido diferente e evidenciar os aspectos heterogêneos da América Latina, em especial no que se refere às relações com a China.

¹⁰² Valenzuela (2015) buscou analisar essa questão a luz dos mais recentes chamados à cooperação que partiram da China para a região latino-americana. O autor sugeriu que as possibilidades de políticas conjuntas são superestimadas pela contraparte chinesa, que desconsidera a heterogeneidade econômico-estrutural, políticas e mesmo a ausência de projetos de longo prazo caracterizados pela descontinuidade de governo experimentada pelos países latino-americanos.

Levando em consideração que uma das motivações empíricas para esta pesquisa é o Livro Branco da China, de 2008, em que indicava suas intenções para a América Latina e Caribe, devemos empreender um esforço de sistematização dos países da região em suas relações com a China. Em uma sistematização possível, podemos considerar: 1) a América Latina como um todo; 2) relações intermediadas por blocos, sejam aqueles que contam com participação da China e alguns países latino-americanos, sejam aqueles formados exclusivamente por países latino-americanos que optam por expandir o diálogo com a China; e 3) as relações bilaterais, que, para o caso latino-americano, podem ser divididas entre aqueles países que não possuem relações diplomáticas com a China, aqueles que possuem relações diplomáticas e aqueles que possuem relações de entendimento em três níveis, quais sejam, parceria cooperativa, parceria estratégica e parceria estratégica integral. Nas seções seguintes apresentamos algumas características dos diferentes tipos de relação e as características heterogêneas que marcam a presença da China na região latino-americana e procuramos demonstrar que iniciativas de cooperação têm maior possibilidade de serem levadas adiante na América do Sul, em contraste com demais países da América Latina. Em seguida, aprofundamo-nos na análise das relações entre China e países selecionados da América do Sul.

4.1. INICIATIVAS ENDEREÇADAS À AMÉRICA LATINA EM SEU CONJUNTO

Frente ao crescente interesse chinês na região e às suas necessidades estratégicas, de maneira similar à experiência de cooperação com o continente africano, os chineses lançaram, em 2008, um documento em que previam pontos de interesse dos chineses na região e chamaram os países latino-americanos, em seu conjunto, a aprofundar as relações de cooperação. Foi o primeiro chamado endereçado em conjunto para a região latino-americana. No início do documento se encontra a seguinte justificativa:

Seguindo invariavelmente o caminho do desenvolvimento pacífico e a estratégia de abertura baseada no benefício mútuo e no ganho compartilhado, a China, o maior país em desenvolvimento do mundo, está disposto a desenvolver os laços de amizade e cooperação com todos os países, com base nos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, de modo a promover a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum. [...] Formando parte importante do conjunto dos países em desenvolvimento, a América Latina e o Caribe constituem uma força importante no atual cenário internacional. As novas circunstâncias trazem novas oportunidades para o desenvolvimento das relações sino-latino-americanas e sino-caribenhas. A elaboração por parte do governo chinês do “Documento sobre a Política Chinesa Para a América Latina e Caribe”, tem como propósito expressar mais claramente os objetivos da política da China

para a região, estabelecer os princípios orientadores da cooperação em diversas áreas durante um determinado período de tempo e promover o contínuo desenvolvimento saudável, estável e integral das relações sino-latino-americanas e sino-caribenhas.

Enfatizando, pois, suas diretrizes básicas de política externa, o *China's Policy Paper on Latin America and Caribbean* dividiu a proposta de cooperação em quatro amplos campos: política, economia, assuntos sociais e culturais e paz, segurança e assuntos jurídicos. No campo político devem ser ressaltadas as propostas de criação de mecanismos de consulta, bem como participação nos blocos latino-americanos já existentes, como os Parlamentos do Mercosul e Andino. Do ponto de vista econômico foram ressaltados interesses nas seguintes áreas: comércio (sobretudo áreas de livre-comércio), investimento, financeira, agricultura, indústria, infraestrutura, redução e perdão de dívidas, assistência técnica e econômica, promoção de CSS nos fóruns multilaterais e ampliação das Câmaras de Comércio. Em relação aos aspectos sociais e culturais os chineses destacaram interesse em: cooperação em ciência, tecnologia e educação, cooperação em assuntos médicos e de saúde, intercâmbio de pessoal do governo, acadêmicos e de instituições não governamentais, recursos humanos em geral, proteção ambiental e mudança climática, ajuda humanitária e redução da pobreza de maneira geral. Apesar de significativo, o documento não avançou em propostas mais específicas. Constitui-se mais como uma demonstração de interesse em aprofundar as relações.

Em discurso recente, o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, na ocasião do encerramento da Cúpula Empresarial Brasil-China lançou o conceito de “Cooperação 3x3” para aprofundar as relações com a região da América Latina e Caribe. O modelo 3x3 pretende abordar as relações por três prismas, que, por sua vez, dividem-se em outros três pontos: 1) cooperação em três grandes vias: logística, eletricidade e informática; 2) interação entre empresas, sociedade e governo; 3) canais de financiamento: fundos, créditos e seguros (CHINA, 2015). Apesar do discurso ter relação com a política de investimento em infraestrutura da China na região, não houve maiores detalhamentos sobre como as propostas ocorrerão.

A tentativa mais acabada de institucionalização das relações cooperativas com a China ocorre no âmbito da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), organização criada em 2011 que reúne todos os Estados latino-americanos e caribenhos. É a primeira iniciativa de institucionalização do debate para uma agenda dos países da região que não conta com a participação de EUA e Canadá. Foi neste âmbito que, em 2014, celebrou-se, na Declaração Especial na II Cúpula da CELAC, em Havana, a criação do Fórum CELAC-China. Logo em seguida foi formulado o Plano de Cooperação CELAC-China 2015-2019.

Dentre outras questões apontadas no referido Plano, destaca-se para este caso, o ponto III-8 que dispõe:

Aproveitar plenamente o Fundo de Cooperação China – América Latina e Caribe, o Crédito Especial para Infraestrutura China – América Latina, as linhas de crédito em condições preferenciais oferecidas pela China, assim como outros recursos financeiros para apoiar os projetos de cooperação prioritários entre a China e os Estados membros da CELAC, de acordo com as necessidades de desenvolvimentos em matéria social, econômica e do meio ambiente da região CELAC, assim como uma visão de desenvolvimento sustentável¹⁰³ (CELAC, 2014).

Em decorrência destes acertos, ocorreu em junho de 2015 o 1º Fórum CELAC-China sobre infraestrutura, e até o final do ano de 2015 ainda ocorreriam fóruns consultivos para os temas de Ciência e Tecnologia e Energia. No âmbito do fórum sobre infraestrutura a China se comprometeu a criar um fundo de US\$ 35 bilhões para financiamento de projetos de transporte, portos, estradas, tecnologia de informação e comunicação, eletricidade entre outros. A composição do fundo seria de US\$ 20 bilhões oriundos do Banco de Desenvolvimento da China, US\$ 10 bilhões do *Eximbank of China* e outros US\$ 5 bilhões da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (ECUADOR, 2015). Tais anúncios estão em consonância com a prática chinesa de promessa de empréstimos e é difícil estabelecer uma divisão clara entre o que se configura como investimento e o que se configura como ajuda. O Fórum sobre Ciência e Tecnologia foi mais tímido: apesar da doação de um laboratório 4G para pesquisas em comunicação sem cabos no valor de 1 milhão de dólares, o encontro apenas ficou nas propostas de intensificação do intercâmbio acadêmico e criação de um prêmio de mérito científico similar ao Nobel (EL TELEGRAFO, 2015; XINHUA, 2015). Apesar do importante significado das propostas, o aporte financeiro disponibilizado de imediato é visivelmente menor.

Alguns fatores precisam ser destacados. Os chamados da China para a região latino-americana não encontraram respostas imediatas por parte dos latino-americanos. A opção pela institucionalização do Fórum China-CELAC busca resolver esse problema, mas parece tropeçar em suas próprias diretrizes. Um dos pontos mais controversos do Plano de Cooperação CELAC-China é o de número XIV, que dispõe sobre a implementação das iniciativas:

¹⁰³ Tradução do autor para: Aprovechar plenamente el Fondo de Cooperación China - América Latina y el Caribe, el Crédito Especial para la Infraestructura China - América Latina y el Caribe, las líneas de crédito en condiciones preferenciales ofrecidas por China, así como otros recursos financieros para apoyar los proyectos de cooperación prioritarios entre China y los Estados miembros de la CELAC, de acuerdo con las necesidades de desarrollo en materia social, económica y medioambiental de la región CELAC, así como con una visión de desarrollo sostenible

A implementação de iniciativas concretas de cooperação ou a adoção de normas estarão sujeitas a negociações específicas entre a China e os países latino-americanos e caribenhos interessados. Qualquer Estado membro da CELAC poderá abster-se total ou parcialmente de participar em uma iniciativa aprovada, seja por um período definido de antemão, ou por período indefinido, sem impedimento para que este possa voltar a somar-se à implantação total ou parcial desta iniciativa, com a aprovação prévia da China e dos outros Estados participantes (CELAC, 2014).

Em síntese o documento deixa explícito que não são necessárias respostas conjuntas e iniciativas acordadas entre todas as partes. Se, por um lado, esse dispositivo permite que os interesses heterogêneos da região sejam acomodados dentro de decisões fragmentadas, por outro lado, o poder de barganha dos países latino-americanos se reduz. Isso quando se assume algum grau de convergência de interesses, o que não parece ser tão evidente para a América Latina contemporânea

4.2. AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS BILATERAIS E AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Na figura abaixo sintetizamos a tipologia das relações bilaterais existentes entre a China e os países da América Latina.

Figura 21 Tipologia das relações bilaterais entre China e América Latina

Relações bilaterais	—	Não possui relações diplomáticas	<u>América do Sul</u> : Paraguai. <u>América Central e Caribe</u> : Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas.
		Possui relações diplomáticas	<u>América do Sul</u> : Guiana, Suriname <u>América Central e Caribe</u> : Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, Granada, Jamaica, Trinidad e Tobago
		Parceria cooperativa	Bolívia, Colômbia, Uruguai
		Parceria estratégica	Chile, Costa Rica, Equador
	+	Parceria integral	Argentina, Brasil, México, Peru, Venezuela

Fonte: Elaborado pelo autor. Ministry of Foreign Affairs of PRC (CHINA, 2012)

O aspecto que primeiramente salta aos olhos é a ausência de relações diplomáticas com diversos países da América Central e Caribe. Enquanto na região sul-americana apenas o Paraguai deixa de manter relações diplomáticas com a RPC, constata-se que, dos vinte países localizados na América Central e Caribe, apenas nove mantêm relações diplomáticas com a China. Na América Central, somente a Costa Rica. O motivo determinante para isso é o fato de que muitos países da região ainda mantêm relações diplomáticas com Taiwan. Como buscamos ressaltar no capítulo 3, a afirmação da política da China única consiste num tema central da política externa chinesa. Após a efetiva anexação de Hong Kong e Macau como regiões autônomas, Taiwan permanece como ponto mais delicado nesse sentido. Alguns fatores contribuem para que os países dessa região reconheçam Taiwan em detrimento da China continental.

Taiwan possui um longo histórico de ajuda oficial direcionada aos países da região. Ao longo da Guerra Fria, embora a China estivesse engajada na construção de uma rede de cooperação sustentada pela ideia do Terceiro Mundo, a região centro-americana não era, nem de perto, uma prioridade pelo óbvio motivo da proximidade com os Estados Unidos. Como Taiwan se colocava como aliada dos Estados Unidos, não possuía impedimento algum para ampliar sua participação na região. Cabe lembrar aqui que a política de cooperação com o então Terceiro Mundo foi importante para a disputa entre China e Taiwan para representação dos organismos internacionais, embora o aval estadunidense fosse muito importante. Em tese, a normalização das relações entre China e Estados Unidos, o vigoroso crescimento da demanda e a ampliação dos empréstimos, financiamentos e investimentos no exterior registrado nos últimos anos poderia ter alterado a balança para o lado da república popular. Rodríguez (2013), entretanto, considera algumas explicações para a manutenção de Taiwan. Existe, por um lado, a presença de oligarquias muito próximas a grupos conservadores nos Estados Unidos, que não veem com bons olhos a aproximação da região com a China continental. Por outro lado, as possíveis vantagens econômicas não são tão óbvias. O histórico de relações faz com que as exportações da região para Taiwan sejam significativas para as economias locais, mais do que aqueles que se destinam à China continental. Além disso, a ajuda oferecida por Taiwan ainda é bastante importante para países da região.

Quanto menor é o nível de desenvolvimento econômico de um país, mais peso tem a ajuda exterior na decisão que seus governantes tomam sobre a manutenção de relações diplomáticas com China ou Taiwan. Por isso que a Nicarágua prestava mais atenção a este fator que a Costa Rica. Isso não implica que esses países preferam necessariamente a cooperação chinesa ou taiwanesa, já que, ainda que a cooperação chinesa possa ser potencialmente

mais quantitativa, a taiwanesa se concentra mais na América Central, tem mais experiência na região e pode materializar-se sem nenhum tipo de limitação por parte dos Estados Unidos¹⁰⁴ (RODRÍGUEZ, 2013, p. 522).

No restante do continente, as relações diplomáticas começaram a se estabelecer a partir da década de 1970, impulsionadas pela normalização das relações sino-estadunidenses. Contudo, as visitas diplomáticas chinesas de alto nível só começaram efetivamente após o aceno reformista mais assertivo de Deng Xiaoping. O primeiro país a ser visitado oficialmente, na ocasião pelo Primeiro-Ministro, foi o México, em 1981, seguido de Colômbia, Brasil, Argentina e Venezuela. Somente em 1990 o então presidente Yang Shangkun realizou visitas oficiais no México, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile. A partir de 1990 as relações começaram a se intensificar. O primeiro-ministro Li Peng participou da Rio-92, e manteve conversações de alto nível com Brasil, Cuba, México, Argentina, Chile, Peru e Suriname. Em 1993 foi firmada, com o Brasil, a primeira relação de parceria estratégica da China. Em 1995 houve nova visita de Li Peng a diversos países latino-americanos (ZHANG e LI, 2003, p. 238). Concomitante ao estabelecimento do Novo Conceito de Segurança da China, ao final dos anos 1990 e, sobretudo a partir dos anos 2000, as relações tornaram-se mais frequentes e os chineses buscaram maior envolvimento não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo. Entre 1997 e 2015 diversas Parcerias Estratégicas (PE) foram firmadas com países da região ou parcerias já estabelecidas foram alçadas a um *status* considerado de maior comprometimento. Dadas as características das relações bilaterais da China com os países da região centro-americana e caribenha, é evidente que as PE se concentram na região sul-americana. Percebe-se que, à exceção da Guiana, do Suriname e obviamente do Paraguai, os demais países da região possuem algum nível de PE firmada.

O tema das parcerias estratégicas chinesas, no entanto, é controverso. É contraditório que ao mesmo tempo em que a China diz não haver nenhum tipo de distinção de sua parte sobre os países com os quais se relaciona, a diplomacia chinesa utilize nomenclaturas diferentes para classificá-la. Feng e Huang (2014, p. 8) chegaram a mencionar que quando um veículo de notícias patrocinado pelo governo chinês preparou uma lista com as PE firmadas pela China,

¹⁰⁴ Tradução do autor para: “Cuanto menor es el nivel de desarrollo económico de un país, más peso tiene la ayuda exterior en la decisión que tomen sus gobernantes sobre si mantener relaciones diplomáticas con China o Taiwán. De ahí que Nicaragua le prestase más atención a este factor que Costa Rica. Esto no implica que dichos países prefieran necesariamente la cooperación china o la taiwanesa, ya que, aunque la cooperación china puede ser potencialmente más cuantiosa, la taiwanesa se concentra más en Centroamérica, tiene más experiencia en la zona y puede materializarse sin ningún tipo de limitación por parte de Estados Unidos”.

este foi prontamente criticado pela diplomacia chinesa, e nem chegou a ser publicado com a justificativa de que poderia gerar “confusão e descontentamento desnecessário para países que não são identificados como parceiros estratégicos da China”. Além disso, é inegável que países que dividem o mesmo tipo de parceria estratégica possuam importância distinta para a China. Uma parceria estratégica com a vizinha Rússia não pode significar o mesmo que uma PE com o Brasil ou Angola, da mesma maneira que uma PE com o bloco ASEAN não tem o mesmo peso que uma parceria com a CELAC. Isso sem mencionar o fato de que as PE abundam e já contabilizam mais de 50. Essas confusões podem ser atribuídas a dois fatores. Em primeiro lugar, pelo fato de existirem diversos entendimentos sobre o conceito de parceria estratégica. Em segundo lugar, é necessário compreender alguns aspectos próprios sobre a maneira como os chineses lidam com suas questões internacionais.

O conceito de parceria estratégica surgiu nos anos 1990 na área dos negócios e administração de empresas. No contexto de globalização, esses estudos buscavam criar um padrão para entender e classificar o comprometimento de empresas concorrentes que atuavam em conjunto para redução de custos de produção. No que se refere às Relações Internacionais, o entendimento nunca atingiu um consenso mínimo. Souza (2014) identificou ao menos três padrões de definição da Parceria Estratégica: um padrão norte-americano, vinculado à concepção realista, que enxerga a PE como uma ferramenta temporária para atingir objetivos bastante específicos; um padrão europeu, que entende que a ausência de definição do conceito se deva à grande variedade de tipologias de PE, o que serve, nesse caso, para explicar as várias PE que a UE e seus membros passaram a adotar após os anos 1990; e um padrão chinês, que está relacionada aos seus valores culturais, segundo os quais o estabelecimento e avanço das relações, em qualquer nível, depende de algum grau de formalização. Nesse sentido, Yaqin (2012) enfatiza o caráter cultural chinês e afirma que a PE é uma adaptação moderna de uma característica histórica chinesa. Isto é, apoia-se mais na “relacionalidade” que na “racionalidade” como forma de construir laços ao longo do tempo.

Da mesma maneira, Feng e Huang (2014) enfatizam o aspecto cultural chinês, o que serve para explicar também a diferença entre as nomenclaturas. Para isso retomam o clássico trabalho de Xiatong (1992), que estuda a formação da sociedade chinesa por uma perspectiva sociológica. Afirma-se, pois, que as relações chinesas funcionam por círculos concêntricos, similar a uma pedra atirada ao lago. Aqueles que estão mais próximos possuem laços mais fortes. A alegoria não serve para referir-se apenas às questões geográficas, mas para questões de afinidade de interesses no sistema internacional. Dessa maneira, poder-se-ia interpretar que existem diferentes níveis de comprometimento que estão representados pelas nomenclaturas

das PE. Em sentido crescente de comprometimento e importância atribuída à relação, a hierarquia presente nas PE existentes com os países da região seria assim representada: 1) parceria cooperativa; 2) parceria estratégica; 3) parceria integral.

Considera-se duas motivações principais para o estabelecimento de PE por parte da China. A motivação mais aparente e plausível para o estabelecimento de parcerias estratégicas é o interesse chinês na promoção de um mundo multipolar como pré-condição para seu “desenvolvimento pacífico”. Ainda na década de 1990, o primeiro país com o qual a China estabeleceu este tipo de relação foi com o Brasil. Logo em seguida estabeleceu parcerias estratégicas com Rússia (1996) e Estados Unidos (1997). No início do século XXI abundaram os exemplos de PE estabelecidas com países da Europa, evidenciando a noção de multipolaridade da política externa chinesa. Feng e Huang (2004) sugerem que, nesse período, a prática foi utilizada como forma de relação com as grandes potências, por meio do qual procuravam elevar o *status* das relações e ampliar os canais de diálogo. No caso do Brasil, a Parceria Estratégica pode ser entendida como uma forma de resposta rápida ao isolamento causado pelo incidente de Tiananmen. Por outro lado, influenciadas pelo Novo Conceito de Segurança, as PE foram direcionadas para o mundo em desenvolvimento. O caso latino-americano se enquadra melhor nesse segundo aspecto.

Do ponto de vista dos países latino-americanos, devemos levar em consideração a guinada política da região sul-americana, que pelo seu caráter de centro-esquerda, buscou se desvencilhar daquilo que, historicamente, se mostrava como ingerência dos Estados Unidos na região e procurou estabelecer uma diversificação maior dos parceiros na arena política internacional. A ascensão chinesa e o *boom* das *commodities* que a acompanhou, para além da clara influência nos aspectos econômicos da região, significavam, como discutimos no capítulo 3, uma alternativa para construção de um mundo menos desigual. Nesse sentido, se levamos em consideração que as PE são entendidas pelos chineses como uma formalização necessária para a ampliação dos canais de entendimento mútuo e concertação de interesses, mais do que enfatizar a nomenclatura utilizada para classificar as relações, é importante estar atento ao que foi *efetivamente* realizado. Assim:

Junto ao *boom* de parcerias, a China institucionalizou suas relações com muitos *players* importantes no mundo. Novos mecanismos bilaterais foram criados para fortalecer a confiança mútua e alcançar os propósitos das parcerias estratégicas, em particular estabilidade regional e desenvolvimento econômico. Para os assuntos econômicos, foram criados comitês ou diálogos com quase todos os parceiros estratégicos. Para assuntos políticos e militares, *hotlines* e diálogos estratégicos são os mecanismos mais comuns. Para questões sociais e culturais foram desenvolvidos festivais, intercâmbios

educacionais, congressos de duas vias, entre outras iniciativas¹⁰⁵ (FENG e HUANG, 2014).

A partir do momento que entendemos que uma relação de cooperação deve ser analisada pela convergência de interesses, analisar as características dos canais construídos para o diálogo, nos termos apresentados pelos autores é de grande valia. Isso pode ajudar a identificar a ênfase das relações construídas. Retomaremos esse aspecto quando nos aprofundarmos na análise dos países selecionados. Analisadas as questões políticas e diplomáticas, passemos aos aspectos econômicos.

4.3. ASPECTOS ECONÔMICOS E PADRÕES DE INSERÇÃO INTERNACIONAL

Do ponto de vista econômico, a diferença entre as regiões é também significativa, embora em números absolutos todos os países da América Latina registrem intensificação das relações com a China. As importações da RPC desde países latino-americanos são muito mais concentradas na região sul-americana. Em 2008 chegaram a representar cerca de 90% do total importado pela América Latina e Caribe. Em 2013 essa cifra registrou ligeira queda representando cerca de 87%, ao passo que Caribe contribuiu com menos de 1% e América Central com cerca de 12,5% das exportações da região para China. Com respeito as exportações chinesas para a região, América do Sul foi, em 2002, o destino de cerca de 41%, América Central 50% e Caribe 8% delas. A tendência nos últimos anos foi de maior concentração das exportações para América do Sul, que passou a comprar, no ano de 2013, 63% das exportações chinesas para América Latina e Caribe, enquanto América Central reduziu sua participação para 33,5% e Caribe para 3,5% (UNCOMTRADE, 2014).

Se do ponto de vista político e diplomático a proximidade com os Estados Unidos e a questão de Taiwan é importante, do ponto de vista econômico o tamanho das economias sul-americanas, evidentemente, ajuda a explicar a maior intensidade verificada. Assim, outra perspectiva a se ter em conta é que a penetração chinesa no mercado latino-americano se concentrou muito mais na região sul-americana. Ao tomarmos a região como um todo é possível afirmar que houve um deslocamento da posição dos Estados Unidos como grande parceiro

¹⁰⁵ Tradução do autor para: Along with the partnership boom, China has institutionalized its relations with many important players in the world. New bilateral mechanisms have been designed to strengthen mutual trust and achieve the purposes of the strategic partnerships, in particular regional stability and economic development. For economic affairs, committees or dialogues have been developed with nearly every strategic partner. For political and military affairs, hotlines and strategic dialogues are the most common mechanisms. For social and cultural matters, festivals, education exchanges or track-two conferences have been conducted, among other initiatives.

comercial dos países da América Latina. No entanto, ao se dividir a região, nota-se que a presença chinesa é maior em números absolutos e relativos na América do Sul que no Caribe e América Central, sendo que nestas duas regiões os laços comerciais com os Estados Unidos se mantêm mais fortes.

A mudança mais significativa, contudo, foi a ascensão chinesa e o declínio norte-americano. As exportações chinesas à América Latina registraram expressivo crescimento, saltando de uma posição de menos de 1% em 1990 para algo em torno de 12% em 2010. Enquanto isto, a participação relativa das exportações dos E.U.A à região declinou 11,4%, caindo de 42,9% para 31,5% (PEDROZO, SILVA e PIRES, 2012).

Outros indicadores econômicos seguem a mesma tendência. Para o caso dos IED, no entanto, são necessárias algumas observações. Quando se utiliza os dados fornecidos pelo NBS, é possível verificar que grande parte dos IED chineses realizados na região foram destinados ao Caribe. Concentram-se, com larga margem, nas Ilhas Cayman e nas Ilhas Virgens Britânicas. Ao final do ano de 2013, por exemplo, de acordo com os dados do NBS, cerca de 88% (US\$76 bilhões) do estoque de IED chinês acumulado na região latino-americana, estavam nos referidos paraísos fiscais. Frente à dificuldade de obtenção de dados mais detalhados sobre os IED chineses, a *American Enterprise Institute* realiza, desde 2005, um levantamento dos grandes investimentos chineses. Para isso, o instituto realiza um acompanhamento sistemático dos investimentos anunciados e aqueles que são efetivamente realizados. Fica bastante claro que o maior volume de investimentos é destinado à região sul-americana, seja do ponto de vista do valor, seja do ponto de vista da quantidade de projetos. Outra característica que nos chama a atenção é que os investimentos se concentram naqueles países que possuem parcerias estratégicas mais complexas com a China. Além disso, dentre eles, nos anos mais recentes, apenas o Peru é um dos membros da Aliança do Pacífico.

Tabela 12 IED chineses na América Latina por país, 2005-2016* (US\$ milhões)

País	Valor	N. de projetos
Brasil	39100	45
Venezuela	23010	23
Argentina	21270	15
Peru	18170	11
Equador	13320	16
Cuba	5100	3
Chile	2650	3
Trinidad-Tobago	2320	6
Colômbia	1910	4

México	1520	5
Bolívia	1500	6
Jamaica	1320	4
Antígua e Barbuda	1000	2
Guiana	920	4
Costa Rica	710	2
Guatemala	700	1
Nicarágua	530	2
Honduras	350	1
Bahamas	350	2
Haiti	240	1
Panamá	140	1

Fonte: (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE, 2016)

* consideram-se os IED realizados até março de 2016.

Assim como os IED, os empréstimos chineses destinados à região latino-americana concentram-se na América do Sul, em particular naqueles países que possuem níveis mais altos de Parceria Estratégica. Em relação às características dos tomadores de empréstimos, também é necessário salientar que Venezuela, Argentina e Equador podem ser considerados países com dificuldades de acesso ao mercado financeiro por conta de suas classificações negativas. Podemos sugerir que há, por parte da China, maior aceitação de risco em suas transações seja do ponto de vista dos investimentos estrangeiros, seja do ponto de vista dos empréstimos e financiamentos. Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, isso se deve à característica política atribuída à atuação econômica. Sobre os empréstimos e financiamentos, basta mencionar que, independente do país da região considerado, todos foram oriundos de duas instituições chinesas: o Banco de Desenvolvimento da China e o Ex-Im Bank. Essas duas instituições são duas das principais responsáveis pela concessão investimentos patrocinados pelo governo.

Tabela 13 Empréstimos concedidos pela China à América Latina, por país e instituição de origem 2005-2015 (US\$ milhões)

País	Valor	N. de empréstimos
Venezuela	65.000	17
Brasil	21.800	8
Argentina	15.300	8
Equador	15.200	11
Trinidad e Tobago	2.600	2
Bolívia	1.600	6
Jamaica	1.500	9
México	1.000	1
Costa Rica	395	1

Barbados	170	1
Guiana	130	1
Bahamas	99	1
Peru	50	1

Origem	Valor	N. de empréstimos
CDB*	100.600	37
Ex-Im Bank	24.100	31

Fonte: (GALLAGHER e MYERS, 2016)

* Banco de Desenvolvimento da China

Mesmo entre as economias sul-americanas não se pode dizer que os impactos da ascensão chinesa e as possibilidades de cooperação sejam idênticas. A seguir buscamos demonstrar alguns elementos que possam diferenciar o caráter das relações. Dentre os países sul-americanos, Chile e Equador possuem Parcerias Estratégicas estabelecidas. Argentina, Brasil, Peru e Equador assinaram recentemente Parcerias Estratégicas Integrais. Embora a presença de PE não seja determinante da profundidade das relações, elas são importantes como ponto de partida para diversificação dos canais de diálogo, como procuramos demonstrar.

Tabela 14 Exportações e importações de países sul-americanos: participação da China em relação ao total exportado, 2013 (1.000 USD)

Economia	Exportações			Economia	Importações		
	China	%	Mundo		China	%	Mundo
Chile	19219034	24,84	77367263	Paraguai	3434089	28,28	12142040
Brasil	46026153	19,01	242178054	Chile	15701718	19,72	79616353
Peru	7342588	17,54	41871689	Peru	8398555	19,37	43357295
Venezuela	12543162	14,32	87587734	Colômbia	10362788	17,45	59381197
Uruguai	1291008	14,24	9065754	Uruguai	1965195	16,88	11642380
Colômbia	5102171	8,67	58821870	Equador	4508391	16,66	27064499
Argentina	5510627	7,19	76633914	Brasil	37302150	15,57	2,4E+08
Bolívia	316557	2,59	12207463	Argentina	11312453	15,36	73655454
Equador	568770	2,28	24957644	Venezuela	6119170	11,44	53500000
Guiana	15792	1,15	1375900	Bolívia	920507,7	9,86	9337749
Suriname	18398	0,77	2394467	Guiana	159538,6	9,16	1740954
Paraguai	64362	0,68	9432252	Suriname	145364,8	6,69	2173700

Fonte: UNCTADStat, elaborada pelo autor

Do ponto de vista comercial, podemos notar algumas questões. O Chile é o país com maior concentração das exportações destinadas à China. É curioso notar que, embora o Brasil não tenha um tratado de livre comércio, como aquele assinado pelo Chile, também registra alta dependência das exportações destinadas à China. Em relação às importações sul-americanas

podemos notar algumas diferenças. À exceção do Paraguai, os dois países que têm maior concentração das importações oriundas da China têm tratados de livre-comércio assinados. A Colômbia, que apresenta cerca de 17% de suas importações oriundas da China, também estuda assinar um tratado de livre comércio¹⁰⁶ (Tabela 14). Dois fatores podem ajudar a explicar essas tendências: a distinta estrutura econômica dos países sul-americanos e as diferentes proposta de inserção internacional.

Em relação às propostas de inserção econômica internacional, nos anos mais recentes, o ponto mais relevante talvez sejam os tratados de livre-comércio. Na América do Sul podemos identificar dois padrões distintos para essa variável (PONTES, 2012; MELLO, 2014). Um deles está identificado com a Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Peru, além do México), cujos integrantes adotam postura mais liberal e possuem a política de busca de tratados de livre-comércio como tônica de inserção econômica internacional. Duas questões chamam a atenção no Acordo Marco de fundação da Aliança do Pacífico. Em primeiro lugar, o grupo está aberto à adesão de novos membros, desde que os postulantes tenham assinados tratados de livre-comércio com todos os demais Estados-membros. Em segundo lugar, há um claro direcionamento para a região Ásia-Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012). É interessante notar que, para participar como Estado Observador, é necessário ter firmados tratados de livre-comércio ao menos com metade dos Estados-membros. Embora grande parte deles se encontre na região da América Central e Caribe e Ásia, outros tantos se localizam na Europa e Oriente Médio. São ao todo 49 Estados Observadores, o que demonstra a clara intenção de estabelecimento de tratados de livre-comércio como política comercial dos países do grupo¹⁰⁷.

O outro padrão está relacionado com o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela). Embora na década de 1990 o Mercosul tenha se fiado às ideias do regionalismo aberto, na década de 2000 os governos que foram eleitos na região tinham perspectiva distinta sobre o papel do Estado e do mercado na promoção do desenvolvimento. A eleição de Hugo Chaves na Venezuela marcou o início da virada. Depois os governos de Kirchner na Argentina, Lula da Silva no Brasil e Tabaré Vasquez no Uruguai continuaram o processo. Não é necessário questionar o sucesso ou demérito do bloco. Para os nossos objetivos basta assinalar que os

¹⁰⁶ Em 2012, na ocasião em que o Juan Manuel Santos visitou a China, foram firmados uma série de acordos de cooperação, entre eles, um memorando de entendimento sobre a criação de um grupo para estudar a criação de um tratado de livre-comércio. A assinatura do TLC é apoiada por entidades patronais, como a Associação Nacional de Empresários da Colômbia e a Sociedade de Agricultores da Colômbia. Informações disponíveis em: <http://www.elespectador.com/noticias/politica/colombia-y-china-firmaron-nueve-acuerdos-de-cooperacion-articulo-344845>.

¹⁰⁷ Informações disponíveis em: <https://alianzapacifico.net/paises/#paises-observadores>.

governos identificados com o bloco tinham uma postura bastante diferente dos países da Aliança do Pacífico no que se refere às possibilidades de inserção internacional.

De alguma maneira essas posturas estão identificadas com a própria estrutura econômica dos países que integram os dois blocos. O histórico de diferentes condições e políticas econômicas desde o século passado, como salientamos anteriormente, trouxe resultados diferentes para a atual estrutura dos países aqui tratados. México e países da América Central possuem maior participação das manufaturas na adição total de valor (média de 17% para o ano de 2013). Isso mostra, em partes, a estratégia de absorção das indústrias montadoras de produtos destinados aos Estados Unidos. O aumento da concorrência chinesa nesses setores na década de 2000 contribuiu para que houvesse redução relativa.

Chile e Peru apresentam números bastante similares entre si, embora seja possível identificar que a opção chilena por uma inserção econômica internacional baseada na especialização produtiva remonte à década de 1970, mas se intensificou nos anos mais recentes. A composição do Produto medido pelo valor agregado indica esta tendência. A “indústria” registrou, nos últimos anos, participação em torno de 36% a 40% na composição do PIB. No auge da demanda chinesa, antes da crise de 2008 e do alto preço das *commodities*, a indústria chilena registrou participação de 44% e a peruana 40% no valor adicionado, sendo que cerca de 25% e 17% correspondiam a “mineração e utilidades”, respectivamente. Com a retração da demanda chinesa e a conseqüente redução dos preços das *commodities* a participação destes setores na composição do PIB destes países foi reduzida novamente.

Argentina e Brasil, duas economias com diversificado parque industrial na região sul-americana vêm passando por um processo de reprimarização da economia. As opções de equilíbrio macroeconômico calcado na paridade com o dólar na década de 1990 explicam uma parte deste processo. Para o caso argentino os problemas relacionados às crises cambiais acentuaram as condições ruins para desenvolvimento industrial. Em ambos os casos, contudo, o aumento da presença chinesa na região sul-americana e em terceiros mercados trouxe maior competição para os produtos industrializados destes dois países. Além disso, a pressão exercida pelo aumento do preço das *commodities* na valorização cambial pode ter contribuído para a redução da competitividade do setor de manufaturas.

4.4.POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE CHINA, BRASIL E CHILE

Feito este recorte inicial, buscou-se selecionar países: 1) que possuem pareceria estratégica estabelecida com a China; 2) que possuem relações comerciais significativas com

China; 3) que possuem estruturas econômicas distintas e, conseqüentemente, sofrem diferentes impactos da ascensão chinesa; 4) que possuem propostas de inserção internacional com objetivos distintos nos últimos anos. Dessa maneira esperamos poder demonstrar diferenças, se houver, entre as possibilidades efetivas de cooperação, em que se levam em conta os objetivos distintos de cada país, além de um mero determinismo estrutural que, não obstante as expectativas criadas, reproduziria uma relação perversa para os países sul-americanos. Diante dessas constatações selecionamos os casos do Brasil e do Chile para análise mais detida. Nesta seção buscamos aprofundar a análise das relações entre a China e Brasil e Chile em seus aspectos técnicos e econômicos.

4.4.1. Acordos bilaterais

Em primeiro lugar, buscamos analisar as principais iniciativas bilaterais relativas aos países em questão. Buscamos, pois, identificar se existem setores priorizados na institucionalização das relações. Além disso, procuramos identificar se o possível aprofundamento e diversificação das relações guardam relação com o estabelecimento das parcerias estratégicas chinesas, consideradas um meio importante de ampliação do diálogo e concertação de interesses. A análise da institucionalização das relações nos serviu como elemento de comparação com as variáveis econômicas importantes para o desenvolvimento, tal como identificadas no capítulo 2. Em relação ao espectro temporal, priorizamos as iniciativas levadas adiante após o ano 2000, por considerarmos que este período inclui tanto a alteração do regime em favor da promoção de iniciativas de CSS na conjuntura internacional, quanto as iniciativas chinesas mais incisivas em direção ao mundo em desenvolvimento no âmbito do Novo Conceito de Segurança. Contudo, para que possamos compreender melhor as características das relações bilaterais, algumas iniciativas anteriores foram consideradas.

O estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais entre o Brasil e a República Popular da China se deu no ano de 1974¹⁰⁸. Da parte do Brasil, o governo militar de Geisel permitiu-se aproximar-se da China sob o viés do pragmatismo responsável que caracterizou sua política externa. Nesse período, a visão de ambos os países convergia sobre a questão do

¹⁰⁸ Anteriormente, no início da década de 1960, registraram-se alguns eventos. Em 1961, João Goulart, na condição de vice-presidente realizou uma visita com caráter de missão comercial à China. Vale ressaltar que, além do caráter comercial, da parte de João Goulart existia a percepção da necessidade de aproximação com os países da África e da Ásia, no contexto de construção do diálogo do Terceiro Mundo. Em decorrência da visita, em 1962, foi assinado um acordo de comércio entre os dois países. O acordo entrou em vigor em março de 1964. Contudo, após o golpe civil-militar, as relações foram interrompidas. Para mais informações sobre este período ver: (OLIVEIRA, 2004). Uma lista completa dos acordos estabelecidos pode ser verificada no Anexo 1.

Tratado de Não-Proliferação Nuclear, sobre o subdesenvolvimento como problema a ser enfrentado pelo Terceiro Mundo e sobre a necessidade de instituição da Nova Ordem Econômica Internacional (LEITE, 2011). Havia, no entanto, alguma oposição ideológica no interior do governo militar brasileiro, que impedia o pragmatismo responsável de Geisel de avançar nas relações com o governo comunista chinês. Frente a esse contexto, os avanços concretos eram predominantemente comerciais (BIATO JUNIOR, 2010).

Ainda na década de 1970, foi assinado um acordo comercial em que foram identificados setores e produtos a terem exportação estimulada. Da parte do Brasil, elencava-se como prioritário: frutos, óleo de soja, açúcar, cacau, alimentos processados, tabaco, minério de ferro e ferro processado, produtos químicos de baixa complexidade, borracha e pneus, couro, madeira, papéis, têxteis, trilhos de trem e estruturas tubulares, arames e derivados, máquinas e equipamentos para indústria leve e de transporte. Da parte da China, os setores priorizados foram: alimentos como arroz, trigo, pescados, chás e especiarias, têxteis, artigos da indústria leve como calçados, eletrônicos e brinquedos, artesanatos, produtos sanitários e farmacêuticos, metais e minerais, químicos, maquinários e equipamentos de transporte. Como fruto de uma primeira aproximação mais incisiva, era claro que as pautas refletiam o contexto de cada país. Percebe-se que as prioridades refletiam os setores caros ao desenvolvimento de cada país na década de 1970 e 1980, como os equipamentos, insumos industriais básicos e, da parte da China, produtos eletrônicos simples e brinquedos, por exemplo.

A década de 1980 se mostrou mais profícua para aprofundamento das relações, em grande medida pelo avanço do processo de reforma e abertura do país asiático. Em 1982 foi assinado importante acordo em matéria de cooperação científico-tecnológica¹⁰⁹. Esse acordo foi a base para assinatura, a partir de 1984, de uma série de outros ajustes complementares que buscavam detalhar os instrumentos de cooperação em setores mais específicos. Os instrumentos elencados referiam-se a intercâmbio de informações sobre patentes, licenças, emissão de listas de tecnologias disponíveis, transferência de tecnologia, investimento, prestação de serviços, criação de comissões mistas para avaliar o andamento de projetos mediante indicação de especialistas e criação de programas para pesquisa e desenvolvimento conjunto de novas tecnologias industriais. As áreas abarcadas pelos ajustes complementares foram: usos pacíficos da energia nuclear, siderurgia, energia elétrica e hidrelétrica, tecnologia industrial, geociências e a produção conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto.

¹⁰⁹ O acordo de 1982 é o texto base que consta na lista de acordos que hoje são gerenciados pela CGPD (Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento) da Agência Brasileira de Cooperação.

No início da década de 1990, a China se viu novamente em uma situação de isolamento no contexto internacional, por conta das sanções relativas ao episódio da Praça da Paz Celestial. Foi nesse contexto que se estabeleceu uma parceria estratégica entre Brasil e China. Como já foi sugerido aqui, o instrumento da parceria estratégica, tal como utilizado pela diplomacia chinesa, costuma ser a base para ampliação de canais de diálogo e impulsionar novas iniciativas. Entre 1993 e 1994, 17 acordos foram firmados. A temática dos acordos versou sobre cooperação em setores de biotecnologia aplicada à agricultura, minas e energia, acordos para alavancar o programa CBERS¹¹⁰, cooperação em educação e cooperação no setor hidrelétrico, entre os quais estava a indicação da participação brasileira no projeto da usina de três gargantas na China. Apesar da exitosa continuidade do programa CBERS, os acordos não seguiram a mesma intensidade até o final do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A chegada ao poder do governo do Partido dos Trabalhadores, com Lula da Silva, alterou o caráter das relações bilaterais sino-brasileiras e deu novo fôlego à aproximação. No que tange a política externa brasileira, Lula chegava à presidência do executivo enfatizando a necessidade de se buscar novos relacionamentos com o que chamou de “grandes nações em desenvolvimento”, dentre elas a China¹¹¹. Em 2004, Lula chefiou uma delegação brasileira composta por 7 ministros, 11 parlamentares e cerca de 420 empresários em visita à China. Na ocasião, conforme apontado pelo comunicado conjunto resultante do encontro entre o presidente brasileiro e Hu Jintao, foram discutidos temas como a tentativa brasileira de aceder ao Conselho Permanente de Segurança da ONU, o papel do G20 comercial, o apoio brasileiro à Comissão de Direitos Humanos em Genebra, apoio brasileiro à participação da China como observadora na Organização dos Estados Americanos e como membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, apoio ao Brasil para participação no Banco Asiático de desenvolvimento, entre outros assuntos. A visita ainda rendeu uma série de acordos e entendimentos. Por conta da visita da delegação de empresários, foi criado o Conselho Empresarial Brasil-China. Publicou-se um memorando de entendimento em matéria de

¹¹⁰ Após uma série de acordos entre ambas as partes, representadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial e pela Academia Chinesa de Tecnologia Espacial, o primeiro satélite foi lançado no ano de 1999. Outros lançamentos ocorreram nos anos de 2003, 2007, 2013 e 2014. Todos partiram da base de lançamentos de Taiyuan, na China. Inicialmente cabia à parte chinesa arcar com 70% dos custos relativos ao projeto, e à parte brasileira 30%. Posteriormente, a divisão de custos foi revista para 50% para cada lado, numa tentativa do governo brasileiro de alavancar a iniciativa. Para mais informações sobre as indisposições relativas ao financiamento do projeto ver Biato Jr. (2010, p. 74). Os satélites são utilizados para captar imagens utilizadas em projetos ligados ao meio ambiente e recursos naturais. Para mais informações ver: <http://www.cbears.inpe.br/index.php>.

¹¹¹ Conforme citado em discurso de posse proferido em 01 jan. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>.

cooperação hidroferroviária, e outros sobre questões técnicas relativas a fármacos e matéria fitossanitária. Contudo, o principal documento resultante da visita foi o memorando para criação da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação).

A COSBAN aglutinou alguns espaços de discussão sobre temas de interesse entre Brasil e China que já ocorriam mediante comissões mistas, mas deu novo significado a elas, elevando sua importância. Desde a sua criação já foram realizadas quatro reuniões: 2006, 2012, 2013 e 2015, respectivamente em Pequim, Brasília, Cantão e Brasília novamente. Diferente de alguns documentos anteriores à COSBAN, as atas resultantes dos encontros são bastante detalhadas e contam com as considerações promovidas pelas diversas subcomissões e grupos de trabalho e que compõem a COSBAN. Ao todo são 11 subcomissões: Econômico-Financeiro, Inspeção e Quarentena, Educacional, Política, Cooperação Espacial, Econômico Comercial, Agricultura, Cultural, Ciência e Tecnologia, Energia e Mineração e Indústria e Tecnologia da Informação. Os Grupos de Trabalho são distribuídos em: investimentos, propriedade intelectual, questões aduaneiras e esportes. Cabe ressaltar que, além dos quadros técnicos do governo e dos representantes políticos, também compõem os grupos e subcomissões entidades do setor privado de ambos os países. Se, por um lado, do ponto de vista brasileiro, a iniciativa de criação da COSBAN pode ser associada à vontade política do governo petista, por outro lado, a literatura sobre cooperação internacional indica que a penetração das atividades nos demais setores da sociedade contribui para a sua continuidade.

Como resultado dos entendimentos em torno da COSBAN foram publicados o Plano de Ação Conjunta em 2010, o Plano Decenal de Cooperação em 2012, e um novo Plano de Ação Conjunta em 2014, que atualizou seu antecessor. Em comum, todos os documentos apresentam crescente complexidade e detalhamento nas propostas. A ênfase na questão do Sul Global, na necessidade de cooperação para reforma do sistema financeiro internacional, inclusive com ampliação da participação em instituições regionais de financiamento, fortalecimento dos grupos G20, BRICS fazem parte do arcabouço político mais geral. Chama a atenção a diversificação das atividades relacionadas à cooperação técnica e inovação tecnológica. Nesse sentido, são estabelecidos termos palpáveis de cooperação e são elegidas empresas e entidades governamentais que levarão adiante os projetos de pesquisa. Os temas são: energia renovável, nanotecnologia, ciências agrárias, clima espacial, cidades inteligentes, computação em nuvem, plataformas para cooperação em inovação. Entre as empresas e entidades envolvidas podemos destacar a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a Academia Chinesa de Ciências Agrárias, Huawei, ZTE Corporation, além de algumas universidades brasileiras e chinesas.

Em relação ao Chile, podemos marcar quatro fases distintas relacionadas diretamente com as características político-ideológicas de seus governos. Na primeira fase, as relações diplomáticas entre a República Popular da China e o Chile foram estabelecidas no ano de 1971. Na época, foi um esforço de aproximação empreendido pelo Governo socialista de Salvador Allende e prontamente aceito pela China, que envidava esforços na disputa com a influência soviética. Matta (1991), no entanto, afirma que as relações não tiveram avanço por conta da proximidade que o governo Allende mantinha com Havana e Moscou, o que gerava alguma desconfiança por parte dos chineses. Nesse período, foram assinados três atos internacionais bilaterais: um convênio comercial, um convênio sobre cooperação econômica e tecnológica e um acordo sobre empréstimos comerciais. Como resultado desses acordos, o Chile exportou produtos relacionados à cadeia produtiva do cobre, e importou plantas industriais completas sob a tutela da *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN) e da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO). Essa aproximação confirmava a proposta chinesa de se aproximar do Terceiro Mundo por meio de cooperação comercial e técnica, para além da concessão de créditos característica do regime de ajuda do Norte naquele período. A interrupção do governo da Unidad Popular findou essa curta primeira fase de aproximação e iniciou a segunda etapa das relações Chile-China.

A tomada do poder pela junta militar liderada pelo General Pinochet, ao contrário do se supunha na época, conservou e aprofundou as relações com China socialista. A China foi um dos poucos países socialistas que mantiveram as relações com o Chile de Pinochet. A lógica por parte da China mantinha-se na questão do isolamento de Moscou. Da parte do Chile já havia, nessa época, a intenção de utilizar a bacia do Pacífico como área de expansão geopolítica de seus interesses. O ponto alto das relações nessa primeira fase da junta militar foi a liberação, no ano de 1977, do crédito que os chineses haviam prometido ainda no governo de Allende no valor de 62 milhões de dólares¹¹². Com o processo de reforma e abertura da China, a partir de 1978, houve espaço para aprofundar as relações (ARANDA, 2011).

É importante ressaltar que desde essa época as conversações entre as partes concentravam-se nos aspectos comerciais e, se tomamos o caso brasileiro como comparação, as relações foram muito menos institucionalizadas. Contudo, é importante destacar também as conversações no âmbito das recorrentes Comissões Mistas. Em 1983, discutiu-se a questão dos meios de transporte e a possibilidade de cooperação científica e tecnológica. Em 1984, com

¹¹² Disponível em: http://elpais.com/diario/1977/08/16/internacional/240530424_850215.html.

participação ativa da SOFOFA (Sociedade de Fomento Fabril)¹¹³ discutiu-se a aquisição de centrais hidrelétricas chinesas com participação de técnicos chineses em sua possível implantação. Em 1985 iniciou-se as conversações para implantação de uma *joint venture* entre a Codelco e Madelco e mais uma empresa chinesa que resultou no primeiro empreendimento latino-americano deste tipo na China, já no ano de 1989. Outro ponto de destaque nas relações bilaterais foi o apoio do Chile à participação da China em pesquisas na região da Antártica. Desde o início dos anos 1980 o Chile permitiu a participação de pesquisadores chineses em pesquisas realizadas no continente branco para temas de meteorologia e recursos renováveis.

A eleição de Patricio Alwyn marcou o fim do governo militar de Pinochet e o início da alternância de governos entre os partidos da Concertación¹¹⁴. Apesar da assunção da postura de centro-esquerda no espectro político-ideológico, uma análise crítica desses governos permite dizer que o desenvolvimento com equidade e o regionalismo aberto, ambas ideias inspiradas no neoestruturalismo de CEPAL, por sinal, trouxeram problemas sensíveis para o Chile. Para Monardes (2010, p. 149), “*la continuidad de la economía primaria impulsada por los gobiernos de la Concertación no resulta de determinantes económicos, como la pobreza en materias primas, la falta de capitales, la imposibilidad de transferencias tecnológicas y la falta de recursos humanos-, sino de una decisión política y estratégica, adoptada por su elite dirigente*”. Do ponto de vista da inserção internacional, em outras palavras, os governos da *Concertación* não alteraram a opção dos *Chicago boys* pela integração irrestrita aos mercados internacionais, e de alguma maneira a opção pela região Ásia-Pacífico, que, já na década de 1990, adquiria caráter ainda mais proeminente como espaço de acumulação mundial (MAYOL e AHUMADA, 2014, p. 70).

Entre 1990 e 2005 pode-se verificar uma terceira fase das relações Chile-China. O modelo exportador chinês e sua consequente necessidade cada vez maior por matérias-primas e a opção chilena pelo regionalismo aberto e aquilo que Monardes (2010) chamou de uma economia sem projeto industrial, ajudam a explicar o avanço das relações nesse período. O autor, mediante acompanhamento dos discursos presidências para assuntos econômicos observou que os governos da *Concertación*, em grande medida, enfatizavam a necessidade de promover inovação, mas em setores que o Chile tinha já alguma capacidade produtiva e pudesse

¹¹³ A SOFOFA reúne a maior parte das indústrias e entidades patronais do Chile.

¹¹⁴ Em oposição ao governo militar de Pinochet, os Partidos se organizaram em torno da “*Concertación de Partidos por la Democracia*”. Desde 1990 apenas o governo de Sebastián Piñera, entre 2010 e 2014, originou-se de uma aliança de oposição à *Concertación*. Patricio Alwyn e Ruiz Tagle governaram ao longo dos anos 1990 pelo partido *Democracia Cristiana*. Na década de 2000, governaram Ricardo Lagos pelo *Partido por la Democracia* e Michelle Bachelet pelo *Partido Socialista*. Bachelet retornou à presidência após o governo de Piñera.

evidenciar alguma vantagem comparativa. Daí a ênfase na inovação, mas em setores que estavam diretamente vinculados ao cobre, ao setor florestal e à agricultura de maneira geral¹¹⁵.

Os acordos firmados com a China nos 15 anos que precederam a assinatura do TLC, e que foram além das questões comerciais priorizaram a cooperação técnica nesses setores identificados como potenciais pelas lideranças chilenas. Para as questões agrícolas existem uma série de tratados e acordos. É com a China que o Chile tem mais acordos nesse quesito. Eles se concentram em entendimentos técnicos para comércio de carne, frutas e vinhos¹¹⁶. Além desses, destacam-se outros acordos firmados nessa fase das relações: o acordo para cooperação florestal, que buscou promover pesquisas conjuntas no trato da produção e comércio de madeira e seus derivados, e a experiência mais avançada em matéria de cooperação científica e tecnológica que é a instalação de uma granja experimental para pesquisas conjuntas no nordeste chinês. Entre 2004 e 2005 houve avanço em negociações relacionadas ao setor mineiro com a criação de uma Comissão Mista para a matéria e o anúncio da exploração conjunta do cobre chileno, que resultou num aporte de 550 milhões de dólares endereçados à CODELCO¹¹⁷.

A quarta e última fase das relações China-Chile é marcada pela assinatura do tratado de livre-comércio entre as partes, no ano de 2005, na ocasião da Cúpula de líderes integrantes da APEC. Quando de sua assinatura, o TLC foi previsto para ocorrer em três etapas gerais: o livre comércio de bens, o acordo suplementar de serviços, assinado em 2008 e em vigência desde 2010, e o acordo suplementar de investimentos, assinado em 2012 e em vigência desde 2014. O acordo sobre a liberalização das tarifas para bens foi realizado também em três etapas. Mais de 90% dos produtos comercializados tiveram eliminação das taxas alfandegárias imediata (Ano 1), e as demais receberam prazo de 5 anos (ano 2) e 10 anos (ano 3). Ainda, alguns produtos, por serem considerados sensíveis para suas economias foram deixados de fora

¹¹⁵ Monardes (2010, p. 149) destaca o seguinte trecho das Bases Programáticas do governo de Alwyn: “O progresso industrial deve estar ligado a exploração de matérias-primas, na medida em que a economia deve funcionar e projetar-se com base nas vantagens comparativas (naturais) que se encontram em setores tais como a mineração, a pesca, florestal, a produção de hortifrúti e em um conjunto de atividades relacionadas a eles”.

¹¹⁶ Disponível em: http://www.odepa.cl/wp-content/files_mf/1406660570AcuerdosConveniosyMemor%C3%A1ndumsdeCooperaci%C3%B3n.pdf

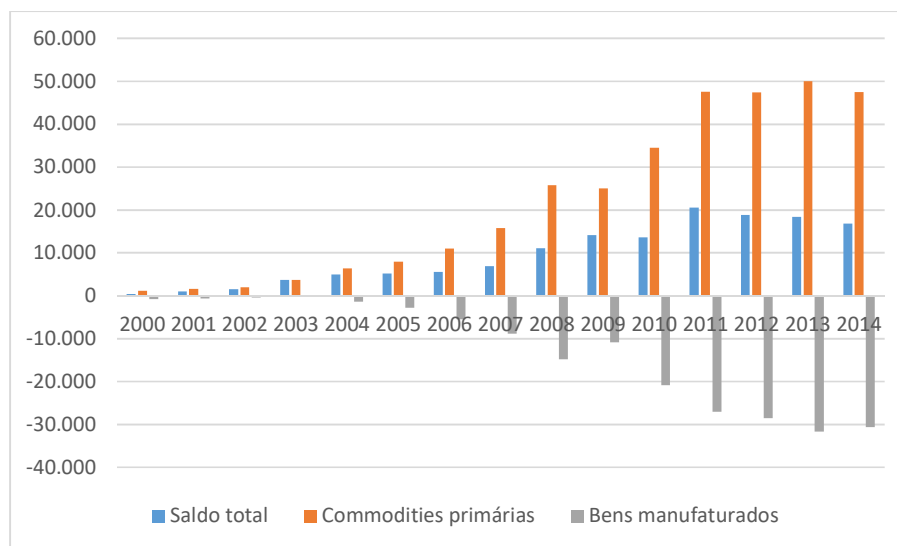
¹¹⁷ Disponível em: <http://www.cooperativa.cl/noticias/economia/materias-primas/cobre/chile-y-china-firmaron-alianza-estrategica-para-explotar-cobre/2005-05-31/085842.html> .

do acordo. Foram deixados de fora 152 itens como farinha de trigo, açúcar, produtos metalúrgicos e da linha branca e alguns segmentos de têxteis e confecções¹¹⁸.

4.4.2. Comércio internacional

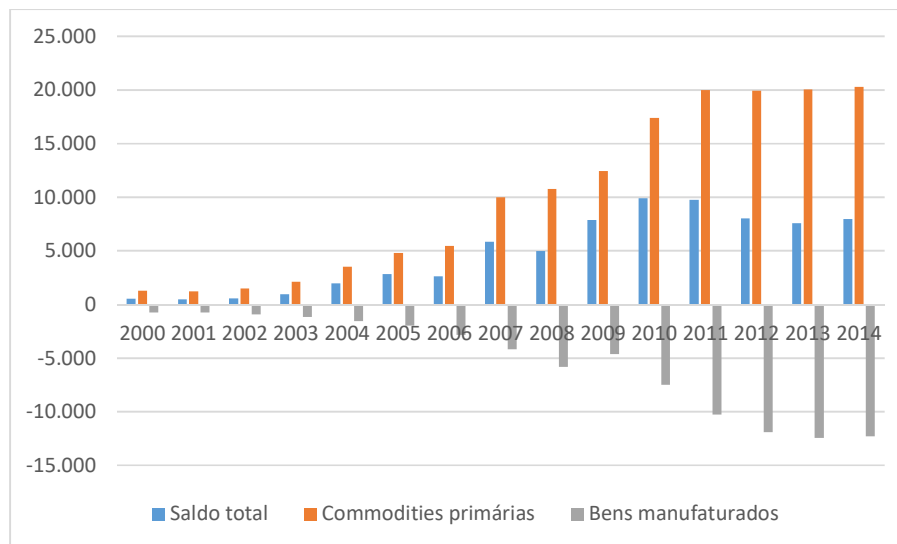
Como elemento de maior impacto da aproximação entre a China e os países da região sul-americana, o intercâmbio comercial já foi exaustivamente analisado em diversos trabalhos precedentes. Em geral, aponta-se que há grande especialização das pautas de exportação dos países sul-americanos em direção à China, enquanto as importações desde o país asiático tornam-se mais diversificadas e têm, a cada vez mais, maior peso de produtos de alto valor agregado. Como consequência, a especialização na exportação de produtos como minério de ferro, soja, hidrocarbonetos e cobre, por exemplo, faz com que os impactos ambientais sejam maiores e a geração de emprego reduzida, quando se compara com o comércio registrado com outras regiões (BARRAL e PERRONE, 2007; CEPAL, 2015). Por outro lado, não se pode negar que a alta demanda chinesa pelas *commodities* sul-americanas tenha gerado impactos significativos no balanço de pagamentos dos países da região. Embora esses sejam dados amplamente divulgados, algumas considerações precisam ser feitas. Nesta seção buscamos atualizar alguns dados que nos servem de subsídio para identificar que tipo de influência a China trouxe para os países da região. Além disso buscamos salientar quais são as características mais marcantes do intercâmbio comercial, se o padrão de especialização que se construiu ao longo da primeira década do século XXI se mantém ou se existem tendências de alteração, haja vista a chamada nova normalidade do desenvolvimento econômico chinês.

¹¹⁸ As listas de produtos e seus respectivos anos de eliminação tarifária podem ser acessadas nos seguintes endereços: <https://www.direcon.gob.cl/wp-content/uploads/2010/04/Lista-de-Chile-Opt.pdf> e http://www.sice.oas.org/TPD/CHL_CHN/Studies/TLC2006_s.pdf.

Figura 22 Balança comercial Brasil-China, 2000-2014, milhões de dólares

Fonte: UNCTAD. Elaborado pelo autor
 Commodities primárias: (SITC 0 + 1 + 2 + 3 + 4 + 68 + 667 + 971)
 Bens manufaturados: (SITC 5 a 8 exc. 667 e 68)

O desenho dos gráficos para o Brasil e para o Chile são bastante similares (Figura 22 e Figura 23). Como esperado, na primeira década de 2000 a demanda chinesa por produtos primários cresceu em uma velocidade maior que a demanda dos países sul-americanos por produtos industrializados chineses. O resultado mais visível foram os grandes superávits que caracterizaram o período. Outro fator importante demonstrado nesses gráficos pode ser verificado a partir da crise de 2008. Para o caso do Brasil, a crise significou uma queda da demanda chinesa por *commodities*. De maneira geral, junto a outros resultados piores, houve também menor demanda pelos produtos industrializados chineses. Para o caso do Chile, a crise de 2008 apenas gerou um arrefecimento do crescimento das exportações de *commodities*. Para os dois casos, logo em 2010, após os efeitos do *quantitative easing* chinês, a demanda por *commodities* voltou a crescer de maneira significativa. Com o esgotamento das medidas anti-crise e o processo de ajustamento da economia chinesa, no entanto, os saldos gerados pela venda de *commodities* ao país asiático estagnou. Isso demonstra a grande influência da economia chinesa nos países da região, em particular para o caso de Brasil e Chile, que têm na China o maior mercado atual para os produtos exportados. Contudo, é a exportação de *commodities* primárias que ainda mantém o saldo superavitário do comércio do Brasil e Chile com a China.

Figura 23 Balança Comercial Chile-China, 2000-2014, milhões de dólares

Fonte: UNCTAD. Elaborado pelo autor
 Commodities primárias: (SITC 0 + 1 + 2 + 3 + 4 + 68 + 667+ 971)
 Bens manufaturados: (SITC 5 a 8 exc. 667 e 68)

Poderíamos, assim, nos questionar se a padrão verificado no comércio com a China é apenas uma extensão do padrão de comércio do país em análise. Ou seja, o comércio apresenta determinado padrão porque, de fato, é o que a economia em análise tem a oferecer e não importa qual seja o parceiro comercial? Se objetivo último é diferenciar o que se espera do comércio Norte-Sul e Sul-Sul, é interessante comparar esses dados com outros parceiros comerciais tradicionais. Como indicamos, uma diferenciação possível entre um comércio característico das relações Norte-Sul ou Sul-Sul pode ser feita pela mensuração da existência de padrões de comércio intra-industrial ou interindustrial. Existem algumas maneiras de se analisar se o comércio é interindustrial ou intra-indústria. O índice Grubel-Lloyd (GL) é uma delas¹¹⁹.

A CEPAL fornece uma ferramenta (SIGCI – Sistema interativo gráfico de tendências da economia internacional) que calcula o índice GL para os produtos intercambiados entre as partes. O nível de agregação utilizado é o AG3 (SITC Rev. 3), considerado o nível de agregação mais eficiente para este índice¹²⁰. O campo em que são apresentados os resultados da aplicação da fórmula GL, podem ser divididos em: 1) indicação de comércio intra-industrial, entre 0,33 e 1,00; 2) potencial comércio intra-industrial entre 0,10 e 0,33; e apenas comércio interindustrial,

¹¹⁹ O índice GL é expresso matematicamente da seguinte maneira: $GL = 1 - |X-M| / (X+M)$

¹²⁰ Se utilizamos, por exemplo, o valor total de importação e exportação não é possível distinguir o comércio interindustrial do intra-industrial. Ao se utilizar muitos dígitos do nível de agregação podemos passar por alto diferenças de comércio dentro de um mesmo setor (VASCONCELLOS, 2003).

abaixo de 0,10. Por meio desses dados, em primeiro lugar, podemos identificar, para o nível de agregação selecionado, a presença de comércio industrial na estrutura de intercâmbio entre as economias em análise. A simples identificação da existência ou ausência de comércio intra-industrial não é suficiente. Assim, além disso, é importante qualificar a composição dos dados na medida em que nos fornece uma perspectiva mais acurada das trocas comerciais. Utilizando os mesmos dados, portanto, é possível determinar a importância dos setores em que são identificados o comércio intra ou interindustrial para a pauta de comércio bilateral. Ainda, quando o comércio interindustrial é verificado, é possível identificar qual é o país importador e qual é o país exportador.

Tabela 15 Brasil-China: índice GL, 1995-2015

n.	1995			2000			2005			2010			2015		
	code	%	GL	code	%	GL	code	%	GL	code	%	GL	code	%	GL
1	'421'	34,5	0,0	'222'	14,6	0,0	'281'	14,6	0,0	'281'	23,7	0,0	'222'	23,8	0,0
2	'281'	9,6	0,0	'281'	11,8	0,0	'222'	14,1	0,0	'222'	12,7	0,0	'281'	9,7	0,0
3	'061'	8,3	0,0	'764'	5,1	1,5	'764'	8,2	4,6	'333'	7,2	0,0	'333'	6,2	0,0
4	'784'	5,1	34,5	'515'	3,7	3,0	'333'	4,4	0,0	'764'	5,7	1,1	'764'	5,9	1,3
5	'325'	4,3	0,0	'776'	3,4	18,0	'776'	2,6	8,0	'759'	2,3	0,7	'251'	2,8	0,3
6	'674'	2,7	0,0	'759'	3,2	1,4	'251'	2,2	0,2	'776'	2,1	4,4	'793'	2,2	56,9
7	'673'	2,6	0,0	'894'	2,7	0,0	'871'	2,2	2,2	'251'	2,0	0,4	'759'	1,8	0,9
8	'054'	1,7	0,0	'778'	2,7	2,6	'611'	2,1	5,4	'778'	1,9	1,2	'778'	1,8	4,1
9	'724'	1,5	3,0	'325'	2,5	0,0	'121'	2,0	0,0	'752'	1,7	0,3	'515'	1,6	0,3
10	'653'	1,2	1,8	'251'	2,3	0,0	'778'	1,9	4,8	'741'	1,5	1,0	'772'	1,2	5,9
11	'574'	1,1	0,0	'121'	2,2	0,4	'673'	1,9	0,0	'421'	1,4	0,0	'776'	1,2	7,2
12	'778'	1,1	95,0	'752'	2,1	0,2	'759'	1,9	0,8	'673'	1,1	1,1	'061'	1,2	1,0
13	'772'	1,1	13,1	'871'	1,8	0,1	'752'	1,8	0,1	'772'	1,1	3,6	'743'	1,1	78,0
14	'851'	1,0	1,4	'792'	1,6	0,0	'515'	1,5	28,1	'515'	1,1	0,2	'682'	1,0	19,6
15	'664'	0,9	20,9	'333'	1,6	0,0	'763'	1,4	0,0	'061'	0,9	0,4	'741'	1,0	0,9
16	'263'	0,9	0,0	'248'	1,4	1,2	'421'	1,4	0,0	'871'	0,9	0,3	'562'	1,0	0,0
17	'894'	0,9	0,0	'771'	1,3	1,4	'325'	1,3	0,0	'671'	0,8	16,9	'611'	0,9	0,1
18	'841'	0,9	0,0	'772'	1,1	6,6	'653'	1,2	0,1	'655'	0,8	0,1	'012'	0,9	0,0
19	'625'	0,8	10,7	'541'	1,1	23,7	'772'	1,2	14,3	'894'	0,8	0,0	'671'	0,9	9,4
20	'718'	0,8	0,0	'611'	1,1	10,8	'248'	1,2	0,2	'771'	0,8	0,6	'775'	0,9	0,1

Fonte: CEPAL, elaborado pelo autor.
Códigos dos segmentos de acordo com SITC Rev. 3, AG3.
% do total: xi+mi.

Em 1995, os itens que apresentaram índice GL superior a 33% representaram 8,5% do valor total intercambiado. Dentre os itens mencionados, destacavam-se aqueles inclusos na nomenclatura “784” que agrega peças de tratores e veículos motores. Os itens que apresentavam CII potencial representavam outros 6,6% do valor total intercambiado. Dos 20 principais itens

da pauta de comércio entre Brasil e China, apenas o referido setor 784 apresentava padrão de CII. Nos anos 2000, os itens que apresentaram CII corresponderam a apenas 4,2% comércio do total, embora os itens com CII potencial tenha subido para cerca de 10%. Os dados desse ano não apontavam nenhum item com padrão de CII entre os 20 segmentos de maior valor comercializado. Até o ano de 2006, o número de itens que apresentaram padrão de CII e CII potencial aumentou. O valor de itens com CII variou entre 6% e 7% do valor total. Os segmentos que apresentaram potencial de CII chegaram a representar 13% do valor total, mas foram declinando. A partir de 2008 o já escasso padrão de CII passa declinar sensivelmente em todos os sentidos. Passa a ter cada vez menos peso dentro os produtos mais intercambiados e o número de segmentos com índice GL acima de 10% declina bastante. Nesse período, somados CII e CII potencial não chegam a representar 5% do valor total. Em 2013 apenas dois segmentos apresentaram CII: papel e papelão (641) e plásticos (575). Em 2015 há uma leve mudança. Itens do setor de peças para navios e barcos (793) e centrífugas e bombas (743) apresentaram índices GL acima de 33% e integraram o conjunto dos 20 segmentos com maior valor intercambiado (Tabela 15 e Tabela 16).

Tabela 16 Composição da pauta de comércio Brasil-China, por segmentos de comércio intra-industrial, % do total

Padrão de comércio	1995	2000	2005	2010	2015
CII	8,5	4,3	7,4	2,0	5,4
CII potencial	6,6	10,5	6,4	3,8	3,4
C. interindustrial	84,9	85,3	86,2	94,3	91,2

Fonte: CEPAL, elaborado pelo autor.

Para o caso do Brasil, devemos considerar duas questões. Quando Brasil e China apresentavam níveis similares de desenvolvimento industrial, o comércio entre as partes não era grande. Ainda na década de 1990 o Brasil preservava alguns segmentos industriais de insumos e bens de capital importantes para o projeto de industrialização chinês. Contudo, o aumento do volume de comércio ocorre em maior escala justamente quando a China demanda maiores quantias de matérias-primas ao mesmo tempo em que promove um padrão de desenvolvimento voltado para exportação que, inclusive, tem conteúdo tecnológico cada vez mais intensivo. Embora se pudesse supor que a nova normalidade chinesa pudesse proporcionar maiores níveis de comércio intra-industrial em setores de menor intensidade tecnológica, não se pode esquecer que a China não se desfaz de seu parque industrial do Delta do Rio Pérola. Mediante a abertura de negociações que os chineses mostraram até agora, caberia antecipar a

tendência do aumento do consumo das famílias chinesas e identificar setores complementares nesse sentido.

Tabela 17 Composição da pauta de comércio Chile-China, por segmentos de comércio intra-industrial, % do total

Padrão de comércio	1995	2000	2005	2010	2015
CII	1,07	0,8	1,1	1,4	1,0
CII potencial	1,08	1,3	0,2	1,0	1,7
C. interindustrial	97,8	97,9	98,7	97,6	97,3

Fonte: CEPAL, elaborado pelo autor.

Tabela 18 Chile-China: índice GL, 1995-2015

n.	1995			2000			2005			2010			2015		
	code	%	GL	code	%	GL	code	%	GL	code	%	GL	code	%	GL
1	'283'	17,2	0,0	'682'	20,8	1,0	'283'	23,8	0,0	'682'	38,2	0,3	'682'	25,2	0,6
2	'251'	9,6	0,0	'283'	14,8	0,0	'682'	23,7	0,2	'283'	13,9	0,0	'283'	16,0	0,0
3	'682'	9,0	0,0	'251'	7,6	0,0	'251'	4,1	0,0	'764'	3,4	0,0	'764'	5,4	0,2
4	'894'	6,9	0,0	'851'	5,1	0,0	'851'	3,2	0,0	'281'	2,8	0,0	'251'	3,4	0,0
5	'841'	6,9	0,0	'845'	4,9	0,0	'845'	3,1	0,0	'752'	2,7	0,0	'851'	2,4	0,0
6	'851'	5,8	0,0	'894'	4,8	0,0	'287'	2,7	0,1	'251'	2,5	0,0	'845'	2,4	0,0
7	'845'	3,1	0,0	'841'	4,2	0,1	'752'	2,4	0,0	'288'	2,3	0,0	'057'	2,2	0,0
8	'762'	2,6	0,0	'842'	2,7	0,0	'894'	2,3	0,0	'845'	2,1	0,0	'752'	2,2	0,0
9	'653'	2,4	2,5	'762'	2,0	0,0	'081'	2,1	0,3	'851'	2,0	0,0	'281'	1,6	0,0
10	'081'	2,3	0,1	'752'	1,9	0,0	'841'	2,1	0,0	'894'	1,6	0,0	'894'	1,6	0,0
11	'842'	2,2	0,0	'848'	1,4	0,0	'842'	1,9	0,0	'842'	1,2	0,0	'842'	1,4	0,0
12	'761'	1,8	0,0	'775'	1,4	0,0	'762'	1,4	0,0	'841'	1,1	0,0	'841'	1,4	0,0
13	'658'	1,5	0,0	'081'	1,3	1,9	'763'	1,4	0,0	'761'	1,0	0,0	'716'	1,2	0,0
14	'831'	1,4	0,0	'831'	1,3	0,0	'653'	1,2	0,1	'775'	0,9	0,0	'775'	1,1	0,0
15	'775'	1,4	0,0	'523'	1,2	21,8	'764'	1,1	0,0	'658'	0,8	0,0	'699'	1,0	7,9
16	'666'	1,2	0,0	'653'	1,1	0,0	'775'	1,0	0,1	'081'	0,7	0,8	'562'	0,9	29,6
17	'848'	1,2	0,0	'666'	1,0	0,0	'761'	0,9	0,0	'821'	0,7	0,0	'658'	0,9	0,0
18	'899'	1,2	0,0	'893'	0,9	0,0	'831'	0,8	0,0	'653'	0,6	0,0	'893'	0,9	0,4
19	'523'	1,0	15,2	'899'	0,8	0,0	'893'	0,8	0,8	'763'	0,6	0,0	'821'	0,9	0,1
20	'764'	1,0	0,0	'759'	0,8	0,0	'281'	0,7	0,0	'673'	0,6	0,0	'674'	0,8	0,0

Fonte: CEPAL, elaborado pelo autor.

Códigos dos segmentos de acordo com SITC Rev. 3, AG3.

% do total: xi+mi.

Fruto das escolhas de inserção internacional das lideranças chilenas, os dados referentes ao comércio do Chile com a China apontam para um padrão de economias complementares. Como podemos notar pela Tabela 17, ao longo dos últimos vinte anos, o comércio apontado como intra-industrial não ultrapassou 1,5% do total comercializado. Dentre

os segmentos que correspondem aos mais comercializados entre Chile e China, nenhum deles apresentou padrão de comércio intra-industrial no período analisado (Tabela 18).

O comércio não parece ter nenhuma relação com os aspectos políticos da relação entre os países. Respeitou muito mais uma tendência do próprio sistema econômico internacional, bastante influenciado pelos movimentos da China.

4.4.3. Os fluxos de capitais: IED, financiamentos e cooperação sul-sul

A forma com que a China realizou suas políticas de cooperação para o desenvolvimento nunca teve predominância da oferta de créditos, embora esse instrumento passe a ocupar algum espaço nas cifras chinesas atualmente. Sua proposta de cooperação sempre esteve relacionada às questões de comércio, investimentos e cooperação técnica, como evidencia seu passado de construção da agenda do Terceiro Mundo. É sintomático que o escritório nacional de estatísticas forneça em conjunto os dados sobre comércio, investimento estrangeiro direto e “projetos contratados no exterior” no mesmo capítulo de seus anuários estatísticos denominado “comércio internacional e cooperação econômica”. Além da referência histórica, é necessário lembrar que a China não possui uma agência de cooperação como recomendam as instituições que aglutinam as experiências de ajuda do tipo Norte-Sul, e, portanto, concentra as decisões políticas sobre comércio, investimento e cooperação nos mesmo organismos. Essas decisões, em sua maioria, como ressaltamos no capítulo 3, são tomadas no âmbito do MOFCOM e do SAFE e permitem ampla capacidade de coordenação dos diversos instrumentos de política. Por um lado, como procuramos demonstrar, por esses motivos, uma análise da cooperação chinesa não pode levar em conta apenas aqueles fluxos financeiros classificados como ajuda pela OCDE. Por outro lado, desde o nosso ponto de vista, esses mesmos fluxos não são suficientes para levar adiante uma iniciativa de cooperação sul-sul capaz de alterar a posição dos países envolvidos na hierarquia do sistema-mundo, ou mesmo uma transformação do sistema-mundo. Por esses motivos, nesta seção, buscamos apresentar alguns dados disponíveis sobre as variadas formas com que o capital chinês entra na região, em especial no Brasil e no Chile.

Já foi dito aqui que existem dificuldades para encontrar séries recentes e contínuas dos dados chineses e existem problemas com as nomenclaturas utilizadas que, muitas vezes diferem entre aquelas utilizadas por organismos internacionais, dados oficiais chineses e fontes secundárias que tentam trazer uma solução para esses problemas. Sem nos atermos à definição precisa da ajuda internacional da OCDE, buscamos dados mais amplos, que dessem conta de entender de que maneira o capital chinês chega na região. Os dados fornecidos pelo NBS dão

conta das duas principais formas com as quais a China promove a internacionalização de suas atividades econômicas: os investimentos e o contratos de cooperação econômica. Há um problema adicional. Os dados oficiais são fornecidos de duas formas: desmembrados por região, ou por setor. E não é possível cruzar as informações. Para além da dificuldade dos dados é difícil estabelecer uma distinção entre os investimentos e contratos do ponto de vista conceitual. Com exceção dos dados fornecidos pelos dois documentos já publicados sobre a ajuda oficial chinesa (CHINA, 2011; CHINA, 2014), não há estatística oficial sobre essa modalidade de transferência de recursos. Embora nesses documentos haja uma definição que podemos extrair para classificar a cooperação chinesa segundo as características de seus “recursos e fundos” e “instrumentos e destinos”, conforme demonstrado na seção 3.4, é difícil aplicar essas definições aos dados disponíveis.

Frente às dificuldades de obtenção desses dados, existem uma série de iniciativas que utilizam o acompanhamento sistemático de mídias digitais e impressas e elaboram bancos de dados abertos. Os dados abaixo se referem à realização de grandes investimentos chineses no Brasil e no Chile. Pode-se perceber que a ocorrência de investimentos é maior no Brasil. Para o caso brasileiro podemos notar que os investimentos se intensificam no período 2009-2012. Sugere-se que isso ocorra por conta da injeção de capitais chineses após a crise de 2008, que foi, em grande parte direcionada para o setor de infraestrutura no país asiático. Com a nova normalidade chinesa, os investimentos tenderam a baixar, embora se mantenham mais altos que no período 2005-2008. Os investimentos foram realizados em sua maioria no setor de energia. No período 2013-2016 pode-se verificar também que há maior frequência de investimentos de energia, em detrimento de outros setores priorizados anteriormente.

Tabela 19 Brasil: entrada de IED chineses por setor, 2005-2016 (US\$ milhões)

Ano	2005-08		2009-12		2013-16*		2005-16*	
	Valor	N. de invest.	Valor	N. de invest.	Valor	N. de invest.	Valor	N. de invest.
Agricultura	-	-	910	1	320	1	1.230	2
Energia	1.720	2	18.180	6	7.950	10	27.850	18
Alternativa	-	-	-	-	240	2	240	2
Carvão	430	1	-	-	-	-	430	1
Gás	1.290	1	-	-	-	-	1.290	1
Hidrelétrica	-	-	-	-	770	3	770	3
Petróleo	-	-	10.170	2	3.280	2	13.450	4
N.E.	-	-	8.010	4	3.660	3	11.670	7
Finanças	-	-	500	3	1.610	3	2.110	6
Bancos	-	-	300	2	1.610	3	1.910	5
Invest.	-	-	200	1	-	-	200	1

Metais	340	1	4.050	4	-	-	4.390	5
Aço	340	1	2.100	3	-	-	2.440	4
N.E.	-	-	1.950	1	-	-	1.950	1
Imobiliário	-	-	660	2	600	3	1.260	5
Construção	-	-	200	1	600	3	800	4
Propriedade	-	-	460	1	-	-	460	1
Tecnologia	-	-	350	2	100	1	450	3
Telecom	-	-	200	1	100	1	300	2
N.E.	-	-	150	1	-	-	150	1
Transporte	-	-	1.350	5	460	1	1.810	6
Automob.	-	-	1.250	4	-	-	1.250	4
Aviação	-	-	-	-	460	1	460	1
Shipping	-	-	100	1	-	-	100	1
TOTAL	2.060	3	26.000	23	11.040	19	39.100	45

Fonte: (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE, 2016). Elaborada pelo autor.

* os dados referentes ao ano de 2016 estão contabilizados até o mês de março.

Tabela 20 Chile: entrada de IED chineses por setor, 2005-2016 (US\$ milhões)

Ano	2005-08		2009-12		2013-16*		2005-16*	
	Valor	N. de invest.	Valor	N. de invest.	Valor	N. de invest.	Valor	N. de invest.
Energia	-	-	-	-	190	1	190	1
Alternativa	-	-	-	-	190	1	190	1
Metais	550	1	1.910	1	-	-	2.460	2
Aço	-	-	1.910	1	-	-	1.910	1
Cobre	550	1	-	-	-	-	550	1
TOTAL	550	1	1.910	1	190	1	2.650	3

Fonte: (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE, 2016). Elaborada pelo autor.

* os dados referentes ao ano de 2016 estão contabilizados até o mês de março.

Com metodologia de coleta de dados similar à utilizada para os investimentos, Gallagher e Myers (2016) mantêm um projeto que coleta informações em mídias digitais sobre os empréstimos e financiamentos concedidos pela China aos países da América Latina. Recuperando esses dados não se verifica a ocorrência de nenhum financiamento direcionado ao Chile no período em análise. Os dados referentes ao Brasil, para o período 2005-2015, estão dispostos na tabela abaixo.

Destoa do padrão apresentado, apenas o empréstimo concedido pelo Ex-Im Bank destinado à produção de aviões fabricados no Brasil pela EMBRAER para serem vendidos à China. Os financiamentos, assim como os investimentos, concentram-se no setor de energia. Em 2007 foram emprestados 750 milhões de dólares para a expansão do o Gasoduto Sudeste Nordeste (GASENE). Em 2008, outros 356 milhões foram destinados à construção da Usina termelétrica Candiota III, no Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que em ambos os casos o financiamento esteve vinculado à participação de empresas chinesas e compras de equipamentos chineses. A Petrobrás foi quem recebeu a maior parte dos financiamentos

destinados ao setor. Em 2009 recebeu um montante de 10 bilhões vinculados à exportação do pré-sal. Em 2015, no contexto da ampliação da parceria estratégica integral recebeu mais três linhas de financiamento. É importante destacar que neste período já se colocava problemas de capitalização da empresa, envolta em escândalos de corrupção que inviabilizavam a toma de empréstimos no mercado internacional. Os financiamentos vieram com a condicionalidade de fornecimento de petróleo à China.

Tabela 21 empréstimos concedidos pela China ao Brasil 2005-2015, (US\$ milhões)

Ano	Valor	Setor	Motivo	Origem
2007	750	Energia	GASENE gasoduto	CDB
2008	356	Energia	Usina term. Cadiota III	CDB
2009	10.000	Energia	Pré-sal	CDB
2015	3.500	Energia	Acordo bilateral de cooperação	CDB
2015	1.200	Infraestrutura	Linha industrial proc. de soja	CDB
2015	3.200	Energia	Acordo bilateral de cooperação	Ex-Im Bank
2015	1.500	Energia	Acordo bilateral de cooperação	CDB
2015	1.300	Outro	Venda de aeronaves E-195	Ex-Im Bank

Fonte: (GALLAGHER e MYERS, 2016). Elaborado pelo autor.

Embora haja potencial para impulsionar alguns setores internos, os contratos de financiamento com os chineses são problemáticos por vincularem, formalmente ou informalmente, a concessão do capital com a contratação de empresas chinesas e utilização de máquinas e equipamentos provenientes do país asiático, o que inibe a capacidade de *spillover* dos investimentos realizados¹²¹. Os dados abaixo mostram o aumento deste tipo de investimento chinês realizado no Brasil e no Chile.

¹²¹ O termo *spillover* é utilizado para explicar um possível “transbordamento” de benefícios gerados pela realização de um investimento estrangeiro na economia nacional. Para além da questão do multiplicador keynesiano e seu óbvio incentivo às empresas complementares pondera-se a presença de investimentos estrangeiros possa impactar positivamente na capacidade tecnológica de setores nacionais complementares ou concorrentes, novos ou já estabelecidos.

Tabela 22 China: projetos contratados em Brasil e Chile, 2003-2013, (US\$ 10.000)

Ano	Brasil	Chile
2003	1325	437
2004	6460	2893
2005	24868	2734
2006	15539	2955
2007	76882	4620
2008	93145	2961
2009	111156	8218
2010	101997	6888
2011	143868	19471
2012	164606	11467
2013	188194	11125

Fonte: NBS, vários anos. Elaborado pelo autor

Se retomamos os dados apresentados na Figura 17, na seção 3.4, podemos considerar que a característica da ajuda concedida pela China à região é a seguinte. Sobre os recursos e fundos, tem caráter eminentemente público, ou seja, não tem relação com o terceiro setor, são realizadas mediante empréstimos concessionais e investimentos patrocinados pelo governo. Estes últimos são importantes ressaltar, na medida em que não são considerados pela metodologia da OCDE. Sobre os instrumentos e destinos, ressaltam-se os projetos completos, a cooperação técnica, e a formação para recursos humanos, como apontam os acordos bilaterais. Devemos ressaltar, contudo, a dificuldade em se avaliar a efetividade desses projetos e a extensão de seus resultados e impactos. A questão da cooperação técnica é bastante referida nos acordos.

Apesar de haver intenção em cooperação técnica em setores de alta intensidade tecnológica, que é um tema importante para o desenvolvimento em termos de alteração estrutural mais do que mera ajuda destinada a solução de problemas de extrema pobreza, aparentemente isso para nos acordos bilaterais. O capital chinês vai para os setores vinculados às necessidades chinesas de matérias-primas e onde suas empresas possam se beneficiar de alguma maneira. Não importa o instrumento utilizado a tendência parece ser essa. Ainda que haja um déficit histórica em questões de infraestrutura na região, na ausência de políticas ativas para se aproveitar do benefício mútuo propagado pela diplomacia chinesa, a tendência é que as relações da China se aprofundem em condições perversas para a região.

4.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As relações diplomáticas entre a China e América Latina começam, em sua maioria, na década de 1970, à exceção de Cuba. Na década de 1970 alguns fatores convergiram para que isso fosse possível. Em primeiro lugar, a aproximação da China com a administração Nixon como forma de contenção do inimigo comum soviético fez com que a presença chinesa na região latino-americana não fosse uma grande afronta aos olhos norte-americanos, como, provavelmente, seria antes. Em segundo lugar, a diplomacia chinesa buscava diversificar seus parceiros fosse para minar a influência de Moscou, fosse para reduzir o reconhecimento internacional de Taiwan. Em terceiro lugar, por diversos motivos, os governos latino-americanos do período estavam interessados, no estabelecimento das relações diplomáticas com a China. Houve aproximação não apenas com governos socialistas, como o Chile de Allende e o Peru de Velasco, como também com o governo militar brasileiro de Geisel no contexto de seu Pragmatismo Responsável.

A aproximação foi maior na América do Sul por conta de alguns fatores: maior proximidade ou distanciamento em relação aos EUA, a questão de Taiwan, complementaridade das economias, isto é, maior capacidade de fornecimento dos produtos demandados pela China, além do maior peso político e econômico dos países da América do Sul frente aos países da América Central e Caribe. Mesmo dentro da América do Sul existem, pelo menos, dois padrões gerais de aproximação. Um está relacionado ao estabelecimento de tratados de livre-comércio, o outro está relacionado ao modelo adotado pelos países em torno do Mercosul. Optou-se por analisar as relações do Brasil e do Chile com a China por serem considerados um representante de cada padrão.

Em resumo, as relações entre a China e o Brasil apresentaram momentos de maior proximidade e outros de maior distanciamento. Dada intenção chinesa de enfatizar as questões de cooperação sul-sul em suas iniciativas, houve avanço em alguns temas importantes. O acordo para cooperação técnica de 1982, que ainda vigora, foi uma base importante para celebração de outros acordos mais específicos, dentre os quais o programa CBERS é o mais bem-sucedido. A COSBAN significou um espaço de concertação de interesses bastante profícua. A despeito desses avanços, há limitações que talvez não possam ser creditadas totalmente à questão da cooperação. Os interesses chineses são bastante claros, e os impactos de sua ascensão são maiores do que a mera relação bilateral entre os países. O comércio segue um padrão de especialização bastante preocupante para a parte brasileira. Se na década de 1990 ainda era possível identificar alguns pontos de comércio intra-industrial, ao longo da década de 2000 o

padrão interindustrial se confirmou. Os investimentos chineses no país ocorreram em sua maioria nos setores de energia, transportes e metais. Embora não tenha sido possível identificar os destinos dos projetos contratados, identificou-se uma tendência de aumento dessa variável de internacionalização da economia chinesa no Brasil. Os financiamentos concedidos também ocorreram em sua maioria no setor de energia e tiveram por origem o Banco Chinês de Desenvolvimento. Há uma relação entre os financiamentos e a utilização de contratos chineses para atuação no país receptor.

No caso do Chile, na esteira da normalização das relações, podemos perceber uma fase em que os acordos privilegiavam o entendimento que se tinha da Cooperação Sul-Sul naquela época. Como a China ainda não havia entrado em sua fase mais aguda de crescimento e necessidades por matérias-primas e mercados, os acordos tinham um teor um pouco distinto. Posteriormente, a aposta chilena pela liberalização do comércio foi bem aceita pela China, que, aliás, sugere ampliação deste tipo de acordo com os demais países da região no documento de 2008. Grande parte dos acordos posteriores estiveram focados no desenvolvimento dos setores em que existe vantagens comparativas por parte do Chile e na acomodação de problemas que possam prejudicar as principais exportações chilenas, como vinhos, uvas, frutas e carnes. Percebe-se, no entanto, que o aumento do comércio começou antes mesmo da assinatura do TLC.

A aproximação comercial é evidente nos dois casos. Isso se deve mais pela característica e pelas demandas da economia chinesa que por aprofundamento das relações em um sentido cooperativo. Fazendo coro com uma série de trabalhos dedicados à região latino-americana, esse aspecto é preocupante e muito mais próximo de uma renovação dos padrões de dependência e trocas desiguais que caracterizaram a região do que um padrão esperado de relações Sul-Sul em seu sentido ideal. Os chineses, no entanto, parecem estar abertos a negociações enquanto permanecem em seu paradoxo de inserção internacional, política e econômica. Ou seja, enquanto existir a necessidade de promover a imagem de país em desenvolvimento afeito às necessidades daquele Terceiro Mundo com o qual criou raízes históricas.

Considerando os dois países em análise, pode-se dizer que a entrada de capitais se concentrou mais no Brasil. Embora, do ponto de vista brasileiro, esses capitais possam ser importantes para financiar projetos em setores que são historicamente deficitários no país, como energia e infraestrutura, a possibilidade de *spillover* é reduzida na medida em que os capitais são, formal ou informalmente, vinculados à contratação de empresas chinesas e compra de máquinas e equipamentos provenientes do país asiático. Se levamos em consideração que uma

relação típica Sul-Sul deve buscar melhorar a capacidade de produção do país nesse sentido, o padrão verificado é mais próximo de um padrão Norte-Sul: aumenta-se a dependência de tecnologias e técnicas de produção do exterior e a balança comercial se vê prejudicada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historiadores econômicos costumam identificar o último quarto do século XX como a origem do deslocamento do dinamismo da economia mundial em direção ao eixo Pacífico. Parte-se do pressuposto de que, nesse processo, as economias asiáticas foram bem-sucedidas ao promover uma *inserção econômica ativa*: buscaram a atração dos IED mais que os investimentos em portfólio e a política de endividamento que havia caracterizado as economias latino-americanas até então; promoveram políticas de controle do fluxo de capital que o direcionou para setores produtivos; promoveram políticas de apreensão de tecnologias e *know-how*; lançaram mão de políticas monetárias e cambiais para promover o modelo de exportação de manufaturados, entre outros fatores. Por outro lado, os latino-americanos empreenderam reformas liberalizantes ao adotar o discurso dominante de que os resultados ruins vinham do fracasso das políticas intervencionistas e que os ajustes seriam necessários para que o fluxo de capitais voltasse a ser direcionado para a região.

O século XXI foi palco de algumas alterações importantes para o objeto dessa pesquisa. Em primeiro lugar, os processos de industrialização, sobretudo dos países asiáticos, produziram uma tendência de distanciamento entre os superávits do Sul Global e os déficits das economias desenvolvidas. Nesse contexto, retomou-se uma agenda de discussão que havia sido interrompida no final dos anos 1970 e o debate sobre a cooperação Sul-Sul ganhou terreno. Junto a esses fatores a China surgiu como um ator de destaque no cenário internacional e buscou equilibrar seu vigor econômico e as potencialidades para se tornar uma grande potência com um discurso de “baixo perfil”. No contexto da retomada dos debates sobre a cooperação Sul-Sul, a China pareceu se aproveitar para promover uma política associada a seu passado terceiro mundista e inserir-se como um país em desenvolvimento. Ainda, o relativo fracasso da adoção das políticas neoliberais em países da periferia motivou uma guinada política em direção a governos de centro-esquerda. Isso é particularmente válido para alguns países da região sul-americana.

Frente a esse conjunto de fatores, buscamos analisar quais foram os impactos da ascensão chinesa para os países latino-americanos e, em especial, para os países da América do Sul, sobretudo no que se referia à adoção pelas lideranças chinesas do discurso da Cooperação Sul-Sul. Para isso, buscamos analisar três aspectos que consideramos importantes.

Em primeiro lugar, no capítulo 1, buscamos retomar o conceito de desenvolvimento econômico e de cooperação para o desenvolvimento em perspectiva histórica. Buscamos, pois, indicar que as condições nas quais esse debate foi construído ao longo do século passado

havia se alterado e, portanto, era necessária uma atualização dos termos. Na primeira fase do debate sobre a cooperação para o desenvolvimento se viu uma tendência marcadamente keynesiana para promoção dessas políticas, na medida em que havia certo consenso nesse sentido naquele período. Com a hegemonia do pensamento neoliberal, as políticas desenvolvimentistas perderam espaço para um desenvolvimento associado ao bom funcionamento do mercado como mecanismo mais eficiente. Com o relativo sucesso de economias asiáticas que haviam adotado uma postura de maior intervenção estatal, embora inseridas na lógica de globalização exaltada pela perspectiva neoliberal, esse tipo de desenvolvimento passou a ser questionado. Com a ascensão das chamadas economias emergentes, abriu-se espaço para maior margem de manobra dos países periféricos que não estariam mais vinculados tão fortemente à necessidade dos capitais do Norte.

Nesse sentido, buscamos evidenciar que o surgimento de “novos doadores” em um contexto de questionamento dos preceitos neoliberais alterou o regime de ajuda e de cooperação em seu sentido mais amplo. Constatou-se, todavia, uma dificuldade em se trabalhar com o conceito de cooperação sul-sul, que, iniciado esse novo contexto do século XXI, tinha suas definições muito relacionadas com a concepção de desenvolvimento que se construiu desde os anos 1970, com especial ênfase nos anos 1980 e 1990. Embora avanços tenham sido feitos nas ferramentas de mensuração e identificação da efetividade das políticas de cooperação Sul-Sul, fazia falta uma reorientação teórica mais profunda que vinculasse a questão da cooperação Sul-Sul às transformações sistêmicas que vêm ocorrendo nos últimos anos. Assim, buscamos algumas saídas teóricas e metodológicas para esse problema.

No capítulo 2, um dos objetivos a que esta pesquisa se propôs foi identificar um arcabouço teórico que permitisse lançar luz à questão da possibilidade de alteração do sistema internacional a partir da ascensão chinesa. Isso se fez necessário na medida em que se pressupôs que as possibilidades de desenvolvimento da periferia estão restringidas por condicionantes sistêmicos. Esse entendimento nos deu uma orientação para análise da ascensão chinesa em seguida. Antes, buscamos trazer algumas considerações sobre o neoestruturalismo cepalino, na medida em que identificamos potencial para utilização de suas ferramentas de análise. Mais do que identificar o alcance de metas específicas frequentemente associadas à renda per capita, o instrumental analítico do neoestruturalismo permite identificar fontes de um desenvolvimento dinâmico, essencial, desde o ponto de vista desta pesquisa, para se alcançar um desenvolvimento exitoso por meio de uma inserção internacional ativa.

Em segundo lugar, no capítulo 3, tratamos dos fundamentos da ascensão chinesa e buscamos demonstrar que não está claro o papel de contestação da China no sistema

internacional. Não é claro se a China financia o mundo desenvolvido ou o mundo em desenvolvimento. É evidente que em seu movimento de internacionalização e na busca por evitar conflitos em áreas onde as potências tradicionais já estão estabelecidas, a China acaba revertendo parte de seu capital acumulado nessas áreas, seja na forma de ajuda, de investimentos, ou mediante saldos comerciais favoráveis haja vista sua demanda por matérias-primas. Após o esgotamento do ciclo de expansão das *commodities* e o esgotamento do pacote anticíclico chinês, a possibilidade de se financiar mediante saldos positivos na balança comercial impulsionado pela exportação de recursos naturais é cada vez menor. Não se pode esperar em curto prazo outro ciclo desse tipo. Nesse contexto, os outros fatores de internacionalização da economia chinesa ganham ainda mais destaque.

É importante ressaltar que a atuação chinesa junto a outros países do Sul Global criou instituições que desafiam, com maior ou menor intensidade, as instituições legadas de Bretton Woods e que foram instrumentos de promoção da ideologia de desenvolvimento neoliberal nos anos mais recentes. O vigor dessas instituições, obviamente, depende da manutenção da conjuntura de maior apreensão da renda mundial verificada neste início de século. Como a tendência se altera, não é possível afirmar a capacidade de transformação do sistema financeiro internacional dessas novas instituições. Contudo, as instituições criadas não se esgotam. A continuação do NDB-BRICS e a implantação do AIIB não foram cessadas. Todavia, é possível questionar até que ponto estas novas instituições servirão para subverter o atual ciclo sistêmico de acumulação. Isso ocorre porque, se é um fato dado que a desaceleração chinesa não enfraquece, não podemos afirmar com clareza a possibilidade de manutenção do regime de cooperação sul-sul possível nos primeiros anos do século XXI. A queda dos preços das *commodities* e do petróleo em particular foi bastante prejudicial para as economias ditas emergentes. Embora tenha havido conjuntura favorável para acúmulo de reservas para possíveis problemas de balanço de pagamentos, o tema da vulnerabilidade externa volta a assombrar os governos mais progressistas. Nessa conjuntura, parecem retornar os temas neoliberais que reduzem a capacidade de existência de um Estado promotor do desenvolvimento. As eleições no Peru, na Argentina, e a situação política do Brasil e Venezuela são indicativos recentes disso.

A China parece se manter impassível na busca de sua sociedade moderadamente próspera nos próximos anos. Ocorre que, frente a essa nova conjuntura, não é mais tão simples aceitar a ideia de que a China é um país que atua de igual para igual com os demais países em desenvolvimento em busca de uma ordem internacional mais igualitária. Se isso não ocorre por iniciativa da China, ela ocorre por incapacidade das contrapartes. Em síntese, talvez ainda seja cedo para dizer abertamente se uma conjuntura cooperativa entre os países do Sul Global é

possível. A atuação chinesa, como *maior país em desenvolvimento* é, muitas vezes, paradoxal. As instituições criadas ainda são incipientes. Elas que se pretendem mais democráticas ainda estão longe de significar uma mudança drástica no sistema.

Por fim, no capítulo 4, buscamos algumas maneiras de entender o impacto da ascensão chinesa para América Latina nos termos até então colocados. Tirando o fato de que se conseguiu organizar o Fórum China-CELAC, que por sinal apresenta problemas de negociação em conjunto, o documento de 2008 não parece ter produzido efeitos imediatos. Uma interpretação poderia caminhar no sentido de entender que essa é a maneira chinesa de promover sua política exterior. Primeiro se cria as bases formais para depois aprofundar suas possibilidades. É mais relacional que racional, como apontamos na seção em que discutimos o significado das Parcerias Estratégicas para a China. Nesse sentido, percebe-se que as relações com a América do Sul são mais fortes que as relações com América Central, Caribe e México. Isso ocorre por alguns motivos, como o reconhecimento de Taiwan (que na América do Sul só é feito pelo Paraguai), o maior distanciamento geográfico com os Estados Unidos, o maior peso político e econômico dos países sul-americanos, a complementaridade do comércio e ainda a ascensão de governos de centro-esquerda que buscavam maior autonomia nas relações internacionais. Dentre os países da América do Sul as relações também se mostram heterogêneas. Ainda que o aumento do comércio na década de 2000 tenha se ampliado de maneira geral e não encontre explicação nas aproximações político-diplomáticas, mas na questão da própria estrutura do sistema econômico, pudemos perceber que as propostas chinesas de encontrar espaços de diálogo para aprofundar as relações têm potencialidades distintas.

Procuramos demonstrar isso através de uma comparação entre Brasil e Chile. Em última instância, a uma comparação pode chegar à conclusão de que todos são diferentes. Entretanto, não se pode negar que a estrutura distinta dos países e as propostas de inserção internacional encontraram alguma possibilidade de se fazer valer. Os acordos realizados no período em análise puderam demonstrar que há algum espaço para que as políticas de Estado encontrem espaços de manobra. A proposta de inserção chilena encontrou facilidade quando se propôs a intensificar o comércio e a inovação em setores que considerava ter vantagens comparativas. A facilidade encontrada deve ser percebida dentro da ampla aceitação que os chineses demonstram por economias abertas e que atendam seus interesses econômico-estratégicos. O Brasil, por outro lado, parece ter relação mais complexa, o que corresponde com suas intenções, sobretudo nos governos do PT, de uma inserção mais ativa no sistema internacional, seja do ponto de vista político ou econômico. As propostas de iniciativas de

cooperação técnica se mostram cada vez mais diversificadas e complexas, ainda que se possa questionar sua efetividade.

Apesar de haver um esforço no estabelecimento de cooperação técnica entre as partes (Brasil e China), há uma tendência evidente de se priorizar os setores de infraestrutura, o que encontra sua explicação em uma China preocupada com sua segurança energética e de matérias-primas. Se somamos as necessidades chinesas por matérias-primas e energia, sua acumulação de capital, sua esquivia de grandes enfrentamentos em áreas já dominadas por outras potências e a grande capacidade de assumir riscos maiores que outras potências pelo fato de alguma parte de seus investimentos serem direcionados claramente com motivos estratégicos, temos um quadro interessante. Como contrapontos à imposição de um modelo evidentemente Norte-Sul de relações políticas e econômicas, podem ser destacadas algumas iniciativas para o caso sino-brasileiro. Certamente o programa CBERS se destaca como um modelo de cooperação sul-sul em temas tecnológicos. Contudo, embora a iniciativa permaneça em funcionamento, seu início já tem mais de duas décadas e não se vislumbra no horizonte outra iniciativa com o mesmo peso e significado. É necessário salientar os esforços em torno das subcomissões da COSBAN, mas igualmente necessário ressaltar que se existem resultados altamente satisfatórios, eles não saltam aos olhos.

Obviamente, não foi objetivo deste trabalho esgotar as possibilidades de discussão sobre as relações da China com a América Latina nos termos da Cooperação Sul-Sul. Nosso esforço se concentrou no entendimento sistêmico da possibilidade de cooperação e nas implicações da ascensão da China para a região. Além disso, buscou lançar luz ao atual estágio das relações e possibilidades de cooperação. Acreditamos que esse entendimento mais abrangente é importante para aprofundar os estudos em outros sentidos. Em síntese, pode-se dizer que os condicionantes sistêmicos são fortes o bastante para mitigar iniciativas mais amplas de cooperação Sul-Sul. A América do Sul se mostrou mais capaz levar adiante projetos que podem interferir positivamente em seus interesses. A manutenção desses indícios dependerá do sentido em que se processará a alteração estrutural do sistema-mundo. Para apontamentos mais concretos, portanto, é necessário um acompanhamento do sentido da cooperação construída. O esgotamento do ciclo político progressista na região sul-americana pode interferir negativamente na construção de parcerias de cooperação mais atentas às necessidades do desenvolvimento regional. Sustentamos que os fatores estruturais são fortes o bastante para determinar a reprodução do padrão dependente que caracterizou a inserção internacional latino-americana historicamente. Talvez a predisposição chinesa em manter as

relações amistosas com o mundo em desenvolvimento mude conforme mude sua estrutura econômica e a ênfase no novo Bandung perca cada vez mais importância.

Em termos locais, uma maneira de verificar o aprofundamento da cooperação talvez seja verificar com mais atenção o desenrolar dos projetos específicos em cooperação para desenvolvimento de tecnologias e compará-los com resultados efetivos por meio das ferramentas de mensuração de inovação e aprendizagem e dos encadeamentos produtivos. Recentemente a CEPAL, em parceria com o IPEA, lançou uma pesquisa abrangente sobre as cadeias produtivas na América do Sul. O diretório de pesquisas para alteração estrutural e inovação tecnológica da CEPAL também tem avançado na construção de metodologias e banco de dados referentes aos índices de inovação e aprendizagem na região. Uma maneira de relacionar esses dados poderia ser uma forma interessante de trazer análises empíricas e encontrar relações causais entre o desenvolvimento e as práticas de cooperação.

A falta de clareza nos dados provenientes da China também se mostrou um grande problema. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de acompanhar e classificar as transferências da China para a região em termos atuais daquilo que se considera como iniciativas que carregam em si potencial para serem classificadas como Cooperação Sul-Sul.

REFERÊNCIAS

ALIANZA DEL PACÍFICO. **Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico**. Antofagasta: [s.n.]. 2012. p. 1-9.

ALLISON, G. The Thucydides trap: are the US and China headed for war? **The Atlantic**, Washington D.C., set. 2015. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756/>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

ALMEIDA FILHO, N.; LOPES, T. C. **Conceito do Planejamento Econômico que emerge da Teoria Geral de Keynes**. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). Rio de Janeiro: Associação Keynesiana Brasileira. 2011. p. 01-15.

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. China Global Investment Tracker. **Worldwide Chinese Investment & Construction (2005-2016)**, 2016. Disponível em: <<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

AMSDEN, A. **A ascensão do resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: Unesp, 2009.

ANABTAWI, S. Neutralists and neutralism. **The Journal of Politics**, Chicago, 27, n. 02, maio 1965. 351-361. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2128077>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARANDA, I. R. Chile y China: 40 años de de relaciones de cooperación y amistad. In: LEE, Y. T.; WU, H. **Chile y China: cuarenta años de política exterior**. Santiago: RiL editores, 2011. p. 167-208.

ARENAL, C. **Introducción a las Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1990.

ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jun. 2007. Disponível em: <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/ARIENTE_2007.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2014.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ARRIGHI, G.; LU, Z. **Beyond the Washington Consensus: a New Bandung?** Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 2011.

AYERBE, L. F. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: UNESP: programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

AYLLÓN, B. O sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: evolução histórica e dimensões teóricas. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, 5, n. 8, jan. 2006. 5-23.

AYLLÓN, B. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, A. D. M. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. p. 277.

BAMBIRRA, V. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Mexico DF: Siglo Veintiuno, 1974.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1991: o desafio do desenvolvimento**. Banco Mundial. Washington DC. 1991.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, jul-dez 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007>. Acesso em: 15 maio 2016.

BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BARAN, P. Sobre a economia política do atraso. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 107-122.

BARBÉ, E. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1995.

BARBOSA, W. N. **O problema da metodologia na prática da pesquisa social**. São Paulo, p. FFLCH-USP. 1992.

BARRAL, W.; PERRONE, N. China e Mercosul: perspectivas para o comércio bilateral. **Pontes**, v. 3, n. 5, p. 1, out. 2007. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/china-e-mercosul-perspectivas-para-o-com%C3%A9rcio-bilateral>>. Acesso em: 21 out. 2012.

BARROCAL, A. O ouro de Pequim. **Carta Capital**, v. XXI, n. 851, p. 18-23, maio 2015.

BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto ; Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 7-41.

BEDIN, G. A. O realismo político e as Relações Internacionais. In: BEDIN, G. A. O. O. M.; SANTOS JUNIOR, R. B.; MIYAMOTO, S. **Paradigmas das Relações Internacionais**. 3ª. ed. Ijuí: Unijuí, 2011. p. 57-134.

BERNAL-MEZA, R. **América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales**. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2005.

- BETTELHEIM, C. A problemática do "subdesenvolvimento". In: PEREIRA, L. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. Cap. 3, p. 51-69.
- BETTELHEIM, C. **Planificação e crescimento acelerado**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- BETTELHEIM, C. **Revolução Cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BIATO JUNIOR, O. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. I, 2000. p. 15-68.
- BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista CEPAL**, Santiago, n. 97, abr. 2009. 173-194. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35860/rve97bielschowsky.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- BIERSTEKER, T. The triumph of liberal economic ideas in the developing world. In: STALLINGS, B. **Global Change, Regional Response: the new international context of development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BLOMSTRÖM, M.; HETTNE, B. **Development theory in transition: Third World responses**. London: Zed Books, 1984.
- BOCCARA, P. **O capitalismo monopolista de Estado: tratado marxista de economia política**. Lisboa: Seara Nova, v. 1, 1976.
- BRAUTIGAM, D. Aid "with chinese characteristics: chinese foreign aid and development finance meet the OECD-DAC aid regime. **Journal of international development**, n. 23, 2011. 752-764. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.1798/epdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- BRAUTIGAM, D. Chinese Development Aid in Africa: what, where, and how much? **american.edu**, 2012. Disponível em: <<http://www.american.edu/sis/faculty/upload/Brautigam-Chinese-Aid-in-Africa.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- BREMMER, I. **The end of free market: who wins the war between states and corporations**. New York: Portfolio, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O modelo Harrod-Domar e a substitubilidade dos fatores. **Estudos econômicos**, v. 5, n. 3, p. 7-36, set. 1975. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1975/75.modeloharrod-domar.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

- CABANA, S. L. **Cronología e historia de la cooperación sur-sur: un aporte desde Iberoamérica**. Programa Iberoamericano para fortalecimiento de la cooperación sur-sur. [S.l.]. 2014.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1977.
- CARR, E. H. **Vinte anos de crise (1919-1939): uma introdução aos estudos das relações internacionais**. 2ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- CARRIÇO, A. Os Livros Brancos da defesa da República Popular da China 1998-2010. **IDN Cadernos**, Lisboa, maio 2012.
- CASTELLS, M. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CEBC - CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Terceiro Pleno do Partido Comunista. **Carta Brasil China**, n. 9, p. 13-17, fev. 2014.
- CELAC. **Primera Reunión Ministerial del Foro CELAC-China**. Plan de Cooperación de los Estados Latinoamericanos y Caribeños - China (2015-2019). Beijing: CELAC. 2014.
- CEPAL. **América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica**. Santiago: CEPAL, 2015. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38196/S1500389_es.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.
- CEPÊDA, V. A. Revendo o lugar da democracia no processo de modernização - as matrizes da teoria fordista do desenvolvimento. **Teoria e Pesquisa - Revista de Ciências Sociais**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 97-116, jul-dez 2008. Disponível em: <http://www.btd.ufscar.br/tde_arquivos/15/TDE-2011-06-03T172104Z-3761/Publico/3670.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.
- CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CHADEE, D.; QIU, F. Recent trend and emerging patterns of foreign direct investment in China. In: ALON, I. **Chinese culture, organizational behavior, and international business management**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2003.
- CHAN, K. W.; ZHANG, L. The Hukou System and Rural-Urban Migration in China: processes and changes. **Center for Studies in Demography and Ecology - University of Washington**, 1996. Disponível em: <<https://csde.washington.edu/downloads/98-13.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.
- CHANG, H.-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHANG, H.-J. **Bad samaritans: the myth of free trade and the secret history of capitalism**. New York: Bloomsbury, 2007.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHI, F.; GAO, S. **Theory and reality of transition to a market economy**. Beijing: Foreign Language Press, 1995.

CHIMIENI, Á.; CREUTZFELDT, B. Strategies and counter-strategies: China in the Andean Region of South-America. **Working Paper Series - London School of Economics and Political Science**, London, n. 1, p. 1-15, 2014. Acesso em: 10 jun. 2015.

CHINA. **Provisions of the State Council on the Encouragement of Foreign Investment**. State Council. Beijing. 1986.

CHINA. **China's National Defense**. State Council. Beijing. 1998.

CHINA. **China's National Defense in 2000**. State Council. Beijing. 2000.

CHINA. **Provisions on Guiding Direction of Foreign Investment**. State Council. Beijing. 2002.

CHINA. **Decree of the State Council of the People's Republic of China: interim regulations on supervision and management of enterprise state-owned assets**. STATE COUNCIL. Beijing. 2003.

CHINA. **China's Peaceful Development Road**. State Council. Beijing. 2005.

CHINA. China's African Policy. **White Papers**, 2006. Disponível em: <http://en.people.cn/200601/12/eng20060112_234894.html>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CHINA. China's Policy Paper on Latin America and Caribbean. **White Paper**, 2008. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm>. Acesso em: 15 abr. 2012.

CHINA. China-Africa Economic and Trade Cooperation. **White Papers**, 2010. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2010-12/23/content_1771603.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CHINA. China's Foreign Aid. **White papers**, 2011. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2011-04/21/content_1849913.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CHINA. **The Path of China's Peaceful Development: What It Is About**. State Council of the People's Republic of China. Beijing. 2011.

CHINA. **China's foreign aid**. Information Office of the State Council. Beijing. 2011b.

CHINA. Catalogue for the Guidance of Foreign Investment Industries (Amended in 2011). **Ministry of Commerce of People's Republic of China**, 2012. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/article/policyrelease/aaa/201203/20120308027837.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

CHINA. Latin america. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**, Beijing, 2012. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhdq_665435/3447_665449/>. Acesso em: 29 out. 2013.

CHINA. China-Africa Economic and Trade Cooperation. **White Papers**, 2013. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986536.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CHINA. **Decision of the Central Committee of the Communist Party of China on Some Major Issues Concerning Comprehensively Deepening the Reform**. 18th Central Committee of the Communist Party of China. Beijing: [s.n.]. 2013.

CHINA. China's Foreign Aid. **White Papers**, 2014. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CHINA. Forjar la "versión actualizada" de la cooperación práctica entre China y América Latina y el Caribe mediante el nuevo modelo 3x3. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**, 2015. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/t1266013.shtml>>. Acesso em: 22 Agosto 2015.

CHINA. 外商投资产业指导目录（2015年修订）. 中华人民共和国国家发展和改革委员会, 2015. Disponível em: <<http://www.sdpc.gov.cn/zcfb/zcfbl/201503/W020150402620481787669.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

CHINA AGREES. to Limit Currency Interventions, Jacob Lew Says. **The Wall Street Journal**, 2015. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/china-agrees-to-limit-currency-moves-u-s-treasury-secretary-says-1435184347>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

CHINA. tem apostas altas no conflito no Iêmen. **Pravda**. Disponível em: <http://port.pravda.ru/science/04-04-2015/38411-china_iemen-0/>. Acesso em: 04 abr. 2015.

CHINA; PORTUGAL. Declaração Conjunta Do Governo Da República Portuguesa e Do Governo Da República Popular Da China Sobre a Questão De Macau. **Imprensa oficial - Região Administrativa Especial de Macau**, 26 mar. 1987. Disponível em: <<http://bo.io.gov.mo/bo/i/88/23/dc/pt/>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

CIC. Investment Activities. **China Investment Corporation**, 2015. Disponível em: <http://www.china-inv.cn/wps/portal!/ut/p/a1/jZLBcoIwEIZfpR480iwQCBxToIiW1hE6Chcm2IiZUXDEcvDpG3F6JJBcspnv3_13Z1GOdiivWScqdhNNzU6POLeLT7BB9xJYQkzfgToQxF_mMlptbAlkg4ARYkOpD_71XkgXmHwAAHYMiPy3hU_cGCCyp-lh4FBQ6i1Q-u-BSfUVwMj8MqknQ4AHJkpQjvKtFxfrcGX6I6jbQikpevr>. Acesso em: 04 ago. 2015.

CLARK, D.; STANLEY, D. Determinants of intra-industry trade between development countries and the United States. **Journal of Economic Development**, v. 24, n. 2, p. 79-95, dez. 1999. Disponível em: <<http://jed.or.kr/full-text/24-2/clark.PDF>>. Acesso em: 29 maio 2016.

COLACRAI, M. et al. **Escenarios y desafíos de la cooperación sur-sur: 30 años de la declaración de Buenos Aires**. Centro de Investigación en Cooperación Internacional y Desarrollo. Buenos Aires. 2009.

COLACRAI, M. et al. **Escenarios y desafíos de la cooperación sur-sura 30 años de la declaración de Buenos Aires**. Centro de Investigación en Cooperación Internacional y Desarrollo. Buenos Aires. 2009.

COMINTERN. Los cuatro primeros congresos de la internacional comunista: tesis y adiciones sobre los problemas nacional y colonial. **Cuadernos del Pasado y Presente**, Córdoba, nov. 1973. 151-160.

COOPER, A.; FLEMES, D. Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review. **Third World Quarterly**, 34, n. 6, 2013. 943-962. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2013.802501>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CORREIA, W. A Utopia de Thomas Morus: sonho ou contestação? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. Especial 08 anos, 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/096/96esp_correia.htm>. Acesso em: 07 17 2015.

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, 16, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100003>. Acesso em: 04 jun. 2014.

CUI, Z.; UNGER, R. M. China in the Russian Mirror. **New Left Review**, n. 208, nov-dez 1994.

CURADO, P. R. F. A rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética e a promoção do desenvolvimento na periferia global!. **Textos de Economia'**, Florianópolis, 17, n. 2, 2014. 75-106.

DELEYNE, J. **A economia da China**. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

DENG, X. **Speech by chairman of the delegation of the People's Republic of China**. Special Session of the U.N. General Assembly. Beijing: Foreign Language Press. 1974.

DENG, X. We must safeguard world peace and ensure domestic development. **Selected Works of Deng Xiaoping - Volume III (1982-1992)**, 2016. Disponível em: <<http://www.people.com.cn/english/dengxp/home.html>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

DEUTSCHER, I. O Maoísmo: origens, antecedentes e perspectivas. In: _____ **Problemas e perspectivas do socialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

DI CIOMMO, M. **O futuro da cooperação para o desenvolvimento: o papel crescente dos doadores emergentes**. Development Initiatives. [S.l.]. 2014.

DIETRICH, C. **People's China**. New York ; Oxford: Oxford University Press, 1986.

DOS SANTOS, T. Teoria da dependência: um balanço teórico e histórico, 2000. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/283339/mod_resource/content/1/ateoriadadependencia.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2015.

DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

ECUADOR. En Macao se reúne Primer foro CELAC-China sobre infraestructura. **Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana**, 2015. Disponível em: <<http://www.cancilleria.gob.ec/en-macao-se-reune-primer-foro-celac-china-sobre-infraestructura/>>. Acesso em: 14 Dezembro 2015.

EL TELEGRAFO. La ciencia y tecnología serán el eje del I Foro Celac-China. **El telegrafo**, 2015. Disponível em: <<http://telegrafo.com.ec/noticias/informacion-general/item/la-ciencia-y-tecnologia-seran-el-eje-del-i-foro-celac-china.html>>. Acesso em: 14 Dezembro 2015.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. China nega ser maior economia do mundo. **Notícias de Atualidade**, 2015. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1230989.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 5ª. ed. São Paulo: Global, 1984.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FAJNZYLBBER, F. **Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío"**. Santiago: CEPAL, 1990.

FENG, Z. The rise of Chinese exceptionalism in international relations. **European Journal of International Relations**, 19, n. 2, 2011. 305-328. Disponível em: <<http://ejt.sagepub.com/content/19/2/305.full.pdf+html>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

FENG, Z.; HUANG, J. China's strategic partnership diplomacy: engaging with a changing world. **European Strategic Partnership Observatory Working Paper**, Madrid, n. 8, p. 1-20, jun. 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjotYr71MDNAhVCHJAKHX-3Ac8QFggjMAA&url=http%3A%2F%2Ffride.org%2Fdownload%2Fwp8_china_strategic_partnership_diplomacy.pdf&usg=AFQjCNEDIGKk13hVPGBxFrvTpAJwNyrVAw&sig>. Acesso em: 24 jun. 2016.

FOCAC. **Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development**. Forum on China-Africa Co-operation - Ministerial Conference 2000. Beijing: [s.n.]. 2000.

FRANK, A. G. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. 2ª. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973.

FUKUYAMA, F. The end of history. **The National Interest**, Summer 1989. Disponível em: <<https://ps321.community.uaf.edu/files/2012/10/Fukuyama-End-of-history-article.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 329-355.

GALLAGHER, K.; MYERS, M. China Latin-America Finance database. **Inter-American Dialogue**, 2016. Disponível em: <http://www.thedialogue.org/map_list/>. Acesso em: 08 abr. 2016.

GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: UNB, 2002.

GIRMA, S.; GONG, Y.; GÖRG, H. What determines innovation activity in Chinese State-owned enterprises? The role of foreign direct investment. **World Development**, 4, n. 37, abr. 2009. 866-873. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/46507392_What_Determines_Innovation_Activity_in_Chinese_State-Owned_Enterprises_The_Role_of_Foreign_Direct_Investment>. Acesso em: 02 fev. 2016.

GONÇALVES, R. **Vagão descarrilhado**: o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HABERMAS, J. Técnica e ciência como "ideologia" [1968]. **A foice e o martelo**, 1987. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Habermas,%20J%C3%BCrgen/T%C3%A9cnica%20e%20ci%C3%Aancia%20como%20ideologia.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

HALLIDAY, F. A Guerra Fria e seu fim: consequências para a teoria de relações internacionais. **Contexto Internacional**, 46, n. 2, 1994. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=259&sid=45>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

HAMILTON, A. Report on manufacturing, 1791. Disponível em: <http://www.constitution.org/ah/rpt_manufactures.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

HARDING, H.; ALLEN, W.; ROSS, R. China's foreign relations after Tiananmen: challenges for the U.S. **Analysis: the national bureau of Asian and Soviet Research**, Seattle, v. 1, n. 3, p. 05-31, dez. 1990. Disponível em: <<http://www.nbr.org/publications/nbranalysis/pdf/vol1no3.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2016.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HOBBS, T. **Leviatã ou a matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. 3ª. ed. São Paulo: Ícone, 2008.

HOBSBAWM. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNG, H.-F. A Guerra Fria, a China e a ascensão e queda da hegemonia do dólar americano. In: VIEIRA, R. D. L. **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista**. Marília: Cultura Acadêmica ; Oficina Universitária, 2013. p. 15-48.

JEFFERSON, G. H. How Has China's Economic Emergence Contributed to the Field of Economics? **Comparative Economic Studies**, n. 50, 2008. 167-209. Disponível em: <<http://www.palgrave-journals.com/ces/journal/v50/n2/abs/ces200814a.html>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

JENKINS, R. Latin America and China – A New Dependency? **School of development studies**, Norwich, 2012. Disponível em: <https://ueaeprints.uea.ac.uk/40412/1/China_LA_Dependency_TWQ_Rev.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

JIN, C. The World and the China in the next decades: a perspective from international politics. In: _____ **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: FUNAG, 2011.

JOHNSON, C. K. **Decoding China's emerging "Great Power" strategy in Asia**. Washington D.C.: Center for Strategic & International Studies, 2014.

KANT, I. **A paz perpétua**. Covilhã: LusoSofia Press, 2008. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf>. Acesso em: 02 out. 2012.

KAPLAN, R. D. How we would fight China? **The Atlantic**, Washington D.C., jun. 2005. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2005/06/how-we-would-fight-china/303959/>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

KENNEDY, S. The Myth of th Beijing Consensus. **Journal of Contemporary China**, Denver, v. 19, n. 65, p. 461-477, jun. 2010. Disponível em: <<http://chinatrack.typepad.com/files/kennedy-myth-pub-june-10.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KINDLEBERGER, C. **Power and money: the politics of international economics and the economics of international politics**. New York: Basic books, 1970.

KINDLEBERGER, C. Dominance and leadership in the International Economy: exploitation, public goods, and free rides. **International Studies Quarterly**, 25, 1981. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2600355?uid=2&uid=4&sid=21104268191123>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. Lisboa: Gradiva, 2007.

KISSINGER, H. **Da China: uma perspectiva profunda sobre a história da nova superpotência do século XXI**. [S.l.]: [s.n.], 2011.

KISSINGER, H. et al. **O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência asiática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KITANO, N.; YUKINORI, H. Estimating China's Foreign Aid 2001-2013. **Japan International Cooperation Agency Research Institute - Working Paper**, Ichigaya, n. 78, jun. 2014. Disponível em: <https://jica-ri.jica.go.jp/publication/assets/JICA-RI_WP_No.78_2014.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.

KRASNER, S. **Structural conflicts: the Third World against global liberalism**. Berkeley: University of California Press, 1985.

KUHN, T. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1970. Disponível em: <http://projekintegracija.pravo.hr/_download/repository/Kuhn_Structure_of_Scientific_Revolutions.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

LANGE, O. **Oskar Lange: economia**. São Paulo: Ática, 1981.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. **Observador on-line**, Rio de Janeiro, 7, n. 03, mar. 2012. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

LEITE, P. S. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf>. Acesso em: 26 set. 2012.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Dragone, 1962.

LENIN, V. I. **Selected Works**. Moscow: Progress Publishers, v. 3, 1967.

LENIN, V. I. As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo. **Marxists Internet Archive**, 2000. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

LEONTIEFF, W. Domestic production and foreign trade: the American capital position re-examined. **Proceedings of the American Philosophical Society**, n. 97, p. 331-349, 1953.

LI, D.; WU, C. The ownership school vs. the management school of the state enterprise reform: evidence from China. **William Davidson Working Paper**, n. 435, jan. 2002.

LI, X. China's Foreign Aid and Aid to Africa: overview. **http://www.oecd.org/dac/povertyreduction/**, 2015. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/povertyreduction/40378067.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

LIN, J. Y. The Needham puzzle: why the industrial revolution did not originate in China. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, 43, n. 2, jan. 1995. 269-292. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1154499>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

LINGLING, W.; DAVIS, B. A dura batalha da China contra o excesso de capacidade da indústria. **The Wall Street Journal**, 17 jul. 2014. Disponível em: <<http://br.wsj.com/articles/SB10001424052702304453104580033884260405998>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. 3ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LUM, T. et al. **China's Foreign Aid Activities in Africa, Latin America and Southeast Asia**. US Congress. [S.l.]. 2009.

LÜTHI, L. The People's Republic of China and the Warsaw Pact Organization, 1955-63. **Cold War History**, 07, n. 04, nov. 2007. 479-494. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14682740701621762#.VOYtj-aG9HU>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

LYRIO, M. C. **A Ascensão da China como potência: fundamento políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.

MACHADO, L. P. Alcance e limites das Teorias da Modernização. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, 2, n. 10, jul-set 1970. 169-192. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v10n3/v10n3a08.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MADDISON, A. **Chinese economic performance in the long run**. [S.l.]: Development Centre Studies OECD, 2007. Disponível em: <<http://browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/4107091e.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. 5ª. ed. Mexico DF: Siglo Veintiuno, 1974.

MARIUTTI, E. B. Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de um diálogo. **Texto para discussão - Instituto de Economia da Unicamp**, Campinas, n. 218, abr. 2013. 1-49. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3267&tp=a>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

MARTI, M. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MARTÍN, R. Cátedra de Cooperación Internacional y con Iberoamérica. **El tamaño importa: la financiación reembolsable en la Cooperación Sur-Sur de China, Índia, Venezuela y Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.cooperacionsursur.org/images/docs/2015/dtcss-coiba-2015.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, C. **El Capital: crítica de la economía política**. 2ª. ed. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica, v. I, 1973.

MARX, C. **El Capital: crítica de la economía política II**. 2ª. ed. Mexico D. C.: Fondo de Cultura Económica, v. II, 1973.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I.** 19^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política. **Marxists Internet Archive**, 2007. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/concritconpoli/introducao.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** 2^a. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

MATTA, J. E. Chile y la República Popular China 1970-1990. **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 24, n. 95, p. 347-367, 1991. Disponível em:
<<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/15523>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

MATTEDI, C. R. Uma análise crítica da Teoria da Dependência: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais. **Política e Sociedade**, Florianópolis, set. 2002. 95-101. Disponível em:
<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCcQFjAB&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Fpolitica%2Farticle%2Fdownload%2F4932%2F4291&ei=ISQQVarVMZa2yASKqoH4Bg&usg=AFQjCNGwX9Gc_u2D_Uibj-L9hXFVna4yVQ>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MATTLIN, M. Chinese strategic state-owned enterprises and ownership control. **Asia Papers**, 4, n. 6, 2009.

MAYOL, A.; AHUMADA, J. M. **Economía política del fracaso.** Santiago: Ocho Libros, 2014.

MCKINLAY, R.; LITTLE, R. A foreign policy model of U.S. bilateral aid allocation. **World Politics**, Cambridge, v. 30, n. 1, p. 58-86, out. 1977. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/2010075>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

MEARSHEIMER, J.; WALT, S. **Leaving the theory behind: hypothesis test has become bad for IR.** Harvard Kennedy School. Cambridge, p. 55. 2013.

MEDEIROS, C. A. D. Globalização e inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MEDEIROS, C. A. D. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, G. M. L. D. Antagonismos entre Aliança do Pacífico e Mercosul. **Boletim Mundorama**, Brasília, 11 jan. 2014. Disponível em:
<<http://mundorama.net/2014/01/11/antagonismos-entre-alianca-do-pacifico-e-mercosul-por-guilherme-moreira-leite-de-mello/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MILANI, C. Evolução histórica da Cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, A. D. M. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2014. p. 277. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

- MITCHELL, D. J. China and the developing world. In: CSIS **The China Balance Sheet in 2007 and Beyond**. Washington: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://csis.org/programs/freeman-chair-china-studies/china-balance-sheet/papers>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- MONARDES, R. C. **Chile y el subdesarrollo: el pasado que nos espera**. Santiago: Cesoc, 2010.
- MONTINOLA, G.; YINGYI, Q.; WEINGAST, B. Federalism, Chinese Style: the political basis for economic success in China. **World Politics**, 48, n. 1, out. 1995. 50-81.
- MOREIRA, S. B.; CRESPO, N. Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, mai-ago 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/29899/19361>>. Acesso em: 18 dez. 2015.
- MORGENTHAU, H. A political theory of foreign aid. **The American Political Science Review**, 56, n. 2, jun. 1962. 301-309. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1952366>>. Acesso em: 27 maio 2015.
- MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2003.
- MORUS, T. **Utopia**. Kindle Edition: Cultvox, 2012.
- MOYO, D. **O vencedor leva tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- MURPHY, M. Decoding Chinese politics: intellectual debates and why they matter. **Center for Strategig and International Studies**, jan. 2008.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. **China Statistical Yearbook**. Beijing: China Statistics Press, 2013.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. **China Statistical Yearbook**. Beijing: China Statistics Press, 2013.
- NAUGHTON, B. **Growing out of the plan: Chinese reform, 1978-1993**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- NAUGHTON, B. After the Third Plenum: Economic Reform Revival Moves toward Implementation. **China Leadership Monitor**, 14 mar. 2014. 1-14. Disponível em: <<http://www.hoover.org/sites/default/files/uploads/documents/CLM43BN.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2015.
- NBS. National Bureau of Statistics of China, 10 out. 2015. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>.
- NEEDHAM, J. **Science and civilisation in China**. Cambridge: Univesity Press, 1954. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact>>

=8&ved=0CB4QFjAAahUKEwjh7Yq5revGAhVCjJAKHYSgBR8&url=http%3A%2F%2Fmonoskop.org%2Fimages%2F3%2F30%2FNeedham_Joseph_Science_and_Civilisation_in_China_Vol_1_Introductory_Orientatio>. Acesso em: 21 jul. 2015.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOGUEIRA, U. Sino-Latin American relations in the twenty-first century: partners or rivals? In: OLIVEIRA, H. A. D. **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 125-142.

NON-ALIGNED MOVEMENT. **Economic Declaration**. 4th Summit Conference of Heads of State or Government of the Non-Aligned Movement. Algiers: [s.n.]. 1973. p. 57-100.

NOVE, A. **A economia do socialismo possível**. São Paulo: Ática, 1989.

NYE JR, J.; KEOHANE, R. **Power and interdependence**. New York: Harper Collins, 1989.

OCAMPO, J. A. América Latina frente a la turbulencia económica mundial. In: BÁRCENA, A.; PRADO, A. **Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y Caribe a inicios del siglo XXI**. Santiago: CEPAL, 2015. p. 93-110. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37648/S1500293_es.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2015.

OECD. **The Paris Declaration on Aid Effectiveness**. OECD. Paris, p. 23. 2005.

OECD. The DAC: 50 years, 50 highlights. **Development Assistance Committee (DAC)**, 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/46717535.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

OECD. **Fourth High Level Forum on Aid Effectiveness**. Alianza de Busan para la Cooperación Eficaz al Desarrollo. Busan: OECD. 2011.

OECD. **Net ODA (indicator)**. OECD. [S.l.]. 2016.

OLIVEIRA, A. L. S. D. **O investimento direto das empresas chinesas no Brasil: um estudo exploratório**. UFRJ/COPPE. Rio de Janeiro. 2012.

OLIVEIRA, A. P. Coréia do Sul e Taiwan enfrentam o desafio da industrialização tardia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 17, jan-abr 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100004>. Acesso em: 10 jun. 2011.

OLIVEIRA, H. A. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, p. 9-30, jan-jun 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n1/v47n1a02.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

OLIVEIRA, M. F. D. A grande ilusão: a visão sul-americana sobre a China. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. **Nós e a China: impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. São Paulo: LCTE, 2009. p. 309-317.

OLIVEIRA, O. M. D. Paradigma da dependência. In: BEDIN, G. A., et al. **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2011. p. 256.

OSORIO, J. El neoestructuralismo y el subdesarrollo: una visión crítica. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 183, p. 134-150, jan-fev 2003.

OURIQUES, H. R.; VIEIRA, P. A.; ARIENTI, P. F. O fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Publicações Online, n. 36, out. 2013. 31-62. Disponível em: <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/19/52>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PANKAJ, A. K. Revisiting Foreign Aid theories. **International Studies**, New Delhi/Thousand Oaks/London, 42, n. 2, 2005. 103-121. Disponível em: <<http://isq.sagepub.com/content/42/2/103.full.pdf+html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

PAULINO, L. A. Os impactos do comércio da China nos mercados emergentes da América Latina. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. **Nós e a China: impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. 203-217: LCTE, 2009.

PAUSELLI, G. Teorías de Relaciones Internacionales y la explicación de la ayuda externa. **Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo**, 2, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fried.unizar.es%2Findex.php%2Frevista%2Farticle%2FviewFile%2F65%2F29&ei=sQ6IVfXAAZDVoAScnaoDQ&usq=AFQjCNG42j2_CeGtY54M2WCjUuG3gXnZ7g&sig2=BTw->>. Acesso em: 26 fev. 2015.

PBC. 金融机构人民币贷款基准利率（2015年10月24日更新）. **The People's Bank of China**, 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.pbc.gov.cn/zhengcehuobisi/125207/125213/125440/125838/125888/2968985/index.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

PECEQUILO, C. **A política externa do Estados Unidos: continuidade ou mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PEDROZO, G. E. **Reestruturação das Instituições de Controle das Empresas Estatais chinesas**. Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP. Marília. 2012.

PEDROZO, G. E. **Reestruturação das Instituições de Controle das Empresas Estatais chinesas: Marília: UNESP, 2012. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP. Marília. 2012.

PEDROZO, G. E. O socialismo de mercado chinês sob a ótica da propriedade: considerações sobre a Terceira Sessão Plenária do 18º Congresso do Partido Comunista. **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, n. 35, jan. 2016. 98-136. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B2cUT02EXXyLMWN3V0xWSWJCazA/view>>. Acesso em: 01 out. 2016.

PEDROZO, G.; SILVA, M.; PIRES, M. A China e o desempenho das exportações brasileiras na América Latina: período 1990-2010. In: SANTILLÁN, G. **II Seminário Iberoamericano de estudios asiáticos y latinoamericanos China y América Latina: perspectivas hacia la integración**. Córdoba: [s.n.], 2012. p. 1-25. Disponível em: <

conicet.gob.ar/asialatinoamerica/textos/12%20bPedrozo%20Da%20Silva%20cordeiro.htm>. Acesso em: 08 fev. 2016.

PEOPLE'S DAILY. Five Principles of Peaceful Coexistence. **About China**, 2007. Disponível em: <<http://en.people.cn/92824/92845/92870/6441502.html>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do combate à pobreza. **Topoi**, 11, n. 21, jul-dez 2010. 260-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00260.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

PIRES, M. C. Os desafios da concorrência chinesa para a economia brasileira. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. **Nós e a China: impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. São Paulo: LCTE, 2009. p. 95-116.

PIRES, M. C. Os desafios da concorrência chinesa para a economia brasileira. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. **Nós e a China: impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. São Paulo: LCTE, 2009. p. 95-116.

PIRES, M. C. A estratégia de modernização da China como expressão de um "modelo asiático". In: PIRES, M. C.; PAULINO; ANTONIO, L. **As relações China-América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. São Paulo: LCTE, 2011.

PIRES, M. C. Desenvolvimento Pacífico Chinês frente à estratégia de "um século americano no Pacífico". **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, 2, n. 3, 2013.

PIRES, M. C. **A política de desenvolvimento pacífico da China: uma estratégia em xeque**. Congresso nacional ALADAA de Argentina. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. 2014.

PIRES, M. C.; SANTILLÁN, G. Reflexões sobre a relação China e América Latina. In: SERBIN, A.; MARTINEZ, L.; RAMANZINI JUNIOR, H. **Atlántico vs. Pacífico? America Latina y el Caribe, los cambios regionales y los desafíos globales**. Buenos Aires/La Habana/São Paulo: Cordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2014. p. 343-380.

PONTES. A Aliança do Pacífico: tensões entre projetos de integração na América Latina. **PONTES - Informações e Análises sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável**, Geneva, 8, n. 5, ago. 2012. 14-17. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/issue-archive/o-mercosul-na-encruzilhada>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamiento económico. **Comercio Exterior**, 37, maio 1987. Disponível em: <<http://www.revistacomercioexterior.com/rce/magazines/198/1/RCE1.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

PREBISCH, R. Por uma nova política comercial em prol do desenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 373-422.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 2013. Disponível em:

<http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2014.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas, 2013. Disponível em: <http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2014.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. Disponível em: <http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2014.

RAMO, J. C. **Beijing consensus**. London: Foreign Policy Centre, 2004. Disponível em: <<http://fpc.org.uk/publications/TheBeijingConsensus>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

REPUBLIC OF INDONESIA. **Final Communiqué**. The Asian-Africa conference of Bandung. Bandung: The Ministry of Foreign Affairs. 1955. p. 1-10.

RIBEIRO, D. **A América Latina existe?** Brasília: UNB, 2010.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

RODRÍGUEZ, M. E. ¿China o Taiwan?: las paradojas de Costa Rica y Nicaragua (2006-2008). **Revista de ciencia política (Santiago)**, Santiago, v. 33, n. 2, p. 513-532, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/revcipol/v33n2/art05.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 265-276.

ROSTOW, W. A decolagem para o crescimento econômico autossustentado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 181-211.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RUTTAN, V. Why Foreign Economic Assistance? **Economic Development Center**, v. 87, n. 2, p. 411-424, 1987. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/7481/1/edc87-02.pdf>>. Acesso em: 12 17 2015.

SANGREMAN, C. A teoria da cooperação internacional para o desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa. **Documentos de trabalho: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento**, Lisboa, n. 80, 2009. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/80.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SANTOS, B. G. O ciclo econômico da América Latina nos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. **Revista do BNDES**, Brasília, n. 43, p. 205-251, Junho 2015. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/6242/1/RB%2043%20O%20ciclo%20econ%C3%B4mico%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina_P%20.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SANTOS, T. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. **Cuadernos de estudio socio-econômicos (CESO)**, Santiago, n. 11, 1970.

SARTINI, B. A. et al. Uma introdução a Teoria dos Jogos. **II Bienal da SBM**, Salvador, 25 out. 2004. 1-64. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~rvicente/IntroTeoriaDosJogos.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SCHRÖDER, P. **Os desafios para um Antropologia do desenvolvimento no cenário atual**. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal: ABA - Associação Brasileira de Antropologia. 2014. p. 1-20.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, A. The concept of development. In: CHENERY, H.; SRINIVASAN, T. N. **Handbook of development economics**. Amsterdam: Elsevier, v. I, 1988.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIRK, S. **China: fragile superpower**. New York: Oxford University Press, 2007.

SILBER, S. D. Teorias do comércio internacional. In: VASCONCELLOS, M. A.; LIMA, M.; SILBER, S. **Gestão de negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-16.

SILVA, B. et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. O fim do longo século XX. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 77-96.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SOLOW, R. A contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, 70, n. 1, fev. 1956. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/Solow1956.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SONG, X. Historia de las relaciones entre China y Latinoamérica. In: BORDAZAR, L. B. **Las relaciones entre China y América Latina y los enigmas de los lazos históricos**. La Plata: Ediciones IRI, 2014. p. 17-55.

SOUZA, A. M. A cooperação internacional para o desenvolvimento da China e da Índia. In: SOUZA, A. M. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPES, 2014. p. 277.

SOUZA, L. E. S. D. Antecedentes desenvolvimentistas na formação intelectual de Raúl Prebisch. **Revista de Economia Política e História Econômica**, Maceió, 10, n. 33, jan. 2015. 05-17. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B2cUT02EXXyLTWdRNGwwWFAAtMms/view>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

SOUZA, M. L. **The logic of the China's strategic partnerships: foundations and motivations**. International Social Science and Business Research Conference. Kathmandu, Nepal: [s.n.]. 2014. p. 1-15.

SPECIAL UNIT FOR TCDC. **The Buenos Aires Plan of Action**. United Nations. Buenos Aires. 1978.

SPENCE, J. **Em busca da China moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STIGLITZ, J. The Chinese century. **Vanity Fair**, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.vanityfair.com/news/2015/01/china-worlds-largest-economy>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

STRANGE, S. International Economics and International Relations: a case of mutual neglect. **International Affairs**, 42, n. 2, 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2613829?uid=2&uid=4&sid=21104268191123>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

SUN, L. Societal transition: new issues in the field of the sociology of development. **Modern China**, jan. 2008. 88-113. Disponível em: <<http://mcx.sagepub.com/content/34/1/88>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

SURASKY, J. La gestión institucional de la Cooperación Internacional al Desarrollo ofrecida por la República Popular China. Buscando claridad en una voz fuerte. In: STAIANO, M. F. **El ordenamiento jurídico de la República Popular China en el marco del Derecho Internacional: planificación familiar, migraciones y cooperación**. La Plata: Ediciones IRI, 2014. p. 77-112.

SWEEZY, P. **Teoría del desarrollo capitalista**. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1974.

SWEEZY, P. **A sociedade pós-revolucionária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Record;COFECON;CEPAL: [s.n.], v. II, 2000. p. 589-608.

TEIXEIRA, A. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. **Revista de Economia Política**, v. 3, n. 4, out-dez 1983.

TESTE, T. **Teste: teste teste**. Marília: Testando, 2015.

THE ECONOMIST. **State Capitalism: the visible hand**. The Economist. London. 2012.

THWEATT, W. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

TOCQUEVILLE, A. **Democracia na América: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOLMASQUIM, M. T. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 27-38, out-dez 1991. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/44-2.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

TOMASELLO, M. **¿Por qué cooperamos?** Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

TRUMAN, H. S. **Inaugural Adress**. [S.l.]. 1949.

UNCOMTRADE. UN Comtrade database, 2014. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 27 set. 2014.

UNCTAD. UNCTADStat. **United Nations Conference on Trade and Development**, 2014. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

UNESCO. **The Pearson Report: a new strategy for global development**. UNESCO. Paris, p. 40. 1970.

UNITED NATIONS. **Nairobi outcome document of the High-level United Nations Conference on South-South Cooperation**. Resolution 64/222 of 21 December 2009. Nairobi: General Assembly. 2009.

UNITED STATES CONGRESS. **Five challenges tha China must overcome to sustain economic growth**. Cannon House Office Building. Washington DC. 2006.

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 19, nov. 2011. 57-79.

VALENZUELA, J. L. **CELAC como interlocutor en el diálogo sino-latinoamericano**. Impactos socioeconómicos y geopolíticos de las relaciones entre America del Sur y la República Popular China en le siglo XXI. Santiago: [s.n.]. 2015.

VASCONCELLOS, C. R. O comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intra-indústria. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 283-313, jan-mar 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402003000100012>. Acesso em: 28 jun. 2016.

VIEIRA, R. D. L. Contribuições da ESPM para estudos nas Relações Internacionais. **Redefinindo a Diplomacia num Mundo em Transformação - 5º Encontro Nacional da ABRI**, Belo Horizonte, 29 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.encontronacional2015.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhemFteyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjQ1NjQiO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiNTQwY2U1OTBkNmFmNGE2ZWZmZnZg1NjEyMTlkYzNjOWQiO30%3D>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

VIGEVANI, T. **Terceiro mundo: conceito e história**. São Paulo: Ática, v. 2ª, 1994.

- VIGEVANI, T. et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 83, 2011. 111-143.
- VINER, J. A economia do desenvolvimento. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 45-65.
- VIZENTINI, P. F. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- WALKER, R.; BUCK, D. The Chinese road to capitalism. **New Left Review**, n. 46, jul-ago 2007.
- WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno: Vol II - O mercantilismo e a consolidação da economia mundo-europeia, 1600-1750**. Lisboa: Afrontamento, 1979.
- WALLERSTEIN, I. **O Moderno Sistema-Mundo - Vol I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia nos século XVI**. Lisboa: Afrontamento, 1990.
- WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WALLERSTEIN, I. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 17-28.
- WEYE, L.; PUTTERMAN, L. Reforming China's SOEs: an overview. **Comparative Economic Studies**, n. 50, 2008.
- WILCZYNSKI, J. **A economia do socialismo**. São Paulo: Vértice, 1987.
- WILSON, W. **President Woodrow Wilson's Fourteen Points**. US Congress. Washington: [s.n.]. 1918.
- WILSON, W. **President Woodrow Wilson's Address in Favour of the League of Nations**. Pueblo, CO: [s.n.]. 1919.
- WOLF, C.; WANG, X.; WARNER, E. **China's Foreign Aid and Government-Sponsored Investment Activities: scale, content, destinations and implications**. Santa Monica: RAND Corporation, 2013. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR100/RR118/RAND_RR118.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- WORLD BANK. Indicators - Research and Development Expenditure. **The World Bank**, 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/GB.XPD.RSDV.GD.ZS>>. Acesso em: 24 jul. 2015.
- XI, J. **A governança da China**. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014.
- XIAOLE, N. China's research & development spend. **Nature**, Published Online, 29 abr. 2015. Disponível em:

<http://www.nature.com/nature/journal/v520/n7549_supp/full/520S8a.html#ref-link-1>. Acesso em: 08 mar. 2015.

XIAOYUN, L. et al. Difference and Indifference: China's development assistance Unpacked. **International Development Institute Bulletin**, Oxford, v. 45, n. 4, p. 22-35, jul. 2014.

XIATONG, F. **From the soil: the foundations of Chinese society**. Berkeley: University of California Press, 1992.

XINHUA. China names 6 SOEs for pilot reforms. **English.news.cn**, 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-07/15/c_133485883.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

XINHUA. Xi's "new normal" theory. **Xinhuanet**, 09 nov. 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-11/09/c_133776839.htm>.

XINHUA. China ventures into SOE mixed-ownership reform. **English.com.cn**, 2014b. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-07/11/c_133477278.htm>. Acesso em: 12 maio 2015.

XINHUA. China allows private capital into government-led projects. **English.news.cn**, 2014c. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-04/23/c_133284688.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

XINHUA. China Voice: Hukou reform to invigorate China's development. **English.news.cn**, 2014d. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2014-07/31/c_133523276.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

XINHUA. Especial: Ecuador acoge I Foro CELAC-CHINA sobre Ciencia, tecnología e Innovación. **Xinhuanet Español**, 2015. Disponível em: <http://spanish.xinhuanet.com/2015-09/16/c_134628416.htm>. Acesso em: 14 Dezembro 2015.

YAQIN, Q. Culture and global thought: Chinese international theory in the making. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona, n. 100, p. 67-90, dez. 2012. Disponível em: <http://www.cidob.org/en/content/download/58755/1526950/version/2/file/67-90_QIN%20YAQING_ANGLES.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016.

YASHENG, H. **Capitalism with Chinese characteristics**. New York: Cambridge University Press, 2008.

YU, X.; JIAO, L. “走出去”战略概述 (“zǒu chūqù” zhànlüè gàishù). **国务院侨务办公室 (Guówùyuàn qiáowù bàngōngshì)**, 2011. Disponível em: <<http://qwgzzyj.gqb.gov.cn/yjyt/159/1743.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

YUAN, P. La estrategia integral y la diplomacia pública de China en una nueva época. In: RODRÍGUEZ, I.; YANG, S. **La diplomacia pública de China en América Latina: lecciones para Chile**. Santiago: RIL Editores, 2013. p. 129-152.

ZHAN, S.; ANDREAS, J. **Beyond the Countryside: Hukou Reform and Agrarian Capitalism in China**. Land grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia. Chiang Mai: Ford Foundation, Transnational Institute, NWO and DFID. 2015. p. 1-26.

ZHANG, X.; LI, S. O novo clima de cooperação entre a China e a América Latina Brasília.
In: _____ **Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias**. Brasília:
NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003.

ZHENG, Y. China, an emerging power, is exploring tis own development model. **China
Economist**, n. 24, jan-fev 2010.

ZHU, R. **Report on the Outline of the Tenth Five-Year Plan for National Economic and
Social Development (2001)**. Fourth Session of the Ninth National People's Congress.
Beijing: [s.n.]. 2011. p. Published On-line.

ANEXO 1

RELAÇÃO DE ACORDOS E TRATADOS BILATERAIS VIGENTES

2.1. Brasil¹²²

ACORDO	DATA
Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de relações Diplomáticas	15/08/1974
Acordo sobre Instalação e Funcionamento das Embaixadas do Brasil em Pequim e da China em Brasília	28/11/1974
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	21/12/1987
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984
Ajuste Complementar entre o CNPq e a Academia de Ciências da China nos Campos das Ciências Puras e Aplicadas.	29/05/1984
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	29/05/1984
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	29/05/1984
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica.	29/05/1984
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	25/03/1982
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979
Acordo Comercial.	07/01/1978

122

Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/lista_ato_bil?situacao=&assunto=&periodoFinal_month=00&aonde_ato=1&periodoInicial_a_mpm=&periodoInicial=&periodoFinal_day=00&captcha=eek5p&periodoInicial_day=00&b_start:int=0&pais=266ce5c3aa1570c91f4494466790fc84&periodoFinal_ampm=&palavra_chave=&periodoFinal_year=0000&periodoFinal_minute=00&periodoFinal=&form.button.Search=Pesquisar&periodoInicial_hour=00&periodoFinal_hour=00&periodoInicial_year=0000&periodoInicial_minute=00&periodoInicial_month=00.

Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra.	06/07/1988
Memorando de Entendimento para a Cooperação no Campo da Assistência Social entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a China Association For Sos Chidren Village.	05/07/1988
Acordo, por troca de Notas, sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto.	30/04/1988
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.	01/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências.	01/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia.	01/11/1985
Memorando de Entendimento Relativo à Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum.	01/11/1985
Protocolo de Entendimento.	01/11/1985
Acordo, por Troca de Notas, para Criação de Adidâncias das Forças Armadas.	07/12/1984
Memorando sobre Cooperação em Matéria Siderúrgica.	13/11/1984
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Elétrica, incluindo a Energia Hidrelétrica.	06/07/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial.	06/07/1988
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais.	05/08/1991
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	05/08/1991
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica.	18/05/1990
Memorado de Entendimento sobre Minério de Ferro.	18/05/1990
Acordo, por Troca de Notas, sobre Aumento de Lotação de Repartições Consulares.	06/07/1988
Ajuste no Setor de Biotecnologia Aplicada a Agricultura Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 25 de março de 1982.	04/04/1994

Ajuste no Setor de Medicina Tradicional Chinesa e Fitofármacos Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 25 de março de 1982.	04/04/1994
Prot. de Coop. no Âmbito do Ensino Superior entre a Fun. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES do MEC e o Dep. de As. Ext. DAE da Comissão Estatal de Educação CEE da China, Complementar ao Acordo de Coop. Cult. e Educ. de 01/11/85.	19/01/1994
Protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da Rep. Fed. do Brasil e a Administração Nacional de Espaço da China, da Rep. Pop. da China (CNSA), sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior.	23/11/1993
Protocolo de Intenções sobre o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro.	23/11/1993
Protocolo sobre Desenvolvimento Adicionais aos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres e Assuntos Correlatos.	09/11/1993
Protocolo sobre Pontos Principais para o Desenvolvimento Adicional dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos da Terra entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, do Brasil e a Administração Nacional de Espaço da China.	15/09/1993
Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra.	05/03/1993
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica.	05/03/1993
Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio e Cooperação em Educação.	25/02/1993
Acordo de Quarentena Vegetal.	13/12/1995
Memorando de Entendimento.	25/07/1995
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994
Protocolo entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Geologia e Recursos Minerais da República Popular da China sobre Cooperação na Área de Geociências e Recursos Minerais.	08/09/1994

Ata de Conversações entre o Minist. de Minas e Energia da Rep. Fed. do Brasil e o Comitê para Const. do Proj. de Três Gargantas do Cons. de Est. da Rep. Popular da China para Coop. no Projeto de Três Gargantas.	06/09/1994
Protocolo de Intenções para a Cooperação entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria Química da República Popular da China.	06/09/1994
Memorando de Entendimento entre o Minist. das Minas e Energia da Rep. Fed. do Brasil e a Minist. da Energia Elétrica da Rep. Popular da China, sobre Cooperação Tecnológica em Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado.	05/09/1994
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica.	05/09/1994
Acordo sobre Serviços Aéreos.	11/07/1994
Ajuste no Setor de Novos Materiais, Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 25 de março de 1982.	04/04/1994
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica nas Áreas da Metrologia e da Qualidade Industrial.	29/10/1997
Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum para o Desenvolvimento Sustentável.	08/11/1996
Declaração Conjunta Relativa às Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espacial.	08/11/1996
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China.	08/11/1996
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Quarentena e Saúde Animal.	08/02/1996
Ata de Entendimento sobre o Fortalecimento e a Expansão da Cooperação Tecnológica Espacial Brasil-China.	13/12/1995
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica na Área de Intercâmbio de Especialistas para Cooperação Técnica.	13/12/1995
Protocolo de Entendimento entre o Minist. de Minas e Energia da Rep. Fed. do Brasil e o Minist. dos Rec. Hídricos da Rep. Popular da China	13/12/1995

sobre Coop. Econômica Científica e Tecnológica em Pequenas Centrais Hidrelétricas.	
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Rádio e Televisão.	13/12/1995
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres.	13/12/1995
Declaração Conjunta.	22/06/1999
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica.	01/12/1998
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica para assegurar a Qualidade de Produtos Importados e Exportados.	01/12/1998
Programa Executivo Cultural do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional para os anos de 2001 a 2004.	12/11/2001
Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial.	21/09/2000
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Industrial entre o MDIC do Brasil e a SDPC da China.	02/12/2002
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres.	27/11/2002
Acordo de Cooperação Esportiva	24/05/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação (Hidroferroviário)	24/05/2004
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite Sino-brasileiro de recursos Terrestres.	24/05/2004
Memorando de Entendimento na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos Alimentares.	24/05/2004
Comunicado Conjunto	24/05/2004
Acordo, por troca de Notas, para Flexibilização da Concessão de Vistos para Empresários	24/05/2004

Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação.	24/05/2004
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços	24/05/2004
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004
Memorando de Entendimento em Cooperação Técnica e Científica no Campo dos Recursos Hídricos	24/09/2003
Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Suína Processada Termicamente a ser Exportada da China para o Brasil.	12/11/2004
Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Bovina Desossada a ser Exportada do Brasil para a China.	12/11/2004
Ajuste Complementar sobre Saúde e Ciências Médicas ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	24/05/2004
Ajuste Complementar sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde	24/05/2004
Protocolo Complementar ao Acordo quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para Cooperação no Sistema de Aplicações CBERS.	12/11/2004
Memorando de Entendimento na Facilitação de Viagens de Grupos de Turistas chineses ao Brasil	12/11/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento.	12/11/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Proteção Ambiental.	17/08/2005
Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves a Ser Exportada do Brasil para a China.	12/11/2004
Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves Processada Termicamente a Ser Exportada da China para o Brasil.	12/11/2004
Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite CBERS-2B	12/11/2004

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Conservação da Biodiversidade Florestal	13/10/2005
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Comissão de Desenvolvimento e Reforma do Estado da República Popular da China.	05/06/2006
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006
Programa-Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os anos de 2006 a 2008	23/03/2006
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Energia e Mineração	19/02/2009
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Universidade de Assuntos Estrangeiros da China	14/09/2010
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China para o Estabelecimento de Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual no Âmbito da Subcomissão Econômico-Comercial da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação	16/04/2010
Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os Anos de 2010-2012	16/04/2010
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014	15/04/2010
Protocolo sobre os Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Folhas de Tabaco do Brasil para a China entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil	15/04/2010
Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Bovina	15/04/2010

Processada Termicamente a ser Exportada da República Federativa do Brasil para a República Popular da China	
Comunicado Conjunto entre a República do Brasil e a República Popular da China sobre o Contínuo Fortalecimento da Parceria Estratégica	19/05/2009
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da China sobre Petróleo, Equipamento e Financiamento	19/05/2009
Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	21/06/2012
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/04/2011
Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre o estabelecimento recíproco de centros culturais	21/06/2012
Plano decenal de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China	21/06/2012
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Estabelecimento Recíproco de Centros Culturais	21/06/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Facilitação da Concessão de Vistos para Homens de Negócios	16/07/2014
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021	19/05/2015

2.2. Chile¹²³

ACORDO	DATA
Convenio comercial	20/04/1971
Convenio sobre Cooperación Económica y Tecnológica	08/06/1972
Acuerdo sobre el Préstamo Comercial	08/06/1972

¹²³ Disponível em: <http://chile.gob.cl/china/es/relacion-bilateral/acuerdos-y-tratados-bilaterales/>

Intercambio de Notas de Exención de Visa para pasaporte diplomático y de servicio	08/04/1996
Acuerdo Cultural	17/06/1987
Establecimiento Mecanismo Consultas Políticas entre Ministerio de RREE	19/08/1998
Memorando sobre Cooperación en Cuarentena Fitosanitaria	29/05/1990
Convenio sobre Estímulo y Protección Mutua de Inversión	23/03/1994
Convenio de Transporte Marítimo	24/11/1995
Memorando de Entendimiento sobre la Cooperación en Pesquería	24/11/1995
Convenio de Transporte Aéreo Civil	03/06/1996
Acuerdo de Cooperación Forestal	03/06/1996
Convenio de Cooperación Espacial	06/11/1996
Acuerdo de Cooperación en Agricultura, Ganadería y Ciencia y Tecnología	06/11/1996
Acuerdo de Cooperación en Cuarentena Fitosanitaria	23/11/2001
Acuerdo de Cooperación en Cuarentena y Sanidad Animal	27/05/2002
Convenio Cooperación entre Ministerio Publico de Chile y Fiscalía Popular Suprema	07/06/2002
Acuerdo de Cooperación en Turismo	25/11/2002
Acuerdo establecimiento Comisión Mixta Minera	25/05/2004
Convenio Marco sobre Cooperación en Salud y Medicina	18/11/2004
Memorando de Entendimiento sobre el Fomento de las Cooperaciones Económicas y Comerciales entre el Ministerio de Comercio de China y el Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile	18/11/2004
Convenio de Cooperación entre Chiledeportes y la Administración General de Deportes	18/11/2004
Acuerdo establecimiento Comité Empresarial Binacional	05/2005

Tratado de Libre Comercio	18/11/2005
Acuerdo Minero	06/09/2006
Acuerdo Suplementario de Servicios	02/10/2010
Plan Ejecutivo de Intercambio Cultural para los Años 2008-2011	14/04/2008
Acuerdo sobre la Prevención del Robo, Excavación Clandestina e Importación y Exportación Ilícitas de Bienes Culturales	14/04/2008
Acuerdo sobre los Intercambios y la Cooperación en materia de Patrimonio Cultural	14/04/2008
Memorándum de Entendimiento sobre la Cooperación de PYMES	14/04/2008
Acuerdo Suplementario de Inversiones	09/09/2012

ACORDO	ENTRADA EM VIGOR
Acuerdo Cooperación Forestal	Nov./1995
Memorándum de Entendimiento	Jun./1996
Acuerdo de Cooperación Científica y Técnica en el Área Agropecuaria	Nov./1996
Convenio para el Establecimiento y Operación en Territorio Chino de una Granja Frutícola Chilena	Fev./1999
Memorándum de Entendimiento de Cooperación para el Desarrollo de la Economía Rural	Abr./2001
Acuerdo Cooperación Fitosanitaria	2001
Acuerdo sobre Cooperación en Sanidad Animal y Cuarentena	Mai./2002
Memorándum Primera Reunión de la Comisión Conjunta de Cooperación Agrícola chileno china	Set./2002
Memorándum en Materia Sanitaria y Fitosanitaria	Fev./2003
Memorándum de Entendimiento de Cooperación para la Segunda Etapa de la Granja Demostrativa ChilenoChina	Abr./2004
Protocolo de requisitos Fitosanitarios sobre la exportación de Manzanas chinas a Chile	Nov./2004
Protocolo de requisitos Fitosanitarios sobre la exportación de Longan a Chile	Nov./2004
Protocolo de requisitos Fitosanitarios sobre la exportación de Litchi a Chile	Nov./2004
Memorándum de requisitos Fitosanitarios sobre exportación de peras a Chile	Nov./2004
Protocolo de requisitos Fitosanitarios para la exportación de peras fragantes desde Xinjiang hacia Chile	Nov./2004
Protocolo de requisitos Fitosanitarios sobre la exportación de uvas frescas chilenas a China	Nov./2004

Protocolo de requisitos fitosanitarios sobre la exportación de Kiwi a China	Nov./2004
Addendum para protocolos fitosanitarios de fruta	Set./2009
Protocolo de requisitos Fitosanitarios para bulbos de Liliium	Set./2010
Memorándum de Entendimiento sobre Cooperación Administrativa para la Importación y Exportación de Vinos	Nov./2010
Memorándum de Entendimiento sobre Cooperación en Materia Vitivinícola	Dez./2010
Protocolo de requisitos fitosanitarios para la exportación de arándanos frescos desde Chile a China	Jun./2011
Protocolo sobre requisitos de cuarentena e higiene en Camélidos Sudamericanos para ser exportados desde Chile a China	Jun./2011
Acuerdo Marco sobre el establecimiento de la Granja Demostrativa China en Chile	Jun./2012
Programa de mejoramiento de la Cooperación Agrícola	Jun./2012
Protocolo sobre requisitos Sanitarios de Cuarentena y Veterinarios de Carne Ovina o Caprina congelada para exportar de Chile a China	Jun./2012
Protocolo sobre Requisitos Sanitarios de Cuarentena y Veterinarios de Carne Bovina congelada para exportar de Chile a China	Jun./2012
Memorándum en el Certificado Zoosanitario y Requisitos para la exportación e importación de tripas de cerdo	Jun./2012
Memorándum de Entendimiento en materia de Cooperación en Observación de la Tierra	Mar./2013